MENSAGEM

APRESENTADA À

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA ESTADUAL

POR OCASIÃO DA ABERTURA DA SESSÃO LEGISLATIVA DE 1952

PELO

DR. JONES DOS SANTOS NEVES

GOVERNADOR DO ESTADO

ESPÍRITO SANTO
1952

MENSAGEM

APRESENTADA À

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA ESTADUAL

POR OCASIÃO DA ABERTURA DA SESSÃO LEGISLATIVA DE 1952

PELO

DR. JONES DOS SANTOS NEVES

GOVERNADOR DO ESTADO

Reg. 7011 - 31.12.94

M
35398152
E77m
1952

ESPÍRITO SANTO
1952

SENHORES MEMBROS
DO PODER LEGISLATIVO:

Em perfeita consonância com as normas constitucionais, no preciso instante em que se instalam os trabalhos desta nova legislatura, é com indizível prazer que compareço hoje à vossa presença para vos dar notícia, e, por vosso intermédio prestar contas ao nobre povo espírito-santense, dos principais fatos e ocorrências verificados em nosso primeiro ano de administração.

Desejo, porém, e antes de tudo, render-vos as homenagens de minha respeitosa admiração e sincero reconhecimento pela eficiente e lúcida colaboração que prestastes ao Poder Executivo, provendo-o, em tempo hábil, dos recursos legais necessários ao delineamento de seu programa administrativo, organizado sob a alta inspiração de oferecer cabal desempenho aos seus árduos deveres de fomentar a grandeza e a prosperidade do Espírito Santo.

É a lei que interpreta e traduz a expressão dos anseios de um govêrno. E eleitos, simultâneamente, pelos expressivos sufrágios do mesmo eleitorado, arcamos juntos, perante o forum de uma só consciência popular, com os onus dos mesmos deveres, idênticas obrigações e iguais responsabilidades.

Pouco importa que diferentes tenham sido os votos, diversos os mandantes e variadas as correntes partidárias que nos elegeram. Semelhantes são, em qualquer quadrante do Estado, as aspirações de progresso e as esperanças de um esfôrço comum e pertinaz pela extinção de nossas de-

ficiências e pela concretização de nossos ideais de prosperidade.

Não tenho, nem jamais poderia ter, a veleidade de comandar, sòzinho, os destinos do nosso Estado. Muito ao contrário, sou o primeiro a reconhecer e proclamar a humildade dos meus esforços e a insuficiência dos próprios recursos para enfrentar a ingente tarefa que suporto, como pesada cruz, sôbre os ombros. Nem, tampouco, desejo retirar, desta fase dinâmica e construtiva de administração, qualquer parcela de fastígio pessoal para o meu obscuro nome. Mercê de Deus, já alcancei um estágio de vida em que, pela maturidade do espírito e o equilíbrio das ações, se atinge a serenidade de consciência — forte bastante para desprezar as expressões cáusticas das críticas levianas e apaixonadas, ou suficientemente céptica para não sobresperar, ingênuamente, as efêmeras e falazes carícias da consagração pública. A obra que realizamos no Govêrno é um trabalho de equipe. E qualquer mérito que, porventura, possa ela ter eu o transfiro, sem falsa modéstia, à esplêndida constelação de valores que me cerca e assessóra, nos pontos chaves das várias Secretarias e Serviços, e a todos os ilustres membros desta egrégia Assembléia com a qual tenho o privilégio de servir, e que, sàbiamente, conseguem surpreender e interpretar os legítimos anseios populares, traduzindo-os em copiosa legislação, perfeitamente moldada nas contingências e imperativos dêste afanoso episódio de nossa história.

Realmente, era chegado o momento de o Espírito Santo empreender, em compasso com as demais unidades da Federação, um esfôrço harmonioso e profícuo no sentido de promover e acelerar a marcha triunfal de sua civilização. Impunha-se a urgência de equacionarmos os nossos problemas, de selecionarmos os aspectos vitais de nossas deficiências, de promovermos, enfim, "um mergulho vertical e profundo" na vida econômica e social do Estado

com o objetivo sùperior de estabelecer um roteiro e levantar as linhas mestras de ousado, mas objetivo planejamento, capaz de vencer as fôrças da inércia e comandar o desenvolvimento de seu progresso.

PLANO DE VALORIZAÇÃO

Porisso, já em nosso primeiro contacto, quando, em 31 de janeiro do ano findo, tive a honra de proferir, perante esta augusta Assembléia, o meu discurso-plataforma, declarava que: "A tarefa inicial consistirá na estruturação de um plano administrativo em que figurem os objetivos essenciais ainda não colimados, pela atualização do primitivo esquema e pelo acréscimo de outras realizações imprescindíveis à conquista de nossa emancipação econômica e social". Para essa tarefa ingente, conclamávamos, dêsde então, tôdas as inteligências e vontades, sem qualquer exceção de ordem político-partidária, que comungassem dos mesmos anseios e vibrassem com as mesmas esperanças. E anunciávamos a remessa oportuna, ao Legislativo, para o seu estudo e análise, de mensagem contendo os itinerários que pretendíamos percorrer para a consecução de tão alevantados ideais.

Decorridos apenas alguns meses, em 22 de Maio, pudemos submeter à alta apreciação dêste plenário o "Plano de Valorização Econômica do Estado", que é, sem favor, se passarmos ao largo os bosquejos de 1944/5, a primeira tentativa séria e metòdicamente organizada de um planejamento a longo prazo, levantado no Espírito Santo com o nobre propósito de racionalizar a dinâmica de suas atividades administrativas. De fato, só recentemente a Economia Planificada, após as controvérsias que originou, e vencendo as desconfianças com que foi recebida, logrou alcançar fóros de universalidade, — conquistar a preferência dos estadistas e fazer escola por todos os países do mundo.

A impressão inicial que emprestava a êsse Plano ca-

racterísticos de méro devaneio romântico, ou pelo vulto de suas cifras, aspectos de gigantismo inalcançável, cedeu lugar à certeza de sua praticabilidade, em face dos resultados conseguidos, durante os poucos meses de sua implantação, porque, em certos setores, foram êles ultrapassados pela própria realidade das obras.

PÔRTO DE VITÓRIA

Assim é que estão visíveis a todos que habitam ou aportam esta ilha os vultosos trabalhos desenvolvidos, em poucos meses de administração, e levados avante, em rítmo acelerado, no sentido de ampliar e desenvolver as obras portuárias de nossa Capital. Dentro do planejamento quinquenal previsto na Mensagem de 22 de maio, consistiam os projetos dêsse setor em:

1 — Carreira e oficinas em Bento Ferreira	7 000 000,00
2 — Reparação e reforma do material flutuante	12 950 000,00
3 — Cais de saneamento	20 000 000,00
4 — Instalação de Capuaba, para movimentação e guarda de carvão, produtos petrolíferos e minérios	81 000 000,00
5 — Dragagem e derrocamento do canal de acesso, enrocamento entre as ilhas de Sururú e do Bode, elevação do enrocamento do forte de São João	26 600 000,00
6 — Atêrro e urbanização entre o Forte de São João e Bento Ferreira	82 000 000,00
7 — Frigorífico e Armazem n.º 4 .	12 000 000,00
8 — Reaparelhamento do cais comercial	10 000 000,00
9 — Obras de ampliação do pôrto	70 000 000,00

10 — Obras e serviços complementares	8 000 000,00
TOTAL	Cr$ 329 550 000,00

—o—

O item I do programa está pràticamente realizado com a construção do edifício que abrange uma área coberta de 1 200 m2, destinado às oficinas do pôrto e ultimado em seis meses, na praia de Bento Ferreira.

Iniciaremos, dentro em pouco, a montagem das máquinas no local, esperando que todo o conjunto fique pronto e entre em funcionamento ainda êste ano. O estudo da carreira naval, que possibilitará o encalhe de navios até 2 000 toneladas, se encontra em fase final.

A reparação e reforma do material flutuante, constante do item 2, prossegue de forma trepidante já tendo possibilitado, neste primeiro ano de trabalhos, a recuperação integral de valiosos aparelhos portuários, como a Draga Rio Branco, quatro grandes batelões, vários flutuantes, diversas lanchas, cábrea Itacóia, e draga de sucção e recalque, todos em franca atividade nas obras do pôrto.

O cais de Saneamento (item 3) foi iniciado e já se pode observar, na Capixaba, a vasta área de terrenos valorizados que tal obra permitirá integrar à Cidade. Em menos de um ano, empregou-se cêrca de 25 000 m3 de pedras no enrocamento, 33 000m3 de atêrro e foram colocados 105 metros de blocos de concreto ciclópico. Abreviaram-se também os entendimentos, no exercício findo, para as instalações na Capuaba (item 4) das instalações de petróleo, estando as duas emprêsas, Shell e Texas, ultimando os preparativos para o breve início das obras. Prosseguem as conversações com a Companhia Vale do Rio Doce S/A. e outras emprêsas siderúrgicas de Minas Gerais no sentido da construção do cais e aparelhamento destinado ao desembarque de carvão. A dragagem do canal de

acésso (item 5), após vários anos de paralização, foi reiniciada e prossegue aceleradamente, aguardando-se a próxima vinda da Draga "Sand-Master", arrendada ao Departamento Nacional de Portos, para proporcionar maior ênfase aos serviços, visando aprofundar o canal de 8,50 para 10,50 m, capaz, portanto, de permitir o acesso ao nosso pôrto de navios de 15 000 toneladas. Iniciadas em 25 de julho último, as obras do atêrro e urbanização de Bento Ferreira, já demonstram, pela área conquistada aos mangues, superior a 200 000m2, que o plano é perfeitamente exequível e nada tem de utópico ou fantasioso. O simples confronto de números, considerando-se a área aterrada, nestes poucos mêses, e o total de 1 600 000m2 a conquistar, revela, além da viabilidade do projeto, a autenticidade da observação que certa feita fizemos, segundo a qual: "Vitória é um presépe, mas é também uma conquista. E conquista que não se interrompe, que se renova todos os dias, vencendo as alturas e grimpando os morros, ou crescendo para o oceano e dominando os pântanos".

As obras preconizadas no item 7, foram também atacadas. Promoveu-se o estaqueamento do armazem 4, que se encontra pronto, devendo a construção ser iniciada, dentro em breve. E o Frigorífico do Pôrto, com a capacidade de 250 toneladas, se encontra em fase final de acabamento, devendo ser inaugurado nos próximos meses, juntamente com a Usina de Laticínios, uma das mais modernas do Brasil. O reaparelhamento do cais comercial foi demarrado mediante a concorrência aberta para a aquisição de novos guindastes elétricos na importância prevista pelo item 8. Todo êsse programa, como se vê, está em pleno andamento, mercê também da magnífica cooperação que temos tido da firma especializada, Engenharia Civil e Portuária S/A, assessôra técnica das obras, e cuja assistência dedicada tem ultrapassado às nossas melhores esperanças.

Estuda ela, atualmente, os projetos de ampliação da faixa portuária e das obras complementares, no continente, para o prosseguimento do Cais de Minério em direção às estações ferroviárias de Argolas e Pedro Nolasco, com o que se complementariam as obras do pôrto de Vitória, aparelhando-o para suportar a sua grande e futura expansão e capacitando-o a melhor corresponder ao prodigioso surto de progresso que o destino econômico da opulenta zona do Vale do Rio Dôce seguramente lhe reserva.

Considerando, no entanto, que tais obras, pelo seu vulto e grandeza, sobreexcedem, de muito, os recursos do Erário estadual, procuramos estudar uma fórmula que nos propiciasse o auxílio federal, mediante a descapitalização dos valores já investidos pelo Estado na construção do pôrto de Vitória. E com o prévio assentimento do Exmo. Sr. Presidente da República, estamos encaminhando a S. Excia. uma exposição de motivos, contendo anteprojeto de Lei a ser submetido ao Congresso Federal, pelo qual poderão ser restituídos ao Estado cêrca de Cr$ . . 40 000 000,00 (quarenta milhões de cruzeiros), a quanto montam, atualmente, os valores reconhecidos pelas Tomadas de Contas já realizadas. Além da oportunidade dêsse auxílio destinado a fazer face ao programa atual de expansão das obras portuárias, oferece ainda a vantagem de antecipar o pagamento ao Estado de importâncias já dispendidas anteriormente e que só deveriam ser resgatadas em 1984, quando se vence o contrato de concessão e exploração do Pôrto, assim mesmo em títulos da Dívida Pública.

Se conseguirmos, como tudo parece indicar, dado o límpido cunho de justiça de que se reveste a sugestão, o numerário pretendido, estaremos então em condições de abreviar o andamento das obras que não serão em benefício apenas do Espírito Santo, mas representarão também medida do mais relevante alcance para o próprio desenvolvimento econômico da nossa Pátria.

ELETRIFICAÇÃO

Salientamos nos comentários elucidativos do nosso "Plano de Valorização" que a cóta "per-capita" de Kws. no Brasil é uma das mais baixas do mundo, e a do Espírito Santo uma das mais reduzidas do Brasil. Diante disso, não poderíamos ficar apáticos e indiferentes ante os cometimentos necessários à exploração do nosso inesgotável potencial de energia hidráulica. E puzemos mãos à obra, chamando à concorrência grandes firmas especializadas para o estudo dos projetos específicos das centrais prefixadas no Plano de Eletrificação do Estado, concebido e estudado ainda ao tempo de nosso primeiro govêrno, na Interventoria Federal de 1943/45. Obteve a primeira colocação, nessa concorrência, a firma A E G (Companhia Sul Americana de Eletricidade) que, vencendo todos os óbices e estabelecendo verdadeiro "récord", conseguiu entregar-nos, dentro do prazo fixado, os projetos definitivos referentes aos estudos elaborados para integral aproveitamento da rica bacia hidrográfica do rio Santa Maria.

Assim falam os técnicos dessa Companhia:

> "Em situação geográfica privilegiada, bifurcando pràticamente o Estado do Espírito Santo e numa distância de apenas 40 Km da Capital, o rio Santa Maria permite, em condições favoráveis, um aproveitamento considerável do seu potencial hidráulico, capaz de resolver, por muitos anos, o problema da energia elétrica.
>
> No estudo que apresentamos nas páginas seguintes, demonstramos que o rio, num percurso de sòmente 38 Km, com um desnível de 610 m, possibilita, em diferentes estágios, a construção de 4 usinas, com potência total acima de 135 000 HP.
>
> Êste potencial pode parecer, no primeiro momento, surpreendente, em vista dos estudos anteriormente feitos que falam em 50-60.000 HP. Salientamos, entretanto, que o presente trabalho se baseia não sòmente numa topografia exata, executada pelos Serviços Aerofotogramétricos Cruzeiro do Sul S/A., como também no "mínimo minimorum" da quantidade dágua do rio, até então observada e últimamente medida, controlada ainda por um minucioso estudo das condições pluviométricas da região.
>
> * * *
>
> "O Rio Santa Maria será captado em quatro estágios sucessivos e com quatro usinas hidro-elétricas, a serem construídas na progressão seguinte:
>
> 1.º estágio — *USINA RIO BONITO*:
> 161,20m de queda
> 24000 HP de potencial (10 000 HP efetivos)
> 2.º estágio — *USINA TIMBUÍ SÊCO*:
> 95m de queda
> 18300 HP de potencial (9 150 HP efetivos)
> 3.º estágio — *USINA SUÍSSA*:
> 262m de queda
> 70800 HP de potencial (35 400 HP efetivos)
> 4.º estágio — *USINA SANTA LEOPOLDINA*
> 88m de queda
> 25700 de potencial (12 850 efetivos)."

Certamente, nem de longe, poderíamos imaginar fôsse possível a um govêrno, nas limitações de um período quatrienal, levar avante, em tôdas as suas fases, essa obra gigantêsca. Mas confiamos plenamente, se a conjuntura

econômica permanecer estável e fatores estranhos não interferirem em nosso plano, dar imediato andamento às obras do 1.º estágio, com a construção da Usina do Rio Bonito de 24 000 HP. Para isso já se encontra aberta a concorrência pública que deverá estar encerrada no próximo mês de abril, propiciando a demarragem dos serviços em junho ou julho vindouros. A eleição dessa Central elétrica como ponto de partida para a eletrificação do Estado obedece ao propósito estabelecido nas diretrizes do atual Govêrno de preferência às centrais que mais se aproximarem dos "centros de gravidade" econômica. E Vitória está nêsse caso. A situação estratégica de seu pôrto de mar, localizado no estuário do riquíssimo Vale do Rio Dôce, em posição geográfica medianeira entre o Norte e Sul do País, tendo como tributárias as regiões de todo o "hinter-land" mineiro, o crescente caudal de minério de ferro que desce das vertentes do Itabira em busca do oceano para se encontrar com o carvão importado, tudo isso faz dêste litoral um centro monopolizador de futuras indústrias. Ainda recentemente, um Boletim das Nações Unidas (World Iron Ore Resources and Their Utilization), após ressaltar as reservas de ferro do mundo e os seus mercados consumidores, levando em consideração as distâncias e a opulência das usinas, situava em Vitória a Usina Siderúrgica ideal, apregoando as vantagens de acêsso ao seu pôrto e as facilidades de abastecimento que adviriam para os grandes mercados consumidores de Rio de Janeiro, Buenos Aires, Montevidéu e litoral sul-africano.

Só a notícia de que o Govêrno dará início, em breve, à construção de uma Central Elétrica com a capacidade de 24 000 HP, portanto das maiores do Brasil, e possibilidades de futuras ampliações até 135 000 HP, tem servido de incentivo à várias grandes indústrias que, constantemente, nos procuram para estudar meios de suas instalações nas vizinhanças da nossa Capital.

PLANO RODOVIÁRIO

O programa esquematizado para o setor rodoviário, exposto no Plano de Valorização compõe-se dos seguintes elementos:

a) construção da ligação Vitória — Colatina, cêrca de 1/3 em comum com a estrada federal BR-5 (Rio — Vitória — Salvador);

b) construção da estrada Cachoeiro de Itapemirim — Alegre — Guaçuí;

c) pavimentação asfáltica da estrada Vitória-Safra, (180 Km), e do trecho Safra — Cachoeiro do Itapemirim (9 Km), bem como da estrada Vitória — Colatina, no total de 304 Km.

Evidentemente, porém, obras dessa natureza demandam estudos prévios e demorados, com levantamentos topográficos dos vários trechos, que não podem ser atacados de imediato. Enquanto se aguardava a aprovação do Plano por esta egrégia Assembléia, o que só ocorreu em outubro, o D. E. R. não permaneceu inativo, antes, pelo contrário, colocou em marcha apreciável contingente de serviços, imprimindo um rítmo de trabalho incomum às suas tarefas, o que lhe permitiu concluir inúmeros trechos de estradas em andamento, ativar e terminar várias pontes e pontilhões, aparelhar com equipamento novo os seus serviços de conserva, planejar racionalmente cêrca de 450 Kms. de novas estradas e ainda construir, pròpriamente do plano rodoviário em referência:

11,200 Km da ligação Vitória — Colatina, e 3,130 Km do trecho Cachoeiro — Alegre — Guaçuí.

Pelos dados inscritos no bem elaborado Relatório do D. E. R., que acompanha esta Mensagem, verificareis, em

detalhe, o volume e custos das obras realizadas, e cuja extensão se expressam, sintèticamente, nos seguintes dados:

Rodovias construídas	61,603	Km
Pavimentação asfáltica	4,460	"
" a paralelepípedo	2,403	"

Pontes construídas: Itaguaçú — Cachoeira da Onça, Águia Branca, Itauninhas, São Gabriel, Águas Claras, Barra Alegre, Barra Sêca, Cavalos, Boa Esperança, Tabual, Juvenal, Sabiá, Bartimeu e São Francisco. O serviço de conserva correspondeu plenamente aos esforços do Govêrno, que o aparelhou, durante o exercício findo, com equipamentos no valor de cêrca de Cr$ 6 000 000,00 (seis milhões de cruzeiros), importância superior às aquisições feitas durante todos os períodos anteriores à existência dêsse Departamento.

Em face do andamento rápido dos trabalhos previstos nesse importante setor do Plano de Valorização, que, no corrente exercício financeiro, serão bastante incrementados, em decorrência da contribuição de novos empreiteiros bem aparelhados de maquinário e vitoriosos nas últimas concorrências, dispõe-se o Govêrno a promover a ampliação do programa primitivo, conforme vos deu conhecimento em Mensagem recente.

A sábia deliberação dos ilustres Membros do Poder Legislativo está confiada a possibilidade de, aceitando as diretrizes do novo ante-projeto de Lei, que amplia os recursos financeiros do plano mediante o aumento de 0,05 % no Impôsto de Vendas Mercantis, — permitir a criação do "Fundo Rodoviário" e possibilitar, assim, arrojada expansão do planejamento primitivo com a construção de novas rodovias pavimentadas aptas a conduzirem as crescentes riquezas do inesgotável labor do povo Capixaba.

FOMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

O Brasil é um dos países da América Latina que oferece maior contingente percentual de população ocupada nos trabalhos agrícolas. E o mesmo se dá no Espírito Santo, onde as estatísticas revelam, consoante os resultados do último censo, que 75 % da mão de obra remunerada se empregam em atividades rurais. Daí porque não poderíamos deixar de incluir no Plano de Valorização êsse importante setor de nossa economia. Sòmente, porém, em 16 de julho do ano findo, logramos alcançar pela Lei nº 511, a criação, como órgão específico da administração, da Secretaria de Agricultura, Terras e Colonização. Entregue, primeiramente, à competência e dedicação de um dos mais ilustres pares desta nobre Assembléia, dou o testemunho público das dificuldades e percalços que teve êle de vencer para implantar o novo órgão em tôda a sua eficiência.

Por outro lado, só após o encerramento do exercício, com o presente Orçamento, ficou a Secretaria de Agricultura aparelhada com as verbas de maior vulto, previstas no esquema planejado. Muito, entretanto, foi conseguido nesses meses de labor intensivo, além dos preparativos e estudos indispensáveis à perfeita instalação da nova política de produção agrícola que instituímos em nosso plano. Os relatórios anexos descrevem, em detalhe, o desenvolvimento dêsses trabalhos. Ademais, se resultados mais auspiciosos, decorrentes do planejamento em foco, ainda não logramos apontar no primeiro exercício das nossas atividades administrativas, nem porisso se poderá concluir que tenha havido qualquer desfalecimento nos trabalhos agrícolas do Espírito Santo. Muito ao revés, graças aos esforços e reconhecida operosidade do nosso ilustre conterrâneo, Dr. Benvindo de Novaes, digno e laborioso Chefe da Secção de Fomento Agrícola e Executor dos Serviços Articulados, intensos e animadores foram os resultados auferidos. Ressalta mesmo aquêle competente técnico, no Re-

latório anual apresentado ao Exmo, Sr. Ministro da Agricultura:

"Tenho grande satisfação, como testemunha que sou, há longos anos, do evoluir da agricultura capixaba, em constatar acentuado progresso na técnica de exploração do solo, neste Estado.

Vão se multiplicando animadoramente os sintômas de uma evolução promissôra, difundindo-se as melhores práticas de cultivo e conservação do solo, repontando, também, em muitos lugares, as preocupações dos agricultores quanto à adubação e adição de matéria orgânica à terra.

Os trabalhos a cargo desta Chefia vêm guardando coerente orientação, dêsde 1943, e a isso se deve, principalmente, o resultado que apresentam. Pela orientação seguida, procurando-se tenazmente ir ao encontro dos agricultores, familiarizá-los com melhores métodos de trabalho e emprêgo de material mais eficiente, destinando o máximo de recursos para materiais, transportes e pessoal de atividade técnica, criou-se a maior intimidade entre os serviços e a lavoura, habituando-se esta a contar com a assistência da Repartição e induzindo-a, também, a mais exigir dessa assistência."

—o—

As campanhas das residências agrícolas difundindo, em todo o Estado, o emprêgo do brometo de metila no combate à saúva, a restauração das lavouras cafeeiras, o fornecimento de sementes e material agrícola, o combate intensivo à broca do café e às pragas do algodão, a assistência permanente dos técnicos junto aos lavradores, os processos de instrução contra os malefícios da erosão, e incontáveis outras atividades constituem pontos altos da benéfica atuação dos Serviços Federais em nosso Estado.

Senhores Deputados:

Por essa singela exposição, pudestes constatar que o "Plano de Valorização Econômica" se encontra em plena marcha, e com os suprimentos financeiros que neste ano lhe são atribuídos maior incremento ainda poderá alcançar, facilitando-lhe o seu superior objetivo de transformar-se em legítimo instrumento da prosperidade econômica do nosso Estado.

Vale, entretanto, ressaltar — e disso podemos concluir com ufania — que todo êsse arrojado sfôrço está sendo levado a cabo com os próprios recursos do Erário estadual, sem auxílio estranho, e contando apenas com a tenacidade e o amparo financeiro da já vultosa economia emealhada pelo trabalho consciente e honesto do bravo povo espírito-santense.

IV CENTENÁRIO DE VITÓRIA

O ano que findou, além dos múltiplos e afanosos encargos atribuidos ao Poder Executivo pela soma enorme de suas novas preocupações administrativas, ainda teve a sobrecarregar-lhe o fardo as graves responsabilidades de comemorar, condignamente, o transcurso do IV Centenário de Fundação da nossa bela Capital. Recresceu ainda mais êsse tributo de redobrado esfôrço a circunstância lamentável de ser o Govêrno surpreendido pelo advento da efeméride, apenas com menos de seis meses de antecedência. Realmente, só na segunda quinzena de março fomos advertidos da proximidade daquele evento. E já a 20 do mesmo mês realizávamos a primeira reunião solene, com a presença dos elementos exponenciais de nosso meio, dando início assim à programação dos festejos. Não se poderia jamais enaltecer suficientemente a colaboração pre-

ciosa de todos os membros das várias Comissões e sub-comissões encarregadas de organizar e prover, em tão reduzido espaço de tempo, as mil e uma diligências indispensáveis ao pleno êxito das comemorações. Quando, agora, lançamos um olhar retrospectivo para os meses e dias que antecederam aquelas festas memoráveis, ainda nos quedamos perplexos e estarrecidos pela febricitante atividade por todos desenvolvida, e nos surpreendemos pela sincronização perfeita com que decorreram aquelas imponentes festividades. No âmago de minha consciência, guardo e guardarei sempre, religiosamente, como severa penitência cumprida, as madrugadas insones e o esfôrço pessoal, levado, sem alardes, aos seus últimos extremos, na ânsia de tudo prever e prover para que as solenidades daquele grandioso programa se desenvolvessem à altura das nossas mais caras tradições cívicas e culturais. Ao generoso e heróico povo capixaba, que com tanta galhardia e invulgar dedicação colaborou, entusiàsticamente, para a maior pompa dos inesquecíveis festejos, o meu reconhecimento perene. Em anexo a esta Mensagem, encontrarão os ilustres Deputados, a exposição circunstanciada das despesas havidas naquelas comemorações, bastando salientar aqui que ficaram elas perfeitamente enquadradas nas verbas federais e estaduais votadas, aquelas no montante de Cr$ 5 000 000,00 (cinco milhões de cruzeiros), ainda não recebida, e esta no valor de Cr$ 2 000 000,00 (dois milhões de cruzeiros), sem levar em conta os benefícios auferidos pelo Erário pela utilização do material recuperado.

VISITA DO EXMO. SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Por ocasião daqueles festejos comemorativos, precisamente na data magna consagrada pela tradição para recordar a fundação da nossa Capital, tivemos o alto e desvanecedor privilégio de receber a honrosa visita do eminente Chefe da Nação. Quis S. Excia., com o seu comparecimento pessoal, à nossa festa, compartilhar das ale-

grias do nosso povo e trazer-nos o confôrto da viva encarnação pátria, sob a figura impar e singular de sua marcante personalidade. E, mais do que isto, presenteou-nos S. Excia. com formosa oração, em que, fazendo justiça, aos nossos silenciosos esforços pela crescente prosperidade nacional, ressaltou:

> "Sois, assim, um pedaço do Brasil vivo e palpitante e, ao aflorar alguns problemas de vossa vida econômica, volvem-me à mente duas observações que tive ocasião de fazer, quando visitei esta cidade há um ano atrás.
>
> A primeira é que o expressivo índice de progresso e cultura tem sido conseguido com os vossos próprios esforços, sem sobrecarga para a administração federal.
>
> A outra é que no quadro da federação brasileira ocupais uma situação muito particular, por não se observarem aqui os contrastes chocantes entre o esplendor e a miséria.
>
> Não significará isto entretanto que menores sejam as vossas necessidades, nem que o Govêrno se sinta desobrigado de amparar e assistir por todos os meios ao seu alcance a grande tarefa de recuperação econômica já iniciada pelo vosso ilustre Governador Doutor Jones dos Santos Neves."

POLÍTICA EDUCACIONAL

Fiéis ao compromisso que perante vós assumimos, em palavras proferidas quando recebemos as honrosas insígnias de Governador do Estado, e segundo as quais declaramos ser a Educação tema predileto do nosso espírito, porque só através dela se perpetuam os melhores destinos da Pátria, confiamos a Pasta a insigne técnico paulista que, em poucos mêses de administração, logrou alcançar

surpreendente êxito, restaurando, em sua plenitude, o fulgor das nossas mais belas tradições culturais. Em todos os gráus do ensino, dêsde o pré-escolar aos de nível superior de caráter universatário, não resta dúvida que se processou uma sadia revolução, de sentido nitidamente construtivo, pela reforma profunda de suas principais estruturas pedagógicas. Pela primeira vez em nossa história um Govêrno tenta romper as pêias das interferências políticas em matéria de Educação. Com o pensamento mais alto volvido para os excelsos destinos da coletividade a que pertence, e sem se arrecear de possíveis revides eleitorais, jogando, nessa cartada decisiva, a eventual popularidade de seu nome, que perde significação e se reduz a nada porque o prêmio dêsse possível holocausto político é a própria redenção da criança espírito-santense.

É oportuno transcrever aqui os comentários que, a respeito das novas diretrizes do atual Govêrno de "praticar a Política da Educação ao invés de fazer política com a Educação", proferiu o ilustre titular desta Pasta:

> "Que a Secretaria de Educação e Cultura seja, pelo senso comum, considerada a pasta "política" por excelência dos governos atuais — não constitui novidade. No "juizo de fato" que a frase enuncia, está, porém, patente um acento pejorativo. Efetivamente, dêsde que, por fôrça da hegemonia do ideal democrático, êle próprio oriundo das profundas transformações sociais contemporâneas, a função de educar, antes quase privativamente exercida pela família, se foi transferindo ao Estado, um corpo cada vez mais numeroso de servidores públicos teve de ser empregado nessa nova função pública e, como consequência, o órgão destinado ao seu comando foi adquirindo um crescente poder de influenciar que, não poucas vêzes, tem sido manipulado em favor de interêsses dos grêmios político-partidários dominantes.

Novidade, porém, e alvissaeira, constitui o fato de, no govêrno do Espírito Santo, a mesma frase vir a ser entendida no sentido nobre, como um "juizo axiológico", que ela contém por tradição e que convém recordar. É óbvio que todo sistema educacional é, no plano teórico, determinado por uma ideologia política, corporificada numa Constituição, e, no plano da ação, por uma classe ou grupo momentâneamente dominante na coletividade. Quando êste grupo organiza e dirige o sistema educacional no intento de realizar aquêles valores sociais e políticos inscritos na Constituição, cabe à Secretaria de Educação e Cultura a mais generosa das emprêsas, a de prover os meios de transmitir e preservar, através das gerações, de modo sistemático, a tábua dos valores indispensáveis à felicidade humana generalizada. Para efetivação dessa emprêsa, deve dispor de um corpo de educadores, adrede preparados e que, no exercício de suas atividades, encontrem um "clima de vida" que lhes assegure as condições mínimas, necessárias e suficientes, ao êxito de sua missão e à dedicação sem reservas nem amarguras, aos padrões de comportamento que são chamados a professar pela palavra e exemplificar pela conduta. Aos educadores, mais do que difundir o simbolismo mecânico do alfabeto ou o saber abstrato compendeado nos livros, incumbe perpetuar a herança social valorizada, isto é, um conjunto selecionado e funcional de conhecimentos, hábitos, técnicas, processos de trabalhos, atitudes, crenças,

costumes, padrões e ideais de vida, que qualificam o homem culto, útil e bom."

Norteada agora por êsses superiores conceitos, vem a Secretaria de Educação e Cultura se empenhando em tremendo esfôrço no afan de corrigir desacêrtos, traçar novos rumos e restabelecer o primado do espírito sôbre as práticas indesejáveis dos egoismos políticos. A primeira dificuldade a vencer consistia em regularizar a situação dos chamados "Docentes de Emergência" que surgiram no magistério em 1939, cresceram em número, e como que reproduzindo a "Lei de Greshan" dos economistas, expulsando da circulação a boa moeda, atingiram a 700 em 1945, e chegaram a ser mais de 1 200 em 1951, constituindo então 60% do magistério militante.

Efetivados, preliminarmente, cêrca de 158 docentes, projetou e fez realizar a Secretaria, pela primeira vez no Estado, o "Curso Intensivo das Missões Pedagógicas Itinerantes" com a frequência de 191 docentes que assim se habilitaram também às possíveis efetivações, sendo provável, que durante o corrente ano letivo, o número de docentes se reduza à metade de 1951, ou sejam cêrca de 600 docentes.

"LEI ÁUREA DO ENSINO"

Prosseguindo na mesma rota e graças aos preciosos adminículos recebidos nesta douta Assembléia, em 7 de dezembro do ano findo foi sancionada a Lei n.º 549, cognominada a "Lei Áurea do Ensino", eis que estrutura os lineamentos de um sistema uniforme que assegura vantagens proporcionais ao esfôrço do magistério, prevê o acesso trienal por merecimento, e constitui, assim, na frase de seu ilustre inspirador "um exemplo de legislação educacional das mais avançadas no país."

ENSINO SUPERIOR

Melhores subsídios sôbre o andamento dos negócios na pasta da Educação encontrareis no relatório anexo de seu ilustrado titular, valendo ressaltar, apenas, aqui, para efeito de memória, a criação e instalação, durante o último ano, da Escola de Belas Artes, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e Escola Politécnica, como unidades básicas destinadas à complementação final da nossa tão almejada e futura Universidade do Estado do Espírito Santo.

SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Se fôsse necessário ainda comprovar os benefícios decorrentes para os serviços públicos de um planejamento a longo prazo, o simples enunciar das realizações alcançadas pelo Departamento Estadual de Saúde valeria como uma consagração. Funcionando, dêsde 1940, à base de um programa racional, predelineado pela competência técnica do insigne Professor Barros Barreto, vem êsse órgão da administração pública prestando à coletividade espírito-santense assinalados serviços que ainda não obtiveram de nossa gente as apoteoses a que fazem jús. Os expressivos gráficos que acompanharão esta Mensagem, ilustrando o declínio contínuo e sistemático dos índices de mortalidade geral em Vitória, da mortalidade infantil na Capital e mesmo no interior, aliados às demonstrações gráficas do constante crescimento dos índices vitais na Capital e no Estado, são testemunhos eloquentes dos notáveis resultados auferidos pela nossa gente em consequência de uma política de saúde bem inspirada e fielmente executada.

POLÍTICA DE BEM ESTAR SOCIAL

Em minhas primeiras palavras aos egrégios representantes do povo capixaba, ao ler a plataforma de Govêrno, tive ocasião de salientar que os sanitaristas da Organização Mundial de Saúde concebem a Política de Bem Estar Social como sinônimo de Saúde Pública. Obedientes às inspirações da nossa própria vocação, não podería-

mos deixar ao desamparo tão importante setor administrativo. O simples relancear aos algarismos que expressam os aumentos das verbas orçamentárias atribuídas ao Departamento de Saúde, refletem os cuidados do atual Govêrno em incentivar e desenvolver a política de Saúde em nosso Estado:

1948	8 533 154,00
1949	12 192 600,00
1950	14 885 060,00
1951	21 602 800,00
1952	27 535 800,00

A criação do novel "Instituto de Bem Estar Social" nos proporcionará, assim esperamos, um novo instrumento destro e capaz de ampliar os benefícios dessa generosa política.

REALIZAÇÕES DA SAÚDE PÚBLICA

No sóbrio relatório elaborado pelo ilustre Diretor do Departamento Estadual de Saúde, encontrareis um nítido escôrço das atividades dêsse órgão, durante o ano de 1951, mas não me posso furtar à satisfação de enumerar aqui, mesmo em ligeira síntese, o conjunto das obras e realizações equacionadas por êsse incomparável setor da administração pública estadual.

1) Construção e instalação da primeira clínica de Cancer do Estado;
2) Conclusão e funcionamento dos serviços de abastecimento de água em Guaçuí, Itarana e Barra de Jucú;
3) Prosseguimento de idênticos serviços, que se encontram em fase de conclusão, nas cidades de Alegre, Itaguaçú e Timbuí;
4) Levantamento topográfico e desenho das plantas cadastrais das seguintes localidades: Afonso Cláudio,

Barra de São Francisco, Águia Branca, Laginha, São Domingos, Marilândia, Jacupemba, Bom Jesus do Norte, Celina, Irupí, Itacibá, Itanguá e Tucum;

5) Estudos e projetos de abastecimento dágua em: Barra de São Francisco, Afonso Cláudio, Nova Almeida, Alfredo Chaves, Itacibá, Itanguá, Tucum, Irupí, Bom Jesus do Norte, Celina, Conceição da Barra, e Santo Antônio do Muquí;
6) Aquisição do Hospital de Misericórdia de Guaçuí;
7) Início da construção do Hospital de Baixo Guandú; auxílio ao prosseguimento e conclusão da Maternidade de Muquí e do Hospital-Maternidade de São Mateus.
8) Campanha contra as Helmintoses, nos municípios de Itaguaçú e Afonso Cláudio, com distribuição de 37 980 "enseals" de criostóides e 663 500 drágeas de ferro, em cooperação com a Divisão de Organização Sanitária do D. N. S.
9) Dedetização de 45 144 edifícios e funcionamento de 776 unidades distribuidoras de Aralen, nos têrmos do acôrdo firmado com o Serviço Nacional de Malária.
10) Conclusão do serviço de abastecimento dagua de Marataízes, com a supervisão do SESP e em articulação com a população local.
11) Melhoramentos nas instalações do Sanatório Getulio Vargas, em acôrdo com o SNT.
12) Conclusão das obras de remodelação do pavilhão anexo à Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro do Itapemirim e aquisição de 3 novas equipes de "abreugrafias" para o cadastro toráxico de São Mateus, Afonso Cláudio e Mimoso do Sul.
13) Consultas médicas a 118 571 pessoas, entre infantes, pré-escolares, escolares e gestantes, dadas sòmente em

1951, nas diversas unidades escolares, sem que se incluam nesse número as pessôas que as procuram para vacinação;

14) Visita domiciliar, no ano findo, a 41 233 pessôas, através das visitadoras do Serviço de Enfermagem dos Centros de Saúde e Postos de Higiene de 1.ª classe.

15) Benefício prestado pelos serviços do DES em consultas e visitas acumuladas durante o ano de 1951 a 699 755 pessoas, tendo sido vacinadas contra as febres tifóidicas, a varíola, a difteria, a coqueluche e a tuberculose 163 171 indivíduos.

FINANÇAS DO ESTADO

Deu o Espírito Santo, no ano que passou, mais uma prova evidente da exuberante vitalidade de seu crescimento econômico. Contra uma estimativa de Cr$ . . . . . 238 622 800,00, a receita orçamentária alcançou a cifra "record" em tôda a sua história de Cr$ 343 240 986,00, evidenciando um acréscimo de Cr$ 104 618 186,00 e os tentando um crescimento vegetativo, sôbre a anterior arrecadação, de 30,2%.

E isso em um ano assolado pela maior estiagem de todos os tempos, em que o flagelo da broca dizimou milhares de cafeeiros e concorreu grandemente para uma ligeira síncope da nossa produção exportável.

SUPERAVIT

Sobrecarregada a Despesa com dispêndios efetuados em exercícios anteriores, que exigiam regularização, com a abertura de créditos especiais e suplementares de várias verbas, elevou-se ela à cifra de Cr$ 340 149 875,00, propiciando-nos, ainda assim, um superavit de Cr$ . . . . . 3 091 111,00, na Execução Orçamentária do exercício financeiro.

DISPONIBILIDADES DO TESOURO

No encerramento do exercício, o saldo em numerário ascendia ao total de Cr$ 89 470 271,20, sendo Cr$ . . . 71 990 584,90 depositados em Bancos e Cr$ . . . . . 17 479 686,30, em Caixa e nas várias repartições arrecadadoras do Estado.

Considerando-se que a Dívida Total do Estado está limitada a Cr$ 81 222 474,60, depreende-se, fàcilmente, que o Tesouro Estadual possui, em Caixa, Disponibilidades suficientes para liquidar, à vista, todo o Passivo do Estado, o que nos parece constituir exemplo raro, no Brasil. Ademais, para melhor configurar o desafôgo e mesmo a "euforia financeira" atual do nosso Erário, basta ressaltar que o Passivo Estadual representa, apenas 1/4 da cifra de sua arrecadação ânua, o que, também, não é comum em grande parte das Unidades de nossa Federação.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Os elementos anexos a esta Mensagem, que acompanham o modelar relatório de autoria do ilustre e competente titular da Pasta, espelham, fielmente, os resultados auspiciosos alcançados pela sua experimentada direção. Nêles encontrareis todos os elementos para uma apreciação serena das diretrizes que nortêiam a política financeira do atual Govêrno, assim como o conjunto das medidas fiscais postas em execução, durante o último exercício. Entre essas medidas merecem ressaltadas as que transformaram o Pôsto de Fiscalização, no Rio de Janeiro, em Procuradoria Fiscal, o novo Sistema de Incidência e Cobrança de Tributos sôbre Café, e, sobretudo, a instituição do novo Código Tributário, trabalho de fôlego que veio preencher sensível lacuna em nossa legislação, eis que, devido às inúmeras alterações sofridas pelo antigo diploma, datado de 1939, não existia, pràticamente, codificação das leis fiscais do Estado.

INTERIOR E JUSTIÇA

O espírito de equilíbrio, urbanidade e tolerância que caracterizam e constituem mesmo o apanágio do nobre povo espírito-santense, em regra geral, não oferecem ao Govêrno do Estado motivos de maiores preocupações com a manutenção da ordem pública. Ainda uma vez, durante o ano findo, tal premissa se confirmou na prática, permitindo que o Relatório do ilustre e digno Secretário do Interior e Justiça pudesse omitir, sôbre êste aspecto, qualquer acontecimento de maior relevância.

LIMITES ESTADUAIS

A ação de limites proposta pelo Estado de Minas Gerais contra o Espírito Santo, ainda pende da decisão do Supremo Tribunal Federal. Foram apresentados os laudos dos senhores peritos indicados pelas partes e o do Perito-desempatador, nomeado pelo Ministro-Relator, tendo sido aberta vista aos litigantes para a solicitação de pedidos de esclarecimentos aos Peritos, providência que naturalmente será adotada assim que o Augusto Pretório, findas as férias anuais, reinicie sua atividade. Além dos ilustres advogados a que estava afeta a causa, brilhante equipe desfalcada com o prematuro falecimento do grande mestre Targino Ribeiro, convidei para coadjuvarem na defesa dos sagrados direitos de nossa terra, os doutos Juristas conterrâneos Dr. Francisco Gonçalves, Dr. Jair Tovar e Dr. Aristeu Borges de Aguiar, êste lamentàvelmente desaparecido em Setembro último. Da ação conjunta dos seus eméritos defensores, aos quais não tem faltado a assistência constante do Govêrno, muito espera o nosso Estado.

Na região, tem o Executivo procurado, paralelamente com a realização de obras e serviços públicos necessários, manter a tranquilidade de que tanto carece o nobre e valoroso povo de Barra de São Francisco.

Os incidentes verificados, exceto o do assassínio do dedicado Prefeito Manoel Gonçalves, não tiveram maior vulto, tendo sido de prudência e de vigilante defesa dos superiores interêsses do Estado, o sentido da orientação dos Poderes Públicos.

Com o nosso grande vizinho do Norte, tivemos a oportunidade de firmar, em Salvador, acôrdo referendado pela Lei n.º 506, de 10 de julho de 1951, pelo qual, sem estremecimento das relações fraternas que unem bahianos e capixabas, ou de nova e imediata disputa judicial, ficou assegurada a possibilidade da revisão, em futuro, da linha de lindes fixada pelo Espírito Santo com a Bahia pelo Convênio de Abril de 1926.

REALIZAÇÕES

Entre as realizações operadas nesta Secretaria, no decorrer de 1951, tôdas específicamente enunciadas no sucinto Relatório do ilustrado Titular da Pasta, cumpre-me salientar, em linhas gerais, o reaparelhamento da Polícia Civil com criação e funcionamento da Escola de Polícia, a instalação, a título experimental, do Serviço de Rádio Patrulha, cujos excelentes resultados têm sido constantemente proclamados pela população, a criação da Assessoria Técnico Consultiva, a remodelação, quase radical, da Imprensa Oficial, transformada por lei em Departamento de Imprensa Oficial, convenientemente aparelhado com as mais modernas Linotipos e máquinas acessórias, novas diretrizes na Penitenciária do Estado, além de inúmeros outros melhoramentos nas várias outras repartições a seu cargo.

OBRAS PÚBLICAS

No mesmo diapasão das outras Secretarias de Estado, intenso foi o rítmo construtivo da SVOP, entregue à competência e dedicação de seu ilustre Titular.

Foram concluídas, durante o período anual de 1951, as seguintes obras:

Grupo Escolar de Vila Velha — reforma	537 964,60

Grupo Escolar de Mulembá ...	170 000,00
" " " Goiabeiras ..	170 000,00
Novos pavilhões na Escola de Odontologia	643 314,00
Grupo Escolar de S. Torquato	887 292,30
Grupo Escolar da Praia Comprida	1 667 902,50
Grupo Escolar de Afonso Cláudio	758 784,60
Grupo Escolar de Conceição da Barra	491 361,40
Grupo Escolar de S. Mateus ..	705 231 ,00
" " " Alfredo Chaves	427 370,70
Grupo Escolar de Guaraparí ...	515 621,00
Grupo Escolar de Nova Venécia	391 500,00
Grupo Escolar de Linhares	367 578,00
" " " Jardim América	780 826,60

Estando ainda em fase de conclusão, os seguintes: Grupo Escolar de Aribirí, Jardim de Infância da Praia Comprida, e em execução: Grupo Escolar de Caratoíra, Sauassú, Paul de Dentro, Jardim de Infância no Parque Moscoso, Colégio Estadual do Espírito Santo, além de muitas outras obras de reparo e ampliação.

No setor Segurança Pública, foram concluídas as Delegacias e Cadeias de Itapina, Linhares, São Mateus, Serra e Batalhas, estando em execução as de Guaraparí, São Domingos e Conceição da Barra.

GOVÊRNO DO ESTADO

As atividades puramente administrativas, que importam em grande sobrecarga de trabalho diuturno afeto à Secretaria do Govêrno acionada por brilhante e operoso titular, no que se refere ao movimento de procesos e documentos e serviços normais dos gabinetes civil e militar, expressaram em 1951, extraordinário volume. Os Orgãos superintendidos pela Secretaria: Departamento Estadual de Saúde, a que já me referi linhas acima, Departamento Estadual de Estatística, impulsionado por pessoal competente e agora provido de moderno equipamento "Multilite", o Serviço Jurídico que passou eficientemente a representar ativa e passivamente o Estado em ambas as entrâncias e a Rádio Espírito Santo, valioso instrumento de educação popular e de difusão da cultura e da vida do Estado, que tem recebido constante assistência para o aperfeiçoamento de sua alta missão — realizaram, no exercício anterior, trabalho produtivo, correspondente ao valor e capacidade de seus dedicados dirigentes e servidores.

Os Departamentos e Serviços diretamente subordinados ao governador: Ministério Público, Departamento do Serviço Público e Departamento das Municipalidades, cujas atividades estão explanadas nos relatórios de seus competentes dirigentes, souberam dar cabal desempenho à missão que a cada um está afeta, superando com o desejo de ser útil ao Estado as deficiências por ventura observadas nas suas respectivas organizações.

Movido pelo desejo de cercar a administração do conselho e da experiência de figuras exponenciais dos vários ramos de atividade, tive a honra de propor e de ver aprovada pela nobre Assembléia, a criação do Conselho Consultivo de Administração, objeto da Lei n.º 528, de 2 de outubro de 1951, já instalado e prestando relevantes serviços ao Estado.

SANEAMENTO DAS BAIXADAS

Pela primeira vez, inclui-se na Mensagem do Govêrno Estadual um relatório do Distrito do Espírito Santo do Departamento Nacional de Obras de Saneamento. Criado, pelo decreto-lei n.º 6 354, de 20 de março de 1944, ainda ao tempo da minha primeira Interventoria e às mi-

nhas instâncias junto ao Govêrno Federal, vem êsse serviço prestando reais benefícios ao nosso Estado. A prova real a tivemos, em sua última e recente interferência nas obras de defesa contra enchentes, na próspera Cidade de Muquí.

Transcrevo, para vosso conhecimento, ofício recebido do operoso Chefe do Distrito, o competente engenheiro Roberto Viana Rodriguez:

"Venho com a maior satisfação à presença de V. Excia. relatar os primeiros resultados observados das obras que se estão realizando em Muquí numa brilhante demonstração de como providências oportunas do Govêrno de V. Excia. conseguiram evitar uma enchente naquela cidade.

Com as fortes chuvas dos dias 30 de Dezembro último e 17 de Janeiro corrente já se evidenciou o acêrto das medidas tomadas para defender a cidade de Muquí das frequentes inundações que quase anualmente causavam grandes prejuízos à sua população e ao comércio.

Dêsde a grande inundação de 23 de Novembro de 1950, repetindo o quadro dantesco de 1935, sem mortes a lamentar por uma excepcional providência divina, vinha a assustada população da cidade clamando por socorro, solicitando por todos os meios ao seu alcance medidas governamentais que a defendessem da calamidade.

Em 1.º de março de 1951 dirigiu-se V. Exa. a êste Departamento, órgão especializado no assunto, a fim de que estudassemos as medidas capazes de defender a cidade de Muquí contra inundações do seu rio.

Iniciados, em seguida, os levantamentos, nivelamentos, estudos de chuvas etc., sòmente em setembro do mesmo ano, por um notável esfôrço de rapidez, esboçava-se um plano de obras de defesa contra as enchentes do Muquí.

Concedido pelo Estado um crédito de 500 mil cruzeiros à Prefeitura para, sob a orientação técnica do D. N. O. S., executar algumas obras de emergência recomendadas naquele plano, imediatamente tiveram início os trabalhos. Em menos de três meses de trabalho já foram executadas as partes mais importantes, ou pelo menos mais urgentes, do esquema geral. Era dificil esperar resultados tão bons como os obtidos.

Foram construídas duas pontes de madeira sôbre estacas, ambas de 30 metros de comprimento e uma terceira está em andamento. Foi escavado o canal sob essas pontes e no ponto de maior estrangulamento de seção foi feita grande excavação atingindo-se quase a seção projetada.

Os trabalhos de excavação foram feitos por um trator alugado pela Prefeitura, por uma draga do D. N. O. S. e por turmas de operários hàbilmente dirigidos por um funcionário da Prefeitura.

No dia 17 próximo passado os pluviômetros instalados nas várias bacias contribuintes do rio Muquí registraram 64mm e 75mm de altura de chuva em aproximadamente duas horas. Esta foi uma chuva maior que a de 23 de Novembro de 1950 quando o pluviômetro da Leopoldina registrou 42mm apenas. Essa grande chuva, que provàvelmente afluiu com a mesma velocidade da de 1950, encontrando maior o al-

veo do rio, pôde ser escoada ràpidamente sem alagar a cidade.

Congratulo-me com V. Excia., pelo resultado alcançado e peço vênia para lembrar a urgência do início da defesa contra a erosão das cabeceiras dos formadores do rio Muquí. Os materiais arrastados tendem a obstruir novamente o canal repetindo periòdicamente a necessidade de dragagem."

OUTROS ASPECTOS ECONÔMICOS

A economia brasileira, e também a espírito-santense, sempre se ressentiu da carência de bens de produção básicos. Como vos relatei, de início, é preocupação constante do atual Govêrno promover as medidas indispensáveis visando ao pleno desenvolvimento industrial do Estado. E nêsse sentido, ainda recentemente, pela lei n.º 614, proporcionou condições favoráveis para o desenvolvimento da nossa indústria de cimento. A produção brasileira dêsse material básico para a prosperidade econômica de qualquer região é de 24,5 quilos "per capita", quando à média mundial é estimada em 59,3. Os planos em andamento, permitirão ampliar-se a produção da atual Fábrica para 2 000 sacos diários e a instalação de nova Fábrica com a capacidade de 10 000 sacos por dia, o que elevará a produção "per capita" em nosso Estado a cêrca de 183,6 quilos, três vêzes maior que a média mundial.

Também com relação ao trigo, mercê da vossa inestimável colaboração, logramos sancionar há pouco importante diploma legal que permitirá, em breve, a instalação do primeiro Moinho nesta Capital. Essas notícias alvissareiras prenunciam a grande fase de transfiguração econômica para a qual o Espírito Santo caminha, inelutàvelmente, e que marcará o seu apogeu quando, em decorrência de imperativos econômicos irrefreáveis, aqui se instalarem também os altos fornos de uma grande Usina Siderúrgica.

SECRETARIA DA FAZENDA

A obrigação constitucional (art. 33, itens XI e XIII) do Governador enviar à Assembléia, dentro do primeiro mês da sessão legislativa, a prestação de contas do exercício anterior e a de apresentar mensagem, por ocasião da abertura daquela sessão, dando conta da situação geral do Estado e solicitando as providências que julgar necessárias, não traria dificuldade de ordem material à Secretaria da Fazenda, se a abertura da sessão legislativa não se realizasse no dia 15 de março. Em menos de dois meses apenas de prazo, após o encerramento do exercício, é quase impossível à Secretaria da Fazenda encerrar as contas financeiras, analisar em detalhe a execução orçamentária, realizar os ajustes das contas patrimoniais, estudar as causas e os efeitos da prática administrativa em determinados setores da atividade governamental, para a concatenação de todos êsses fatos num relatório detalhado ao Governador, para que êste, por sua vez, possa preparar, em poucos dias, a mensagem exigida pela Constituição.

Parece que se impõe uma reforma daquele dispositivo constitucional, alterando os prazos previstos nos itens XI e XIII do art. 33, a fim de que a Assembléia possa receber a prestação de contas e a mensagem do Governador em bases mais analíticas e mais completas sôbre a situação geral do Estado. Dentro do prazo atualmente disponível, a Secretaria da Fazenda, com um esfôrço muito grande dos seus técnicos, o que pôde fazer é um resumo da situação financeira do Estado, no encerramento do último exercício, conforme passo a expor.

CAFÉ

Manteve-se firme o preço do café durante o ano de 1951, não obstante a sua fixação nos Estados Unidos ter trazido uma espectativa de sacrifícios para a economia do Estado, no início do ano.

A cotação do mercado que, em 1950, na praça de Vitória, para o disponível, do tipo 7/8, atingiu a média de Cr$ 130,00 por 10 kg, em 1951, elevou-se a de Cr$ 154,88.

A quantidade exportada em 1951, de cafés espírito-santenses, pelos portos de Vitória e Rio, foi mais elevada em 897 845 sacos do que em 1950.

O valor oficial de exportação do produto, que, em 1950, atingiu a Cr$ 1 479 573 650,00, em 1951 alcançou Cr$ 2 001 711 144,10, ou sejam, 26,0% mais alto.

O preço do café torrado, em Vitória, que, em média, era de Cr$ 24,80 por kg, em 1950, subiu em 1951, para Cr$ 25,20, não se justificando, absolutamente, êsse acréscimo de Cr$ 0,40 por kg., de vez que, a partir de julho, o café em grão, destinado ao consumo interno, ficou isento do impôsto de vendas e consignações. Entretanto, observamos que a majoração no preço acompanhou a cotação do produto para exportação.

A safra agrícola de 1950/1951, apurada segundo as entradas dos cafés nos armazens reguladores de Vitória e Rio, atingiu a soma de 1 301 456 sacos. Da safra de 1951/1952, conforme os registros nos referidos armazens, só no segundo semestre de 1951 entraram 1 464 650 sacos, já superando o total da anterior, em 11,1%.

A área cultivada com cafeeiros em produção, que em 1950 era de 228 991 hectares, em 1951 subiu para 243 734 hectares, apresentando um aumento de 6,4%.

O rendimento médio de 0,328 kg por pé e 390 kg por hectare em 1950, elevou-se em 1951, a 0,358 e 420 kg respectivamente, o que nos faz prever uma safra, aproximadamente, de 1 700 000 sacos em 1951/1952.

Num total de 873 615 sacos classificados em 1951 pela Bolsa Oficial de Mercadorias para exportação, pelo pôrto de Vitória, 43,85% atingiram o tipo 7 para melhor, o que vem demonstrando, apesar dos efeitos da broca, que uma melhora sensível já se opera em relação às entradas em Reguladores desta praça, por isso que os cafés que alcançam prêmios (tipo 5, para melhor) foram exportados num total de 63 120 sacos.

A execução dos serviços de armazenamento do café consignado aos Armazens Reguladores, continua sendo efetuada por intermédio da Cia. Espírito Santo e Minas de Armazens Gerais, mediante contrato firmado com o Govêrno, no qual estão estipuladas as condições da execução do serviço. A fiscalização dêsse instrumento contratual está a cargo do Serviço de Defesa do Café que, para melhor atender aos interêsses do produtor e do comércio exportador, coordenando-os com os do Estado, vem trabalhando em articulação com aquela Cia. e com a Bolsa Oficial de Mercadorias.

O contrato com a Cia. Espírito Santo e Minas de Armazens Gerais precisa ser atualizado e para isso está a Secretaria da Fazenda tomando as respectivas providências, porque, muitas das suas cláusulas já se acham alteradas por sucessivos decretos. Há necessidade de adaptá-las não só às modificações havidas na legislação cafeeira, como, também, às contingências econômicas impostas pela elevação de salários, impostos, etc.

O quadro abaixo discrimina o movimento das entradas de café nos armazens reguladores de Vitória e Rio, em 1951:

Em Vitória:			
1.º semestre	192 742		
2.º semestre	733 820	926 562	
No Rio:			
1.º semestre	138 714		
2.º semestre	730 830	869 544	
Total:			1 796 106

As liberações, em Vitória e Rio, foram as seguintes:

Em Vitória:			
1.º semestre	223 107		
2.º semestre	612 956	836 063	
No Rio:			
1.º semestre	157 226		
2.º semestre	607 668	764 668	
Total:			1 600 731

Durante o ano de 1951 foram exportados pelos portos de Vitória e Rio, 1 900 604 sacos, sendo 1 639 514 para o exterior, e 261 090 para outros Estados do país, conforme assinala o quadro que se segue:

VITÓRIA				
Para o exterior				
1.º semestre	159 142			
2.º semestre	437 636	596 778		
Para outros portos nacionais				
1.º semestre	97 836			
2.º semestre	162 364	260 200	836 978	
R I O				
Para o exterior				
1.º semestre	409 215			
2.º semestre	633 521	1 042 736		
Para outros portos nacionais				
1.º semestre	130			
2.º semestre	760	890	1 043 626	
Total:				1 900 604

Essa exportação se destinou aos seguintes portos:

Por Vitória, para:

América	263 983	
Europa	234 572	
África	52 160	
Ásia	46 063	
Portos nacionais	260 200	856 978

Pelo Rio, para:

Europa	584 962	
América	329 324	
Ásia	75 832	
África	50 205	
Oceania	2 413	
Portos nacionais	890	1 043 626
Total:		1 900 604

O valor oficial das exportações por Vitória, atingiu a Cr$ 881 451 072,00 e pelo Rio de Janeiro, a Cr$ 1 120 260 072,10.

A partir do início da safra em curso, conforme as deliberações tomadas pelo govêrno, depois das reuniões em mesa redonda e nas quais tomaram parte, além do Secretário e dos técnicos da Secretaria da Fazenda, o Presidente da Bolsa Oficial de Mercadorias, os diretores do Centro do Comércio de Café e o Presidente da C. E. S. M. A. G., entraram em vigor as novas medidas referentes à tiragem de amostras e classificação de todo café entrado em reguladores, no pôrto de Vitória, a fim de que fôssem feitas a secagem e rebenefício do produto que não satisfizesse as exigências de boa seca, qualidade e tipo apreciável.

No período de julho a dezembro foram levados à secagem e rebenefício, 61 853 sacos de café abaixo de tipo 8, mofados, húmidos e mal sêcos, entrados nos Reguladores.

Acredito que, com essa providência, permanentemente executada na entrada dos cafés nos Reguladores e o rigor na classificação do produto no ato da exportação para o exterior, o conceito do pôrto de Vitória perante às praças importadoras estrangeiras melhorará dentro de um futuro muito próximo.

Com relação ao café destinado ao consumo interno, na Capital e cidades vizinhas — Espírito Santo e Cariacica — a lei que regula as atividades do Serviço de Defesa do Café estende a sua ação fiscalizadora às torrefações, visando garantir ao consumidor uma bebida de boa qualidade. Diàriamente as torrefações são inspecionadas, sendo verificadas as condições do produto, antes e depois da torragem, e nenhum café destinado à torrefação dá entrada em Vitória sem a prévia autorização daquele Serviço Durante o ano findo, foram expedidas 174 autorizações referentes a 5 493 sacos destinados às emprêsas de torrefações existentes em Vitória.

Relativamente ao café procedente do Estado de Minas Gerais entraram em Vitória 59 672 sacos. Não existindo armazens reguladores daquele Estado, nesta Capital, êsse café é liberado pela Divisão da Economia Cafeeira, do Ministério da Fazenda, no ato da entrada em Vitória, obedecida a quota atribuída ao aludido Estado em nosso pôrto.

No término do ano, precisamente em 31 de dezembro, existiam em estoque disponível na praça de Vitória, 93 248 sacos de café, e nos armazens reguladores, aguardando liberação, 143 282 sacos.

NOVO SISTEMA DE INCIDÊNCIA E COBRANÇA DE TRIBUTOS SÔBRE O CAFÉ

Por determinação do senhor Governador, a Secretaria da Fazenda estudou minuciosamente um memorial do Centro dos Exportadores de Vitória, a respeito de várias medidas por êsse órgão de classe sugeridas ao Govêrno e tendentes a solucionar algumas dificuldades que entravavam os negócios de café na praça de Vitória.

Várias reuniões foram realizadas sob a presidência do Secretário da Fazenda com os interessados e os técnicos da Bolsa Oficial de Mercadorias, da Cia. Espírito Santo e Minas de Armazens Gerais e do Fisco, tendo sido apresentadas as sugestões daí resultantes e que visavam a melhoria da qualidade dos cafés, a eliminação dos excessos de formalidades administrativas para facilitar os negócios do produto, e a uniformidade tributária sôbre o café em grão, simplificando os métodos de fiscalização e arrecadação da receita proveniente da movimentação das safras.

O projeto encaminhado ao Legislativo e que foi convertido na Lei n. 502, de 6 de julho de 1951 teve grande repercussão no seio das classes interessadas, que se mostraram satisfeitas com o novo sistema, pois foi inegável o benefício que adveio para os agricultores, comerciantes e para o próprio Estado, livres como ficaram das dificuldades que se antepunham à livre circulação e ao comércio do café.

ATIVIDADES DA FAZENDA NO RIO DE JANEIRO

O Pôsto de Fiscalização, no Rio de Janeiro, foi transformado, em 1951, pela Lei n. 500, de 2 de julho, em Procuradoria Fiscal do Estado, para que as atribuições que vinha desempenhando ficassem enquadradas na realidade. Aquela repartição do Estado, no Distrito Federal, não era apenas um Pôsto Fiscal. Outras funções importantes lhe eram cometidas, entre as quais a de procuratória nos vários Ministérios, na Justiça Federal, nos Bancos e outras entidades que mantêm relações com o Govêrno.

Os serviços que vem prestando à administração estadual, quer na parte de fiscalização dos nossos tributos sôbre mercadorias destinadas ao Rio de Janeiro, por mar, terra e ar, quer na assistência aos negócios do Estado, no Distrito Federal, são sobremodo eficientes, principalmente depois da transformação por que passou a organização de seus serviços internos em 1951.

Os postos de fiscalização de Caxias, Niterói, Praia Formosa, Cais do Pôrto e Aeroporto controlaram as mercadorias transportadas do Espírito Santo por 4 607 caminhões, 1 854 vagões ferroviários, 94 navios e inúmeros aviões, provocando a arrecadação de diferenças de tributos e multas, no valor de Cr$ 212 632,50.

A receita orçamentária arrecadada pela repartição, somou Cr$ 392 309,50 e a extra-orçamentária atingiu a Cr$ 1 149 508,80, não contando o movimento de fundos correspondentes a suprimentos, que se elevou a Cr$ 11 333 103,00.

O serviço jurídico da Procuradoria Fiscal vem desenvolvendo sua atividade regularmente. Todos os feitos que em 1951 lhe foram atribuídos tiveram solução amigável, sem nenhum prejuízo para o Estado, inclusive os processos antigos, de ns. 29 418, RC 889 e R 2794, em que eram partes Simon Fausto, Adalberto Vertes e Cia. de Seguros Albíngia, respectivamente. Todos os débitos em cobrança foram recolhidos na forma da lei.

Além dêsses, promoveu o recebimento de parte do débito de Acy Castro Domingues, na importância de Cr$ 10 000,00, cujo executivo corre pela 3.ª Vara da Fazenda do Distrito Federal, aguardando o feito a solução do recurso interposto pela Secretaria da Fazenda. Também acompanha, o Serviço Jurídico, o Recurso Extraordinário sob n. 19 783 em que são partes o Instituto de Previdência e Assistência "Jeronimo Monteiro" e Hélio Peixoto de Melo, sendo assistente o Estado, cujo recurso aguarda julgamento de embargos oferecidos à decisão da Egrégia Câmara, favorável ao Instituto.

Mas, não são apenas os negócios de caráter oficial que absorvem as atividades da Procuradoria Fiscal. Ela se encarrega, também, por determinação do Gabinete do Secretário, dos interêsses de várias instituições particulares e Prefeituras Municipais, dêste Estado, beneficiadas com subvenções e auxílios federais, acompanhando os processos respectivos e orientando os responsáveis por essas instituições e os Prefeitos, para satisfação das exigências nos vários Ministérios. Todo êsse serviço não importa em nenhuma despesa para os favorecidos, constituindo-se, apenas, numa cooperação expontânea da administração estadual em favor dos interêsses coletivos, num aproveitamento do trabalho que a Procuradoria executa para o govêrno estadual.

Assim é que, a partir de setembro, quando foram expedidas as instruções a respeito dessa extensão de atividades da Procuradoria, e até dezembro, foram acompanhados e ativado o andamento nos diversos Ministérios, de 209 processos de auxílios e subvenções, de vários exercícios.

As várias exigências burocráticas sôbre êsses processos, tais como, faltas de documentos solicitados, autorização expressa do Presidente da República, depois da aprovação do Conselho Nacional do Serviço Social, falta de inscrição nas Divisões de Orçamento e registros no Tribunal de Contas e nas Contadorias Seccionais dos Ministérios respectivos, e, ainda, a falta de liberação dos créditos inscritos em Restos a Pagar de 1950, impossibilitando o recebimento e a indispensável prestação de contas do exercício anterior, dificultaram o andamento de muitos processos. Por isto, só pequena parte foi solucionada, numa soma de Cr$ 1 810 000,00, paga pelo Ministério da Fazenda, no Rio de Janeiro, além de várias ordens expedidas por êle para a Delegacia Fiscal de Vitória.

Foi também restabelecida a competência de nossa repartição no Distrito Federal, de efetuar o pagamento dos inativos residentes no Rio de Janeiro, desde que por êles requerido. São do relatório do Chefe da Procuradoria Fiscal, as seguintes palavras:

> "Todos os beneficiados não se cansam de tecer elogios e apláusos àquele ato administrativo, que bem traduz a boa vontade que tem o Govêrno de atender os reclamos dos seus governados, em uma feliz compreensão da cousa pública. E nós, como representantes da administração, nesta Capital, nos regosijamos com essas manifestações expontâneas daqueles que quando em atividade tanto trabalharam pelo Estado".

SERVIÇOS DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DAS RENDAS

Êsses serviços, sob a direção da Divisão da Receita, embora ainda não estejam reestruturados para se tornarem mais eficientes e econômicos para o Tesouro, apresentaram, com todos os seus defeitos de técnica organizacional, uma atividade apreciável, durante o exercício. Todos os esforços foram empregados para que a arrecadação tributária alcançasse ao máximo previsto no orçamento e se processasse sem entraves e conforme a legislação dos tributos, sem perder de vista a harmonia que deve existir entre o contribuinte e o fisco.

A ação fiscal foi conduzida, de um modo geral, num clima de concórdia. E, se houve atritos entre algum agente da fiscalização e o contribuinte, temos que considerar o fato como excepcional, levando em conta as dificuldades naturais, que os servidores do Fisco sempre encontram no exercício de sua árdua tarefa.

O serviço de fiscalização nas fronteiras e repressão ao contrabando, foi uma das principais preocupações da Secretaria, no setor da Receita Pública.

Foi organizada uma fiscalização volante equipada com 5 jeeps, ao longo de tôda zona lindeira do sul do Estado, por onde se escoava grande parte de nossa produção, principalmente a do café. Êsse serviço, compreendido entre os municípios de Iuna a Ponte de Itabapoana, correspondeu plenamente à espectativa e se encontra em condições de cumprir a sua finalidade, com as modificações que a experiência vem aconselhando. Naquela zona fronteiriça, que, em 1950 foram arrecadados tributos na soma de Cr$ 19 670 280,80, em 1951 arrecadou-se Cr$ 37 280 031,80, ou sejam, Cr$ 17 609 751,00 a mais, conforme quadro abaixo:

	1 950	1 951	Diferença a maior
Fronteira de Pequiá	1 847 307,80	4 076 601,60	2 229 293,80
Fronteira de Divisa	778 438,50	1 889 575,50	1 111 137,00
Fronteira de Iúna	2 048 121,10	3 684 373,90	1 636 452,80
Fronteira de Guaçuí	9 990 624,70	18 035 256,40	8 044 631,70
Front. de B. Jesus do Norte	2 559 047,00	4 675 414,50	2 116 367,50
Fronteira de Apiacá	1 530 302,30	3 275 375,70	1 745 073,40
Fronteira de P. Itabapoana .	916 439,40	1 643 434,20	726 994,80

Porém, nesse setor ainda há muito o que fazer e esperamos levar a efeito em 1952 a instalação de um serviço mais ativo de fronteira, em todo o Estado, em bases plenamente eficientes.

De um modo geral, a fiscalização de rendas procurou cumprir a sua difícil atribuição. Apreendeu mercadorias encontradas em fraude; realizou inúmeros inquéritos fiscais; levantou processos de infração; policiou a fronteira, onde apreendeu produtos que estavam sendo contrabandeados enfim, zelou como pôde pelo cumprimento das disposições fiscais e tributárias. Pela ação direta dos fiscais de rendas, foram arrecadados Cr$ 2 798 473,30 do impôsto de vendas e consignações e Cr$ 4 088 799,30 do impôsto de transmissão inter-vivos.

No que se refere à arrecadação pròpriamente dita, quer na Capital, como no interior do Estado, o serviço se processou normalmente, embora com as mesmas falhas de organização geral já observada em relação aos serviços fiscais. O aumento da arrecadação dêste ano, comparada com a do ano próximo passado, realizada pelas repartições arrecadadoras — Recebedoria de Vitória e Coletorias — foi devido ao aumento da produção, a valorização dos bens de consumo e das propriedades em geral, a uma série de providências administrativas e, em parte, ao esfôrço da fiscalização volante da fronteira.

A Recebedoria arrecadou em 1951, Cr$ 114 280 546,60, contra Cr$ 87 468 168,90, em 1 950, isto é, a maior em 1951, Cr$ 26 812 377,70.

As coletorias tiveram uma arrecadação de Cr$ 202 368 583,70 em 1951, contra Cr$ 153 663 008,20 em 1950. A mais, portanto, em 1951, Cr$ 45 705 515,50.

Os quadros que se seguem, espelham a arrecadação de 1951 comparada com a de 1950, pelas repartições arrecadadoras da Fazenda Estadual.

Quanto ao decréscimo observado na arrecadação de algumas coletorias, em comparação com a do ano próximo findo, estão sendo procedidas investigações locais para esclarecimento de suas causas.

QUADRO COMPARATIVO DA ARRECADAÇÃO DAS COLETORIAS E RECEBEDORIAS DA CAPITAL NOS ANOS DE 1950 E 1951

COLETORIAS	1 951 Cr$	1 950 Cr$	DIFERENÇA Cr$
Afonso Claudio	4 446 246,40	6 436 343,90	— 1 990 097,50
Alegre	12 000 881,00	7 795 444,30	-|- 4 205 436,70
Alfredo Chaves	1 494 211,30	2 355 904,20	— 861 692,90
Anchieta	186 777,90	172 662,80	-|- 14 115,10
Apiacá	3 275 375,70	1 530 302,30	-|- 1 745 073,40
Aracruz	355 116,60	346 536,80	-|- 8 579,80
Baixo Guandú	2 680 461,50	3 095 248,60	— 414 787,10
Barra de São Francisco	2 379 815,80	1 411 511,20	-|- 968 304,60
Bom Jesus do Norte	4 675 414,50	2 559 047,00	-|- 2 116 367,50
Cachoeiro de Itapemirim ...	25 783 928,80	16 742 065,30	-|- 9 041 863,50
Cariacica	2 869 608,00	2 388 321,70	-|- 481 286,30
Castelo	14 241 210,80	9 822 947,10	-|- 4 418 263,70
Celina	3 478 166,70	2 539 405,90	-|- 938 760,80
Colatina	25 536 648,20	20 599 909,40	-|- 4 936 648,80
Conceição da Barra	2 122 916,90	931 541,20	-|- 1 191 375,70
Divisa	1 889 575,50	778 438,50	-|- 1 111 137,00
Domingos Martins	1 077 517,00	1 463 207,90	— 385 690,90
Espírito Santo	2 433 031,10	1 802 062,40	-|- 630 968,70
Fundão	1 346 603,90	2 075 998,50	— 729 394,60
Guaçuí	18 035 256,40	9 990 624,70	-|- 8 044 631,70
Guaraná	884 238,00	679 322,40	-|- 204 915,60
Guarapari	931 890,40	799 152,00	-|- 132 738,40
Ibiraçú	2 192 618,70	2 391 182,40	— 198 563,70
Iconha	2 994 362,10	2 686 056,50	-|- 308 305,60
Itaguaçú	3 230 085,70	4 588 223,30	— 1 358 137,60
Itapemirim	1 944 147,40	1 735 096,30	-|- 209 051,10
Itapoama	733 269,50	438 869,90	-|- 294 399,60
Iúna	3 684 573,90	2 048 121,10	-|- 1 636 452,80
Jabaeté	289 548,70	420 792,40	— 131 243,70
Linhares	2 557 887,60	2 079 499,50	-|- 478 388,10
Marapé	3 192 063,50	1 911 786,70	-|- 1 280 276,80
Mimoso do Sul	9 632 999,10	5 234 159,90	-|- 4 398 839,20
Muniz Freire	3 087 677,20	3 081 764,90	-|- 5 912,30
Muquí	6 600 622,40	4 572 600,10	-|- 2 028 022,30
Pancas	3 098 389,20	4 213 350,60	— 1 114 961,40
Pequiá	4 076 601,60	1 847 307,80	-|- 2 229 293,80
Ponte de Itabapoana	1 643 434,20	916,439,40	-|- 726 994,80
Santa Leopoldina	1 469 482,10	1 859 787,60	— 390 305,50
Santa Teresa	2 797 138,10	4 524 884,20	— 1 727 746,10
São Domingos	3 388 382,70	3 962 745,70	— 574 363,00
São José do Calçado	4 256 340,40	2 401 033,40	-|- 1 855 307,00

QUADRO COMPARATIVO DA ARRECADAÇÃO DAS COLETORIAS E RECEBEDORIAS DA CAPITAL NOS ANOS DE 1950 E 1951

COLETORIAS	1 951	1 950	DIFERENÇA
	Cr$	Cr$	Cr$
São Mateus	2 952 517,50	3 294 653,00	— 342 135,50
Serra	551 256,50	439 834,00	-|- 111 422,50
Vala do Souza	3 785 944,10	2 581 778,60	-|- 1 204 215,50
Vargem Alta	1 600 631,20	2 035 723,70	— 435 092,50
Procuradoria Fiscal	483 667,90	1 081 259,10	— 597 621,20
T O T A L	202 368 583,70	156 663 068,20	-|-45 705 515,50
Recebedoria da Capital	114 280 546,60	87 468 168,90	-|-26 812 377,70
TOTAL GERAL	316 649 130,30	244 131 237,10	-|-72 517 893,20

DUAS PROVIDÊNCIAS SALUTARES, NO INTERÊSSE DO FISCO

I — Aproveitando a oportunidade da modificação tributária sôbre o café em grão, na Lei n.º 502, o art. 13 dêsse diploma revogou a isenção de um modo amplo, ilimitado, que vinham gozando as Cooperativas em geral, sôbre o impôsto de vendas e consignações, mantendo, como era justa, essa isenção apenas nas operações realizadas exclusivamente com os seus associados.

Ficou, assim, definido explicitamente na lei, aquilo que, implicitamente, já estava dito em lei anterior, e que vinha sendo desvirtuado por algumas sociedades cooperativistas existentes no Estado, de vez que estavam algumas delas realizando vultosas operações comerciais com pessoas físicas e jurídicas estranhas aos seus quadros, sem pagamento daquele impôsto.

II — Tendo a Secretaria verificado que o Tesouro vinha sendo prejudicado devido a uma interpretação inexata por parte da fiscalização da lei que regula o trânsito das mercadorias de outros Estados pelo nossa território, fêz baixar a portaria n.º 317, de 20 de agôsto de 1951, estabelecendo normas que disciplinassem a questão.

O resultado não se demorou a se fazer sentir. Logo após a publicação do ato, o impôsto sôbre vendas e consignações passou a ser arrecadado em vários despachos que anteriormente estavam imunes à tributação estabelecida em lei.

CÓDIGO TRIBUTÁRIO

O Código de Impostos e Taxas, datado de 1939, era uma "colcha de retalhos". Pràticamente não existia a codificação das leis fiscais, devido as inúmeras alterações sofridas nesses doze anos decorridos.

Impunha-se um novo Código Tributário, dispondo sôbre os impostos que pertencem ao Estado pela discriminação constitucional de rendas a que se refere a Carta de 1946, e sôbre uma regulamentação mais justa das taxas remuneratórias de serviços prestados pelo Estado.

Foi executado êsse trabalho, levando-se em consideração a capacidade tributária do povo e de modo a não sacrificar a atividade econômica do Estado e não criar obstáculos à sua expansão.

O projeto que tivemos a honra de submeter à Vossa consideração foi convertido na lei n.º 609, de 31 de dezembro de 1951.

CAIXA BENEFICENTE "JERÔNIMO MONTEIRO"

Essa instituição fundada em 1910, prestou ao funcionalismo estadual excelentes serviços. Porém, a sua estrutura não acompanhou o mesmo rítimo de evolução social da vida moderna, principalmente na última década, nem tampouco a conjuntura econômica que atingiu tôdas as classes, inclusive a do funcionalismo público, em face da alta dos preços das utilidades em todo o mundo.

Coube ao Executivo a honra de tomar a iniciativa no sentido de ser realizada uma reforma de base naquele órgão de previdência.

Constituida a comissão de técnicos sob a presidência do Senhor Secretário da Fazenda, depois de meticuloso trabalho me foi apresentado o resultado alcançado no qual se concluia pela proposta da criação do Instituto de Previdência e Assistência "Jerônimo Monteiro" e consequente extinção da Caixa Beneficente de igual nome.

O projeto que tive a honra de elaborar foi convertido na Lei n.º 615, de 31 de dezembro de 1951, pela nobre Assembléia Legislativa.

RECEITA

A receita orçamentária arrecadada alcançou a cifra "record" de Cr$ 343 240 986,00, registrando-se essa arrecadação, nas categorias em que se desdobram os seguintes totais:

Tributária	310 546 969,10	— 90,4%
Patrimonial	3 492 796,70	— 1,1%
Industrial	24 331 573,80	— 7,1%
Extraordinária	4 869 646,40	— 1,4%

Sôbre a estimativa, que fôra de 238 622 800 cruzeiros, evidencia-se um excesso de Cr$ 104 618 186,00 e, em relação à receita do exercício anterior, houve um acréscimo de Cr$ 79 637 262,00, ou sejam 30,2% a mais.

Do volume global arrecadado, Cr$ 295 999 000,00 (em números redondos) couberam aos seguintes impostos e taxas, que são os tributos principais no conjunto da receita do Estado:

Impostos de Vendas e Consignações	147 515 000,00
Taxa de Fomento da Prod. Agr. e Ind. ..	71 990 000,00
Taxa de Defesa do Café	34 551 000,00
Imposto de Exportação	23 995 000,00
Imposto de Transmissão "Inter-Vivos" ..	17 948 000,00

Na receita patrimonial, destaca-se a renda de capitais, que produziu a soma de Cr$ 2 743 636,30, sendo Cr$ 1 423 587,50 correspondentes a dividendos sôbre as ações do Govêrno no Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo S/A. e Cr$ 1 320 048,80 a juros de depósitos bancários.

A renda dos serviços industriais está assim distribuida, por estabelecimentos:

Administração do Pôrto de Vitória	20 871 027,70
Estrada de Ferro Itapemirim	1 575 899,50
Rádio Espírito Santo	736 307,30
Navegação do Ric Doce	194 270,70
Serv. Industriais da Divisão do Fomento	667 707,10
Imprensa Oficial do Estado	251 517,40
Serviços de Eletricidade e Comun. Telefônicas	34 834,10

As estimativas constantes do Orçamento, quanto à Administração do Pôrto de Vitória, Estrada de Ferro Itapemirim, e Rádio Espírito Santo, foram ultrapassadas em Cr$ 4 428 000,00, Cr$ 975 800,00 e Cr$ 341 000,00, respectivamente.

No setor das receitas extraordinárias, a rubrica "Venda de Terras" concorreu com a importância de Cr$ 3 232 491,20, cabendo aos demais itens, como "Eventuais", "Multas", "Indenizações" e "Restituições", a quantia de Cr$ 1 616 105,50.

Segue-se a demonstração dos totais de todos os impostos, taxas e outras receitas orçamentárias arrecadados mensalmente:

Janeiro	18 242 932,10
Fevereiro	15 168 622,20
Março	13 326 641,80
Abril	12 975 804,60
Maio	22 330 134,80
Junho	22 983 186,40
Julho	34 140 310,60
Agôsto	46 442 931,90
Setembro	46 207 187,40
Outubro	42 846 887,50
Novembro	35 799 139,90
Dezembro	32 777 206,80

Como se pode verificar, a média mensal no primeiro semestre foi de Cr$ 17 500 000,00, contra Cr$ 15 100 000,00 em igual período do ano anterior. De julho a outubro — período de maior escoamento da safra de café — a média atingida foi de Cr$ 42 500 000,00, descendo para Cr$ 34 250 000,00 no último bimestre.

RECEITA POR MUNICÍPIO

Importa em Cr$ 201 884 915,80 o total da arrecadação efetuada nos 33 municípios do interior e em Cr$ 141 356 070,20 e da Capital.

Conforme quadro abaixo, os municípios que contribuiram com as maiores cifras são, em ordem decrescente das importâncias registradas: — 1.º, Colatina; 2.º, Cachoeiro de Itapemirim; 3.º, Guaçuí; 4.º, Alegre; 5.º, Mimoso do Sul; 6.º, Castelo; 7.º, São José do Calçado; 8.º, Iúna; 9.º, Muquí e 10.º, Afonso Cláudio.

Municípios	Impostos e Taxas	Receitas Diversas	TOTAL
Afonso Cláucio	4 394 676,00	51 710,40	4 446 246,40
Alegre	19 185 160,40	79 881,40	19 265 041,80
Alfredo Chaves	1 472 067,60	22 143,70	1 494 211,30
Anchieta	182 838,00	3 939,90	186 777,90
Aracruz	1 134 225,00	105 129,60	1 239 354,60
Baixo Guandú	2 638 992,60	41 468,90	2 680 461,50
Barra S. Francisco	2 204 923,60	174 892,20	2 379 815,80
Cachoeiro Itapemirim	29 763 470,20	813 153,30	30 576 623,50
Cariacica	2 852 456,40	17 151,60	2 869 608,00
Castelo	14 201 603,40	39 607,40	14 241 210,80
Colatina	31 389 884,30	633 535,80	32 023 420,10
Conceição da Barra	831 648,60	1 291 268,30	2 122 916,90
Domingos Martins	1 030 012,20	47 504,80	1 077 017,00
Espírito Santo	2 393 419,50	39 611,60	2 433 031,10
Fundão	1 341 383,00	5 220,90	1 346 603,90
Guaçuí	19 883 121,50	41 710,40	19 924 831,90
Guaraparí	909 526,90	22 363,50	931 890,40
Ibiraçú	2 164 258,10	28 360,60	2 192 618,70
Iconha	2 980 721,60	13 640,50	2 994 362,10
Itaguaçú	3 179 456,40	50 629,30	3 230 085,70
Itapemirim	1 925 383,30	18 764,10	1 944 147,40
Itapoama	729 351,50	3 918,00	733 269,50
Iúna	7 614 241,00	146 934,50	7 761 175,50
Jabaeté	280 070,50	3 478,20	289 548,70
Linhares	2 158 813,50	399 074,10	2 557 887,60
Mimoso do Sul	14 482 901,90	68 907,10	14 551 809,00
Muniz Freire	3 073 056,80	14 620,40	3 087 677,20
Muquí	6 582 800,40	17 722,00	6 600 622,40
Santa Leopoldina	1 454 995,90	14 486,20	1 469 482,10
Santa Teresa	2 746 863,30	50 274,80	2 797 138,10
São José do Calçado	8 910 809,40	20 945,50	8 931 754,90
São Mateus	2 562 979,30	389 538,20	2 952 517,50
Serra	539 559,10	11 697,40	551 256,50
Vitória	113 345 197,90	28 010 872,30	141 356 070,20
	310 546 969,10	32 694 016,90	343 240 986,00

SECRETARIA DA FAZENDA

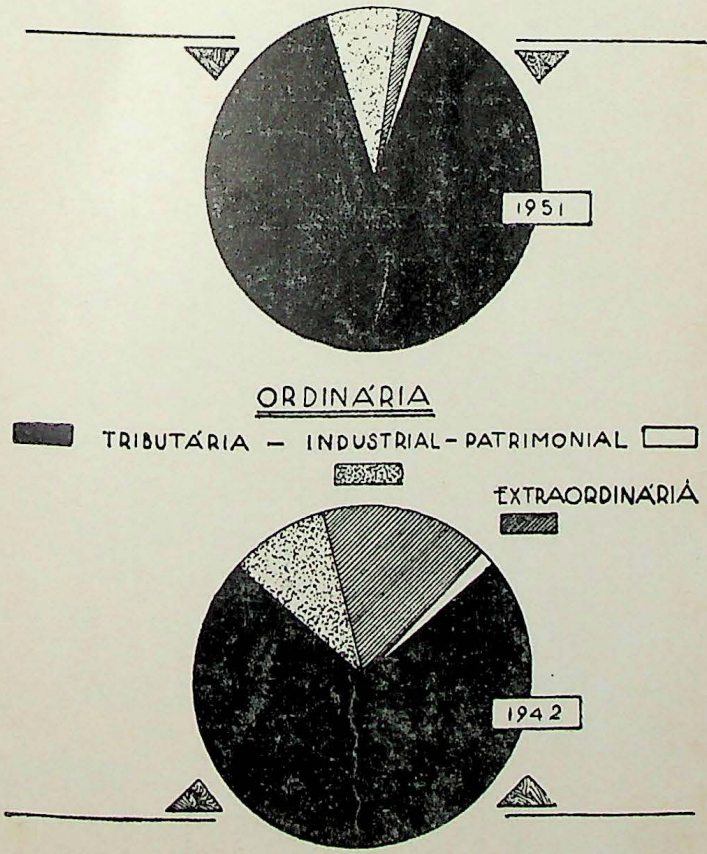
RECEITA GERAL DO ESTADO

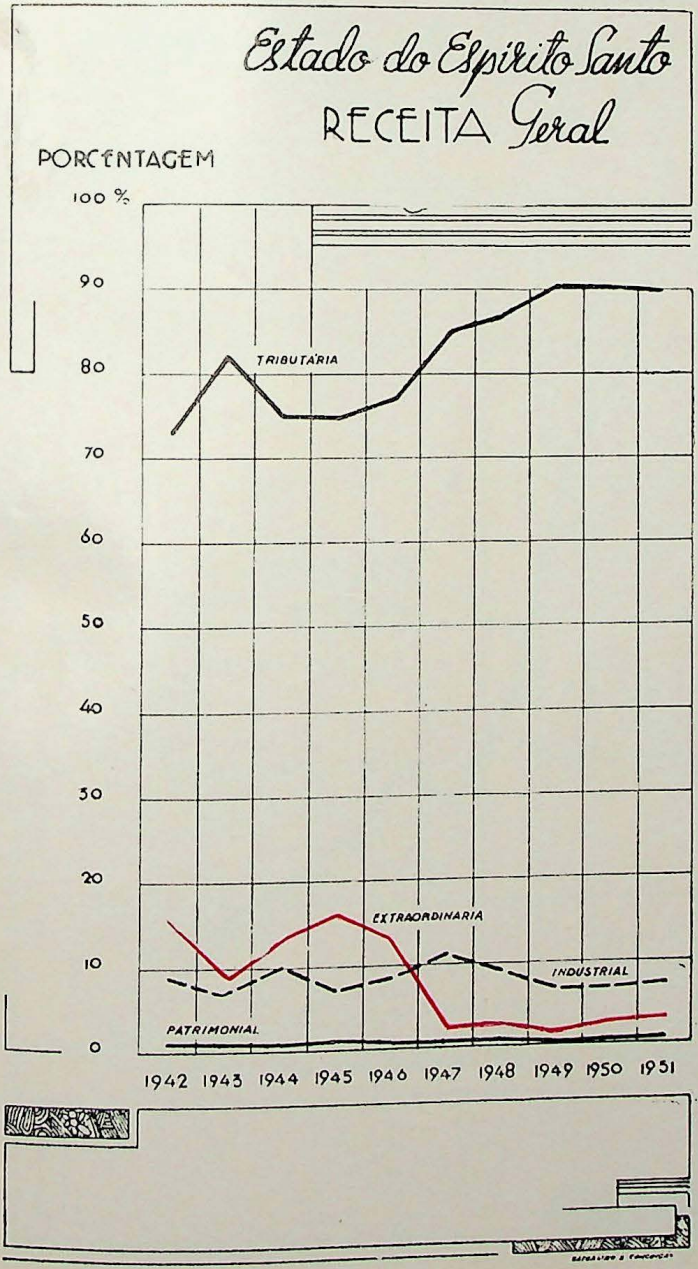
PERÍODO — 1942/1951

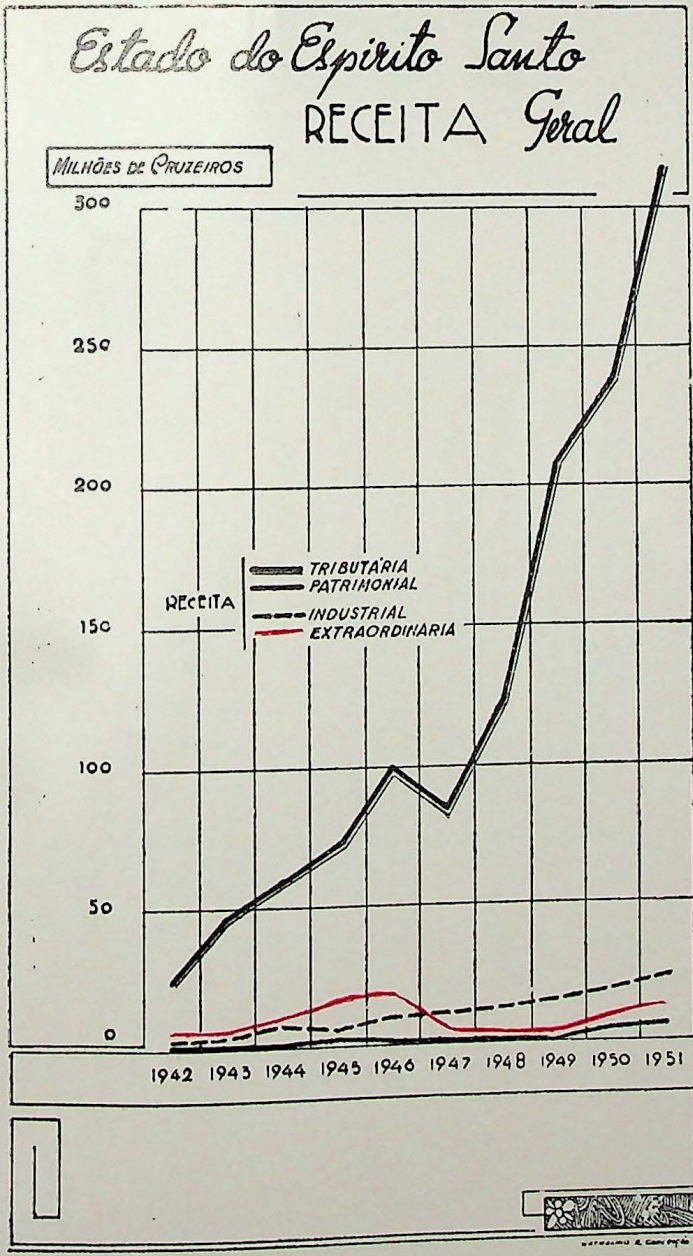
Anos	Receita Tributária		Receita Patrimonial		Receita Industrial		Receita Extraordinária		TOTAL GERAL	
	Cr$	Números índices	Cr$	Números índices	Cr$	Números índices	Cr$	Números índices	Cr$	Números índices
1942	25.278.935,80	100	408.521,30	100	3.288.960,80	100	5.592.788,50	100	34.569.206,40	100
1943	47.896.830,00	189	936.069,90	230	4.014.134,60	122	5.481.758,80	098	58.328.793,30	168
1944	60.335.084,80	239	918.616,20	225	8.093.928,80	246	10.966.076,10	196	80.313.705,90	232
1945	72.904.463,90	288	1.746.697,00	427	6.807.014,20	206	16.002.402,70	286	97.460.577,80	281
1946	101.371.483,30	401	1.292.069,00	316	11.116.552,30	337	17.205.978,10	307	130.986.082,70	378
1947	86.195.850,60	341	1.380.244,80	337	11.190.640,90	340	2.247.705,00	040	101.014.447,30	292
1948	124.556.749,90	492	1.459.697,10	357	12.552.316,30	381	3.675.252,30	065	142.244.015,60	411
1949	208.581.898,40	826	1.127.131,00	275	16.372.186,20	497	3.232.935,20	057	229.314.150,80	663
1950	239.060.401,40	945	2.467.946,00	604	18.111.758,00	550	3.963.618,20	070	263.603.723,60	762
1951	310.546.969,10	1228	3.492.796,70	857	24.331.573,80	739	4.869.646,40	087	343.240.986,00	992

Estado do Espirito Santo

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL das Categorias da RECEITA GERAL




Estado do Espirito Santo
RECEITA Geral
PORCENTAGEM
100 %
90
80
70
60
50
40
30
20
10
0
TRIBUTÁRIA
EXTRAORDINARIA
INDUSTRIAL
PATRIMONIAL
1942 1943 1944 1945 1946 1947 1948 1949 1950 1951


Estado do Espírito Santo
RECEITA Geral
MILHÕES DE CRUZEIROS
300
250
200
150
100
50
0
RECEITA
TRIBUTÁRIA
PATRIMONIAL
INDUSTRIAL
EXTRAORDINÁRIA
1942 1943 1944 1945 1946 1947 1948 1949 1950 1951

SECRETARIA DA FAZENDA

PORCENTAGEM DAS CATEGORIAS DA RECEITA GERAL DO ESTADO NOS DEZ ÚLTIMOS ANOS

PERÍODO — 1942/1951

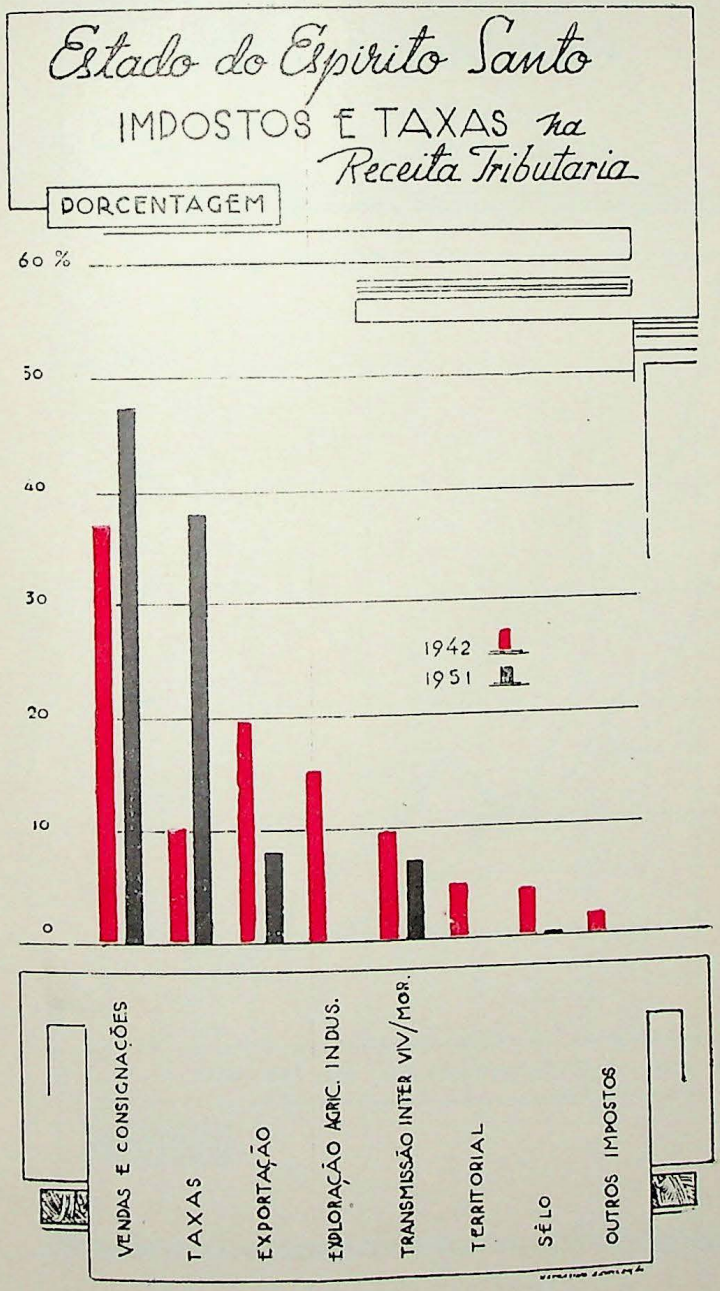
ANOS	ORDINÁRIA			TOTAL	Receita Extraordinária	TOTAL GERAL
	Tributária	Patrimonial	Industrial			
	%	%	%	%	%	%
1942	73,13	1,18	9,51	83,82	16,18	100,00
1943	82,12	1,60	6,88	90,60	9,40	100,00
1944	75,12	1,14	10,08	86,34	13,66	100,00
1945	74,80	1,79	6,99	83,58	16,42	100,00
1946	77,39	0,99	8,48	86,86	13,14	100,00
1947	85,33	1,37	11,07	97,77	2,23	100,00
1948	87,57	1,03	8,82	97,42	2,58	100,00
1949	90,96	0,49	7,14	98,59	1,41	100,00
1950	90,69	0,93	6,88	98,50	1,50	100,00
1951	90,47	1,02	7,09	98,58	1,42	100,00

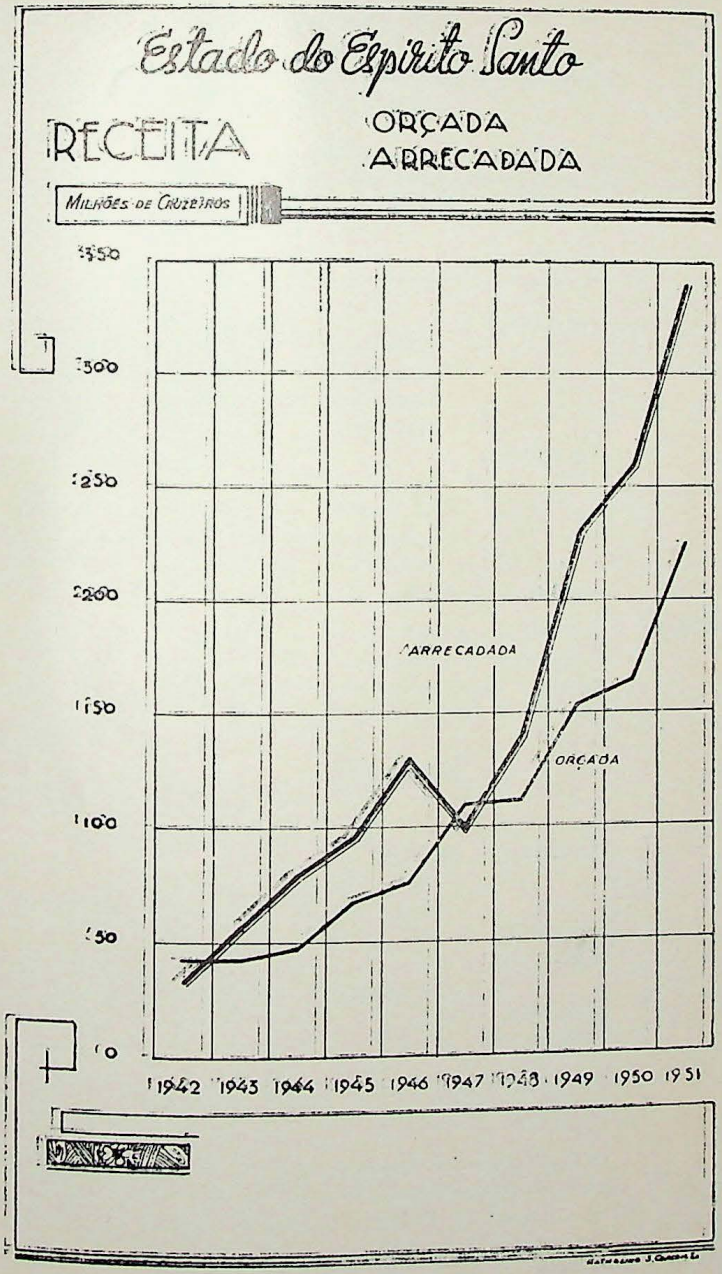
SECRETARIA DA FAZENDA

PORCENTAGEM DOS IMPOSTOS E TAXAS NA RECEITA TRIBUTARIA DO ESTADO NOS DEZ ÚLTIMOS ANOS

PERÍODO — 1942/1951

Anos	Territorial %	Trans. Inter-viv/Mor. %	Vendas e Consignações %	Exportação %	Sêlo %	Explor. agri. indust. %	Outros Impostos %	Taxas %	Total %
1942	4,56	9,20	37,04	19,59	4,09	15,09	0,13	10,30	100 ,00
1943	2,46	6,99	30,34	27,28	2,49	20,99	0,17	9,28	100,00
1944	2,14	8,00	35,07	26,58	3,18	15,93	0,28	8,82	100,00
1945	2,43	8,94	37,06	5,96	3,52	33,60	0,31	8,18	100,00
1946	1,73	8,78	35,04	—	1,53	44,12	0,28	8,62	100,00
1947	1,84	6,06	36,80	—	1,55	44,58	0,45	8,72	100,00
1948	1,28	4,91	41,33	—	1,37	42,67	0,19	8,25	100,00
1949	—	4,68	44,45	7,41	0,82	—	—	42,64	100,00
1950	—	5,82	48,87	8,47	0,78	—	—	36,06	100,00
1951	—	6,44	47,50	7,72	0,67	—	—	37,67	100,00


Estado do Espirito Santo
IMPOSTOS E TAXAS na Receita Tributaria
PORCENTAGEM
60 %
50
40
30
20
10
0
1942
1951
VENDAS E CONSIGNAÇÕES
TAXAS
EXPORTAÇÃO
EXPLORAÇÃO AGRIC. INDUS.
TRANSMISSÃO INTER VIV/MOR.
TERRITORIAL
SÊLO
OUTROS IMPOSTOS


Estado do Espirito Santo
RECEITA
ORÇADA
ARRECADADA
MILHÕES DE CRUZEIROS
350
300
250
200
150
100
50
0
ARRECADADA
ORÇADA
1942
1943
1944
1945
1946
1947
1948
1949
1950
1951

SECRETARIA DA FAZENDA

QUADRO COMPARATIVO ENTRE A RECEITA ORÇADA E A ARRECADADA NOS DEZ ÚLTIMOS ANOS

PERÍODO — 1942/1951

ANOS	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇAS PARA -|-	DIFERENÇAS PARA —
1942	43.656.000,00	34.569.206,40		9.086.793,60
1943	43.491.000,00	58.328.793,30	14.837.793,30	
1944	48.320.000,00	80.313.705,90	31.993.705,90	
1945	65.600.000,00	97.460.577,80	31.860.577,80	
1946	78.200.000,00	130.986.082,70	52.786.082,70	
1947	110.100.000,00	101.014.441,30		9.085.558,70
1948	113.365.600,00	142.244.015,60	28.878.415,60	
1949	153.869.000,00	229.314.150,80	75.445.150,80	
1950	163.541.300,00	263.603.723,60	100.062.423,60	
1951	238.622.800,00	343.240.986,00	104.618.186,00	

DESPESA

No início do ano financeiro a despesa orçada, acrescida dos saldos de diversos créditos especiais transportados do exercício anterior, era de Cr$... 250 880 749,80, mas, com a abertura de créditos adicionais durante o segundo semestre, o total da despesa autorizada ficou elevado para Cr$ 374 002 534,30 conforme demonstração abaixo:

Orçamento.	238.622.800,00	
Transferência de saldos de créditos especiais de 1950 com vigência dilatada ao exercício de 1951.	12.257.949,80	250.880.748,80
Suplementações de verbas e transferências de sub-consignações.		52.426.617,40
Créditos especiais abertos no exercício.....		76.242.045,00
Menos: — Anulações de verbas orçamentárias e transferência de sub-consignações		5.546.877,90
TOTAL AUTORIZADO Cr$		374.002.534,30

Dêsse montante só foi, porém, utilizada a cifra de Cr$ 340 149 875,00, havendo, assim, entre o total autorizado e o dispendido um saldo de Cr$.... 33 852 659,30.

Da mencionada sobra, Cr$ 15 261 603,30 exprimem real economia em verbas e créditos adicionais e Cr$ 18 591 056,00 correspondem aos saldos de créditos especiais que têm vigência dilatada, pelo que serão aplicáveis no exercício de 1952. Os empreendimentos, serviços e encargos aos quais estão destinados os créditos: as leis que os autorizaram e os órgãos da administração a que foram distribuidos, vão, a seguir, enumerados:

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Lei n.º 583, de 28.12.51:

Continuação das obras de alargamento da Avenida Vitória, em Jucutuquara..	1.292.328,00	
Fornecimento de tubos de ferro galvanizado à Prefeitura de Conceição da Barra para a rêde adutora da cidade	540.000,00	
Conclusão das obras de instalação do frigorífico de Vitória	1.299.210,00	
Aquisição de material para a reforma de carros da Estrada de Ferro Itapemirim.	253.502,40	
Despesas complementares referentes à construção do grupo escolar de Corrego Grande em Aracruz.....	50.000,00	
Despesas referentes à construção da estrada de Palma e Lagôa do Juparanã	100.189,20	

Lei n.º 419, de 30.12.50:

Construção do forum de São Matêus..	500.000,00	

Lei n.º 560, de 15.12.51:

Prestações contratuais devidas a ETUC, vencíveis em 1952 e referntes a serviços técnicos na elaboração do projeto de remodelação da cidade.....	345.000,00	

Lei n.º 590, de 28.12.51:

Construção de campos de pouso em Colatina, Linhares, São Matêus, Guaraparí, Itapemirim, Barra de São Francisco, Guaçuí, Itaguaçú, Muqui, Castelo e São José do Calçado.....	1.000.000,00	
Início da construção do Patronato Agrícola na fazenda denominada "Granja Natal", em Cariacica..	2.000.000,00	
Início da construção da Colônia Penal.	3.000.000,00	
Construção de jardins de infância em bairros proletários da Capital.....	1.000.000,00	
Construção de novo prédio para o Corpo de Bombeiros.	2.000.000,00	
Início da construção da Escola Politécnica do Espírito Santo.....	2.500.000,00	
Construção de um albergue noturno para indigentes.	500.000,00	16.380.229

Lei n.º 508, de 11.7.51:

SECRETARIA DA FAZENDA

Contribuição para a construção do edifício do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS)	1.000.000,00	

Lei n.º 583, de 28.12.51:

Contribuição do Govêrno Federal para construção do ginásio de Afonso Cláudio.	150.000,00	
50% do auxílio concedido à Congregação Salesiana para a conclusão do seu pavilhão central nesta cidade.....	500.000,00	
Aquisição de casas pré fabricadas para servirem de guaritas fiscais em diversas localidades do interior.....	65.520,00	

Lei n.º 586, de 28.12.51:

Restante do auxílio concedido à Prefeitura de Muquí para obras de defesa contra as enchentes da cidade.....	200.000,00	

Lei n.º 542, de 28.12.51:

Saldo do crédito destinado a despesas com a questão de limites.....	52.306,40	1.967.826,40

Lei n.º 589, de 28.12.51:

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE SAÚDE

Despesas restantes com a aquisição do Hospital "Getúlio Vargas" em Guaçuí, e despesas com o funcionamento do mesmo em 1952.		243.000,00
Total Cr$.....		18.591.056,00

O total da DESPESA REALIZADA ficou assim distribuido nos órgãos administrativos do Estado:

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.		6.438.812,20
PODER JUDICIÁRIO:		
Tribunal de Justiça.	1.802.139,40	
Juizados de Direito.	3.664.220,80	5.466.360,20
a transportar Cr$.....		11.905.172,40

PODER EXECUTIVO:	De transporte		11.905.172,40
	GOVERNADORIA	273.064,50	
	Departamentos subordinados ao Gabinete do Governador	4.228.107,20	4.501.171,70
SECRETARIA DO GOVÊRNO	Gabinete do Secretário.	1.856.380,40	
	Departamento Estadual de Saúde	24.444.983,20	
	Rádio Espírito Santo.	1.153.152,40	
	Outros Departamentos subordinados..	1.968.926,70	29.623.442,70
	SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA.....		30.373.264,30
	SECRETARIA DA FAZENDA.		79.666.219,60
	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA.....		34.387.026,40
	SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS.....		138.671.774,10
	SECRETARIA DA AGRICULTURA, TERRAS E COLONIZAÇÃO.		11.022.803,80
	SOMA Cr$		340.149.875,00

Dentro de cada SERVIÇO as somas registradas são as seguintes:

Administração Geral.	27.018.383,60 —	8,0%
Exação e Fiscalização Financeira.....	19.357.677,20 —	5,7%
Segurança Pública e Assistência Social	29.924.232,50 —	8,9%
Educação Pública.	51.349.936,90 —	15,1%
Saúde Pública.	26.103.783,20 —	7,7%
Fomento.	14.332.956,20 —	4,2%
Serviços Industriais.	73.450.486,20 —	21,6%
Dívida Pública.	7.527.500,00 —	2,2%
Serviços de Utilidade Pública.....	44.059.446,50 —	12,7%
Encargos Diversos.	47.025.472,70 —	13,9%
Total Geral Cr$	340.149.875,00 —	100%

O dispêndio com o Serviço de Educação Pública abrange a parcela de Cr$ 10 309 400,00 referente à construção de estabelecimentos de ensino no interior e de Cr$ 3 500 000,00 da Escola Agrotécnica que está sendo construída no sul do Estado.

No Serviço de Saúde Pública figuram: Cr$ 1 000 000,00 destinados à construção do Hospital de Baixo Guandú; Cr$ 600 000,00 gastos no prosseguimento das obras do Hospital dos Psicopatas e Cr$ 280 000,00 da aquisição do Hospital "Getúlio Vargas", em Guaçuí.

Da despesa com Segurança Pública e Assistência Social, uma parte, no valor de Cr$ 4 801 400,00, foi aplicada na construção de cadeias públicas e delegacias de polícia; importação de material para o Corpo de Bombeiros da Capital; concessão de auxílios a várias instituições particulares de assistência social e instalação do serviço de Rádio Patrulha.

Entre as despesas sob o título "Serviços de Utilidade Pública" constam as que se referem às seguintes obras e aquisições de equipamentos:

Construção e conservação de rodovias.....	32.024.250,00
Aquisição de máquinas rodoviárias para o D.E.R.....	3.764.000,00
Construção da ponte de Guaraparí.....	1.000.000,00
Alargamento da Avenida Vitória.....	1.100.000,00
Início da construção do forum da Comarca de Conceição da Barra.	625.000,00
Abertura da rua São Simão, na Vila Rubim	600.000,00
Aquisição do prédio de Elvira Maria da Cruz, à avenida Presidente Florentino Avidos	650.000,00
Início da construção do Forum de São Mateus	170.000,00

Em "Serviços Industriais" está incorporada a importância de Cr$... 18 076 473,20 de despesas feitas em exercícios precedentes pela Administração do Pôrto de Vitória, Estrada de Ferro Itapemirim, Rádio Espírito Santo e Navegação do Rio Doce, que excederam os limites das verbas próprias fixadas nos orçamentos dos respectivos exercícios, tendo sido agora normalizadas pelo crédito especial autorizado na lei n.º 586, de 28/12/51. Faz parte, também, a cifra de Cr$ 20 706 623,00 relativa a obras integrantes do Plano de Valorização Econômica executadas pela Administração do Pôrto durante o exercício. Êsse montante não se inclui no custeio do mencionado setor industrial, porquanto, representando inversão de capital, será acrescentado ao valor dos bens patrimoniais do Estado.

Nos "Encargos Diversos", que absorveram 13,9% da despesa global, estão classificados:

Pessoal aposentado, reformado e em disponibilidade....	11.800.909,30
Pensões.	553.306,20
Quota distribuida aos municípios de acôrdo com o art. 20 da Const. Federal e a lei estadual n.º 20.....	6.016.556,10
Gratificação de Natal ao funcionalismo e Natal dos pobres.	5.600.000,00
Armazenagem de cafés nos Armazens Reguladores da C.E.S.M.A.G..	7.386.887,70
Despesas diversas efetuadas em exercícios anteriores...	2.474.262,40
Festejos comemorativos do IV Centenário da Fundação de Vitória	2.000.000,00
Auxílio e empréstimo à Prefeitura Municipal de Vitória	3.271.470,80
Auxílio para a construção do ginásio Salesiano (última prestação fixada no decreto-lei n.º 16 567, de 16/6/47)...	1.000.000,00
Auxílio para a construção da Catedral de Vitória.....	700.000,00
Diversos auxílios financeiros aos municípios e entidades particulares, autorizados em créditos especiais.....	2.667.286,60
Despesas com a questão de limites.....	847.693,60
Sentenças judiciárias.	515.562,00
Empréstimo à Cooperativa dos Funcionários Públicos...	250.000,00
Luz, energia e telefones.....	1.019.582,00

MUNICÍPIOS

Além das várias obras realizadas em benefício dos Municípios, por intermédio da Secretaría da Viação e Obras Públicas e do Departamento Estadual de Saúde, o Estado destinou aos mesmos várias contribuições e auxílios financeiros que totalizam a cifra de Cr$ 14 901 514,00, sendo Cr$.... 6 016 556,00 referente às quotas distribuidas às Prefeituras do interior, na forma do art. 20 da Constituição Federal e Cr$. 8 864 958,00 de auxílios diversos, inclusive a instituições particulares nêles instaladas, com finalidades educativas, culturais, de assistência social e de saúde.

O quadro anexo indica o total de cada município e, separadamente, as importancias destinadas às Prefeituras e as que foram entregues diretamente às instituições privadas.

CONTRIBUIÇÕES E AUXÍLIOS FINANCEIROS AOS MUNICÍPIOS

MUNICÍPIOS	Quota prevista no art. 20 da Const. Federal	Auxílio ás Prefeituras	Auxílio a entidades particulares	TOTAL
Afonso Claudio	159.783,70	250.000,00	—	409.783,70
Alegre	679.418,10	—	—	679.418,10
Alfredo Chaves	116.062,50	—	—	116.062,50
Anchieta	16.372,20	—	6.000,00	22.372,20
Aracruz	16.057,70	—	—	16.057,70
Baixo Guandú	81.217,70	200.000,00	200.000,00	481.217,70
Barra de São Francisco	95.310,50	—	—	95.310,50
Cachoeiro de Itapemirim	964.885,20	—	1.162.000,00	2.126.885,80
Cariacica	56.364,70	—	—	56.364,70
Castelo	378.868,70	—	42.000,00	420.868,70
Colatina	1.285.727,80	—	6.000,00	1.291.727,80
Domingos Martins	45.365,60	113.999,00	—	159.364,60
Fundão	91.301,90	—	—	91.301,90
Guaçuí	470.709,20	—	—	470.709,20
Guarapari	—	320.364,00	—	320.364,00
Ibiraçú	112.638,60	—	—	112.638,60
Iconha	115.531,70	—	106.000,00	221.531,70
Itaguaçú	104.371,70	111.000,00	—	215.371,70
Itapemirim	73.767,90	200.000,00	123.973,60	397.741,50
Itapoama	—	25.000,00	—	25.000,00
Iúna	55.386,00	—	—	55.286,00
Linhares	53.062,80	—	—	53.062,80
Mimoso do Sul	348.302,50	—	162.000,00	510.302,50
Muniz Freire	96.126,90	—	100.000,00	196.126,90
Muquí	121.386,20	417.307,10	224.000,00	762.687,30
Santa Leopoldina	57.244,00	—	50.000,00	107.244,00
Santa Teresa	137.500,20	—	—	137.500,20
São José do Calçado	201.612,60	100.000,00	—	301.612,60
São Mateus	82.178,90	—	131.499,00	213.677,90
Vitória	—	1.500.000,00	3.333.822,00	4.833.822,00
	6.016.556,10	3.237.664,10	5.649.694,60	14.903.914,80

RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O Balanço da Execução Orçamentária revela um SUPERAVIT de Cr$ 3 091 111,00, como se demonstra a seguir:

Receita arrecadada.	343.240.986,00
Despesa realizada.	340.149.875,00
SUPERAVIT.	3.091.111,00

E' de notar-se que, não fôra a circunstância de estar a despesa de 1951 sobrecarregada, aproximadamente, com Cr$ 22 000 000,00, relativos a dispêndios efetuados em exercícios anteriores, regularizados por meio de créditos especiais abertos em 1951, e o SUPERAVIT dêste exercício teria excedido a casa dos 25 000 000 de cruzeiros.

DISPONIBILIDADES DO TESOURO

No encerramento do exercício, o saldo em numerário ascendia ao total de Cr$ 89 470 271,20, existindo depositados em Bancos, Cr$ 71 990 584,90 e, em Caixa, na Tesouraria Geral, Coletorias, Procuradoria Fiscal e nas tesourarias dos serviços industriais, a soma de Cr$ 17 479 686,30.

Da parte relativa aos Bancos, Cr$ 63 723 260,60 acham-se depositados em "conta de movimento" e Cr$ 8 267 324,30 em "contas especiais",

PASSIVO DO ESTADO

DIVIDA FUNDADA INTERNA: — A dívida fundada interna está, presentemente, reduzida ao montante de Cr$ 31 609 700,00, representando:

Empréstimo de Consolidação.	24.917.700,00
Empréstimo no Banco do Brasil.	6.600.000,00
Empréstimos de 1918 e 1925.	92.000,00

O empréstimo de Consolidação, lançado em 1941, tem o prazo de resgate fixado em 20 anos, com a amortização anual de Cr$ 2 500 000,00 e o pagamento trimestral dos coupons de juros, vencendo-se, portanto, em 1961.

O empréstimo negociado no Banco do Brasil em 1944 e garantido pela emissão de apólices autorizada no Decreto-lei n.º 15 328, de 4 de abril do mesmo ano, é amortizável em prestações semestrais de 1 100 000 cruzeiros, devendo ficar totalmente liquidado em 1954.

Para o serviço de amortização e juros de um e outro, que se vem atendendo pontualmente, são consignadas, nos orçamentos anuais, as dotações necessárias.

O pagamento do saldo dos empréstimos de 1918 e 1925 está na dependência, tão sòmente, da apresentação dos títulos que restam em circulação ao Banco de Minas Gerais S.A., no Rio de Janeiro, onde há fundos depositados para êsse fim.

DIVIDA EXTERNA: — Esta conta, relativa aos remanescentes de antigos empréstimos franceses, vinha figurando na escrita do Estado com o saldo de Cr$ 1 060 770,00, desde 1939 até 1950. Em 1951, com o acêrto levado a efeito na conta de provisão existente no Banque Française et Italienne Pour L'Amerique Du Sud, à vista de conta corrente fornecida pelo Banco, ficou o saldo rebaixado para Cr$ 999 453,40.

Os saldos dos depósitos, num total de Frs. 835 431,13 que existiam em três bancos franceses para o resgate dos títulos ainda em circulação, foram, agora, transferidos para o Banque de France, à disposição do Govêrno Federal, em vista do Acôrdo de Resgate de todos os empréstimos brasileiros em francos, firmado entre os governos do Brasil e França, em 8 de março de 1946.

Achando-se em fase bem adiantada a execução do referido Acôrdo de Resgate, é de esperar que no decorrer do atual exercício se possa eliminar definitivamente do passivo do Estado a dívida em questão que, pràticamente, já está liquidada.

DE'BITOS FLUTUANTES: — O saldo das contas "Restos a Pagar" e "Depósitos" totalizam a importância de Cr$ 47 416 104,50. Em "Restos a Pagar", Cr$ 31 676 801,80 correspondem à inscrição do exercício de 1951 e Cr$ 6 316 010,10 a saldos de 1947 a 1950.

Relativamente aos "Restos a Pagar" de 1951, convém assinalar que cêrca de 8 000 000 de cruzeiros não constituiam "pronta exigibilidade" ao findar o exercício financeiro, uma vez que se relacionam a obras ainda em vias de conclusão.

Também, a conta "Depósitos" abrange a parcela de Cr$ 5 075 000,00 não exigíveis, por se tratar de auxílios federais destinados à obras a serem executadas pelo Estado em cooperação com a Uniãc.

O total da dívida do Estado, incluindo a conta "Credores Diversos", cujo saldo é de Cr$ 636 618,50 importa em Cr$ 81 222 474,60, agrupado nos seguintes títulos: —

Dívida Fundada Interna.	31.609.700,00
Dívida Flutuante:	
Restos a Pagar e Depósitos de Diversas origens.....	47.976.682,70
Dívida Externa.	999.453,40
Credores Diversos.	636.638,50
Total: —	81.222.474,60

BALANÇO PATRIMONIAL

O encerramento definitivo do balanço patrimonial está dependendo, apenas, da ultimação dos lançamentos concernentes à incorporação dos bens imóveis construidos durante o ano para "atividades fins", mas, já agora se pode afirmar que o Ativo Real do Estado, no seu conjunto, se eleva a mais de 385 000 000 de cruzeiros, contra o total de 335 164 000 cruzeiros registrado no balanço geral de 1950.

Pesando sôbre êsse ativo real um passivo de sòmente Cr$ 81 222 474,60, como já ficou dito, conclui-se que o atual Patrimônio Líquido do Estado ultrapassa à casa de 303 000 000 de cruzeiros, evidenciando um aumento de 45 000 000 de cruzeiros em relação ao do exercício anterior.

Conforme demonstração seguinte, o Ativo Financeiro, representado pelas Disponibilidades do Tesouro, em caixa e em bancos, sôbre o Passivo de igual natureza, traduzido na Dívida Flutuante, revela um Saldo Disponível Líquido de Cr$ 41 493 588,60.

— ATIVO FINANCEIRO:	
Disponibilidades do Tesouro:.	89.470.271,20
— PASSIVO FINANCEIRO:	
Dívida Flutuante (restos a pagar e depositos).....	47.976.682,70
SALDO DISPONÍVEL LÍQUIDO: —	41.493.588,50

Essa liquidez financeira com que foi encerrado o exercício de 1951 será aplicada na execução dos créditos especiais transferidos para 1952, num total de Cr$ 18 591 096,00 e na abertura do crédito suplementar de que carecem as verbas de pessoal do orçamento vigente em virtude da majoração de vencimentos concedida pela Lei n.º 607, de 29 de dezembro último.

SECRETARIA DA AGRICULTURA, TERRAS E COLONIZAÇÃO

Acêrca das atividades referentes à produção agro-pecuária no exercício de 1951, cumpre preliminarmente referir o desdobramento da antiga Secretaría da Agricultura, Viação e Obras Públicas, verificado pela Lei n. 511, de 16 de julho, da qual resultou criada a Secretaria de Agricultura, Terras e Colonização, composta das Divisões de Administração, de Terras e Colonização, de Expediente, de Fomento, e Escola Agrotécnica, além do Gabinete, que imediatamente auxiliará o titular na solução das inúmeras questões submetidas à sua decisão.

A criação de uma Secretaria de Estado, especializada para os problemas de aproveitamento da terra, corresponde aos objetivos do Govêrno, contidos no "Plano de Valorização Econômica".

A nota especial está na concepção, nova no meio brasileiro, de realizar o fomento da produção agro-pecuária.

A multiplicidade de repartições — tais como "fomento agrícola" ou "animal", "defesa sanitária vegetal" ou "animal", e "economia rural" e outras — notòriamente suscita uma atitude reservada do homem do campo, que não sente atrativo em ficar à procura da repartição competente para atender a dificuldade que êle encontra no seu labor.

As atividades especializadas, por isso, passarão a se concentrar principalmente nos estabelecimentos da "Divisão de Experimentação", que deve estudar e apontar quais os métodos culturais mais convenientes e produzir quando possível e necessário, os meios de combate às pragas e doenças.

Os conhecimentos e recursos assim obtidos, serão aplicados pela "Divisão do Fomento", através das "Residências Agrícolas".

O "Residente Agrícola" vai procurar o produtor dentro da sua propriedade sem esperar que êste o procure; vai atraí-lo para aquelas práticas que a experiência demonstrou serem econômicamente as melhores; vai melhorar os conhecimentos e os lucros do produtor; ajudá-lo a resolver os seus problemas ou, como dizem os americanos, **to help the farmers to help themselves** — ajudar os fazendeiros a ajudarem-se a si mesmos.

A implantação da nova organização vai se processando satisfatòriamente.

TERRAS E COLONIZAÇÃO

. TERRAS .

Foram intensos os trabalhos referentes às questões de terras — demarcação e medição de áreas devolutas para alienação, apesar das limitações decorrentes da falta de pessoal, quer para medir as terras devolutas requeridas, quer sobretudo para preservar as riquezas das que ainda estão na posse do Estado.

As medições, sem embargo, processaram-se, em grande vulto — 537, compreendendo uma área medida de 336 503 473 metros quadrados, tendo se encaminhado ao Cartório 959 processos para que se lavrassem as respectivas escrituras; mas só em 1951 contaram-se entre petições entradas e processos novos, 4 681!

RESERVAS FLORESTAIS

Das Reservas Florestais criadas pelo Decreto n.º 55, de 20-9-1948, já estão demarcadas a do "Corrego do Veado", com a área de 31 025 000 metros quadrados, e a de "Itaunas", com 137 162 000 metros quadrados, no município de Conceição da Barra; a de "Barra Séca", com 101 680 000 m2. no município de Linhares; e a de "Nova Lombardia" com 43 474 254, no município de Santa Teresa. A de "Caparaó" está sendo tenazmente fiscalizada para evitar as invasões, exatamente o motivo que não mais permite a demarcação das demais Reservas previstas naquele decreto, as de São Francisco, Castelo e Afonso Claudio, onde já não ha mais áreas disponiveis.

REFLORESTAMENTO

Prosseguiram normalmente as atividades do Serviço, sob a supervisão da Secretaria da Agricultura, estando sendo aclimatadas diversas novas espécies e fazendo-se a distribuição regular de mudas.

Com o Instituto Nacional do Pinho foi firmado novo Convênio, quando da visita feita a Vitória pelo seu ilustre Presidente, Dr. Pedro Salles dos Santos. Dos têrmos do mesmo, já referendado por Lei dessa nobre Assembléia, espera-se venham os trabalhos de florestamento e reflorestamento — problema que tem recebido a maior atenção do Executivo — a receber muito maior incremento em 1952, aliás já observado no mês de Fevereiro proximo findo, quando foi solenemente instalado, no municipio da Serra, o "Posto Florestal Pedro Salles dos Santos".

COLONIZAÇÃO

A colonização continua cifrando-se na afluência expontânea de pretendentes à aquisição de terras devolutas, nas quais êles vão se estabelecendo e, destarte, mantendo um processo contínuo de povoamento.

É particularmente difícil, entretanto, o contrôle da penetração nas matas do norte do Estado, dadas as condições naturais da região; e a exploração dessas matas e a subsequente utilização do solo nem sempre consultam os melhores interêsses da economia estadual, principalmnte encaradas as suas consequências remotas.

E' um problema que o Govêrno pretende enfrentar com decisão, através de uma política de colonização controlada e estreitamente assistida pelos órgãos de fomento.

Como medida inicial, cogitou da reforma da lei de terras, visando garantir a rapida legalização dos "posseiros" que, efetivamente lavradores, contribuem para o fortalecimento da economia estadual. A nova lei de n.º 617, como sabeis, data de 31 de dezembro próximo passado.

PRODUÇÃO AGRO-PECUÁRIA

Vigorou até 31 de dezembro o acôrdo de articulação dos serviços federais e estaduais de fomento da produção, em virtude do qual os trabalhos atinentes à produção vegetal têm estado a cargo da Secção Federal de Fomento Agrícola, ficando sob a orientação dos órgãos estaduais os trabalhos de produção animal.

Com a crescente implantação da nova estrutura da Secretaria da Agricultura, Terras e Colonização, os trabalhos de fomento de ambos os setores da produção agro-pecuária deverão aglutinar-se nas Residências Agrícolas e nova modalidade do acôrdo de articulação dos serviços federais e estaduais deverá ser encontrada.

Durante todo o exercício de 1951, entretanto, os trabalhos permaneceram dissociados.

PRODUÇÃO ANIMAL

O acentuado progresso da pecuária capixaba tem sido demonstrado através das Exposições que ano após ano refletem o esfôrço magnífico dos nossos criadores.

A II Exposição Estadual de Pecuária e Produtos Derivados e a VIII Regional de Cachoeiro de Itapemirim constituiram esplêndida amostra de conjunto do aperfeiçoamento alcançado pela nossa produção animal.

FOMENTO

Foi intensa a atividade da Secretaria da Agricultura na assistência aos criadores, quer aconselhando-os nas melhores práticas e ensinamentos, quer fornecendo-lhes reprodutores, quer principalmente nos trabalhos de premunição dos animais contra as molestias infeto-contagiosas e no tratamento de rebanhos doentes, mediante aplicação de sôros especificos, antibioticos e produtos químicos.

Muito temos, entretanto, que progredir; fazendas há que não dispõem de vaqueiros habilitados para aplicar uma vacina ou mesmo castrar um animal para engorda, ou currais mesmo rústicos para o manuselo do gado.

RAIVA

A raiva paraplegiante dos herbivoros, que recrudesceu nos primeiros dias de 1948, no município de Fundão, e se irradiou pelos municípios de Serra, Santa Teresa, Santa Leopoldina, Ibiraçú, Aracruz, Linhares, Itaguaçú, Colatina, Cariacica, Vitória e Domingos Martins, continuou sua obra destruidora, apesar das sucessivas vacinações procedidas nos rebanhos das zonas.

O Govêrno, por isso, promoveu a visita do ilustre cientista Dr. Silvio Torres, atual Diretor do Instituto de Biologia Animal, do Ministério da Agricultura, o qual confirmou as conclusões dos nossos serviços, que atribuiam os incucessos à insuficiência do poder antigênico da totalidade das vacinas anti-rábicas fabricadas no Brasil e aplicadas no Estado. Passaremos, assim, a adotar a técnica de fabricação adotada por aquêle cientista nos longos anos em que dirigiu o Instituto de Pesquisas Veterinarias, no Rio Grande do Sul, com o que temos renascida a esperança de vêr erradicado aquêle terrivel mal.

Um crédito especial de 300 mil cruzeiros foi aberto para aquisição de vacinas e aplicação gratuita nos focos de raiva, o que vem sendo feito desde outubro.

Outras zoonoses, sem o acento de gravidade da raiva, foram diagnosticadas e tratadas, assim como ampla assistência técnico-sanitária foi especialmente prestada às granjas avícolas de Domingos Martins e dos arredores desta Capital.

O ativo do serviço marcou 2 554 fazendas visitadas e 254 800 animais vacinados contra as diversas zoonoses.

FAZENDA SANT'ANA

Os trabalhos desta propriedade mantiveram-se no mesmo ritmo do ano anterior, apesar da escassez de farinha de carne e de resíduos de trigo para a preparação de ração balanceada, o que determinou a baixa produção de ovos e impediu que o fornecimento de pintos alcançasse o total atingido em 1950.

Pôde-se atender, apenas, a 19 166 dos 28 589 pintos encomendados.

A produção de leitões de puro sangue Caruncho, Pirapitinga, Duroc-Jersey, Berkshire e Hampshire, foi, entretanto, a mais alta já registrada, tendo se vendido 208 exemplares.

As demais atividades de rotina prosseguiram normalmente como confecção de telas de arame para aviários, revenda de produtos e de côcos da Bahia, da Chácara Pernambuco, situada em Conceição da Barra; a receita da Fazenda atingiu a Cr$ 143 720,20.

FAZENDA MONTE LÍBANO

Concluido em 1950 o programa de remodelação geral que lhe fôra traçado, aparelhou-se esta Fazenda para exigir aos adiantados criadores de gado leiteiro do sul, os melhores padrões de bovinocultura.

Vendeu 39 reprodutores de sua produção; emprestou 7 reprodutores bovinos, 1 equino Mangalarda e 5 arininos da raça Pêga; e cooperou ainda no melhoramento dos rebanhos sulinos atuando como estação de monta.

A renda do estabelecimento montou a Cr$ 167 379,00.

PÔSTO ZOOTÉCNICO DE SÃO MATEUS

Com a principal finalidade de produzir reprodutores bovinos para corte e servir de estação de monta, facultando a obtenção de bons produtos mesmo aos pequenos criadores desprovidos de recursos para adquirirem bons reprodutores, esse Pôsto trabalhou com tôda a regularidade e alcançou resultados satisfatórios.

Efetuou 343 padreações, vendeu 4 reprodutores indubrasil, 1 jumento pêga, 6 garrotes nelore da Fazenda Monte Líbano, 3 leitões caruncho e 4 pirapitinga da Fazenda Sant'Ana.

A Secretaria enriqueceu o plantel do Pôsto, adquirindo 8 novilhas indubrasil altamente classificadas na II Exposição Estadual de Pecuária.

O encarregado do Pôsto fez várias visitas de rotina aos criadores da região, ministrando-lhes ensinamentos técnicos, visando a melhoria dos respectivos rebanhos.

POSTOS DE MONTA DE ITAPEMIRIM E BATALHAS

Realizaram respectivamente 231 e 44 padreações.

Reativou o fomento, reanimando os criadores, chegando a distribuir 14 000 estacas de amoreiras.

ESTAÇÃO SERICÍCOLA DE VARGEM ALTA

A distribuição de ovos foi de 5 598 gramas; a aquisição de casulos 2 653,700 Kg: a produção de fios — 125 090 Kg: e a de tecidos, 3 133,40 metros.

A Secção de Experimentação procura obter a aclimatação da raça ourochinês e do cruzamento Bi-branco.

INSTITUTO BIOLÓGICO

Seus trabalhos decorreram normalmente registrando-se a seguinte produção:

Vacina contra a raiva.....	62 820 doses
Vacina contra a aftosa.....	135 300 doses
Vacina contra epitelioma das aves.....	53 510 doses

Procederam-se vários exames de material colhido pelos veterinários para diagnóstico e prosseguiram os importantes trabalhos de tentativa de fixação do virus rábico regional.

O veterinário chefe estagiou no Instituto de Biologia Animal do Ministério da Agricultura, nos últimos meses do ano, num curso de especialização dos últimos conhecimentos sôbre febre aftosa.

Como pontos dignos de menção, em matéria de fomento, não devem ser esquecidas a Semana Ruralista de Vale do Souza, organizada sob os auspícios do Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura; a importação de 75 conjuntos agrícolas motorizados, que se revendem aos agricultores a preço de custo; o financiamento, sem juros, de instalação de granjas avícolas; o fornecimento gratuito de projetos de construções rurais, tais como galinheiros, pocilgas, currais, banheiros, carrapaticidas, silos, estábulos, etc; a conclusão do prédio da futura Usina de Laticínios de Nova Venécia que deverá receber as máquinas no corrente ano; a revenda de material de uso veterinário; e o aumento de 2 para 5%, obtido pelos esforços do Govêrno, da participação do Estado nos resíduos de trigo dos Moinhos do Distrito Federal e Estado do Rio.

ASSISTÊNCIA AO COOPERATIVISMO

O serviço de assistência ao cooperativismo contou em seu crédito a fundação de duas cooperativas agro-pecuárias, uma de plantadores de cana, uma de plantas oleaginosas e viu iniciar suas atividades a Cooperativa de Consumo dos Servidores Públicos e Bancários, fundada por iniciativa da Associação dos Funcionários Públicos do Espírito Santo.

PRODUÇÃO VEGETAL

É o setor da produção que em virtude do acôrdo de articulação dos serviços federais e estaduais, está sob a orientação da Secção do Fomento Agrícola Federal. Os trabalhos realizados conforme o Relatório do competente agrônomo patrício, Dr. Benvindo de Novaes, que, como Chefe da Secção do Fomento Agrícola federal, é, nos têrmos contratuais, o Executor do Acôrdo, são os que passamos a sumariar.

LABORATÓRIO DE SOLOS

Teve completado o seu aparelhamento e realizou as primeiras 50 análises.

LABORATÓRIO DE SEMENTES

Testou tôdas as partidas de sementes distribuidas, realizando 370 exames.

OFICINAS

A despeito das instalações deficientes, fez o possivel para conservar o material e assistir aos tratores dos particulares.

MELHORAMENTO DE PLANTAS E SEMENTES

Êsses trabalhos se desenvolvem nos vários estabelecimentos a seguir enumerados, os quais, entretanto não estão satisfatòriamente aparelhados para o desempenho das suas funções.

CAMPO DE MULTIPLICAÇÃO DE SEMENTES DE JUCURUABA

Produziu sementes de milho, café, feijão, algodão, pisquin e mudas de citrus.

ESTAÇÃO DE FRUTICULTURA DE SANTA MARIA

Continua a representar grande papel na assistência aos lavradores especialmente da zona alta de sua região. Recebeu novas variedades de videiras, caquiseiros, pessegueiros, pereiras, oliveiras, ameixeiras do Japão e figueiras.

PÔSTO AGRO-PECUÁRIO DE ALFREDO CHAVES

Produziu mudas e sementes e contribuiu na eficaz assistência aos lavradores da região.

CAMPO DE CAFÉ DE MARILÂNDIA

Prosseguiram os trabalhos demonstrativos de recuperação de cafesais velhos. Por completa impossibilidade de meios ainda não pôde ser posta em funcionamento a usina de beneficiamento de café.

CAMPO PERMANENTE DE CAFÉ DE MIMOSO DO SUL

Prosseguem as observações sôbre os trabalhos de proteção do solo e sombreamento; a lavoura apresenta excelente aspecto e vai despertando o interêsse dos lavradores para a exploração de terrenos de antigos cafezais.

ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE GOITACAZES

Realiza excelentes trabalhos de melhoramento de algodão e milho; experimentação de cacáu; sêca e preparo do cacáu produzido na Estação e em propriedade de cacaucultores do vale do rio Doce.

Essa Estação necessita indispensàvelmente de um sistema de irrigação para os viveiros. O clima de Linhares tem se caracterizado por longas estiagens e baixissima precipitação pluviométrica. O total das chuvas em 1950 foi de 1.058,8 mm. e em 1951 foi de 612,2 mm.

Foi adquirida uma instalação de sêca por raios infra-vermelhos, porém não houve disponibilidade de pessoal para a execução dos projetos de instalação e operação.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA AOS AGRICULTORES

E' realizada por diversas modalidades, tais como audiência a consultas, inspeção de propriedades, culturas em cooperação, extensão de ensinamentos práticos quer individualmente quer em reuniões coletivas, assistência mecânica a tratores, divulgação escrita e revenda de material, tendo esta atingido a cifra de Cr$ 4.344.212,50.

CULTURA DE CAFÉ

Tôdas as campanhas em pról da melhor cafeicultura do Estado, esbarram com enormes resistências, menos pela própria rotina implantada no meio rural que pelo efeito de práticas comerciais contrárias ao aprimoramento do produto.

São indispensáveis providências como a fiscalização da exportação nos embarques, e das torrefações, afim de que cesse a procura de cafés brocados, mal sêcos e impuros, os quais, embora de inferior cotação, deixam bons lucros ao intermediário.

Havendo interessados em produtos tão baixos, contentam-se muitos e muitos cafeicultores com os preços relativos, e desdenham das tarefas que melhorariam o produto, a renda individual do produtor e a renda pública do Estado.

BROCA DO CAFÉ

Os danos à lavoura cafeeira em 1951 foram alarmantes. Até então os lavradores, não haviam conhecido tôda a extensão, tôda a capacidade destruidora da praga e fàcilmente aceitavam idéias segundo as quais os cuidados aconselhados e imprescindíveis poderiam ser dispensados.

As circunstâncias exigidas, impuzeram maior campanha na luta contra o **Hypottenemus Hampei**, a qual se desenvolveu com grande apôio do govêrno estadual, cujas providências apressaram a aquisição de 2.500 polvilhadeiras, 100 toneladas de HCB a 12%, 1.100 toneladas de talco e 25.000 sacos para transporte de inseticida, após preparado nos misturadores de Mimoso do Sul, na concentração de 1,5% de isômero gama.

Em todos os distritos cafeeiros foram feitas demonstrações de combate à praga e há completa divulgação no Estado, dêsses métodos.

MOTOCULTURA

Realizou-se um curso de tratorista em Cachoeiro de Itapemirim, de 7 de abril a 5 de maio do ano próximo passado, frequentado por 26 alunos; foi constante a assistência aos proprietários de tratores, inclusive quanto aos reparos dos conjuntos motorizados.

Finalmente, afirma o Senhor Chefe da Secção do Fomento Agrícola Federal que as campanhas das residências agrícolas difundiram em todo o Estado o emprêgo do brometo de metila no combate à saúva; que a cultura da batata continua a merecer tôda a atenção da Chefia, tendo sido distribuidas 200 toneladas de tubérculos importados da Holanda; que progride a lavoura do algodão e que se vão multiplicando animadoramente os sintomas de uma evolução promissora, difundindo-se as melhores práticas de cultivo e conservação do solo, repontando, também, em muitos lugares, as preocupações dos agricultores quanto à adubação e adição de matéria orgânica à terra.

ESCOLA AGROTÉCNICA

Em virtude do acôrdo celebrado com a União em 10 de março de 1948, está a Escola sob a jurisdição da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura, cumprindo-lhe ministrar os Cursos de Iniciação, Mestria e Técnico Agrícola, previstos na Lei Orgânica do Ensino Agrícola, ministrando ainda cursos elementares de Adaptação, um Curso Prático de Agricultura, um Centro de Treinamento, competindo-lhe difundir por todos os meios possíveis dirètamente entre os lavradores, os conhecimentos técnicos e formação humana.

Funcionou com 160 alunos dos diversos cursos e registrou o seguinte número de concludentes nos exames de primeira época: —

No Curso de Mestria Agrícola	11	alunos
" " " Iniciação "	12	"
" " " Prático de Agricultura	28	"
No Centro de Treinamento	33	"
No Curso de Adaptação	14	"

Entre as atividades extra-curriculares de 1951, mereceu menção especial pelas benéficas repercussões sôbre a economia rural, as seguintes:

V SEMANA DO LAVRADOR E FEMININA RURALISTA

Vêm aumentando de popularidade ano após ano e a de número de ordem aqui referida contou mais de 500 frequentadores interessadíssimos nas variadas aulas.

X EXPOSIÇÃO DE MILHO E PRODUTOS DA REGIÃO

Certame iniciado apenas para milho, ampliou-se para produtos da região, para atender aos pedidos dos próprios lavradores, o que é o sinal positivo do interêsse que desperta.

REUNIÕES DE LAVRADORES

Nos primeiros domingos de cada mês, continuaram se realizando essas reuniões em que os lavradores recebem aulas práticas, inclusive com demonstrações cinematográficas, fazem consultas, recebem sementes, mudas e publicações de interêsse rural.

ESTÁGIOS

Proporcionou estágios de uma semana às professorandas da Escola Normal Pedro II (Vitória) e da Escola Normal Rural Maria Mattos (Anchieta), ministrando-lhes aulas práticas especiais de horticultura, agricultura, jardinagem, avicultura, higiene rural e indústrias rurais.

Além dêsses estágios mais prolongados, a Escola proporcionou outros menores a Guardas Sanitários, Enfermeiras, e outros funcionários do SESP., de Colatina.

A Escola influi, ainda, sôbre a economia da região, incentivando a piscicultura, a criação de gado leiteiro, inclusive beneficiando o leite na sua usina de laticínios, funcionando como pôsto de monta, fornecendo mudas, sementes, inseticidas e produtos veterinários, e especialmente sendo útil no empenho com que vem estudando os problemas de cafeicultura, principalmente os relacionados com a conservação do solo, irrigação e rendimento cultura.

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

O Plano de Valorização Econômica, repercutindo nas atividades das repartições da Secretaria, acarretou a tôdas elas um desdobramento de trabalho que, pela sua natureza, melhor será acompanhado nos pequenos registros que se fazem a seguir, além do que já ficou assinalado no início desta mensagem.

DIVISÃO DE GEOGRAFIA

Além dos trabalhos normais de escritório, de aproveitamento e interpretação do material cartográfico já em nosso poder, foi organizado, pela primeira vez no Estado, um esbôço altimétrico do Espírito Santo e se iniciou o trabalho de campo para o levantamento expedito de tôdas as estradas e caminhos transitáveis por jeeps, com a localização das cidades, vilas e povoados, a fim de que, na rêde assim formada, se baselem os levantamentos parciais posteriores.

Foram percorridos 400 Km de caminhamento, quase exclusivamente no norte, sendo feitos levantamentos com boa margem de precisão.

Chegaram a bom têrmo os entendimentos anteriores com o Conselho Nacional de Geografia para a execução de um novo mapa do Estado, com o aproveitamento das fotografias aéreas tiradas pela F. A. B. em 1942, e execução de outros serviços terrestres de levantamento e nivelamento, além dos que executa dirètamente a Divisão de Geografia.

O Convênio nesse sentido, assinado por nós e pelo Sr. Presidente do I. B. G. E., General Djalma Polli Coelho, no Palácio Anchieta, em 31 de outubro, já está aprovado pela lei n.º 555, de 12 de dezembro.

A 11 de abril foi assinado no Palácio Rio Branco, em Salvador, o aditamento ao convênio de limites com o Estado da Bahia, prorrogando o prazo dentro do qual os Estados convenentes poderão submeter ao Poder Constitucional competente a homologação dos limites fixados provisòriamente em 1926.

Por êste ato, já aprovado pela nossa lei n.º 506, de 10 de julho, o prazo dilatou-se para 1.º de janeiro de 1957.

ESTRADA DE FERRO ITAPEMIRIM:

Servindo a um pôrto de instalações as mais precárias e que, por isto e pelas deficientes condições da Estrada, tende a ver a sua zona de influência cada vez mais reduzida; cortando uma região onde muito ainda há o que se fazer para obter-se o aproveitamento de terras alagadiças, essa ferrovia, com a diminuta extensão de meia centena de quilômetros, não poderia deixar de ser deficitária.

Apesar disso, pôde realizar o tráfego sem qualquer acidente e transportou tôda a produção que a procurou. Mas é justo que se louve o trabalho das suas oficinas que reformaram 2 locomotivas, um carro de passageiros e 40 plataformas para o serviço de cana da Usina de Paineiras.

O deficit, embora inferior ao de 1950, foi de Cr$ 1 111 611,00, o que representa problema que vem merecendo os mais meticulosos estudos dos órgãos estaduais competentes.

DIVISÃO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Aproveitou-se a grande estiagem que cumulou em outubro-novembro para se fazerem leituras linimétricas constantes dos rios que interessam ao plano de eletrificação do Estado, como no Piraquê-Açú, à montante da Cachoeira do Inferno, onde vai ser construída a usina hidro-elétrica de João Neiva; no rio Guaraparí e no Castelo.

Com os entendimentos já havidos com a Divisão de Águas do Ministério da Agricultura, para obterem-se os dados de nosso interêsse, dos postos por ela instalados, espera-se organizar, até o fim de 1952, um cadastro completo do potencial hidráulico do Estado.

Realizaram-se mais os seguintes trabalhos:

a) — Estudos hidráulicos e topográficos referentes à construção da usina hidro-elétrica de João Neiva;

b) — Entendimentos e contrato de estudos para as quedas hidráulicas do Rio Santa Maria, inclusive do Rio Bonito;

c) — Elaboração de um ante-projeto para o aproveitamento parcial de uma queda do rio Guandú no Distrito de Ibituba;

d) — Entendimentos e construção de extensões elétricas pela Companhia Central Brasileira, nos bairros de Gurigica e Ilha das Flores;

e) — Inauguração sob esta Fiscalização, da rêde de comunicações telefônicas da Companhia Telefônica Brasileira, nas cidades de Cariacica, Santa Leopoldina, Santa Teresa, Colatina e localidades de São João de Petrópolis, Santo Antônio e Boapaba;

f) — Montagem da usina hidro-elétrica de Pequiá no Município de Iúna;

g) — Projeto e reforma da iluminação do Estádio Governador Bley;

h) — Melhoramento dos circuitos telefônicos do automático, colocando um cabo subterrâneo num comprimento de 450 metros;

i) — Reforma completa das rêdes elétricas de transmissão e distribuição primária e secundária no serviço de Luz e Fôrça na Cidade de Guarapari;

j) — Construção e instalação de mastro da antena para o serviço de Rádio Patrulha;

l — Iluminação elétrica da sala do D.S.P.

DIVISÃO DE OBRAS PÚBLICAS

SETOR EDUCAÇÃO — Obras anteriormente iniciadas que se concluíram:

Ampliação do **Grupo Escolar de Vila Velha:** Um novo pavilhão, idêntico ao que já existia, no valor de Cr$ 537 694,60.

Grupos Escolares de Goiabeiras e Mulembá: Dois grupos de 2 salas de aula, ao custo aproximado de Cr$ 170 000,00 cada um.

Ampliação da **Escola de Odontologia:** Dois novos pavilhões, pelo custo de Cr$ 643 314,00, sendo um dêles de dois pavimentos.

Grupo Escolar de São Torquato: No Município do Espírito Santo construiu-se êsse grupo, com "8 salas", pelo valor de Cr$ 887 292,30.

Grupo Escolar de Praia Comprida: De 12 salas de aula, recreio coberto, gabinetes, cosinha, etc., pelo valor de Cr$ 1 667 902,50.

Grupo Escolar de Afonso Cláudio: De 8 salas de aula por Cr$ ..... 758 784,60.

Grupo Escolar de Conceição da Barra: De "4 salas" por Cr$ ..... 491 361,40.

Grupo Escolar de São Mateus: De "6 salas", por Cr$ 705 231,00.

Grupos Escolares de Alfredo Chaves e Guarapari: Do mesmo tipo, "4 salas", tendo custado o primeiro Cr$ 427 370,70 e o segundo Cr$ 515 621,00.

Grupos Escolares de Nova Venécia e Linhares: Ambos "4 salas"; o primeiro pelo preço de Cr$ 391 500,00 e o segundo pelo de Cr$ 367 578,00.

Grupo Escolar de Jardim América: Êsse de "8 salas", foi construído por Cr$ 780 826,60.

Escola de Corôa da Onça: Escola Rural, construída no Município de Itapemirim.

OBRAS EM CONCLUSÃO:

Grupo Escolar de Aribiri: Difere do de Jardim América porque terá galpão coberto, custo: Cr$ 858 425,80.

Jardim de Infância da Praia Comprida: Contratado inicialmente por Cr$ 925 984,90, deverá sofrer um reajustamento de prêço em virtude de terem sido efetuadas ampliações no projeto.

OBRAS INICIADAS E EM EXECUÇÃO:

Grupo Escolar de Caratoíra: Com "8 salas", orçado em Cr$ ..... 1 244 444,10.

Grupo Escolar de Sauassú: Com "4 salas", contratado por Cr$ ..... 404 584,70.

Grupo Escolar de Paul de Dentro: Com "5 salas", orçado em Cr$ .... 1 400 000,00.

Jardim de Infância do Parque Moscoso: Construção moderna de custo aproximado de Cr$ 3 000 000,00.

Colégio Estadual do Espírito Santo: Obra de vulto da qual ainda não estão prontos os projetos estruturais e das instalações.

Ampliação da Escola da Glória, no Município do Espírito Santo: Duas salas a mais, galpão coberto e gabinete. Serviço orçado em Cr$ .. 128 685,90.

Cosinha e sala de refeições, no Grupo Escolar de Graça Guárdia, em Cachoeiro de Itapemirim; custo: Cr$ 19 330,00.

Cosinha e Galpão coberto, no Grupo Escolar de Colatina. Prêço: Cr$ 42 993,00.

Do programa de construções escolares de 1951 faltam se iniciar: Grupos Escolares de Gurigica, Maruípe, Santo Antônio, Linhares e Timbuí e Residência da Diretôra do Grupo Escolar de Goiabeiras.

NO SETOR SEGURANÇA PÚBLICA —

Delegacias de Itapina, Linhares e São Mateus: De um mesmo tipo. Custaram respectivamente: Cr$ 140 000,00, Cr$ 159 727,50 e Cr$ 155 061,10.

Delegacia e Coletoria Estadual da Serra: Um mesmo prédio. Custo Cr$ 187 749,30.

Delegacia e Cartório de Batalhas: Construção feita no Município de Itapemirim, por Cr$ 60 000,00.

OBRAS EM EXECUÇÃO.

Delegacias de Guarapari, São Domingos e Conceição da Barra: Tipo standard. Custo respectivo: Cr$ 227 994,00, Cr$ 220 619,10 e Cr$ .... 240 506,00.

Cadeia de Cachoeiro de Itapemirim — Construção que abrange alojamento para os soldados.

Do programa de 1951 não foram iniciadas as seguintes construções:

Cadeia de Colatina, Delegacias do Patrimônio Governador Santos Neves e Vinhático, no Município de Conceição da Barra; de Itaquarí, no de Cariacica.

NO SETOR SAÚDE PÚBLICA

Das dotações da Divisão de Obras foram distribuídos ao Departamento Estadual de Saúde:

Cr$ 53 800,00 para aquisição de um terreno anexo ao Centro de Saúde de Cachoeiro de Itapemirim;

Cr$ 300 000,00 para Postos de Saúde em diversos bairros desta Capital;

Cr$ 90 000,00 para o Pôsto de Saúde de Montanha;

Cr$ 20 000,00 para o Biotério do referido Departamento;

Cr$ 80 000,00 para o Hospital Apóstolo Pedro, de Mimoso do Sul;

Cr$ 95 000,00 para um pavilhão de tuberculosos em Cachoeiro de Itapemirim.

NO SETOR JUSTIÇA

Fóruns de São Mateus e Conceição da Barra: Foram iniciadas essas construções.

NO SETOR AGRICULTURA, TRANSPORTE E ARMAZENAGEM DA PRODUÇÃO

Escola Agrotécnica do Sul — Prosseguiu a construção dêsse importante estabelecimento, para o qual foi destacada, no exercício, a dotação de Cr$ 3 600 000,00.

Instituto Biológico — Na Fazenda Santana foi construída uma residência para o técnico do Laboratório, por Cr$ 67 566,70.

Frigorífico de Vitória — Localizado no Armazém n.º 1, do Cais do Pôrto, teve as suas obras em andamento. O crédito inicial de Cr$ ..... 5 500 000,00 foi ampliado para Cr$ 9 200 000,00 para atender à construção, em anexo, de uma Usina de Laticínios, sub-estação transformadora, bateria de filtros, carretilhas, etc ..

Armazém n.º 4, do Cais do Pôrto — Ficou concluído o estaqueamento do terreno destinado a essa construção, com o que foi despendida a importância de Cr$ 1 673 766,30.

DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

RÁDIO HOTEL DE GUARAPARI — Prosseguiram em 1951 as obras de conclusão do Rádio Hotel, tendo sido introduzidas na parte externa algumas modificações no projeto do edifício, que deverá estar em funcionamento em 1952.

AUXÍLIO — **Clube Social de Baixo Guandú** — A título de auxílio a essa entidade, foi destacada da dotação da Divisão de Obras, a importância de Cr$ 190 000,00.

OBRAS EM COOPERAÇÃO COM O GOVÊRNO FEDERAL

Escola Normal de Colatina: Localizada na margem esquerda do Rio Dôce, a três quilômetros de Colatina teve essa obra os seus trabalhos concluídos, tendo custado Cr$ 2 036 645,50; o Govêrno Federal concorreu com a parcela de Cr$ 1 500 000,00.

Grupo Escolar do Preventório Alzira Bley: Na Colônia de Itanhenga foi terminada a construção dêsse estabelecimento para os filhos sãos de hansenianos; o custo total foi de Cr$ 541 381,70, tendo sido de Cr$ 450 000,00 a contribuição do Govêrno federal.

Grupos Escolares de Itapina e Itaimbé: Nos distritos dos mesmos nomes, respectivamente, dos Municípios de Colatina e Itaguaçú, concluiu-se a construção dêsses estabelecimentos, de um mesmo tipo, 4 salas e residência para a professôra, tendo custado cada um Cr$ 300 000,00, sendo de Cr$ 250 000,00, por unidade, a contribuição federal.

Correios e Telégrafos de São Mateus: Concluiu-se a construção dêsse edifício contratado com o Departamento dos Correios e Telégrafos. A título de cooperação o Govêrno do Estado concorreu com a importância de Cr$ 50 000,00.

Grupos Escolares de Córrego d'Agua e Rive: Obras do tipo rural federal — 4 salas de aula e residência. Prosseguiram em execução. São orçados em Cr$ 300 000,00 cada um; a contribuição da União é de Cr$ .. 250 000,00 por unidade.

Hospital de Psicopatas: Prosseguiu a construção dessa obra notável; as obras realizadas no exercício montaram a Cr$ 600 000,00.

Escolas Típicas Rurais: A falta de remessa de numerário por parte da União e o baixo valor dos contratos assinados com os construtores, analizados êsses contratos em função dos sucessivos aumentos dos prêços dos materiais e da mão de obra, constituem os motivos determinantes do pouco progresso verificado no desenvolvimento dessas construções.

Ginásio de Afonso Cláudio: A divisão de obras tem auxiliado a Prefeitura Municipal de Afonso Cláudio na construção do Ginásio do tipo federal, que a Prefeitura contratou com o Ministério da Educação, por Cr$ 750 000,00, sendo a contribuição federal de Cr$ 700 000,00. O projeto federal foi adaptado às condições locais.

CONSERVAÇÃO DE IMÓVEIS

Entre pequenos reparos e obras de caiação e pintura interna e externa de cêrca de uma centena de imóveis do Estado, compreendendo escolas públicas primárias, secundárias e de ensino normal, fóruns e cadeias, coletorias, postos fiscais e de saúde, hospitais, etc., foram empenhados em 1951, Cr$ 2 300 000,00.

ADMINISTRAÇÃO DO PÔRTO DE VITÓRIA

A exploração comercial do pôrto de Vitória manteve-se com as rendas advindas da utilização do patrimônio estritamente portuário.

A despesa paga foi de Cr$ 18 887 901,00; acrescida dos pagamentos (Cr$ 500 535,20) dos funcionários efetuados dirètamente pela secretaria da Fazenda, atinge ela o total de Cr$ 19 388 436,00.

Essa despesa foi coberta pela seguinte renda:

Renda Industrial de 1951	Cr$ 17 027 388,80
Renda Patrimonial, idem	297 886,00
S o m a	Cr$ 17 325 274,80
Renda de exercício anteriores.....	2 070 758,00
	19 396 032,80

No exercício ainda foi recebida a importância de Cr$ 1 403 228,70, resultado da taxa de Emergência.

Como se sabe, essa taxa foi criada pelo decreto-lei federal n.º 8 311, de 6-12-945 e, nos têrmos do seu artigo 2.º, "destina-se a atender aos encargos de juros e amortizações das operações de crédito que as administrações ou concessionário dos portos realizem para o financiamento das obras, serviços e aquisições necessárias ao melhoramento e ampliações dos portos, compreendidos em relações — programas que sejam submetidos ao estudo do Ministério da Viação e Obras Públicas, com a estimativa do respectivo custo e devidamente justificadas, e que sejam aprovadas pelo Ministro".

Taxa cobrada transitòriamente, especialmente para cobrir o serviço da operação de crédito, não determina o aumento do capital do pôrto pela sua aplicação; nem se inclue na renda bruta portuária; e deve ficar recolhida no Banco do Brasil à ordem do Ministério da Viação e Obras Públicas e só por sua autorização é liberada para os seus fins específicos, após a expressa aprovação pelo Ministro da modalidade da operação de crédito.

Aprovada a relação-programa dos melhoramentos a serem por ela financiados, foi sua cobrança pelo pôrto de Vitória, autorizada em fins de 1949, e até dezembro de 1951, já rendera Cr$ 3 611 170,80, sendo Cr$ .... 3 523 778,20 do principal e Cr$ 87 392,60 de juros bancários.

No movimento portuário do exercício, há a ressaltar o aumento da exportação de minério, resultante da orientação que aos negócios da Cia. Vale do Rio Doce imprimiu o seu atual Presidente, Cel. Juracy Magalhães. Essa exportação, que em 1950 subira a 710 399,500 toneladas, em 1951 foi de 1 273 978; pela primeira vez se aproximou da quota de milhão e meio de toneladas previstas, quando da construção do Cais de Minério.

O movimento geral de navios foi menor em número, do que em 1950 — 942 contra 1 029; mas em tonelagem aumentou — 1 512 203 toneladas em 1951 contra 1 357 248 em 1950. É uma tendência que reflete a ascenção econômica do regime portuário, embora não se deva descurar de que a exportação de minério teve parte preponderante na frequência da tonelagem de longo curso.

Com a renovação do aparelhamento de carga e descarga, com a nova instalação das oficinas e carreira naval planejadas para Bento Ferreira, com as instalações especiais para produtos do petróleo e para carvão, com a instalação do frigorífico e do entreposto de pesca, com a construção do cais acostável no continente e com a dragagem, antecipa-se o

pôrto para atender ao destino natural que a geografia lhe aponta. Porque só por Vitória se podem atingir as alti-planuras de Minas, em ferrovia de perfil suave pelo vale do rio Doce, sem que os fretes tenham de cobrir o esfôrço de tração e o desgaste de material que, mais para o sul, o paredão da serra do Mar obriga.

No desenvolvimento do reaparelhamento portuário, iniciou-se a concorrência para o fornecimento de nove guindastes elétricos de pórtico, das capacidades de 1, 5 a 10 toneladas, constantes da relação — Programa já aprovado pelo Senhor Ministro da Viação. O julgamento, todavia, devido à complexidade das propostas apresentadas, ainda não poude ser proferido.

Quanto às Oficinas já se adquiriu algum material que serão definitivamente instalados no edifício apropriado de 1200 metros quadrados, quase concluído em Bento Ferreira.

Estuda-se um estaleiro naval capaz de construir barcos pesqueiros ou de pequena cabotagem.

As instalações especiais para petróleo pendem de entendimentos com as entidades financiadoras.

A instalação a ser financiada pela The Texas (South América) Ltda. depende da aprovação do projeto e orçamento pelo Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais. Encontra-se resolvida satisfatòriamente a dificuldade surgida anteriormente com a Cia. Vale do Rio Dôce para a construção do desvio que ligará as ditas instalações aos troncos ferroviários que servem esta Capital.

As instalações que deverão ser financiadas pela Shel Mex Brasil Ltda. estão assentadas em princípio e, já feita a localização, aguarda-se a apresentação dos projetos e orçamentos por parte da Companhia.

Com a Standard Oil Company of Brasil prosseguem os estudos e entendimentos destinados a construção de instalações especiais para recebimento, via marítima, de combustíveis líquidos.

Quanto às instalações para descarga, armazenagem e distribuição de carvão mineral, continuam pendentes das providências que contratualmente deve tomar a Cia. Vale do Rio Doce; aliás, sôbre o assunto já o seu atual Presidente, Cel. Juracy Magalhães, manifestou o mais animador interêsse.

Quanto ao frigorífico, que é obra estadual, e ao entrepôsto da pesca, que é obra federal, prosseguem em construção; e o cais acostável no continente, no seguimento a oeste do Cais de Minério, consta do Plano de Valorização Econômica.

A dragagem continuou a ser feita com a draga "Rio Branco", tipo de alcatruzes, de capacidade horária de 600 metros cúbicos. Mas, se a dragagem, por si, já era necessária, dado o estado de açoreamento do pôrto, a conveniência de conjugá-la ao atêrro da enseada da Capixaba levou o Govêrno a autorizar o arrendamento da draga "Sandmaster", do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, que igualmente interessado, acedeu em cedê-la, em condições recíprocamente convinháveis: obrigação do Estado proceder, como adiantamento financeiro, os reparos que a draga reclamava, orçados em Cr$ 1 200 000,00, e pagar o aluguel na base de Cr$ 1,50 por metro cúbico de material dragado, descontando-se

até ressarcir aquêle adiantamento, Cr$ 1,00 em cada metro cúbico devido, pagando-se portanto apenas Cr$ 0,50.

A "Sandmaster" dragando e recalcando 1 000 metros cúbicos por hora, é a maior draga existente no Brasil; deverá estar no nosso pôrto, pronta para funcionar, no decorrer do primeiro trimestre dêste ano.

Com o material da draga "Miguel Calmon", posta a flutuar depois de permanecer submersa 18 anos na baía, estamos construindo outra pequena draga de sucção e recalque; além dessa importante obra, em curso de recuperação, as oficinas e estaleiros da ilha do Príncipe efetuaram os consêrtos, reformas e construções de material preciso, tais como reforma de batelões, lanchas, saveiros, guindastes, etc ..

A crescente importância do pôrto de Vitória, que muito deve à vibrante atividade de seu operoso Superintendente, pode-se inferir do seguinte quadro da tonelagem de mercadorias movimentadas no último quinquênio:

	Exportação	Importação
Anos	Tonelagem	Tonelagem
1947	321 820,607	80 344,264
1948	578 984,569	82 136,690
1949	624 533,560	87 612,585
1950	847 836,319	103 218,517
1951	1 463 277,378	126 169,201

ESPLANADA DA CAPIXABA

Além das atividades da exploração comercial, conservação e ampliação das instalações portuárias, foi cometido à Administração do Pôrto de Vitória a realização dos atêrros da enseada da Capixaba e os mangues entre o Forte de São João e Bento Ferreira.

As obras da futura Esplanada da Capixaba constam do enrocamento para a contenção do atêrro, assentamento de blocos de concreto ciclópico e muro de acabamento numa extensão de cêrca de 1 000 metros, com a dupla finalidade de corrigir o sistema de águas da bacia de evolução do pôrto e conquistar para a cidade uma área edificável na continuidade da zona comercial de Vitória.

Será assim conquistada uma área de cêrca de 96 000 metros quadrados, dos quais 48 000 destinados à abertura de amplas vias públicas e outros 48 000 para edificação.

As atuais avenidas Princesa Isabel e Getúlio Vargas se prolongarão, aquela galpando o Forte de São João, próximo ao Club Saldanha da Gama, esta ladeando-o e seguindo pela avenida que será lançada, pela orla do mar.

Será desafogado o tráfego para a Praia Comprida e para a vazão dos grandes troncos rodoviários do norte, que, principalmente depois de construída a rodovia pavimentada para Colatina, dificilmente se conteria na atual Avenida Capixaba.

O material para o enrocamento é fornecido pelo desmonte da pedreira da Capuaba, com o que se forma uma plataforma, que constituirá

parte do cais de atracação dos navios tanques abastecedores das futuras instalações especiais de petróleo.

E o atêrro será obtido com o material de dragagem que será lançado assim, não barra afora com alta despesa de transporte e grande dispêndio de tempo, mas sim ràpidamente e nas proximidades da draga.

O baixo custo do serviço assim conjugado é evidente; a formação da Esplanada Capixaba, destarte, será uma obra auto-financiável. Orçada em 20 milhões de cruzeiros, tem a venda dos terrenos conquistados do mar, estimada em cifra da ordem de 48 milhões de cruzeiros.

A assistência, direção e orientação técnica da obra foi contratada com a emprêsa especializada Engenharia Civil e Portuária S. A.

Em 31 de dezembro, o enrocamento iniciado em 30 de maio, partindo da Pedra Branca em direção ao terminal do cais comercial, tinha o volume de serviço de 24 263,300 metros cúbicos; o atêrro iniciado em 9 de setembro, acusou na mesma época 32 848 metros cúbicos; e a extensão de blocos de concreto ciclópico, à flor dágua, era de 105 metros lineares.

ATÊRRO DE MANGAIS

O atêrro dos mangais entre o Forte de São João e Bento Ferreira, iniciado em **25 de julho,** acusava em 31 de dezembro a área aterrada de 180 000 metros quadrados.

Está sendo atacada o desmonte dos morros do norte e sul de Bento Ferreira, o da pequena ilha próxima ao canal Tícole, pertencente aos terrenos que o Estado adquiriu da Leopoldina Railway Co.; e dos morros do Suá e da Ponta Formosa.

A cargo da Administração do Pôrto estão os desmontes de Ponta Formosa e de pedreira do morro do Suá, utilizando-se a pedra nos enrocamentos à margem do canal Tícole e, britada, na pavimentação das ruas que vão sendo abertas; os desmontes restantes estão a cargo de empreiteiros diversos.

Essa conquista aos mangues, de cêrca de 1 600.000 metros quadrados de área edificável, representa a realização de parte importante do Plano Urbanístico da Cidade.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

O D. E. R. não se limitou ao Plano Rodoviário estadual, estendeu sua ação às estradas e pontes municipais, as quais precisam ser conservadas em condições de manter o fluxo contínuo das mercadorias nas estradas — troncos. A despeito da deficiência de pessoal técnico e de material isso foi conseguido.

As obras realizadas foram as seguintes:

Estudo, projeto e locação

1 — Vitória — Colatina	107	Km	Cr$	722 863,90
2 — B. S. Francisco — Ametista	50	"		125 000,00
3 — B. S. Francisco — Cachoeirinha	20	"		21 600,00
4 — Juparanã — Barra Sêca	50	"		36 923,00
5 — Prattes — Lagôa Aguiar	29	"		47 486,10
6 — Nova Venécia — Pedra da Viúva	6	"		6 390,00
7 — Lagôa Juparanã — S. Gabriel	50	"		21 269,40

DEPARTAMENTO DE ESTRADA DE RODAGEM

Estudo, Projeto Locação

8 — Santa Maria — Caldeirão	6	"	2 885,00
9 — S. Leopoldina — Jetibá	5	"	20 019,70
10 — Nova Almeida — Jacaraípe	6	"	5 748,50
11 — Guaraparí — B. R. 5	6	"	12 780,00
12 — Barra a Vila de Itapemirim	4	"	14 614,00
13 — Alegre — Cach. Itapemirim	3	"	21 018,50
14 — Mimoso do Sul — B. R. 5	4	"	—
15 — Alfredo Chaves — Marechal	2	"	12 236,90
16 — Nova Venécia — Divisa M. Gerais	9	"	38 473,10
17 — Cach. Itapemirim — Aeropôrto	6	"	41 863,60
18 — Diversos estudos	—		30 075,50
19 — B. R. 31 — Serviços de escritório	—		39 513,10
20 — Vila Velha — Farol	3	"	13 815,00
21 — B. R. 5 — Amarelo	5	"	22 369,30
22 — Cach. — Alegre — Guaçuí	30	"	175 000,00
	401		1 431 944,70

Construção

Zona Norte: —

1 — Estrada S. Domingos — B. S. Francisco — Construção final	9,850	Km	3 646 495,50
2 — Colatina — Nova Venécia	8,695	"	3 228 474,80
3 — B. S. Francisco — Ametista	2,730	"	921 784,40
4 — B. S. Francisco — Cachoeirinha (não houve pagamento no exercício de 1951)	8,000	"	—
5 — Santa Teresa — Venda Nova	2,130	"	885 832,60
6 — S. Leopoldina — Jetibá	9,035	"	3 511 647,60

Zona Sul: —

7 — Mimoso do Sul — "Jones Santos Neves"	4,153	"	1 811 547,30
8 — Cachoeiro — Alegre	3,130	"	1 407 346,00
9 — Variante — Cachoeiro Itapemirim — Aeroporto, em Campo S. Felipe	2,180	"	132 886,10
10 — Atêrro de acêsso à ponte de Mimoso do Sul	5 723,019	m3	65 603,60
11 — Atêrro de acesso à ponte de Safra	16 500	m3	247.500,00
12 — Atêrro de acêsso à ponte de Guaraparí	1,200	m3	460 560,00

Zona Central: —

Vitória — Colatina

13 — Vitória — Vila Velha	11,200	Km	3 790 240,10
	3,860	"	1 921 227,00

14 — Alargamento da Av. Vitória	1,800	Km	1 065 115,20
15 — Terraplenagem em Duas Bôcas e pequena estrada de acêsso	0,640	"	292 994,30
	61,603		23 389 254,90

Preço médio por Km — Cr$ 375 659,50

Pavimentação

Asfáltica: —

1 — Viaduto do Cobí	0,420	"	12 600,00
2 — Ponte do Rio da Costa à Praia	0,840	"	570 840,00
3 — Praia ao Farol Sta. Luzia	3,200	"	745 963,70
	4,460		1 329 403,70

Com 18 736 m2 ou seja Cr$ 71,00 por m2.

A paralelepípedo: —

1 — Corte do Cobí	0,360	Km	129 420,00
2 — Jaburuna — Ponte	0,425	"	129 650,00
3 — Batalhão de Caçadores	0,128	"	74 427,20
4 — Santuário da Penha	1,340	"	925 919,30
5 — Acesso à ponte do Rio Marinho	0,150	"	83 500,00
	2 403		1 242 916,50

Com 12.053,25 m2 ou sejam Cr$ 92,40 por m2.

Pontes

Foram executados serviços nas seguintes obras especiais: Guaraparí, Itaguaçú, Cachoeira da Onça, Águia Branca, Itaúninhas, São Gabriel, Conceição, Jabotí, Rio Grande, Águas Claras, Barra Alegre, Barra Sêca, Cavalos, Boa Esperança, Tabual, Juvenal, Sabiá, Bartimeu, Linhares e S. Francisco.

As pontes de Itaguaçú, Cachoeira da Onça, Aguia Branca, Itaúninhas, São Gabriel, e as demais com exceção de Linhares, Guaraparí, Conceição, Rio Grande, Jabotí, que continuam em obras, foram inauguradas.

Entre estas deve-se ressaltar a de Itaguaçú, com 30 metros de vão, no valor de Cr$ 782 000,00: Águia Branca e São Francisco com vão de 40 a 30 metros.

—o—

Um volume apreciável de obras contratadas, com recursos federais, arrastava-se sem a solução que a sua natureza urgente reclamava.

Tais as pontes de Linhares, de Guarapari e as de Conceição, Jabotí e Rio Grande, na B. R. 5.

Graças aos entendimentos havidos com os contratantes, obtivemos resultados animadores. A primeira já está com tôda a infra-estrutura concluída e dois arcos de 55 metros de vão, armados prontos para receber o concreto.

A de Guarnpari já esta com o arco concretado, faltando o tabuleiro apenas; e as restantes dentro de dois meses deverão estar em tráfego; a ponte de Guarapari, aliás, teve a dotação federal cancelada e, em consequência, está sendo construída com recursos exclusivamente estaduais.

Quanto às demais obras com dotação federal cabe-nos referir.

B. R. 31 — Rodovia Vitória — Belo Horizonte

De alta significação econômica para a chamada zona da Mata e por dar mais um pôrto à capital mineira, oferece ao nosso Estado, além dessa importante significação política e econômica, a vantagem de cortar a zona Domingos Martins — Pequiá, região fortemente dobrada, de traçado difícil e custo elevado, onde uma população laboriosa ensaia a fruticultura e o plantio de clima temperado.

Construíram-se 9 Km a partir da ponte sôbre o Rio Marinho, divisa dos municípios de Espírito Santo e Cariacica, fronteiro à Capital.

Todos os 205 Km, dentro do nosso Estado, estão estudados. Por mútuo entendimento, o D. N. E. R. executará, neste exercício de 1952, a construção dirètamente, aliviando assim a caixa do D. E . R. dos constantes adiantamentos, e deixando ao Estado a esperança de ver a construção dotada de melhores verbas e execução em menor prazo.

A dotação foi de	Cr$	3 005 133,50
Pagamento		5 201 486,10
Crédito do DER		2 196 352,60

Cachoeiro do Itapemirim — Campo de Aviação

Partindo do bairro Guandú, em Cachoeiro do Itapemirim — ligará ao Aeroporto, no Campo São Felipe, com 6 Km.

Verba	Cr$	1 000 000,00
Recebido		500 000,00
Pago		600 000,00
Saldo do DER		100 000,00

Ponte sôbre o Rio Doce, em Linhares

Esta obra mereceria um capítulo especial. Sua importância econômica e política para o Espírito Santo é de tal monta que se pode afirmar, sem receio, que ela abrirá novos rumos à economia do Estado, como chave das comunicações entre Rio e Salvador, pela recuperação e valorização do

Baixo Rio Doce, de São Mateus e Conceicão da Barra. É bastante dizer-se que foram feitos 9 (nove) pilares, um encontro e a armação de dois arcos de 55 metros cada um, em 8 meses, ou sejam 240 dias, do ano findo.

Verba	4 000 000,00
Recebido	2 000 000,00
Pago	2 985 313,00
Crédito do DER	985 313,00
Dispendido	869 039,60

Pontes sôbre os rios Conceição, Jabotí e Rio Grande com 18, 15 e 12 metros, respectivamente.

Verba	2 500 000,00
Pagamento	538 827,80

Pontes sôbre o Rio Itapemirim

Dotação	500 000,00
Dispendido	307 802,50

A despesa foi feita com aquisição de material. A construção foi adiada por ter o Diretor Geral do DER discordado do local, tipo e orçamento. Com efeito tratava-se de uma ponte de madeira, com 136 metros de vão, sôbre estacas batidas, carecendo de um atêrro de cêrca de 8 Km, em zona inundável.

É pensamento do Govêrno construir uma ponte de concreto armado, com cêrca de 102 metros de vão, e, cujo atêrro orça pelos 800 metros. Sôbre sua exata localização aguarda o Govêrno a palavra do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem a fim de poder iniciar a obra.

Estudos em cooperação com o DNER

Ponte sôbre o Rio São Mateus — A ponte sôbre o Rio São Mateus havia sido localizada no "Cajueiro", cêrca de 8 Km à montante da cidade de São Mateus. Era fatal para a sede do município, sem vantagem especial para o traçado Rio — Vitória — Salvador da B. R. 5. Se, inconformada estava a população daquele município, quando tudo se processava no campo dos primeiros demarques administrativos, o desânimo atingiu o auge, quando se cogitou de fato da construção. Felizmente, a iniciativa da mudança do local da ponte, aproximando-a da Cidade de São Mateus, esposada pelo Govêrno Estadual, foi tornada realidade, e hoje o DNER está fazendo a sondagem, junto ao Pôrto de embarque de madeira, a pouco mais de 1 000 metros da cidade, limite da navegabilidade do Rio São Mateus.

Atêrro de acesso à ponte de Itaúnas, em Morro Dantas. O acesso à mesma tornou-se um problema importante. Os atêrros estão orçados em mais de Cr$ 2 000 000,00 (dois milhões de cruzeiros) e, a ponte terminada há mais de um ano, ainda não prestou serviços.

Em 1951 elaborou-se o esquema de financiamento das obras do "setor rodoviário" do Plano de Valorização Econômica, que norteia a administração estadual.

Lançadas em concorrência pública as obras do referido "setor", foram arrematadas na base de financiamento a 8% para pagamento em 5 anos, com o prazo de construção de 3 anos, conforme os dois quadros anexos, que melhor esclarecem.

Quanto à conservação e reconstrução das estradas, cujos serviços são os mais visados pelo povo, porque dizem com a segurança do tráfego, grande foi o progresso alcançado, bastando se atentar em que não houve interrupções formais em nenhuma estrada.

Exclusivamente para os trabalhos de conserva foram adquiridos equipamentos no valor de Cr$ 5 792 928,00 mais do que em tôda a vida do DER e da extinta Diretoria de Viação.

É pouco ainda para se atender à conserva dos 2 528 Km de estradas estaduais, mas já é um avanço ponderável.

Os resultados práticos surgirão aos poucos.

A natureza das estradas não se modifica em um ano. Quase tôdas de traçado precário e sem drenagem suficiente, não resistem às chuvas torrenciais.

Não bastam as turmas e o equipamento; necessário é modificarem-se traçados, substituirem-se chapas de rolamento, construirem-se drenos, abrirem-se valas, enfim, um programa sistemático de melhoria que demanda tempo.

Foram reorganizadas as turmas de conserva, modificado o sistema de contrôle do "ponto", fichados os operários, numeradas e balizadas as turmas; as motoniveladoras, aumentadas em número, por novas aquisições e recuperação de outras, passaram a trabalhar diàriamente ao envez de trabalharem só na primeira semana após as chuvas.

O ensaibramento dos trechos vulneráveis e dos areais foi iniciado com proveito.

Foram patrolados 6 027 Km de estradas estaduais e cêrca de 1 200 municipais.

A despesa total de conservação e reconstrução foi de Cr$ 14 791 087,50 contra Cr$ 5 164 349,70 em 1950.

Há em serviço 892 trabalhadores; fizeram-se 180 boeiros de 10 metros; 103 reformas de pontes com vão médio de 10 metros.

A despesa total do DER, no exercício, fora as dotações para obras federais, montou a Cr$ 45 469 493,70; a quota do Estado no Fundo Rodoviário Nacional foi apenas de Cr$ 5 281 444,10, já excluída a parcela dos municípios que, nos três primeiros trimestres foi de Cr$ 1 429 758,70 assim distribuída, segundo o critério fixado em lei, proporcionalmente à área, população e número de veículos de cada comunidade municipal:

MUNICÍPIOS	TOTAL A RECEBER
Afonso Cláudio	41 097,00
Alegre	64 195,10
Alfredo Chaves	18 395,40
Anchieta	8 409,90
Aracruz	14 892,30
Baixo Guandú	26 572,10
Barra de São Francisco	74 348,90
Cachoeiro de Itapemirim	149 957,40
Cariacica	43 258,80
Castelo	52 589,40
Colatina	170 709,00
Conceição da Barra	25 511,20
Domingos Martins	22 869,10
Espírito Santo de Vitória	19 321,70
Fundão	7 281 70
Guaçuí	46 384,20
Guaraparí	14 146,00
Ibiraçú	15 106,80
Iconha	11 003,40
Itaguaçú	25 053,70
Itapemirim	26 742,20
Itapoama	6 879,90
Iúna	24 980,80
Jabaeté	6 978,80
Linhares	44 678,50
Mimoso do Sul	47 453,00
Muniz Freire	15 804,50
Muquí	22 960,40
Santa Leopoldina	20 828,70
Santa Teresa	38 411,90
São José do Calçado	25 358,20
São Mateus	52 459,30
Serra	14 289,00
Vitória	230 840,40
TOTAL: —	Cr$ 1 429 758,70

Estado do Espírito Santo

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

PLANO GERAL PARA CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS

HISTÓRICO	KM	CUSTO MÉDIO POR KM				SOMA	DEDUZIR	TOTAL
		CONSTRUÇÃO	PAVIMENTAÇÃO	CONSTRUÇÃO	PAVIMENTAÇÃO		VERBA D.N.E.R.	GERAL
1 — VITÓRIA — COLATINA								
A) Construção	134	480 000,00		64 320 000,00				
b) Pavimentação	134		380 000,00		50 920 000,00	115 240 000,00	10 000 000,00	
2 — JONES DOS SANTOS NEVES								
A) Reconstrução	24	300 000,00		7 200 000,00				
b) Pavimentação	187		380 000,00		71 060 000,00	78 260 000,00	10 000 000,00	
3 — SAFRA — CACHOEIRO ITAP.								
a) Pavimentação	11		380 000,00		4 180 000,00	4 180 000,00		
4 — CACHOEIRO — GUAÇUÍ: Construção	70	400 000,00		28 000 000,00		28 000 000,00		
5 — MUNICÍPIOS: — B. S. Francisco — São Mateus — C. da Barra — Colatina								
a) Construção	200	150 000,00		30 000 000,00		30 000 000,00		
6 — BOM JESUS DO NORTE — JONES SANTOS NEVES								
a) Construção	70	322 000,00		22 540 000,00		22 540 000,00		
7 — SAFRA — MARATAÍZES								
a) Construção	17	200 000,00		3 400 000,00		3 400 000,00		
8 — DIVERSOS TRECHOS A ESTUDAR — OBRAS DE ARTE ESPECIAIS		verba		38 380 000,00		38 380 000,00		
TOTAL				193 840 000,00	126 160 000,00	320 000 000,00	20 000 000,00	300 000 000 00

RESUMO: — Construção Km 381 Cr$ 193 840 000,00

Pavimentação Km 322 126 160 000,00

320 000 000,00

A deduzir verba DNER Cr$ 20 000 000,00

Total Geral Cr$ 300 000 000,00

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

PLANO GERAL DE OBRAS E FINANCIAMENTOS

ANOS	HISTÓRICO	OBRAS A EXECUTAR	PAGAMENTO DE OBRAS DO EXERCÍCIO	AMORTIZAÇÃO	JUROS	TOTAL PARCIAL	TOTAL GERAL	
				Cr$	Cr$	Cr$	Cr$	
1952	Obras	Cr$ 100 000 000,00	Cr$ 50 000 000,00	—	—	50 000 000,00	50 000 000,00	
1953	Obras	100 000 000,00	50 000 000,00	—	—	50 000 000,00		
	Prestações:							
	1.º de 1952			16 666 666,66	1 333 333,33	18 000 000,00	68 000 000,00	
1954	Obras	100 000 000,00	50 000 000,00			50 000 000,00		
	Prestações:							
	2.º de 1952			16 666 666,66	2 666 666,66	19 333 333,33		
	1.º de 1953			16 666 666,66	1 333 333,33	18 000 000,00	87 333 333,30	
1955	—							
	Prestações:							
	3.º de 1952			16 666 666,66	4 000 000,00	20 666 666,66		
	2.º de 1953			16 666 666 66	2 666 666,66	19 333 333,33		
	1.º de 1954			16 666 666 66	1 333 333,33	18 000 000,00	58 000 000,00	
1956	—							
	Prestações:							
	3.º de 1953			16 666 666,66	4 000 000,00	20 666 666,66		
	2.º de 1954			16 666 666,66	2 666 666,66	19 333 333,33	40 000 000,00	
1957								
	Prestações:							
	3.º de 1954			16 666 666,66	4 000 000,00	20 666 666,66	20 666 666,70	324 000 000,00

VALOR DAS OBRAS A EXECUTAR .. Cr$ 300 000 000,00

JUROS A COMPUTAR . . . . . Cr$ 24 000 000,00 324 000 000,00

Essa Secretaria superintende os seguintes serviços:

— Polícia Civil
— Polícia Militar
— Assessoria Técnico Consultiva
— Imprensa Oficial
— Penitenciária
— Junta Comercial
— Instituto Agrícola de Maruípe
— Arquivo Público

Ainda por seu intermédio são mantidas as relações entre o Poder Judiciário e o Executivo e estudados e resolvidos os problemas intercorrentes. No ano em relato, transcorreram da maneira mais harmônica e compreensiva, os entendimentos entre êsses dois Poderes constitutivos da nossa unidade estatal, que procuraram prestigiar-se, dentro do mais elevado e exemplar espírito de coordenação. Neste particular é interessante registrar que está em estudos, entre os dois Poderes, a reforma da Organização Judiciária e a construção do Palácio da Justiça, no local do atual Quartel de Polícia, no Parque Moscoso.

Os diversos setores componentes da Secretaria têm, dentro das suas atuais possibilidades atuado em perfeita forma, sendo louvável a atuação dos seus atuais dirigentes, que se vêm desincumbindo da maneira mais encomiástica dos deveres dos seus cargos, com a cooperação dedicada da maioria dos seus subordinados.

Entretanto, um novo setor precisa ser urgentemente instituido e que se contém dentro das coordenadas que fixam as atividades afetas à Secretaria. Quero me referir à criação de um modelar estabelecimento para a reeducação social de menores de ambos os sexos. A inexistência no Estado de um estabelecimento dessa natureza é uma lacuna altamente prejudicial, que urge ser remediada. Para a criança que tem pais ou responsáveis, o Estado se esmera em proporcionar-lhe meios de educação ou de reeducação. Para o adulto desajustado socialmente, provê os meios necessários para a sua segregação e readaptação. Entretanto, para o menor órfão, desvalido, delinquente ou pervertido, e que é justamente aquêle que necessita de maior amparo, para que se não constitua em elemento de desagregação e desequilíbrio social, com justos recalques contra uma organização estatal que não soube ou não quis convertê-lo em uma fôrça do bem, não existe sequer uma obra, uma instituição de iniciativa pública ou particular. O Instituto Agrícola de Maruípe, desta Capital, e o Patronato de Monte Líbano, de Cachoeiro de Itapemirim, não recebem delinquentes ou pervertidos, o que é justo e compreensível, em vista do grande perigo da contaminação, pois são institutos de **preservação** e não de **recuperação**.

Uma instituição de tal natureza precisa ser implantada em científicas e sólidas bases, para que, numa lamentável inversão, ao invés de remediar, não venha a agravar o mal. Portanto, largos cabedais financeiros são necessários a êsse fim, mas será, por sem dúvida, um investimento de capital grandemente lucrativo para o Estado, sob diversos aspectos.

POLÍCIA CIVIL

Logo após o seu atual titular ter assumido a direção da Secretaria procurou o Govêrno pôr em prática, não sem dificuldades de diversos matizes, o rodízio geral dos delegados municipais, para, por meio dessa medida de caráter geral, poder deslocar autoridades que se encontravam servindo por longos anos na mesma localidade, onde estabeleceram relações de amizades, ou criaram inimizades, que constituiam sérios óbices ao bom exercício das suas atribuições. Ao mesmo tempo, poderia melhor aquilatar dos predicados dos respectivos servidores e estudar os problemas, que se apresentariam, então, extremes de qualquer interferência de ordem meramente pessoal. Essa medida deu bons resultados, resolvendo-se situações que de longo tempo se apresentavam com o caráter de quase irremediáveis.

Outra medida também adotada foi a de restaurar o Chefe de Polícia na sua posição de dirigente de todo policiamento do Estado e não sòmente desta Capital. O Major dirigente da Polícia Civil tem correspondido plenamente a esta deliberação, atendendo com proficiência, os serviços que lhe estão afetos nesta Capital, como também supervisionando os do interior, em consecutivas visitas às delegacias municipais e às várias subdelegacias distritais, baixando os provimentos necessários.

Entretanto, mau grado os esforços do sr. Chefe de Polícia e seus auxiliares o serviço policial no Estado ainda muito pode ser aperfeiçoado. As delegacias, com raras exceções, e a própria Chefatura de Polícia, têm más instalações, o mesmo ocorrendo com as subdelegacias distritais e as cadeias públicas.

O prédio em que se encontra instalada a Polícia Civil nesta Capital não se pode reputar bem adequado às suas finalidades. Trata-se de prédio antigo, deficientemente restaurado e ampliado, num ajustamento forçado à exiguidade do terreno disponível. Os cubículos existentes em parte do seu primeiro pavimento servem de presídio e se encontram constantemente superlotados. O seu Quadro de Funcionários carece de criteriosa revisão.

O Gabinete Médico Legal de há muito não atende às proporções dos serviços que lhe são peculiares. O mesmo ocorre com a Inspetoria de Veículos, com o Gabinete de Identificação e o Registro de Estrangeiros, estando as suas deficiências sendo objeto de meticuloso estudo, além das providências de maior urgência já adotadas a respeito.

Além de outros, estão sendo estudados pela Assessoria Técnico Consultiva e pelo D. S. P. ante-projetos de lei relativos à:

a) — Criação do Serviço de Rádio Patrulha;
b) — Criação da Escola de Polícia;
c) — Reorganização da Inspetoria Estadual de Trânsito;
d) — Criação da Guarda Civil;
e) — Reforma do Gabinete Médico Legal, transformando-o em Instituto Médico Legal;
f) — Reforma do Gabinete do Chefe de Polícia, criando-se o imprescindível cargo de Assessor Jurídico, que desempenharia as funções, também, de Corregedor;

g) — Criação de Delegacias Regionais de Polícia, em Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, Afonso Cláudio e Alegre;
h) — Criação de Gabinetes Médico Legais em Cachoeiro de Itapemirim e Colatina;
i) — Criação da 5.ª Delegacia Auxiliar de Polícia — (Delegacia de Menores);
j) — Criação de cargos de Escrivão de Polícia a serem lotados nas Delegacias que forem criadas;
k) — Criação de 8 (oito) cargos de Investigadores, aumentando assim o Corpo de Segurança;
l) — Criação da Tesouraria da Chefatura;
m) — Criação do Presídio;
n) — Criação da Casa de Reeducação Social de Menores.

Dentre os serviços policiais que mais urge sejam ampliados e melhorados, encontra-se a Inspetoria Estadual de Trânsito.

A Inspetoria conta, no momento, com o concurso de 40 inspetores, número insuficientíssimo para atender às necessidades do serviço que lhe está afeto, acrescendo ainda a circunstância de que parte dêsses elementos está sendo ocupada nos serviços internos da Inspetoria. O ante-projeto respectivo prevê a admissão de mais 40 homens e a criação de uma adequada secção de expediente.

Também não posso deixar de fazer aqui especial referência à premente necessidade de melhor aprestar-se o Instituto de Identificação e Técnica Policial, como vem clamando insistentemente o seu competente e zeloso dirigente.

Depois de assinalar em linhas gerais o muito que se tem a fazer para que a nossa Polícia possa bem atender às suas altas finalidades, passo a enumerar, em contraposição, o que em seu benefício já foi feito em 1951:

SERVIÇO DE RÁDIO PATRULHA

Inaugurado a 1.º de setembro de 1951, a título experimental, e para ser intensificado o policiamento durante os festejos do IV Centenário, o Serviço de Rádio Patrulha demonstrou, desde o primeiro dia de atividade, ser um órgão auxiliar importantíssimo, já pela rapidez com que atende a todos os casos que reclamem intervenção imediata da Polícia, já porque substitue um elevado número de servidores que, por fôrça do movimento sempre crescente, de ocorrências nesta Capital, teriam de ser colocados nos diversos pontos da Cidade, para a manutenção da ordem.

Todos os integrantes dêsse serviço receberam instruções especializadas, num curso de emergência na Escola de Polícia, o que foi proveitoso, pois os patrulheiros, com raras exceções, vêm tratando o público, dentro das normas recomendáveis. Os que as infringiram, por vêzes raras, têm sido prontamente punidos, após rigorosa sindicância.

Junto a êste vão anexos os dados estatísticos referentes às atividades dêsse Serviço, durante os meses de setembro a dezembro, onde se verifica haver a Rádio Patrulha intervindo salutarmente em três mil e quinze (3 015) casos.

ESCOLA DE POLÍCIA

Ainda em caráter experimental, foi instalada a Escola de Polícia, a 2 de maio de 1951, numa ampla sala da Chefatura de Polícia, tendo atuado dez professôres.

Durante os cinco meses do seu funcionamento cumpriu a Escola a sua finalidade, tendo sido frequentada por todos os elementos da Rádio Patrulha, pelos membros do Corpo de Segurança, desejosos de aprimorar os seus conhecimentos e por elementos estranhos ao Quadro da Polícia. Foram aprovados nos exames finais 25 alunos.

Durante o curso, por assim dizer de emergência, foram ministradas aulas de Direito Penal, Processual Penal, Medicina Legal, Direito Administrativo, Prática Policial, Polícia Técnica, Topografia Policial, Português, Instrução Moral e Cívica e Instrução Especializada de Trânsito, tendo cada professor organizado um programa exequível, de acôrdo com o nível intelectual dos alunos, atendendo ainda a heterogeneidade da classe.

Demonstradas, assim, as vantagens práticas da Escola, deverá ser efetivamente mantida, já tendo sido para tal fim elaborado o competente ante-projeto de lei, que se encontra em estudos.

GABINETE MÉDICO LEGAL

Ao iniciar-se o atual Govêrno, o Gabinete Médico Legal encontrava-se quase totalmente desprovido de recursos materiais, o que constituia forte óbice ao regular atendimento dos casos que lhe são afetos.

Foi prontamente adquirido o material de mais urgência, ampliada a sala de necropsias e construídas duas outras para nelas serem instalados os laboratórios toxicológico e anatomo-patológico, com câmara frigorífica. Com essas instalações e adquirido o material indispensável, ficará o Gabinete Médico Legal em condições de bem cumprir a sua importante missão.

Foi elaborado o ante-projeto de lei, referente à reforma do Gabinete Médico Legal, em que se o transforma em Instituto Médico Legal, visando também a criação de dois Gabinetes Médico Legais, respectivamente, em Cachoeiro de Itapemirim e Colatina.

A despeito da deficiência de material, o Gabinete atendeu a 2047 casos, no ano de 1951.

POLÍCIA MILITAR

Desde os primeiros dias do meu Govêrno cheguei à conclusão de que a providência inicial que se deveria tomar em relação à Polícia Militar, medida de salvação, medida de humanidade, era promover a sua deslocação e instalação no confortável e aprazível Quartel de Maruípe, que se encontrava de há muito entregue ao Ministério da Guerra.

Nesse sentido foram conjugados os esforços do Govêrno, felizmente coroados de pleno êxito, já estando em obras de restauração o Quartel recentemente devolvido pela União Federal ao Estado, esperando-se para breve a ansiada mudança para o mesmo, da nossa briosa Polícia Militar.

Segundo cálculos feitos pela Comissão especialmente designada para êsse fim, os consertos do Quartel de Maruípe montarão a Cr$ 442 906,80, importância essa da qual, como se espera, deverá ser ressarcido o Estado.

Na situação em que se encontra a Polícia Militar do Estado, no Quartel do Parque Moscoso, já constitue, sem a menor dúvida, tarefa difícil e digna de louvores, manter o **stato quo**, sendo impossível ampliar e melhorar os seus serviços.

Merecem especial referência os dedicados e exaustivos esforços do Comandante Geral e dos seus subordinados, para a sua manutenção e os estudos elaborados, para o perfeito enquadramento da Polícia Militar nas suas elevadas finalidades.

De grande valia tem sido a cooperação dada pela Polícia Militar à Polícia Civil, no policiamento desta Capital e do Estado, por intermédio da Polícia Especial, dos destacamentos mantidos nos municípios e dos Oficiais e Sargentos que servem como Delegados e Subdelegados no interior. E essa colaboração essencial tem sido proporcionada com sacrifícios da própria Polícia Militar, que por múltiplas vêzes tem sido prejudicada nos seus serviços, com as contínuas desincorporações de oficiais para servirem como autoridades policiais civís nos municípios do interior.

O efetivo da Corporação, para o ano de 1951, foi fixado pelo Decreto n. 474, de 20 de dezembro de 1950, em 1 196 homens, inclusive:

a) — Comando Geral e Serviços do Estado Maior;
b) — Primeiro Batalhão de Infantaria;
c) — Segundo Batalhão de Infantaria (sem efetivo);
d) — Escolta de Cavalaria;
e) — Companhia de Comando e Serviços;
f) — Companhia de Polícia Especial;
g) — Corpo de Bombeiros;
h) — Corpo de Serviços Auxiliares;
i) — Departamento de Instrução;
j) — Serviço de Saúde;
k) — Serviço de Intendência;
l) — Serviço da Justiça Militar.

É êle ainda pequeno para atender às necessidades. Basta notar que se fossem atendidos os justos reclamos de policiamento eficaz do interior do Estado, êle seria quase que totalmente absorvido. A título de exemplo, cita-se as cidades e municípios de Cachoeiro de Itapemirim e Colatina, cujos destacamentos são reduzidíssimos para atender às múltiplas tarefas dêsses dois grandes centros de convergência de correntes de interêsses. provindos do interior e de fora do Estado.

A legislação da nossa Polícia Militar é obsoleta e merece uma geral revisão, do que já se tem cogitado e melhor se cogitará no ano em curso, no qual se procurará, igualmente, sanar as múltiplas falhas apontadas no mencionado relatório do Comando Geral.

Com a reinstalação da Polícia Militar no novo Quartel será ativada a instrução geral e desenvolvida grandemente a educação física, o que reputo de urgência e de essencial importância.

CORPO DE BOMBEIROS

Essa Corporação não dispõe de material moderno, para atender as suas finalidades, em relação a uma Capital de Estado. O Govêrno passado entrou em negociações com a firma Merrywheater & Sons Ltda., de Londres, por intermédio da firma Walter Comércio Representações S/A, seus representantes no Rio de Janeiro, para aquisição de adequado maquinário para o Corpo de Bombeiros, mas o fornecimento, por diversas circunstâncias, ainda não se concretizou, tudo indicando venha grande parte dêle a ser recebida em 1952.

BANDA DE MÚSICA

A Banda da Corporação esmerou-se, como sempre, nas suas funções artístico-militares, atendendo pressurosa a todos os chamados do interior do Estado; abrilhantando tôdas as festividades de caráter cívico, religioso, filantrópico ou recreativo, levadas a efeito nesta Capital e para as quais foi requisitada.

Merece especial registro a sua incansável atuação durante os festejos comemorativos do IV Centenário desta Cidade, tendo concorrido, de maneira acentuada, para o brilhantismo das comemorações.

ASSESSORIA TÉCNICO CONSULTIVA

Trata-se de uma instituição nova, criada em 1951, que vem preencher uma lacuna de que se ressentia a organização do Estado, e que já tem sido introduzida em outras unidades da Federação.

A solidez dos fundamentos do Estado e das suas instituições está nas suas leis, nos seus decretos e regulamentos. Portanto, êstes não bastam existir, mas é preciso que sejam bem feitos e continuamente atualizados, sendo uma das suas fontes a legislação dos povos cultos, da União Federal e dos Estados membros.

As Secretarias de Estado não estão, normalmente, em perfeitas condições de elaborar bons projetos de leis justas, disciplinadoras, que não comprometam o equilíbrio social, nem dêm ensanchas a futuras desinteligências e demandas. Para isto não basta que sejam aparentemente lógicas e econômicamente vantajosas, mas que correspondam às circunstâncias do local, do momento, e bem atendam às condições e necessidades do povo, e se entrosem no sistema legislativo vigorante. As leis não devem ser meramente episódicas, salvo aquelas que tenham, realmente, por objetivo fato transitório.

O caminho mais suave, mais sensato e menos perigoso para obter-se boas leis ainda é o de recorrer-se à legislação semelhante, pátria ou alienígena não para uma cópia singela, mas, sim, pondo em cotejo os diplomas legais referentes a mesma matéria, para escolmar-se o que não se adaptar ao nosso Estado e aproveitar-se os melhores dispositivos de tôdas as leis examinadas, extraindo-se dêsse trabalho, que deverá ser meticuloso, dedicado e científico, uma lei mais perfeita do que as anteriores, pelo menos presuntivamente.

Esse trabalho sòmente poderá ser bem feito por um órgão especializado e que o tenha por finalidade precípua. Tal órgão, que deverá funcionar como um verdadeiro laboratório de leis, decretos e regulamentos e colaborar pròximamente, sempre que sua cooperação seja solicitada com os representantes do povo no Poder Legislativo federal e estadual, entrando com o valioso cabedal dos seus estudos e as facilidades que lhe dão uma perfeita organização, precisa estar muito bem aparelhado, principalmente com uma biblioteca e um fichário bem constituidos, das principais leis que interessem ao Estado, e pelo menos de todos os Estados membros e da União Federal, e das principais nações americanas, dispondo das obras de direito, selecionadas, concernentes às suas finalidades.

Os seus membros deveriam ser bem pagos, para que o Estado pudesse dêles exigir tempo integral de serviço, só lhes sendo facultado, fora das suas importantes atribuições, o exercício do magistério, em uma só cadeira.

A Assessoria Técnico Consultiva, criada pela lei n.º 495, de 5 de junho de 1951 e instalada em 15 do mesmo mês, ainda não está bem aprestada porém já tem dado bons frutos, mas muito deixa a desejar quanto à extensão dos bons serviços que poderá vir a prestar ao Estado.

Nos seis meses e meio de suas atividades no ano relatado, elaborou 19 exposições de motivos, referentes a diversos assuntos, emitiu vários pareceres sôbre processos que lhe foram encaminhados e acompanhou a elaboração das leis na Assembléia Legislativa Estadual, e na Câmara e no Senado Federal, com o propósito de oferecer aos representantes federais e estaduais do Estado, sempre que houvesse solicitação a respeito, quaisquer informações necessárias à defesa dos interêsses do Espírito Santo.

IMPRENSA OFICIAL

A Imprensa Oficial, no ano de 1951, procurou atender, com quase invencíveis dificuldades de maquinário, mão de obra e matéria prima, as necessidades dos serviços públicos com ela relacionados. Eram contínuas as reclamações contra a falta de entrega do "Diário Oficial" e seus anexos ("Diário da Justiça" e "Diário Legislativo"), contra o atrazo das publicações oficiais, especialmente dos atos do Poder Judiciário, com prejuízos não sòmente dos serviços públicos, como dos interêsses particulares aos mesmos vinculados.

A boa vontade e os esforços do diligente Diretor da Imprensa Oficial e dos seus dignos auxiliares, não conseguiam suprir as suas falhas. Urgia, pois, fôssem tomadas medidas arrojadas e decisivas, para suplantar a crise. O Govêrno, aproveitando excepcional oportunidade, favorecida por circunstâncias felizes e transitórias, deliberou entabolar negociações imediatas para aquisição do custoso maquinário e material necessários, e empreender a fundamental reforma daquele importante setor do serviço estadual.

Foram adquiridas as mais modernas Linotipos e outras máquinas acessórias, inclusive uma bem aparelhada clicherie, a única no gênero neste Estado, e que tem prestado ótimos serviços não sòmente à Imprensa Oficial e aos serviços públicos, como também aos particulares que têm apresentado inúmeras encomendas.

Êsse material foi adquirido às seguintes casas especializadas:

	Cr$
Linotipo do Brasil S/A	1 229 659,70
Sociedade Técnica "Bremensis"	1 543 151,00
Cia. Importadora Gráfica Artur Sievers	355 700,00
Fundição Bonsucesso Ltda.	64 000,00
Total: Cr$	3 192 510,70

Pela Lei n.º 600, de 28 de dezembro de 1951, foi radicalmente reorganizada a Imprensa Oficial, transformada em um autárquico "Departamento de Imprensa Oficial", dotado de um novo Quadro, adequado, de pessoal, achando-se, assim, agora, perfeitamente aparelhada para o seu bom funcionamento.

No setor relativo à Secção de Obras, encarregada da confecção de trabalhos gráficos destinados às repartições públicas estaduais, o movimento tem sido intenso e os resultados plenamente satisfatórios, com a execução e entrega de diferentes serviços, em quantidade que vem, aliás, ultrapassando a expectativa geral. Eram trabalhos feitos anteriormente pelas tipografias particulares, o que sobrecarregavam os cofres públicos com despesas evitáveis.

A mencionada Lei, que reorganizou a Imprensa Oficial, no seu artigo 21 autorizou o Departamento de Imprensa Oficial a editar, quando julgar oportuno, o tradicional órgão de publicidade denominado "Diário da Manhã", sem ônus para o tesouro estadual e independente do "Diário Oficial". Foi uma previsão feliz, decorrente de solicitação dirigida à Assembléia Legislativa pela Academia Espírito-santense de Letras e outras entidades congêneres. Para satisfazer a tão justo anseio, que é uma merecida homenagem àqueles que fizeram do "Diário da Manhã" uma das mais brilhantes tradições do jornalismo capixaba, a Secretaria do Interior e Justiça, juntamente com o Departamento de Imprensa Oficial, está em estudos para que se converta em próxima e alvissareira realidade.

PENITENCIÁRIA DO ESTADO

Durante o ano de 1951 foi grande o movimento carcereiro da Penitenciária, que contava, em 31 de dezembro, com 144 presos, como especifica o respectivo quadro anexo.

Os sentenciados tiveram as suas refeições melhoradas e os seus salários majorados, com uma participação de 20% nos lucros relativos aos trabalhos por êles executados, o que veio contribuir para o aumento da produção, e lhes foi proporcionada regular assistência médico-dentária. Têm sido tratados com bondade e gozam de regime atenuado de prevenções, de acôrdo com o seu procedimento. Elevado número é portador do prêmio de "Portaria", com a faculdade de, nas horas de folga, permanecer fora dos muros do edifício.

O ensino escolar tem sido ministrado regularmente, tendo sido alfabetizados, no ano em relato, 34 sentenciados.

Foi ainda instituído pelo atual dirigente seguro de acidente de trabalho, o que constitue salutar providência que estimula a confiança do prêso na ação do Estado.

Também os funcionários obtiveram melhorias, sendo-lhes estendida a assistência médico-dentária e aos membros das suas famílias. Aos mestres das oficinas foi concedida uma participação de 10% nos lucros.

O Regulamento da Penitenciária, Decreto n.º 5 870, de 12 de fevereiro de 1935, carece de ser atualizado: outra é a época, outros são os princípios, outras são as circunstâncias.

A Penitenciária não poderá continuar a ser um simples depósito de segregados. Impõe-se completo reajustamento do corpo docente, sob pena de não se poder fazer obra educativa. Nos entendimentos constantes entre a sua direção e a Secretaria, já ficou deliberado, contratar-se dez (10) operários especializados para o aumento de número de vigilantes, com a dispensa de igual número dos soldados que servem no destacamento local, que voltarão à sua Corporação. Serão dez vigilantes-artífices que, com a vigilância, ministrarão concomitantemente aulas práticas diárias em cada profissão. Assim ficará a instituição mais apta a fazer os serviços de pedreiro, carpinteiro, eletricista, ferreiro, cozinheiro, chaufeur, barbeiro, hortelão e jardineiro. Futuramente, será pleiteado um local no mercado para venda, a preços populares, dos produtos da Penitenciária, exposição das obras executadas e aceitação de encomendas.

Prosseguem ativamente os estudos para a instituição de modelar Penitenciária Agrícola e aquisição dos terrenos necessários à sua edificação. O sr. Diretor da Penitenciária em breve visitará as Penitenciárias do País, que mais se ajustem ao nosso Estado, para colhêr minuciosos dados e elementos, que sirvam de base à criação da nova instituição.

PRODUÇÃO: — Durante o ano relatado, a produção da Penitenciária foi grandemente aumentada. Produziu ela em tempo record colchões e roupa de cama para alojamento dos hóspedes durante os festejos comemorativos do IV Centenário da Fundação de Vitória. A oficina de carpintaria venceu concorrência pública para o fornecimento de esquadrias à Superintendência das Obras do Pôrto, para a grande oficina de Bento Ferreira e construiu vários móveis para venda aos interessados que os encomendaram. Construiu gratuitamente, para o Preventório "Gustavo Capanema", balanços e trampolim. A oficina de sapataria tem regular estoque de calçados, já tendo feito suprimento à Polícia Militar por preço inferior ao de qualquer fábrica. Produziu para o Asilo da Velhice Desamparada os cem pares de chinelos que lhe foram requisitados. A oficina da alfaiataria produziu também para o mesmo Asilo, calças e blusões, e várias peças de roupa de cama, em consequência de concorrência pública em que também foi vencedora a Penitenciária.

Foi adquirida recentemente u'a máquina para fabricação de tela de arame, passando imediatamente a atender às encomendas feitas, prevendo-se que se torne uma das boas fontes de renda do presídio.

RENDA: Proveniente do exercício de 1950, passou ao de 1951, o saldo em dinheiro de Cr$ 16 977,10. No 1.º semestre de 1951, portanto anteriormente à posse do atual diretor, houve uma receita de Cr$ 14 805,80

e uma despesa de Cr$ 14 669,60, passando, assim, ao 2.º semestre um saldo de Cr$ 17 113,30. Êsse saldo, somado à receita do 2.º semestre, de Cr$ 67 306,00 contrabalançada por uma despesa de Cr$ 48 677,60, passou ao exercício de 1952 o saldo de Cr$ 35 801,70. A grande despesa por conta da renda do presídio justifica-se pela deficiência de algumas dotações orçamentárias, tais como: — "Combustível", "Forragem" e "Reparos", sendo que quanto a esta última, motivada por dois desastres com a camionete.

Do anexo, sob o título "Quadro comparativo da renda do presídio e produção das oficinas", verifica-se, com facilidade, que o ano de 1951 foi o de maior produção e maior renda da Penitenciária, apesar dos fatores adversos, da elevação dos preços e falta dos materiais.

JUNTA COMERCIAL

A Junta Comercial manteve-se no ritmo dos anos anteriores e atendeu bem aos serviços que lhe são afetos, como acentua o seu Presidente, no relatório dirigido à Secretaria do qual passo a transcrever os seguintes tópicos:

"No exercício ora relatado foram discutidos e por fim julgados 3 075 processos; foram autenticados 4 564 livros com 382 316 folhas; foram extraídas 279 certidões e expedidos 167 ofícios a diversas repartições; foram remetidos à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional neste Estado, por insuficiência de sêlo e outras exigências fiscais 42 processos que, retornaram a esta repartição e julgados, tiveram o seu natural destino.

A renda proveniente de emolumentos atingiu a cifra de Cr$ 242 566,00 e os selos estaduais aplicados em processos que transitaram por esta repartição, somam a importância de Cr$ 101 030,30. Foi recolhido à Recebedoria do Estado "Sobras da Presidência" na importância de Cr$ 32 683,20.

Os emolumentos arrecadados e pagos àqueles que a êles têm direito estão assim distribuídos:

ao Presidente	Cr$	60 000,00
ao Secretário		16 720,00
ao Tesoureiro		16 720,00
aos Vogais		116 442,80
Recolhidos à Recebedoria do Estado		32 683,20
TOTAL:	**Cr$**	**242 566,00**

Pelo confronto obtido em relação às atividades desta Junta em onze meses do ano anterior, segundo o último relatório, com o resultado do ano de 1951 ora relatado, verifica-se que houve considerável aumento.

Êsse aumento é o reflexo da situação econômica do Estado que passou a inspirar mais confiança àqueles que aqui trabalham, produzem e aplicam suas atividades e capitais.

Não reivindico a glória dêsse desenvolvimento nas atividades da Junta, pois, êle tem como causa fatores naturais, como sejam: expansão do comercio, desenvolvimento da agricultura e confiança nos destinos do Estado.

Os funcionários lotados nesta Junta colaboraram eficazmente, desobrigando-se dos encargos que lhe são próprios, concorrendo para que os serviços corressem normalmente e, se ainda não são perfeitos, são bons e tendem a melhorar.

É justo consignar que o corpo de Vogais colaborou com eficiência nos julgamentos dos processos submetidos ao seu exame, cujas decisões os recomenda pelo zêlo e critério com que se houveram. Os livros que lhes foram distribuidos para serem autenticados não sofreram retardamento ou demora.

A Junta Comercial do Estado está materialmente bem instalada, de apresentação modesta, mas decente, cujos móveis estão conservados.

Os seus arquivos abrigam cerca de 35 000 documentos devidamente fichados."

INSTITUTO AGRÍCOLA DE MARUÍPE

A respeito vale transcrever o que acentuou, em seu relatório, o Secretário do Interior e Justiça:

"Ao visitar o Instituto Agrícola de Maruípe, apesar de bem impressionado pela ordem e limpeza geral, e do que se produzia dentro da modéstia das suas instalações, constatei, todavia, desde logo, que êle pouco tem, realmente, de "agrícola".

Merece elogiada ação do seu dedicado diretor e dos seus auxiliares, que trazem o Instituto em bom funcionamento, dentro das suas pequenas possibilidades.

Volto aqui, senhor Governador, ao problema do menor desprotegido e desvalido, mas sob uma outra facêta, a da preservação do ainda não delinquente ou contaminado. Como organização dessa natureza, o Instituto de Maruípe tem feito muito, mas poderá fazer imensamente mais se fôr reorganizado, instalado em local adequado à sua finalidade precipuamente agrícola, como é pensamento do Govêrno.

O menor desvalido, seja ou não delinquente, é o campo mais propício para exercer-se a ação tutelar do Estado, em seu próprio benefício, para fazer cidadãos que o defendam, o elevem e aperfeiçoem. Será, assim, uma das suas mais rendosas inversões de capital.

Eminente jurista e sociólogo escreveu:

"É preciso formar uma consciência social que exija como dever patriótico salvar o menor desvalido, para orientá-lo na vida como um valor social positivo, ou então continuaremos com a ação parcial insuficiente. Felizmente já entre nós há consciência pública da necessidade do amparo à infância e a sociedade exige do Estado salvar a infância dos perigos da orfandade e da pobreza, elevando-a a uma esfera superior de vida. A proteção da infância deve ser a preocupação dos homens de estudo e de coração, e dos govêrnos, como um dos grandes problemas sociais".

"O problema do desenvolvimento psicológico do menor e a preocupação de fazê-lo no futuro um membro útil da sociedade, devem superar tudo mais porque representam a parte fundamental do trabalho profissional. É necessário que todos se convençam de que o fato puro e simples de saber ler e escrever pouco significa quando não é acompanhado de uma preparação racional do indivíduo para trabalhar pelo bem coletivo".

"O interêsse pela criança é um dos aspectos definidores da civilização moderna. Todos os povos vêm no material humano da infância o melhor instrumento para a conquista dos seus destinos."

Em relação ao adulto, bom ou mau que êle seja, pouco relativamente poderá fazer o Estado para melhorá-lo ou reajustá-lo, pois, se trata de uma natureza já formada, de um caráter já constituído. Mas em relação à criança, uma organização bem dirigida e aparelhada conseguirá, com raras exceções, recuperá-la ou pelo menos minorar, atenuar as suas incipientes tendências para o mal, com um tratamento eugênico e moral, que possa torná-la sã de corpo e sadia de alma. Obterá, assim, o Estado, mais um cidadão legal, que na luta eterna entre o Bem e o Mal, combata pelos Darvands, contra os Amscharpands; que entre o materialismo e o espiritualismo, lute contra Caliban, para que sobreviva Ariel.

O efetivo de internos do Instituto de Maruípe é de 174 menores, que vêm recebendo tratamento médico e odontológico adequado. São diáriamente submetidos à educação escolar, inclusive de cultura física. As aulas funcionaram sob a denominação de Escolas Reunidas anexas, com direção própria, designada pela Secretaria da Educação e Cultura. Os menores foram distribuídos em 6 classes, dos quais, 143 alcançaram promoção. Houve assim, uma percentagem de 82% de alunos promovidos."

As falhas existentes, serão sanadas, porque é propósito do Govêrno do Estado deslocar o Instituto para local mais adequado e favorável às suas finalidades e desenvolvimento, tendo-se em vista a fazenda recentemente adquirida pelo Estado, antigamente conhecida como "Roças Velhas" e atualmente denominada "Natal", no município de Cariacica; devendo-se, então, proceder a fundamental reorganização do Instituto com ampliação de todos os seus setores.

ARQUIVO PÚBLICO

O Arquivo Público que funcionou normalmente, ressente-se de falta de espaço, estando o Govêrno cogitando de dar-lhe instalação condigna e capaz de perfeitamente resguardar os preciosos documentos que nele estão recolhidos. A falta de imóveis destinados às repartições públicas, retardou a adoção dessa indispensável providência.

CHEFATURA DE POLÍCIA

SERVIÇO DE RÁDIO PATRULHA

QUADRO DE OCORRÊNCIAS E DETENÇÕES

De setembro a dezembro de 1951

Acidente de veículo	41
Afogamento	8
Agressão	69
Apreensão de veículos	27
Assaltos	2
Atentado à moral	104
Atropelamento	29
Auxílio à autoridade	263
Auxílio à doente	151
Auxílios diversos ao público	192
Dementes	47
Depredações	16
Desabamento	3
Desacato	35
Desaparecimento de pessoa	20
Desordem	389
Embriaguez	275
Encontro de cadáver	9
Encontro de pessoa perdida	24
Furtos	42
Incêndio	9
Patrulhamento preventivo	914
Punguista	4
Quedas e acidentes diversos	31
Roubos	31
Tentativa de suicídio	7
Vigaristas	10
Averiguações	81
Clandestino	59
Contrabandista	30
Porte de arma	45
Conflito entre militares	21
Pequenos casos de solução imediata	29
TOTAL:	3 015

PENITENCIÁRIA DO ESTADO

Seção Penal Disciplinar

Quadro demonstrativo do movimento carcerário dêste estabelecimento penal, referente ao ano de 1951, com as indicações que se seguem: —

NATUREZA DE DELITOS	Existentes em 31-12-1950	Entrados em 1951	Saídos em 1951	Existentes em 31-1-1951.	OBS
Homicídio	59	29	17	71	
Atentado ao pudor	1	1	—	2	
Defloramento (Sedução)	5	3	2	6	
Estupro	7	1	2	6	
Falsificação	2	—	—	2	
Furto	19	5	10	14	
Furto de animais	14	12	8	18	
Furto e estelionato	2	—	1	1	
Ofensa física	10	8	7	11	
Peculato	2	—	—	2	
Roubo	6	3	2	7	
Usurpação de função pública	1	—	—	1	
Receptação	—	2	—	2	
Bigamia	—	1	—	1	
SOMA: —	128	65	49	144	

PENITENCIÁRIA DO ESTADO

Quadro comparativo da Renda do presídio e produção das oficinas

	1947		1948		1949		1950		1951	
	Renda	Prod.	Renda	Prod.	Renda	Prod.	Renda	Prod.	Renda	Prod.
Alfaiataria	23 870,00	76 193,05	16 990,00	37 200,95	106,00	60 826,00	80,00	65 010,50	23 250,00	82 626,60
Carpintaria	24 631,70	22 185,10	14 107,00	15 333,40	9 167,00	8 910,00	26 477,40	27 118,80	43 573,00	50 443,00
Sapataria	12 243,20	26 060,00	17 638,30	36 129,00	38 626,00	46 710,00	23 793,00	27 297,00	11 471,00	56 060,00
Agricultura	436,00	17 813,70	467,50	19 816,70	985,00	47 114,90	1 755,00	41 863,70	1 055,00	59 299,50
Almoxarifado	21 923,90	21 813,70	5 769,00	8 304,50	1 288,00	791,00	160,00	160,00	2 478,00	2 400,00
Ferraria	—	1 343,00	—	592,00	—	941,00	15,00	686,00	5,00	5,00
Sec. Administração										
Indenis	3 607,20	—	6 296,20	—	8 898,70	—	2 081,60	—	279,80	—
SOMA —	86 712,00	165 408,55	61 268,00	117 376,55	59 070,70	165 292,90	54 362,00	160 136,00	82 111,80	250 834,10

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Ainda que, por circunstâncias várias, três titulares tenham, no curso do 1.º ano de govêrno estado à frente da Secretaria de Educação e Cultura e, por outro lado, contra a expectativa, disso decorrente, de uma pluralidade de diretrizes e descontinuidade de ação, uma visada restropectiva e sintética do ano administrativo evidencia a presença de um plano de trabalho em desdobramento seguro e funcional, intendendo para a realização de objetos bem definidos.

Cada um dos titulares, a cujo zêlo confiei a Secretaria, no 1.º semestre do ano de 1951, teve seus problemas, próprios do momento e logrou êxitos oportunos. Ao primeiro coube a tarefa de instalar os trabalhos escolares do ano letivo. Parece, à primeira vista, tratar-se de simples atividade de rotina, sem percalços de qualquer ordem. Com efeito, a reabertura das atividades letivas deveria transcorrer normalmente com o regresso do professorado e do discipulado em férias à frequência dos estabelecimentos de ensino. É o que ocorre noutros lugares, com estruturas pedagógicas estáveis e magistério de carreira certo. No Espírito Santo, porém, desde que, ao lado do magistério de carreira se inaugurou um magistério paralelo e provisório, constituido de leigos anualmente admitidos ou reconduzidos a título precário — os chamados "Docentes de emergência" — e, sobretudo, nos últimos anos, com o aumento dêstes ensinantes que chegaram a constituir cêrca de 60% do professorado oficial militante, a transição do período das férias ao período letivo se tornou operação difícil e tumultuária, susceptível de absorver as atenções e a capacidade burocrática da Secretaria por tempo indeterminado. Magistério marginal e improvisado, sem estatuto próprio, sem direitos nem deveres claramente estabelecidos, a legião dos "Docentes de emergência" apresenta sempre grande instabilidade e cria, para o administrador, a conjuntura anual de recompô-la, através de medidas de tacteio, com a assinatura de centenas de atos de admissões e readmissões que, frequentemente, se verifica terem sido apenas nominais, de vez que os próprios interessados, em muitos casos, fazem, na função, um estágio à espera de melhores emprêgos ou situações mais vantajosas. Criado para resolver um problema de pessoal ensinante em momento de grave crise de êxodo de professôres normalistas, êsse mesmo professorado de emergência veio a constituir sério problema cujas consequências funestas pudemos logo alcançar e para o qual procuramos as soluções adequadas, como adiante se verá.

Se o primeiro titular teve o mérito de pôr em funcionamento a rêde escolar, coube ao segundo dar início a uma série de pesquisas e levantamentos da situação educacional, coligindo dados que haviam de servir de base a estudos de planos de ação posteriores. Entre as medidas de largo alcance entrementes postas em prática, deve lembrar-se a instalação, com caráter experimental, da Escola de Belas Artes e o aproveitamento — de acôrdo com o que dispunha o art. 34.º do decreto n.º 16 481, de 1.º de março de 1947, de membros efetivos do magistério para as funções de Delegado de Ensino. Frutos dessa medida advieram ràpidamente e, entre êles, deve citar-se o contrôle mais seguro que para logo se pôde verificar — da rêde de escolas isoladas, cujos regentes passaram a receber instruções mais assíduas do órgão central de administração, tornando-se possível a obtenção de informes sôbre o funcionamento real dos estabelecimentos e a correção de numerosas irregularidades que antes não chegava siquer ao conhecimento da Secretaria.

Ao término do 1.º semestre, estavam os estabelecimentos de ensino com seu funcionamento mais ou menos normalizado e a Secretaria de posse de elementos informativos, sôbre os quais se poderia, daí por diante, delinear diretrizes e empreender, com segurança e rítmo mais ou menos acelerado, a reforma que o Govêrno projetava. Com a determinação de planejá-la e com a orientação de concentrar inicialmente o melhor de sua atenção em um dos setores — o do ensino primário fundamental comum — assumiu o atual titular a direção da pasta no dia 25 de julho. Decorridos alguns meses, podemos, em visão panorâmica, relatar o que ao govêrno foi dado observar, sentir, planejar e fazer.

É bem de ver que, por aquela época, se intensificavam as providências oficiais relacionadas com os atos comemorativos do IV Centenário da Capital do Estado e não pequena parcela de responsabilidade coube à Secretaria de Educação e Cultura no tocante ao seu êxito. Mal aparelhada sob o ponto de vista de suas instalações e equipamento material e contando com pessoal numèricamente insuficiente, teve a Secretaria de desdobrar a capacidade de trabalho — que se comportou admiravelmente — de seus funcionários, a fim de, a um tempo, conservar em dia o volumoso expediente, realizar os planos administrativos do govêrno e desincumbir-se de sua parte de contribuição às festividades do município.

No que tange à colaboração dada aos festejos da cidade, merecem destaque pela eficiência e dedicação com que se houveram:

a) — Serviço de Educação Física, cujo Diretor deu provas de incomum capacidade técnica e de trabalho na organização de numerosos desfiles de escolares, demonstrações ginásticas e competições de atletismo;

b) — a Diretoria da Divisão e Orientação e Pesquisas Pedagógicas que, sôbre as grandes e difíceis tarefas de estudos de reorganização do ensino, teve a incumbência de organizar e superintender a Exposição de Trabalhos Escolares, mostra que, na Feira do Centenário, revelou, por sua variedade e bom gôsto, pela escolha dos motivos e espírito inventivo, as excelentes reservas de energia e entusiasmo do magistério capixaba; e

c) — o Serviço de Cinema, Rádio e Teatro Educativos, que realizou esplêndido filme documentário dos festejos comemorativos do Centenário.

ENSINO PRIMÁRIO (Fundamental- Comum)

O 2.º semestre do ano administrativo foi, na Secretaria de Educação e Cultura, de intensa atividade, máxime nos setores mais de perto relacionados com o ensino primário, isto é, a Divisão de Ensino Primário, a Divisão de Orientação e Pesquisas Pedagógicas, a Diretoria Geral de Administração e o Gabinete. Vários problemas, fàcilmente enumeráveis, se evidenciavam dos levantamentos levados a efeito durante o 1.º semestre e completado no segundo. Entre êles os seguintes:

1 — o baixo nível médio de rendimento escolar;

2 — a deficiência dos serviços de inspecção e assistência técnica;

3 — a tendência de fuga crescente do professorado à atividade de regência de classe, agravada pelo alto contingente de licenças e afastamentos concedidos;

4 — a prática de processos de escolarização extensiva à base de técnicas de ensino do tipo doméstico e inviduali-zado;

5 — a presença, no magistério, de numeroso pessoal docente improvisado e, por isso, sem a indispensável cultura básica e formação técnico-pedagógica.

6 — a interferência indevida de interêsses outros na administração educacional.

A soma dêsses males de que enfermava o organismo educacional, insinuava a causa comum e esta não era senão a indecomparável inter-ação de um conjunto de fatores que constituiam, na sua síntese, o "campo de vida" magisterial, inteiramente contrário aos objetivos visados pela administração. O remédio havia de consistir, portanto, na reorganização dessa constelação de fatores no sentido de prover, através de um novo "campo de vida" para o magistério, as condições mínimas que pudessem considerar-se como as necessárias e suficientes ao bom êxito da reforma que se pretendia implantar.

Neste ponto, seja-me permitido abrir parênteses para aludir, a menos de passagem, ao pressupôsto metodológico da atual ação administrativa e reformadora. Sabido é que as reformas educacionais, tão frequentes em nosso país, se engendram quase sempre em gabinetes e, quando transformadas em leis, desencadeiam, com maior ou menor estardalhaço, grande movimento de idéias e teorias de renovação, nutrido à fôrça de publicidade, conferências e cursos, com que se ateia um entusiasmo artificial e se alcançam resultados imediatos, tão brilhantes, quase sempre quando efêmeros. Tôda Pedagogia em marcha corre o risco de degenerar em Demagogia. Essa sustentação puramente publicitária do plano tem o defeito de sua qualidade, isto é, o de ser condicionada à presença de influência de um lider de tipo carismático, sendo, por isso mesmo, como mente volátil como o próprio prestígio que o lider tira muito comumente do próprio pôsto de mando. Preferimos evitar essa estrada conhecida dos grandes êxitos rápidos, com os quais, muita vez, à falta de fundamento mais consistente, se procura justificar as medidas adotadas. Pensamos que não se pode administrar com eficiência duradoura à base de puros e fáceis entusiasmos, ao feitio dos governos de inspiração totalitária, mas à base de uma organização e reorganização progressiva dos estímulos componentes do "campo de vida" do pessoal interessado, preparando, por assim dizer, antes o terreno para a sementeira que se quer lançar e para a abundância futura das seáras. Nesta ordem de idéias, orientou-se a ação da Secretaria durante todo o 2.º semestre do ano p. findo, no sentido de disciplinar os quadros do ensino, de provar a direção das reações

aos ensaios de implantação de novas normas e, por meio, de "operações de amaciamento", enfraquecer os quadros de uma situação contra-indicada, e, em seu lugar, possibilitar a construção de um novo clima, propício ao advento e ao êxito das primeiras medidas reformadoras, aprazadas, que estavam, para o início do ano seguinte.

A PORTARIA N. 1 364, DE 18-7-1952

Um dos primeiros atos do atual titular à frente da Secretaria foi a Portaria que teve o número 1 364, datada de 18-7-952. Os levantamentos procedidos indicavam: a) — a ausência de critério na distribuição do professorado, havendo muitos estabelecimentos com grande número de "professôres sem classes" enquanto em outros abundavam "classes sem professôres"; b) — excessiva tolerância oficial na manutenção de professôres afastados das funções próprias do cargo e "postos à disposição" de repartições ou do próprio gabinete, a que não eram obrigados sequer a comparecer; c) — benevolência na designação de substitutos para professôres ausentes que, por fôrça da situação de relativa ociosidade em que se encontravam, não deveriam ser substituídos.

É oportuno mencionar que, segundo dados que foi possível coligir na Diretoria Geral de Administração, houve, no período de fevereiro a novembro do ano p. findo, aproximadamente 32 500 (trinta e duas mil e quinhentas) licenças-dias, equivalentes a 1 083 meses ou sejam 108 anos (à base de 10 meses cada letivo, nos quais se verificam as licenças, geralmente interrompidas nos períodos das férias) e correspondentes à despesa aproximada de um milhão de cruzeiros pagos por trabalhos escolares não realizados. Se a isso fôr acrescentado que cento e cinquenta professôres, no mínimo, estiveram afastados das funções próprias do cargo ou exercendo outras de nenhuma importância, o que equivale a 1 800 meses, ter-se-á mais o dispêndio de um milhão e quinhentos mil cruzeiros pagos também por trabalhos escolares não realizados. Mencione-se, pelo mais, que para substituí-los, foram admitidos outros professôres não pertencentes ao quadro e que, em atividades que somam aproximadamente 25 000 dias de substituições, custaram ao erário estadual cêrca de setecentos e cinquenta mil cruzeiros. Crê a Secretaria da Educação e Cultura ter, com as medidas constantes da Portaria n.º 1 364, poupado, só no segundo semestre, substituições — dias que deveriam ter custado, se fôssem concedidas, importância não inferior a quatrocentos mil cruzeiros.

O DECRETO N. 647, DE 11-10-1951

O PROBLEMA DOS "DOCENTES DE EMERGÊNCIA"

Outro grave problema postado à frente dos esforços administrativos da Secretaria, era o constituído pela presença, nos quadros magisteriais, dos chamados "Docentes de Emergência". Problema delicado porque envolvia interêsses legítimos e ilegítimos, de mais de metade do magistério e, transcendendo a esfera administrativa, nucleava, em muitos lugares, atividades políticas e partidárias. Professôres, muito dêles, por improvisação e provisórios, não possuiam garantias nem obrigações claramente definidas, sendo livremente admissíveis como demissíveis. Frutos e índices de uma época de crise educacional, surgiram, no magistério, em 1939, em número limitado (eram apenas cinquenta), quando ainda alguns requisitos se exigiam para sua admissão. Com o passar dos anos,

seu número cresceu. Acentuava-se o desinterêsse pela carreira pouco atrativa do magistério e, com êle, a queda da matrícula das escolas normais, onde se preparam os contingentes da reserva magisterial indispensável a todo sistema educacional. Como consequência, a admissão de leigos com o título de "docentes de emergência" se fazia cada vez com maiores facilidades até que, últimamente, passou a ser feita mediante à simples apresentação do nome dos interessados. Dessa forma, eram já 700 em 1945, quando constituíam 30% do magistério e chegaram a ser mais de 1 200 em 1951, constituindo, então, 60% do magistério militante.

Consigne-se, de passagem, que o recurso extremo de confiar a educação das crianças — técnica que demanda preparação específica séria, sabem-no os que professam Pedagogia — a leigos, transformados em "docentes de emergência", não ocorreu, no início do decênio 1940-50, sòmente no Estado do Espírito Santo. Mas a História dêsse decênio educacional revela a imprevista linha de evolução do fato nesta unidade da federação. Ao passo que noutros lugares se cogitou de, no mais breve prazo, promover a volta à normalidade, com a entrega do magistério aos professôres especificamente habilitados para a atividade pedagógica — o que ocorreu no Estado do Espírito Santo é singular em face de suas brilhantes tradições educacionais: foram sendo, a mais e mais, postas de lado as exigências para a admissão e, com o aumento do quadro, se foi esboçando uma campanha no sentido de assegurar aos "docentes de emergência" direitos e prerrogativas de funcionários regulares. Assim, o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias determinou a "efetivação" de todos aquêles que, na data da promulgação da Constituição, contassem já cinco anos de serviço prestados ao magistério e apresentassem provas de se haverem submetido a exames de habilitação. Era uma medida de amparo que tinha sua justificação: estabelecia-se que ao Estado cabia o dever de recompensar, com essa garantia de estabilidade, àqueles docentes que, em emergência grave, numa época de crise, tinham vindo em socorro do Govêrno, possibilitando-lhe a manutenção e funcionamento de sua rêde de escolas e isso mediante retribuição diminuta. Mas, no ano seguinte, a Lei n.º 112, de 12-10-48, transfere o preenchimento dos dois requisitos — tempo e habilitação — para o futuro, estabelecendo a efetivação de todos aquêles que, eficientes ou não, viessem a completar cinco anos de exercício e após curso de preparatórios que o próprio Estado ficava comprometido a dar-lhes, viessem a conquistar um documento de habilitação. Tratava-se da oficialização de um segundo magistério, paralelo e competidor em relação ao magistério normalista e regular. Graves reflexos se faziam sentir na vida das escolas normais, cuja matrícula assim se desacoroçoava, a ponto de numerosos alunos abandonarem o curso, para se encaminharem diretamente ao exercício da carreira. O Estado, contradizendo-se a si próprio, mantinha abertos seus próprios estabelecimentos de ensino normal e incentivava a iniciativa particular a instalar outros para a formação de professôres hábeis e, ao mesmo tempo, lhes vedava a carreira, preenchendo os claros do quadro magisterial com elementos dispensados da exigência daqueles cursos.

Colocada em face dessa situação, a Secretaria de Educação e Cultura aceitou a tarefa, que não poderia recusar, de cumprir não só o dispositivo constitucional mas também a Lei n.º 112, e, dando início aos levantamentos necessários, pôde verificar que êsss dois dispositivos atingiriam, com seus benefícios, a cêrca de 450 docentes de emergência, isto é, 40% dos que se achavam em exercício e não eram portadores do diploma de escola normal. Dêsses, cêrca de 300 teriam, em face do Estado, um crédito: o de frequentarem os chamados "Cursos Intensivos" realizados por "Missões Pedagógicas Itinerantes" para, de posse do "certificado de aprovação" que lhes fôsse conferido, serem efetivados na função.

Procedendo a pesquisas trabalhosas, o Govêrno aprovou diversas relações de "Docentes" considerados efetivos por fôrça dos dispositivos acima citados, assim como baixou o Decreto que recebeu o n.º 647, datado de 11-10-51, pelo qual foi instituído o "Curso Intensivo", a realizar-se no período das férias, na Capital. A tabela anexa n.º II resume, em dados numéricos, o quadro dos "Docentes de Emergência" e sua distribuição por municípios, ao término do ano letivo de 1951. Por ela se verifica que: 113 exerceram o magistério em Grupos Escolares, 24 em Escolas Reunidas e 932 em Escolas Isoladas. Os dados relativos aos municípios do setentrião, Barra de São Francisco, Linhares, São Mateus e Colatina, indicam a quase ausência total do magistério regular naquela região. Dificilmente explicáveis se apresentam os altos contingentes relativos a municípios como Cachoeiro de Itapemirim, Castelo, Guaçuí, Mimoso do Sul, Serra e Cariacica, os quatro primeiros dotados de estabelecimentos de ensino normal e os últimos vizinhos do município da Capital.

Ao encerrar-se o ano, já se achavam efetivados 145 "Docentes de Emergência", sendo: 49 por fôrça do art. 12 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e 96 por fôrça do art. 6.º da Lei n.º 112. Foram posteriormente efetivados mais 13, aguardando a Secretaria de Educação e Cultura o relatório dos trabalhos do "Curso Intensivo" das chamadas "Missões Pedagógicas Itinerantes" para promover a efetivação de outros. Quanto a êste Curso, podem ser fornecidos os seguintes dados: Foram matriculados e frequentes ao curso 191 docentes de emergência, sendo 12 já efetivos e 179 na dependência do "Certificado de aprovação" para serem efetivados. Os cursistas distribuídos, a princípio, em 5 turmas e depois em 4, tiveram em média, 130 horas-aulas no período de 16 de janeiro a 15 de fevereiro, a saber, 5 horas diárias.

É oportuno consignar também que, tendo se ampliado os quadros da carreira de Professor Primário para o ano de 1952, a Secretaria de Educação e Cultura prevê, para o novo ano letivo, a presença de apenas 600 Docentes de emergência no magistério, inclusive os efetivos, contra a de 1 100 (previstos no orçamento de 1951), e que, na realidade, chegaram a ser, em certos momentos, mais de 1 300.

Completando a série de medidas postas em prática para defesa dos interêsses do ensino e salvaguarda dos direitos adquiridos dos "Docentes de Emergência, mais antigos, foi sancionada a lei número 557, de 15/12/951 (revogação do artigo 6.º da Lei número 112, de 12-10-948), cujo Ante-Projeto se originou dos estudos feitos pela Secretaria e cuja elaboração constituiu a mais impressiva prova de compreensão mútua dos propósitos cívicos que orientam as relações entre os poderes Legislativo e Executivo.

Seja qual fôr o juízo, nem sempre esclarecido e sereno, que possa vir a ser formulado a respeito da conduta da Secretaria, no tocante ao problema dos "Docentes de Emergência", penso poder o Govêrno ter a consciência de um grande e difícil dever cumprido e o sentimento de uma missão de vasto alcance social realizada.

Sòmente o incentivo que, das medidas adotadas — as quais puzeram côbro a um estado de coisas que comprometia a integridade das estruturas pedagógicas desta unidade da federação e suas próprias tradições educacionais resultará para a frequência das escolas normais, com a segurança da formação de novos contingentes de reserva magisterial, é suficiente para atestar o acêrto do Govêrno.

O DECRETO N. 648, DE 11-10-951

FIXAÇÃO DO NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO DA RÊDE DE ESCOLAS ESTADUAIS

Outra providência de largo alcance é a que se conteve no decreto n.º 648, de 11-10-951, pelo qual foi consolidada a rêde escolar do Estado para o exercício de 1952. A verdade é que, em face da legislação fragmentária, por vêzes contraditórias e mesmo esquecida, do ensino, a Secretaria de Educação e Cultura havia já, de certo modo, perdido o contrôle da rêde de estabelecimentos que mantinha, mas que não tinha possibilidades de fiscalizar e contrastear em seu funcionamento. O fato seria grave se não fôsse antes um índice do desenvolvimento rápido que se verificou no Estado, sem tempo de reaparelhar-se suficientemente, sob o ponto de vista administrativo, para acompanhá-lo. O Decreto n.º 648 fixou o número dos estabelecimentos de ensino primário em 75 Grupos Escolares, 25 Escolas Reunidas e 1 326 Escolas Isoladas, além de 48 classes mantidas junto a instituições particulares de finalidade assistencial. Foram, pelo Decreto, suprimidas numerosas escolas que, pela reduzida frequência apresentada ou pela proximidade em que se encontravam de outras, não mais se justificavam e, ao mesmo tempo, criadas outras mais numerosas para ocorrer às necessidades de escolarização da população infantil. No mesmo texto, foram, desde logo, em função da futura legislação relativa à carreira e na época em elaboração, classificadas as escolas e classes por entrâncias e discriminadas as já providas ou ainda vagas.

Não houve, como consequência do Decreto n.º 648, um aumento significativo do número de unidades escolares. Nem foi êste o seu intuito.

Ditado pelas circunstâncias — pois durante todo o ano de 1951 e mau grado dos grandes esforços nesse sentido — não foi possível à Secretaria de Educação e Cultura obter dados sôbre a verdadeira situação e número de estabelecimentos de ensino em funcionamento, teve êsse decreto o objetivo de consolidar a rêde escolar, ao menos como ponto de partida para o ano letivo subseqüente. Sòmente ao encerrar-se o ano letivo de 1951 logrou a Secretaria de Educação e Cultura dados com que pôde informar-se, aproximadamente bem, sôbre o número de escolas em funcionamento. A Tabela n.º IV sintetisa dados comparativos sôbre a rêde de unidades escolares de 1951 e a prevista, pelo Decreto n.º 648, para o ano de 1952.

Encontram-se também anexas:

a) — a Tabela n.º V com a discriminação por municípios dos estabelecimentos de ensino de 1.º grau, existentes em 1951;

b) — a Tabela n.º VI com a previsão, por município, das classes ou escolas de ensino primário para o ano de 1952;

c) — a Tabela n.º VII com o levantamento da matrícula efetiva, frequência média e aprovações nos estabelecimentos de ensino de 1.º grau em 1951.

Ainda que o Decreto n.º 648 não tivesse em mira ampliar a rêde de estabelecimentos de ensino — o que, apesar de tudo, realizou — é lícito prever, para o ano de 1952, um significativo aumento geral de quantitativos de matrícula, frequência e rendimento escolar, em face dos novos dispositivos que regerão, nesse ano, a carreira do professorado (ver Tabela n.º IV). Índice dêsse aumento já se observa, no momento em que êste Relatório é feito — fevereiro de 1952 — pois as primeiras informações chegadas a respeito da matrícula inicial para o ano em curso revelam substancial aumento. Em todo o caso, a legislação ora em vigor e o número de unidades-classes (2 201) previstas para o ano de 1952 autorizam a expectativa de uma matrícula geral de 90 000 a 100 000 e uma frequência média de 65 000 a 70 000. Para isso deve concorrer grandemente as novas normas para promoções no magistério estabelecida pela Lei n.º 549, de 7-12-951, a que adiante aludiremos. É interessante ainda assinalar as alterações verificadas no quadro magisterial do Estado e constantes da Tabela n.º IX, assim como o número de escolas **providas** e o das **vagas** com que se instalará o ano letivo subsequente (Tabela VI).

A LEI N. 549, DE 7-12-951 CLASSIFICAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO PRIMÁRIO EM CATEGORIAS E ENTRÂNCIAS, REESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS, CRIAÇÃO DOS CONCURSOS DE REMOÇÃO E DE INGRESSO NO MAGISTÉRIO, REVISÃO DOS CRITÉRIOS DE PROMOÇÃO, INSTITUIÇÃO DE GRATIFICAÇÕES POR ENTRÂNCIA.

Ao mesmo passo que promovia os levantamentos necessários a um "balanço" da situação geral e propunha medidas e providências preparatórias de uma situação nova, estudava e planejava a Secretaria as linhas fundamentais de uma reforma, que havia de consubstanciar-se num Ante-Projeto de Lei, com vigência aprazada para o início do ano letivo seguinte. Êsse Ante-Projeto que se afeiçoou paulatinamente veio a constituir matéria de auspiciosa mensagem do Executivo à nobre Assembléia Legislativa do Estado, a qual, com sabedoria e com agudo senso do real e do valioso, o aprovou com leves alterações não-substanciais, se transformando na Lei n.º 549, de 7-12-951. Ela contém os primeiros lineamentos claros e decisivos da reforma geral do sistema educacional do Estado. Estabelece um critério uniforme — embora sujeito a revisão ulterior — para classificação dos estabelecimentos de ensino em categorias e entrâncias segundo seu vulto e localização; reorganiza a carreira magisterial, institui os concursos de remoção e de ingresso no quadro, assegura gratificações proporcionais ao trabalho e aos percalços do meio em que é realizado e garante ao professor, pelo acesso trienal na carreira, o prêmio certo e privativo ao merecimento objetivamente aferido pelos quantitativos da produção pedagógica. Deve ser dito em louvor dêsse texto legal e dos que nele colaboraram, que se trata de um corpo de normas que se sustentam mùtuamente em um sistema de sólido encaixe e travamento equilibrado de tôdas as partes, o qual pode, por certos aspectos do seu conteúdo, ser considerado um exemplo de legislação educacional das mais avançadas no país e das mais ajustadas às peculiaridades da área geográfica de sua vigência. Importa, porém, de outro lado, não es-

quecer o caráter provisório e circunstancial de algumas das suas normas, elaboradas para operarem, no momento histórico da aplicação, efeitos preventivos e garantidores do êxito das outras essenciais. Algumas dessas normas parecem ter operado resultados tão rápidos que se pode prever se tornarão obsoletas ou inócuas tão logo se verifiquem terem desaparecido os males que tinham por objetivo sanar. O certo é que, em menos tempo do que se esperava, essa Lei desencadeou, na esfera da administração educacional, uma série de consequências promissoras, entre as quais importa salientar o ressurgimento da confiança e do interêsse pela carreira — demonstrado, de uma parte pelo grande número de pedidos de professôres, há longo tempo afastados, no sentido do retôrno à função própria do cargo (regência de classe) e, de outro lado, pelo esplêndido contingente nunca antes alcançado, de pedidos de inscrições no Concurso de Ingresso e Reingresso no Magistério Primário.

O DECRETO N. 684, DE 21-12-951 REGULAMENTO DO CONCURSO DE REMOÇÃO DE PROFESSÔRES DE ENSINO PRIMÁRIO

Desdobrando, para facilidade de interpretação e cumprimento, os dispositivos da Lei n.º 549, relativos ao Concurso de Remoção de Professôres de Ensino Primário, elaborou a Secretaria de Educação e Cultura o Regulamento do mesmo, aprovado pelo Decreto n.º 684, de 21-12-951. Foi pequeno o número de requerimentos ao 1.º concurso. Previam-se centenas de inscrições, dada a frequência com que chegam normalmente à Secretaria, pedidos de remoção de professôres. Explica-se talvez o fato pela recentidade da instituição do concurso e consequente desconhecimento, por parte do professorado, das normas que o regem. De qualquer modo, as normas estão traçadas e, doravamente, as remoções, salvo as exceções previstas em lei, se processarão no período das férias, sem as consequências funestas que advêm para os escolares das constantes mudanças dos professôres no decurso das atividades letivas.

O DECRETO N. 703, DE 29-12-951 REGULAMENTO DO CONCURSO DE INGRESSO E REINGRESSO NO MAGISTÉRIO PRIMÁRIO

Complemento também da Lei n.º 549, foi o Decreto n.º 703, de 29-12-951, que aprovou o Regulamento do Concurso de Ingresso e Reingresso no Magistério Primário. A propósito, deve ser observado que o anterior "Concurso de Títulos" — instituído pelo Decreto-lei n.º 16 249, de 2-10-946, tendia a transformar-se, na prática, em mera formalidade, uma vez que a preferência para as nomeações nem sempre recaía — como o têrmo concurso sugeria — nos candidatos de classificação superior. Além de que, sua realização se arrastava tardia e morosa por meses a fio, o que se verificou ainda no ano de 1951, no qual sòmente no mês de agôsto — quando já o ano letivo declinava para o seu encerramento — foram homologados os atos preparatórios das nomeações.

O novo Concurso de Ingresso e Reingresso se realizará no período das férias do verão, antes portanto, da reabertura das escolas e com a observância de normas asseguradoras da preferência aos candidatos que, pelos títulos apresentados, fizerem jús às nomeações para as cadeiras de sua livre escolha, dentre as que estiverem, no momento, vagas.

OUTROS DECRETOS.

Integrados ainda no mesmo ciclo de medidas decorrentes da Lei n.º 549, devem ser lembrados, embora tenham sido baixados a 31-1-952, os seguintes decretos:

1 — n.º 725 — que instituiu o Calendário Escolar dos estabelecimentos de ensino primário;

2 — n.º 737 — que aprovou Instruções para o provimento, a título precário, das cadeiras que se encontravam vagas após o encerramento do Concurso de Ingresso e Reingresso;

3 — e os de n.ºs.

732, 733 e 734 — pelos quais foram promovidos aos padrões imediatamente superiores das carreiras 229 Professôres Primários, 138 Professôres de Concurso e 23 Regentes de Ensino Primário;

4 — Ato n.º 7 — de 31-1-952, da Secretaria de Educação e Cultura, que disciplinou a distribuição de classes aos professôres dos Grupos Escolares e Escolas Reunidas e estabeleceu as escalas de professôres adjuntos e das substitutas permanentes.

EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA PRÉ-ESCOLAR OS "JARDINS DE INFÂNCIA". O DECRETO N. 753, DE 31-1-952: OS PARQUES E RECANTOS INFANTIS.

A educação da infância pré-escolar esteve representada em 1951 por dois "Jardins de Infância", situados na Capital, constituídos de um total de 15 classes que reuniram a frequência de 296 alunos.

Para a escolarização dêsse pequeno grupo de crianças, o Estado empregou 2 Diretôres, 21 professôres, 2 contínuos, 6 serventes, montando a despesa com pessoal a Cr$ 347 400,00 (trezentos e quarenta e sete mil e quatrocentos cruzeiros), o que significa que o custo "per-capita" de cada aluno frequente foi, no ano, de Cr$ 1 174,00 (mil cento e setenta e quatro cruzeiros).

Além das classes dos dois estabelecimentos citados funcionaram anexos a Grupos Escolares 2 (duas) classes com frequência de 30 crianças.

Era pouco, e, sob o ponto de vista técnico, insuficiente. Faltavam-lhes condições materiais imprescindíveis ao êxito do trabalho dos professôres e dos grandes dispêndios para sua manutenção.

A Secretaria de Educação e Cultura, tendo em vista o elevado número de crianças de 3 a 7 anos — talvez 10 000 só na Capital e arredores e cêrca de 100 000 no Estado — e que necessitam, para o seus crescimento normal e sadia iniciação na cultura de ambiente, estímulos e recursos apropriados — propoz e foi aprovada a substituição da modalidade usual de ensino pré-primário pela modalidade mais consentânea com as exigências da vida moderna, a saber, a da educação e assistência à infância pré-escolar por meio de Parques e Recantos Infantis. Dois edifícios — que já se achavam em construção para sediarem Jardins de Infância — sofreram as modificações de planta necessárias para se adaptarem à nova orientação e, dentro em breve, serão instalados na Capital o primeiro Parque Infantil e o primeiro recanto Infantil, aquêle no Parque Moscoso e êste na Praia Comprida em substituição aos atuais "Jardins de Infância".

Crê a Secretaria, dêsse modo, aumentar o poder de pré-escolarização dêsses dois estabelecimentos de 296 alunos (frequência média atual) para 2 000 ou mais em 1952, com sensível benefício para a saúde de grande parte da infância pré-escolar de Vitória.

Com o mesmo fim, a Secretaria de Educação e Cultura está promovendo entendimentos com a "Associação de Proteção e Assistência à Infância e Maternidade", de Cachoeiro de Itapemirim, no sentido de transformação do "Jardim da Infância" que mantém com capacidade de 120 crianças em Recanto Infantil susceptível de matricular 600 ou mais pré-escolares. Da mesma forma, conversações realizadas com a Prefeitura Municipal de Muquí conduziram aquêle município a optar pelo aproveitamento da verba de que dispõe (Cr$ 250 000,00) para a construção de um Parque ou Recanto Infantil nos moldes dos instituídos pelo Estado em lugar do Jardim da Infância, cuja construção estava na iminência de iniciar. Dois outros Parques ou Recantos estão na pauta dos trabalhos da Secretaria de Educação e Cultura com a cooperação do Departamento Estadual de Saúde para o ano de 1952.

ENSINO COMPLEMENTAR

O ensino complementar ou de 5.º grau de curso primário — que, na prática, se reveste quase sempre de caráter propedêutico, preparando alunos para o êxito nas provas de exames de admissão à escola secundária — foi representado, no ano de 1951 por um estabelecimento, o Curso Complementar "Jerônimo Monteiro", localizado na Capital, no qual era lotado o seguinte pessoal: 1 (um) Diretor, 14 (quatorze) professôres e 3 (três) funcionários administrativos para um conjunto de 6 (seis) classes, com 141 (cento e quarenta e um) alunos frequentes. Além dessas classes, funcionaram avulsas e anexas a Grupos Escolares e Escolas Reunidas, 11 classes com 213 alunos frequentes. No ano de 1952, serão instaladas mais algumas classes, que já foram criadas por decretos datados de 31-1-952, as que se localizarão em Alfredo Chaves, Conceição da Barra, Guaraparí, Ibiracú (distrito de Acioli), Itapemirim, Itapoama e Muniz Freire.

Planeja a Secretaria de Educação e Cultura a criação de outras classes, principalmente nas sedes de municípios em que não existem estabelecimentos de ensino de 2.º grau, atendendo às necessidades do ensino e às possibilidades de aproveitamento de professorado disponível nos Grupos Escolares e Escolas Reunidas.

ENSINO SUPLETIVO

O ensino supletivo, destinado em princípio, a suprir, com escolarização de grau primário, as deficiências de educação dos adolescentes e adultos não-escolarizados oportunamente, constitui especialização técnica para a qual êste Estado, como os outros, não dispõe ainda de pessoal especificamente treinado.

Entretanto, funcionaram, no ano, 45 classes com 1 032 alunos frequentes. Com o auxílio do Ministério da Educação e Saúde, funcionaram também cêrca de 180 cursos congêneres.

São incontáveis as dificuldades que se opõem à eficiência de tais cursos, provenientes da ausência de instalações adequadas, do horário, da falta de programas definidos e, sobretudo, falta de motivação poderosa da frequência.

É intuito da Secretaria de Educação e Cultura promover, em 1952, campanha intensiva para resultados mais alvissareiros.

ENSINO DE 2.º GRAU

Como em anos anteriores, três foram, em 1951, os estabelecimentos de ensino de 2.º grau mantidos pelo Estado;

1 — Colégio Estadual do Espírito Santo, na Capital;
2 — Escola Normal "Pedro II, também na Capital;
3 — Colégio Estadual "Muniz Freire", de Cachoeiro de Itapemirim;
4 No primeiro se realiza exclusivamente o ensino secundário, de cultura geral, através do curso de 1.º ciclo (Ginásio) e 2.º ciclo (Colégio) e sua matrícula foi de 567 alunos; o segundo é integrado por um curso de 1.º ciclo (Ginásio) e pelo Curso Normal ou de Formação de Professôres primários, contando ao todo 793 alunos matriculados; o terceiro compreende o currículo completo do ensino secundário (dois ciclos) e normal e a matrícula é de 699 alunos. A matrícula em 1951 somou 2 059 alunos, sendo: — 1 433 no Ginásio, 423 no Colégio e 203 no Curso Normal. A Tabela anexa n.º X apresenta discriminadamente, por cursos, séries e turnos, os quantitativos de classes e matrículas dos três estabelecimentos; a Tabela seguinte (XI) resume a situação do corpo docente de cada um.

É bem de ver que, no Espírito Santo como em quase todo o país, a iniciativa particular, tem dado valiosa contribuição ao poder público, mantendo estabelecimentos de ensino de 2.º grau. A ela se deve a manutenção de 24 estabelecimentos de 2.º grau, que se distribuem pelos municípios e mantém cursos diversos, na conformidade do esquema constante da Tabela anexa n.º XII, que inclui tôda a rêde de ensino de 2.º grau em funcionamento no território espírito-santense.

O ensino artesanal e industrial é representado por dois estabelecimentos: a Escola Técnica de Vitória, mantida pelo Govêrno Federal e a Escola Artesanal mantida pela Congregação Pavoniana.

O ano de 1952 será assinalado por significativo aumento da rêde estadual de estabelecimentos de 2.º grau com a instalação prevista do Colégio Estadual e da Escola Normal Rural, ambos no município de Colatina e destinados a servirem, de preferência, aos municípios do setentrião estadual, o mais desprovido, até o presente, de estabelecimntos dêsse grau de ensino.

A fim de prover condições de eficiência, tão completa quanto desejável, dos estabelecimentos de ensino de segundo grau, tem a Secretaria de Educação e Cultura em estudo vários projetos, entre os quais releva citar:

a) — o da revisão dos programas de ensino normal;

b) — o da reforma do regime de outorga de mandato para êsse ensino, sendo intuito da Secretaria de Educação e Cultura colocar, na regência das cadeiras de Pedagogia, professôres do quadro estadual, aos quais delegará poderes de fiscalização do funcionamento dos cursos;

c) — o da "suplementação dos salários" dos professôres de estabelecimentos particulares de ensino de 2.º grau, visante à segurança de condições de êxito crescente, qualitativo e quantitativo, dêsses estabelecimentos.

ENSINO SUPERIOR

O ensino superior, mantido pelo Estado, restringia-se, nos primeiros meses do ano de 1951, apenas à Faculdade de Odontologia, de vez que a de Direito passara a constituir instituto federal. Naquela Faculdade funcionaram as 1.ª e 2.ª séries com 35 e 30 alunos respectivamente, devendo instalar-se em 1952 a 3.ª série. Desde logo, porém, iniciou o Govêrno, através da Secretaria de Educação e Cultura, a execução de um programa de ampliação dos quadros de ensino superior, tanto de caráter técnico como desinteressado. Em maio foi inaugurada, com caráter experimental mas com um êxito que superou as melhores expectativas, a Escola de Belas Artes, depois criada pela Lei n.º 518, de 6-9-951.

A 6 de setembro, ante-véspera do IV Centenário da Capital, foi sancionada a Lei n.º 520, pela qual foi criada a Escola Politécnica, cujo funcionamento sob inspeção federal, acaba de ser autorizado por Decreto do Exmo. Sr. Presidente da República.

Pela Lei n.º 550, de 7-12-951, foi também criada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, estando a Secretaria de Educação e Cultura empenhada nas providências preliminares de sua instalação e funcionamento. Ao encerrar-se o ano letivo de 1951, tem a Secretaria de Educação e Cultura adiantados os estudos para criação de um Conservatório de Música e em esbôço os planos de criação de uma Escola de Medicina. Providências estão sendo encaminhadas no sentido de reservar, desde logo, áreas de terreno para a futura cidade universitária em que se reunirão, oportunamente, todos êsses estabelecimentos de ensino superior.

É evidente, que tais medidas — especialmente as que vêm sucedendo à Lei n.º 549 — adotadas com aparente precipitação mas que os fatos vão demonstrando terem sido com produtiva oportunidade, indicam as diretrizes de uma reforma geral das leis, estruturas e "costumes" pedagógicos e têm por objetivo imediato a reorganização do "campo de vida" do professor e por objetivo mediato o soerguimento dos padrões qualitativos e quantitativos da produção do "sistema de educação" do Estado. Todavia — em que pese a impressão de reforma radical realizada e ainda que o essencial tenha sido feito — muito resta que fazer, sobretudo no sentido de assegurar, por medidas táticas, complementares, o constante e progressivo reajustamento das normas de ação às mutáveis situações ambientais e pedagógicas, para o êxito do plano de desenvolvimento. Enumeraremos, apenas, a título de registro alguns aspectos da situação e problemas relativos ao ensino de 1.º grau e que devem ser objeto de estudo e de reorganização.:

1.º O PROBLEMA DA INSPEÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO PROFESSORADO

Há um grave problema de "economia pedagógica", o mais grave de quantos a Secretaria de Educação e Cultura enfrenta e para cuja solução convergem tôdas as linhas dos planos de trabalho que foram até aqui realizados; cifrar-se-ia êste no fato de possuir o Estado um quadro magisterial relativamente grande mas dotado de reduzido poder de escolarização, sob o tríplice aspecto: — da matrícula, da frequência e das aprovações. Para isso concorreram no ano de 1951 vários fatores: —

a) — em 1.º lugar: a sangria ininterrupta que sofre o quadro de pessoal docente, com as designações de professôres, para as funções de Direção de escolas (cêrca de 100), para as de professôres de educação física mais de 100, para as de professôres de trabalhos manuais (algumas dezenas em 1951) e ainda para outras funções como as de auxiliares, amanuenses, encarregados de instituições, etc. (mais outras dezenas), sem contar o elevado quantitativo de licenças e afastamentos concedidos, as isenções da função própria do cargo frequentemente dadas, e finalmente o fato de muitos professôres serem colocados à disposição de outras repartições e serviços:

b) — em 2.º lugar: a presença que os fatos enumerados na alínea anterior tornam inelutável — nos quadros do magistério militante, de mais de 50% de elementos leigos, sem a necessária cultura básica e habilitação pedagógica-profissional indispensável;

c) — em 3.º lugar: a deficiência do serviço de inspeção e assistência técnica.

Quanto aos fatores enumerados em a e b, crê a Secretaria de Educação e Cultura havê-los atacado através das medidas já referidas anteriormente. Quanto ao último, é problema que a Secretaria de Educação e Cultura deverá resolver no ano letivo entrante. O plano de sua solução está elaborado e compreende duas fases:

1) — Primeira fase: de Fiscalização intensiva. Um quadro de 30 a 40 Inspetores auxiliares sob a orientação dos Inspetores Regionais, percorrerá incessantemente o Estado, cortando-o em tôdas as direções, fiscalizando o funcionamento das escolas, por forma que estas sejam, ao menos, 4 vêzes por ano, objeto de visita de inspetores, e em tôdas elas sejam feitos registros sôbre o movimento escolar e o grau de aproveitamento da classe e dadas instruções sôbre os deveres funcionais, as técnicas elementares do trabalho escolar, etc.

2) — Segunda fase: de Orientação técnico-pedagógica.

Devendo-se presumir então um magistério a postos para o cumprimento dos deveres mas ainda, talvez, carente de orientação técnico-pedagógica, os mesmos Inspetores Regionais e Auxiliares — após a necessária preparação feita em cursos adrede realizados pela Secretaria — se constituirão em "Missões Pedagógicas Itinerantes" que, sediando temporàriamente em municípios diversos, levarão a todos os recantos do Estado o conhecimento e domínio das técnicas pedagógicas, mais produtivas.

2.º — O PROBLEMA DA PRÁTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Entre os órgãos da Secretaria se encontra o Serviço de Educação Física que acaba de completar 20 anos de existência. Junto ao Serviço funciona, em anos alternados, um curso de formação de Professôres de Educação Física, pelo qual se diplomaram, em 1951, vinte e dois (22) novos professôres. A prática de educação física sob a regência de professôres do quadro estadual se realizou, no ano, em 37 estabelecimentos de ensino, sendo 31 oficiais e 6 particulares, empenhando nessa atividade a Secretaria 106 professôres que executaram 19 939 sessões de exercícios, das

quais 18 160 em estabelecimentos de ensino primário e pré-primário e 1 779 em estabelecimentos de ensino secundário.

A distribuição dos professôres de educação física tem tido feita sem critério racional a ponto de haver excesso de professôres em certos estabelecimentos (por exemplo: na Escola Normal "Pedro II existem 12 professôres, isto é, um para cada 66 alunos) e falta total em outros. A prática de educação física se realizou, em 1951, apenas em 11 municípios (nos outros 23 não há professôres dessa especialidade), beneficiando-se dela apenas 9 325 alunos frequentes de 26 Grupos Escolares e Jardins de Infância e não alcançando 12 027 alunos frequentes dos demais 50 Grupos Escolares e 20 Escolas Reunidas.

Problema que exige solução própria, em função das estruturas e regime de trabalho escolar, o da prática de educação física nos estabelecimentos de ensino, particularmente nos de ensino primário, só agora, após a vigência das normas estabelecidas pela Lei n.º 549, pôde ser objeto de estudos, ora em andamento, para sua reestruturação.

Medidas preliminares já têm sido tomadas para encaminhamento dessa solução. Assim, pelo Ato n.º 7 (art. 12.º) desta Secretaria foi estabelecido caber ao professor de educação física horário de serviços idêntico ao do professorado primário em geral e pelo Decreto n.º 735, de 31-1-1952 foi estabelecida, pela consideração do número de alunos frequentes, a lotação de professôres dessa especialidade em cada estabelecimento de ensino primário. O plano em estudo prevê para o professorado de educação física mais amplas atribuições e maior poder de influenciar, cabendo-lhe, além da execução mais ou menos mecânica das sessões ginásticas, prover, por meio de instituições de caráter assistencial e socializador, os cuidados indispensáveis à saúde física e à formação moral e cívica da infância.

3.º — O PROBLEMA DA PRÁTICA DOS TRABALHOS MANUAIS

Tem o Estado mantido, em nossos Grupos Escolares, professôres especiais destinados à prática e ensino de atividades manuais. O certo é que, por circunstâncias várias, entre elas, a angústia dos horários escolares, tal prática não tem dado os resultados que seria lícito desejar. Em verdade, não é ainda ponto pacífico em Pedagogia a designação de professôres especiais para a regência, dentro dos currículos e horários das escolas primárias, de atividades manuais como disciplina autônoma. Ao contrário, a tendência do pensamento pedagógico atual é para ver, no Trabalho manual, antes um "princípio didático", um método educativo do que uma "matéria" de estudo. Nesta ordem de ideias o trabalho manual não deve ser cultivado apenas, segundo dispõem os horários de tipo mosaico da tradição escolar, em duas ou três sessões semanais de meia hora cada; deve, isto sim, ser cultivado em todos os momentos de vida escolar, impregnando-se de atividade corporal e manual todo o trabalho letivo, mesmo e principalmente aquêle que se refere a disciplina cujo conteúdo esteja, por fôrça de longa tradição de ensino, organizada na ordem lógica e abstrata em que é exposta nos compêndios. É, portanto, ao próprio professor-regente da classe que deve caber associar o pensamento à ação, a atividade intelectual à manual, o trabalho do espírito ao do corpo. No caso particular da escola brasileira, há uma razão ainda mais forte para

preconizar esta orientação. País em que — por fôrça de colonização trisecular à base do regime escravocrata e de monocultura educacional para formação de bacharéis — tanto se acentuou a distinção entre "intelectuais" e trabalhadores braçais ou manuais — tem a educação de organizar-se por forma que, longe de contribuir para o fortalecimento dessa superestimação do trabalho puramente literário e intelectual e depreciação do trabalho corporal ou manual, possa prover os meios de dissolver essa distinção anti-democrática. Na medida em que é verdadeiro o truismo pedagógico de que o "educador influencia os imaturos mais pelo exemplo do que pelas palavras" ou de que "sua conduta é seu melhor argumento", convém que êle se apresente, aos olhos e à imitação dos educandos, não como pessoa de grande saber e fraseário eruditos mas como homem completo de pensamento e de ação, capaz de **receitar** e de **fazer**, tão hábil para manusear a pena como para manejar a agulha ou o formão.

Em cursos supletivos de formação da conciência pedagógica do professorado, de aperfeiçoamento do domínio de técnicas didáticas, programados para o ano de 1952, planeja a Secretaria dotar o magistério destas atitudes e habilidades que não podem, sem grave prejuízo da formação da infância, faltar ao verdadeiro educador primário.

4.º — A BIBLIOTÉCA ESTADUAL

Assoberbado pelos trabalhos relativos à reorganização do ensino primário por um lado e organização do ensino superior por outro, não pôde a Secretaria volver, como devia, atenção suficiente para outros setores de suas atividades e que dizem respeito à cultura. Assim, sòmente no ano subsequente, cogitará êste órgão dos estudos para reorganização da Bibliotéca Estadual assim como do Museu Capixaba e do Serviço de Cinema, Rádio e Teatro Educativos. Em relação à Bibliotéca Estadual, é oportuno registrar que, com as 269 obras adquiridas no ano de 1951, conta atualmente com cêrca de 18 500 volumes, que foram objeto de 20 312 consultas por parte de 17 667 consulentes.

É lícito prever, para o ano de 1952, significativo aumento dos quantitativos acima citados, tendo em vista o interêsse crescente pela cultura, aliado, presentemente, ao desenvolvimento da rêde de estabelecimentos de ensino superior.

5.º — SERVIÇO DE CINEMA, RÁDIO E TEATRO EDUCATIVOS

Com regularidade e eficiência, embora sem grandes pretensões, funcionou o Serviço de Cinema, Rádio e Teatro Educativos durante o ano de 1951, tendo sido realizadas, na Capital, durante o primeiro semestre, 200 (duzentas) sessões educativas com a exibição de 228 filmes assim como 198 aulas a que compareceram 6 995 alunos; e, no segundo semestre, 273 sessões em que foram rodados 425 filmes e 256 aulas que contaram com a presença de 10 709 alunos.

A cargo do setor de Cinema Itinerante estiveram 12 sessões no primeiro semestre e 64 no segundo. Pela Secção Fotográfica foram executadas 61 reportagens de atos oficiais e 1 603 ampliações, sendo 691 no primeiro semestre e 812 no segundo. O setor de Filmagem recolheu documentação que consta de 320 a 810 metros de filmes rodados, respectivamente, no primeiro e segundo semestres.

O Serviço foi enriquecido, no ano de 1951, com um Aparelho Electronic Memory Webster, destinado à gravação.

É intuito da Secretaria prover os meios de tornar a mais e mais eficiente o Serviço de Cinema, Rádio e Teatro. Para êsse fim, aguarda a devolução ao Estado do prédio do Teatro Carlos Gomes, onde, devidamente aparelhado, manterá, além de cinema educativo permanente para o público infantil e mesmo adulto, um salão de atos e escola de teatro. Presentemente acha-se em organização e deverá realizar-se, no mês corrente, um Curso Intensivo e rápido de arte fotográfica para Inspetores Regionais, que se destina a dotar o serviço de inspeção de ensino de meios de documentação completa de aparelhamento e movimento escolares do Estado.

6.º — MUSEU CAPIXABA

Carente embora de organização e pessoal, o Museu Capixaba — que, no ano de 1951 — apresentava um acêrvo de, mais ou menos, 220 peças, tem, para o ano de 1952, grandemente enriquecido suas secções com as doações obtidas e coletas feitas pela Secretaria de abundante material relativo a antiguidades, documentos históricos e objetos ilustrativos de "cultura de folk. Nova secção será instalada, de "Folclore", que aguarda, apenas a necessária classificação. Inscreve-se também planos de trabalho da Secretaria a reorganização do Museu Capixaba, que se acompanhará de esfôrço intensivo para o recolhimento de material para tôdas as suas secções.

7.º — PRÉDIOS ESCOLARES

Ainda que não se possa considerar suficiente a rêde de prédios destinados às escolas mantidas pelo Estado, imenso progresso tem se realizado nesse setor. Dos 268 prédios de escolas típicas rurais e 10 de grupos escolares — para cuja construção foram firmados acôrdos sucessivos em 1946, 1947, 1948, 1949 e 1950 com o Ministério da Educação e Saúde, ao qual coube fornecer auxílios financeiros — 100 (cem) dos primeiros se encontravam concluídos no início do ano de 1951 e 50 (cinquenta) dos primeiros e 3 (três) dos segundos foram concluídos no curso do ano. O Estado, por sua vez, concluiu ou construiu, no mesmo ano, pela Secretaria de Viação e Obras Públicas, mais 13 (treze) prédios para Grupos Escolares e Escolas Reunidas e 1 (um) para escola singular, além de ter promovido reparos, ampliações e adaptações em outros 40 (quarenta). Em ritmo acelerado, prosseguem as obras do Colégio Estadual do Espírito Santo, no Forte de São João, do Parque Infantil (Moscoso), do Recanto Infantil (Praia Comprida) assim como dos Grupos Escolares "Liberata Sette" (Santo Antônio). "Ofélia Escobar" (Aribirí, município do Espírito Santo), "Adolfina Zamprogno" (Paul de Dentro, município do Espírito Santo), Grupo Escolar de Sauaçú (Município de Aracruz) e Escola Normal Rural de Colatina.

8.º — MOBILIÁRIO E MATERIAIS ESCOLARES

Grande esfôrço desenvolveu a Secretaria no sentido de manter permanente fornecimento de mobiliário e material às escolas. Progresso digno de registro é o que se verificará, em 1952, com a encomenda feita de 12 000 carteiras duplas a serem distribuídas de abril a outubro.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
RELAÇÃO DOS DOCENTES DE EMERGÊNCIA LEIGOS, POR MUNICÍPIOS, EM EXERCÍCIO EM DEZEMBRO DE 1951

MUNICÍPIOS	EM EXERCÍCIO EM				
	Grupos Escolares	Escolas Reunidas	Escolas Isoladas	Curso Not. Esc. Pop.	Soma
Capital	—	2	—	1	3
Afonso Cláudio	15	1	33	—	49
Alegre	1	1	36	—	38
Alfredo Chaves	2	—	31	—	33
Anchieta	5	—	26	—	31
Aracruz	3	4	30	—	37
Baixo Guandú	3	—	25	—	28
B. de S. Francisco	2	—	44	—	46
C. de Itapemirim	3	—	61	1	65
Cariacica	10	4	20	1	35
Castelo	6	—	30	—	36
Colatina	6	1	94	—	101
Conc. da Barra	1	—	11	—	12
Domingos Martins	2	—	30	—	32
Espírito Santo	—	—	9	—	9
Fundão	4	—	22	—	26
Guaçuí	1	—	27	1	29
Guarapari	1	4	20	—	25
Ibiraçu	3	1	16	—	20
Iconha	—	—	15	—	15
Itaguaçu	12	—	31	—	43
Itapemirim	4	—	27	—	31
Itapoama	1	—	11	—	12
Iúna	3	2	29	—	34
Jabaeté	—	1	22	—	23
Linhares	3	—	25	—	28
Mimoso do Sul	1	—	39	—	40
Muniz Freire	2	3	7	—	12
Muquí	—	—	6	—	6
Santa Leopoldina	3	—	37	—	40
Santa Teresa	3	—	25	—	28
S. José de Calçado	—	—	7	—	7
São Mateus	2	—	54	—	56
Serra	11	—	—	—	11
SOMA	113	24	900	4	1 041
NORMALISTAS	13	1	18	—	32
TOTAL	126	25	918	4	1 073

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

TABELA VI

RÊDE ESCOLAR — PREVISÃO PARA 1952 COM A DISCRIMINAÇÃO, POR MUNICÍPIOS, DAS QUE SE ACHAM PROVIDAS E VAGAS

ESCOLAS E CLASSES PROVIDAS									MUNICÍPIO	ESCOLAS E CLASSES VAGAS								
Em Gº Escolares	Em Esc. Reunidas	Em Esc. Reun. Auxiliares	Em Escolas Singulares	Em Esc. Prim. Auxiliares	Em Jard. de Infância	Em Cursos Complement.	Em Cursos Not. Educ. Pop.	Soma		Em Gº Escolares	Em Esc. Reunidas	Em Esc. Reun. Auxiliares	Em Escolas Singulares	Em Esc. Prim. Auxiliares	Em Jard. de Infância	Em Cursos Complement.	Em Cursos Not. Ed. Pop.	Soma
118	8	24	2	6	16	6	8	188	Capital	4	—	—	—	—	—	—	—	4
12	—	—	8	—	—	1	—	21	Afonso Cláudio ...	11	—	—	42	—	—	—	—	53
29	3	—	24	2	—	—	2	60	Alegre	1	1	27	27	—	—	—	—	29
6	—	—	15	—	—	1	—	22	Alfredo Chaves ...	—	—	—	15	—	—	—	—	15
5	—	—	11	—	—	—	—	16	Anchieta	—	—	—	15	—	—	—	—	15
3	5	—	18	—	—	—	—	26	Aracruz	2	3	—	30	—	—	—	—	35
7	—	2	7	—	—	—	—	16	Baixo Guandú	1	—	2	20	—	—	—	—	23
5	—	—	1	—	—	—	—	6	Barra de S. Francisco	3	—	—	64	—	—	—	—	67
62	7	—	57	—	4	2	6	138	Cach. de Itapemirim	4	1	—	37	2	—	—	—	44
36	4	3	24	—	—	—	—	67	Cariacica	1	—	1	7	—	—	—	—	9
25	—	—	25	—	—	—	4	54	Castelo	2	—	—	39	—	—	—	—	41
29	11	—	10	—	—	—	2	82	Colatina	3	9	—	79	—	—	—	—	91
5	—	—	1	—	—	1	—	7	Conc. da Barra ...	2	—	—	22	—	—	—	—	24
2	—	—	22	—	—	—	1	25	Domingos Martins	3	3	—	22	1	—	—	—	26
71	—	—	5	2	—	2	2	82	Espírito Santo	3	—	—	4	—	—	—	—	7
16	—	—	8	—	—	—	—	24	Fundão	—	—	—	16	—	—	—	—	16
17	—	—	20	1	—	—	1	39	Guaçuí	1	—	—	22	—	—	—	—	23
7	—	—	15	—	—	1	—	23	Guaraparí	—	—	—	14	—	—	—	—	14
19	—	—	21	—	—	1	—	41	Ibiraçú	2	—	—	12	2	—	—	—	16
5	—	—	7	—	—	—	—	12	Iconha	—	—	—	11	—	—	—	—	11
11	4	—	16	—	—	1	1	33	Itaguaçú	3	4	—	26	—	—	—	—	33
7	—	—	15	—	—	1	—	23	Itapemirim	5	—	—	34	—	—	—	—	39
6	—	—	9	—	—	1	—	16	Itapoama	—	—	—	5	—	—	—	—	5
8	2	—	11	—	—	—	—	21	Iúna	—	2	—	19	—	—	—	—	21
—	4	—	2	—	—	—	—	6	Jabaeté	—	—	—	18	—	—	—	—	18
11	—	—	9	—	—	—	—	20	Linhares	2	—	—	22	—	—	—	—	24
22	—	—	33	—	—	—	4	59	Mimoso do Sul	—	—	—	50	—	—	—	—	50
7	—	—	4	—	—	1	—	12	Muniz Freire	—	—	—	14	—	—	—	—	14
13	—	—	19	—	2	1	1	36	Muquí	—	—	—	5	—	—	—	—	5
7	3	—	17	—	—	1	—	28	Santa Leopoldina	—	1	—	25	—	—	—	—	26
7	—	—	14	—	—	—	—	21	Santa Terêsa	3	—	—	23	—	—	—	—	26
16	—	—	15	—	—	—	1	32	S. José do Calçado	—	—	—	7	—	—	—	—	7
7	4	—	14	—	—	—	—	25	São Mateus	1	—	—	43	—	—	—	—	44
10	—	—	15	—	—	1	1	27	Serra	5	—	—	13	—	—	—	—	18
611	55	29	524	11	22	22	34	1 388	ESTADO: Total 2 201	62	21	3	802	5				893

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

QUADRO DO MAGISTÉRIO

SITUAÇÃO COMPARATIVA 1951 — 1952

CATEGORIAS	Classes	CARGOS EXISTENTES			
		Em 1951	Em 1952		
		Lotados	Lotados	Providos	Vagos
Professôres Primários	B	550	834	370	464
	C	270	389	389	—
	D	174	225	225	—
	E	60	51	51	—
	F	—	1	1	—
	SOMA	1054	1500	1036	464
Professôres de Concurso	B	145	6	6	—
	C	58	196	196	—
	SOMA	203	202	202	—
Reg. do Ensino Primário	B	100	127	77	50
	C	—	23	23	—
	Soma	100	150	100	50
NOMALISTAS					
a) Docente de emergência	Cr$ 300,00	32	—	—	—
b) Regentes de escola ou classe	Cr$ 500,00	—	150	—	150
	Soma	32	150	—	150
LEIGOS COMO:					
a) Docentes de emergência	Cr$ 300,00	1106	—	—	—
b) Docentes de emergência	Cr$ 300,00	—	600	300	300
Tôdas às Categorias	TOTAL	2496	2602	1638	964

SECRETARIA DO GOVÊRNO

Além do seu serviço de Administração, dos Gabinetes Civil e Militar e do Serviço Estadual de Rádio que deverá funcionar em 1952 com as atuais estações de Vitória, Rio de Janeiro, Barra de São Francisco (novo equipamento) e mais duas outras, a serem localizadas no norte do Estado superintende a Secretaria do Govêrno o Departamento Estadual de Saúde, o Departamento Estadual de Estatística, o Serviço Jurídico e a Rádio Espírito Santo, cujas atividades, algumas já mencionadas nesta Mensagem, são, a seguir, sucintamente registradas.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA

As medidas propostas pelas repartições de Estatística têm merecido o inteiro apoio do Executivo Estadual, podendo citar-se a aquisição do Equipamento Multilith por quantia superior a Cr$ 200 000,00, a reestruturação do Serviço de Estatística Vital e Sanitária, e sua transformação em Serviço de Biodemografia e Estatística de Saúde, obras para instalação do Equipamento Multilith, Despesas com o "stand" do D.E.R. na Exposição Feira do Centenário e outras medidas de interêsse da estatística regional. Releva notar ainda a aprovação integral ao sistema de admissão de pessoal no Departamento de Estatística, efetuado mediante prova de seleção para o ingresso nos primeiros postos e aproveitamento nos postos imediatos, dos elementos admitidos, nas funções iniciais.

LEGISLAÇÃO ESTATÍSTICA

Conta a estatística regional com valioso elemento auxiliar nos seus trabalhos de coleta — o Decreto-Lei n.º 16 554, de 3 de junho de 1947, o qual dispõe sôbre a obrigatoriedade da prestação de informações para fins de estatística. Com base nessa Lei vem o Departamento Estadual de Estatística obtendo significativos resultados, apoiados pelo Poder Judiciário, através da ação valiosa de Juizes e Desembargadores, quando a êles a repartição é obrigada a recorrer, em último recurso, pela negação de Serventuários da justiça, em fornecer os elementos dos seus cartórios, sendo raros os casos, felizmente.

Além disso êsse Decreto-lei arma os órgãos de estatística para a obtenção de elementos informativos de outros funcionários e de particulares, estabelecendo inclusive multas que serão aplicadas pelos próprios chefes das repartições, com recurso para o Presidente da J. E. R.

Foram publicados em 1951 alguns atos de interêsse do sistema estatístico regional, tais sejam a Lei n.º 439 que restrutura a carreira de Estatístico, fundindo as carreiras de Estatístico e Estatístico Auxiliar e proporcionando um sistema de promoções para o pessoal enquadrado na nova carreira. Embora fôssem ligeiros os benefícios imediatos que a lei trouxe para o pessoal do quadro técnico, não há dúvida de que houve benefício que até hoje ainda se faz sentir, por ocasião das promoções; Decreto n.º 486 e 487 que organizam as séries funcionais do pessoal extranumerário do D. E. E.; Lei n. 532, que transformou o Serviço de Estatística Vital e Sanitária em Serviço de Biodemografia e Estatística de Saúde, reestruturando os seus serviços e dando-lhes mais amplas atribuições.

JUNTA EXECUTIVA REGIONAL DO CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

A J. E. R. tem a seguinte organização:

a) — o Diretor Geral do D. E. E., como seu presidente;
b) o Inspetor Regional de Estatística Municipal;
c) os Diretores de Divisões e os Chefes de Secção do D. E. E.;
d) os Chefes dos Serviços de Administração e Estatística Militar, do D. E. E.;
e) o Agente de Estatística do Município da Capital nos termos da cláusula I, item X, letra B, da Convenção Nacional de Estatística;
f) os Diretores das repartições que possuirem Secções ou Serviços de estatística especializada integrados no sistema regional;
g) os Chefes dessas mesmas Secções ou Serviços;
h) um representante de cada Secretaria de Estado;
i) um representante do Departamento do Serviço Público;
j) um representante do Departamento das Municipalidades;
l) um representante do Estado Maior da Região Militar, um do Estado Maior da Armada e um do Estado Maior da Aeronáutica;
m) um representante do Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia.

A Junta é o órgão deliberativo do Conselho Nacional de Estatística no Estado. Suas deliberações são enquadradas em resoluções articuladas.

No ano de 1951, foram as seguintes as resoluções votadas pela J.E.R.:

N.º DA RESOLUÇÃO	DATA	EMENTA
163	20-3-1951	Aprova prestação de contas relativa ao "auxílio de 1950".
164	20-3-1951	Dispõe sôbre a aplicação do auxílio concedido pelo IBGE ao D.E.E., para o ano de 1951.
165	31-3-1951	Presta homenagem ao doutor Mario Augusto Teixeira de Freitas.
166	31-3-1951	Formula um apêlo ao Exmo. Sr. Governador do Estado.

167 — 16.5.1951 — Aprova projetos de resolução a serem encaminhados à Secretaria Geral do IBGE para constituirem objeto de discussão na XI Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística.

168 — 13.8.1951 — Aprova projeto de resolução a ser encaminhado à Secretaria Geral do IBGE para constituirem objeto de discussão na XI Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística.

169 — 1.10.951 — Formula agradecimentos ao Sr. Governador do Estado pela aquisição do Equipamento Multilith para o D.E.E.

170 — 17.12.1951 — Formula votos e registra reconhecimento aos Poderes Executivo e Legislativo pela votação e sanção da Lei n.º 532.

171 — 17.12.1951 — Modifica dispositivos da Resolução n.º 164, relativa à distribuição do "auxílio".

Foram realizadas 11 reuniões, verificando-se estas sempre que eram reclamadas para encaminhar ou dar solução a assuntos de interêsse da estatística regional ou mesmo da nacional.

Integram a J. E. R. os seguintes òrgãos estatísticos:

a) — repartições centrais regionais.

1. Departamento Estadual de Estatística.
2. Inspetoria Regional de Estatística Municipal.

b) — repartição de estatística especializada

Serviço de Biodemografia e Estatística da Saúde.

O Departamento Estadual de Estatística é o òrgão central do sistema estatístico regional, cujo dedicado Diretor, é, por fôrça de legislação específica, Presidente do sistema e o responsável pelas apurações, no Estado, não só das estatísticas de interêsse do Espírito Santo, não compreendidas as do Serviço de Biodemografia e Estatística da Saúde, mas tambem as resultantes das campanhas nacionais do IBGE e Serviços Federais.

No ano findo foi instalada, em junho, uma nova tabuladora impressora, máquina encomendada em 1950, para ser entregue dentro de um ano. Está sendo providenciada a instalação de uma nova separadora horizontal, indispensável para completar o grupo, visto que não é possível trabalhar com uma só separadora e duas tabuladoras.

ANÁLISE ESTATÍSTICA DA SITUAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DO ESTADO

Não houve modificação substancial, no panorama da agricultura espírito-santense, no ano de 1951. Mostraram-se os resultados pouco diferentes daqueles obtidos para o ano anterior. Em verdade, as condições climatéricas não foram muito propícias ás atividades agrárias, mas mesmo assim, conseguimos uma produção superior a de 1950, como consequência principalmente de dilatação da área cultivada e mui remotamente da obtenção de melhor rendimento de algumas culturas.

AGRICULTURA

ÁREA CULTIVADA

A agricultura estadual extensiva por determinismo histórico, continua ainda, em nossos dias, bastante afastada da prática racional do amanho intensivo. Apoiada, como se encontra, na lavoura tropical e tendo como produtos chaves o café, o milho, a cana de açucar, a mandioca, o feijão e o arroz, a agricultura capixaba registra, também, a fuga das terras esgotadas e a procura de outras inexploradas, que em breve serão igualmente abandonadas, pois, de um modo geral, os instrumentos utilizados pelos nossos trabalhadores rurais traduzem-se, precípuamente, na enxada e no extintor de formigas.

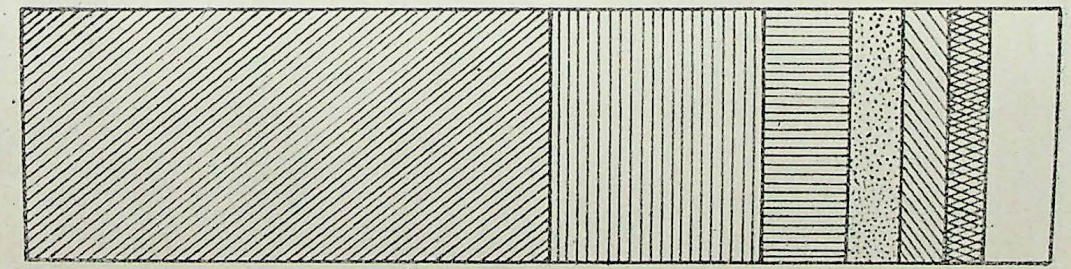
É por essa razão que, embora saibamos ter havido conquista de larga faixa de terra no Vale do Rio Doce, a área cultivada estadual cresceu de apenas 14 mil hectares, ou de 3%, em relação a 1950.

As plantações cobrem hoje 435 663 hectares, que, confrontados com a área registrada para 1947, revelam um crescimento de 6%. Como poderemos apreciar, por uma análise retrospectiva, (valendo-nos da Tabela I), a superfície ocupada pela agricultura espírito-santense, embora crescente, não se apresenta com estabilidade. Tanto assim que, de um ano para outro, se registram, ora majorações, ora declínios.

Área Cultivada no Estado do E. Santo

segundo as principais culturas

1951



Café	Milho	Feijão	Mandioca	Arroz	Cana	Outros
54%	19%	8%	5%	4%	4%	6%

TABELA I

PRODUÇÃO AGRICOLA NO E. E. SANTO — 1947/51

ÁREA CULTIVADA

(índice de base movel)

ANOS	ÁREA CULTIVADA		
	Ns. absolutos (ha)	Ns. relativos (base movel)	Afastamento
1947	409 603	100,00	—
1948	418 719	102,22	-|- 2,22
1949	422 828	100,98	-|- 0,98
1950	422 025	99,81	— 0,19
1951	453 663	103,23	-|- 3,23

No sentido de apreciarmos melhor o comportamento territorial da nossa agricultura, analisemos a Tabela II. Através dos números alí assinalados, notamos que das dezessete culturas levantadas, onze ou 65% tiveram suas áreas de plantio aumentadas. Deixaram de registrar crescimentos os seguintes produtos: batata doce, batata inglêsa, cana de açucar, feijão, mamona e mandioca.

Os maiores aumentos absoluto e relativo foram experimentados, respectivamente pelo café e pelo côco. O primeiro, que cobria uma área de 220 mil hectares, em 1950, passou no ano seguinte a dominar 231 mil; e o segundo, que se estendia por 209 hectares, em 1950, se dilatou até 366, no ano próximo passado, crescendo 75%.

TABELA II

PRODUÇÃO AGRICOLA NO E. E. SANTO — 1947/51

Área Cultivada

PRODUTOS	ÁREA CULTIVADA (ha)				
	1947	1948	1949	1950	(-|-)951(-|-|-
Abacaxí	90	104	111	125	130
Algodão em caroço	1 511	1 180	1 429	2 961	3 775
Arroz com casca	15 039	15 336	16 636	18 416	19 047
Banana	4 571	4 837	5 258	5 638	5 918
Batata doce	985	1 178	1 256	1 241	1 176
Batata inglêsa	382	364	306	417	342
Cacau	4 145	6 397	7 617	7 750	7 761
Café	227 010	227 728	227 973	220 006	231 445
Cana de açúcar	15 681	15 377	15 210	16 414	16 358
Côco	175	162	209	209	366

TABELA II

PRODUÇÃO AGRICOLA NO E . E . SANTO — 1947/51

Área Cultivada

PRODUTOS	ÁREA CULTIVADA (ha)				
	1947	1948	1949	1950 (-|-)	1951(-|-|-
Feijão	32 089	36 641	37 823	36 664	35 776
Fumo de fôlha	162	140	160	224	232
Laranja	2 843	2 734	2 722	2 707	2 712
Mamona	876	844	820	716	657
Mandioca	23 529	23 521	20 832	22 434	21 015
Milho	76 208	78 041	80 094	82 124	84 904
Uva	57	59	61	61	81
Outros	4 250	4 076	4 311	3 918	3 968
TOTAL (-|-|-|-)	409 603	418 719	422 828	422 025	435 663

(-|-) Dados sujeitos a retificação.

(-|-|-) Previsão.

(-|-|-|-) Sendo comum no Estado o plantio de duas e ás vêzes três culturas na mesma área, tenha-se em vista que nos totais está, em alguns casos, considerada mais de uma vez a mesma superfície de terra.

NOTA: — Relativamente ás culturas permanentes, registrou-se a área com pés frutificando.

FONTE: — Seção de Estatística Econômica e Financeira.

Relativamente á área cultivada, é interessante recordarmo-nos que, sendo comum no Estado o plantio de duas e ás vêzes três culturas na mesma área, deve-se ter em vista que nos totais está, em alguns casos, considerada mais de uma vez a mesma superfície de terra.

RENDIMENTO CULTURAL

Ao focalizarmos a agricultura espírito-santense pela angular de rendimento cultural, somos levados a afirmar que, de fato, não poderemos relegar a plano secundário a recionalização das atividades agrárias. Pois dos dezessete produtos em exame, apenas quatro (cana de açúcar, fumo em fôlha, milho e uva) revelaram aumento de rendimento médio por hectare. Os demais ou estacionaram ou declinaram. A tabela III expõe com clareza o que acima se disse.

TABELA III

PRODUÇÃO AGRICOLA NO E. E. SANTO — 1947/51

Rendimento Cultural

RENDIMENTO MÉDIO POR HA

PRODUTOS	Unidade	1947	1948	1949	1950 (-|-)	1951 (-|-|-)
Abacaxí	fruto	5.818	4 985	5 032	5 532	5 118
Algodão em caroço	t	0,480	0,450	0,420	0,690	0,690
Arroz com casca	60 kg	21	24	26	24	24
Banana (-|-|-)	cacho	1 473	1 481	1 471	1 551	1 444
Batata doce	t	14	14	15	15	15
Batata inglêsa	60 kg	143	143	145	158	142
Cacau (-|-|-)	"	7	7	6	7	7
Café (-|-|-)	"	7	6	9	7	7
Cana de açucar	t	28	28	29	27	28
Côco (-|-|-)	fruto	3 800	3 900	4 200	4 500	4 000
Feijão	60 kg	10	11	11	12	11
Fumo em fôlha	kg	870	870	870	855	900
Laranja (-|-|-)	100	567	548	581	557	529
Mamona	kg	728	658	581	655	601
Mandioca	t	13	14	13	13	14
Milho	60 kg	12	14	15	15	16
Uva (-|-|-)	kg	4 419	4 901	4 721	4 853	5 028
Outros	t	6,04	5,87	5,75	6,24	6,18
TOTAL	t	2,83	2,79	282	2,90	2,84

(-|-) Dados sujeitos a retificação.

(-|-|-) Considerada sòmente a área com pés frutificando.

(-|-|-) Previsão.

FONTE: Seção de Estatística Econômica e Financeira.

E se cotejarmos os resultados estaduais com os nacionais, isto é, com os rendimentos médios verificados para o Brasil, teremos que, com exceção da mandioca, nenhuma outra cultura capixaba — dentre as seis básicas — rendeu mais que a média brasileira. Tôdas as outras foram inferiores.

Tal situação, evidentemente, nos diz do desequilíbrio de nossas atividades agrícolas, frente ao quadro nacional, pois que aquelas culturas básicas entendem 91% do valor global de nossa produção agrícola e com 94% da superfície total explorada pela agricultura. E lembramo-nos que a situação nacional, em seu conjunto, é também precária...

QUALIDADE PRODUZIDA

A quantidade derivada das safras estaduais, em 1951, igualou a pouco mais de um milhão de toneladas, ou, para sermos precisos, a um milhão e duzentas e trinta e cinco mil e setecentos de dezenove toneladas.

Em relação ao ano anterior, a diferença foi de 13 mil toneladas, ou de menos de 1%. Assim sendo, a situação da agricultura espírito-santense é pior que a do Brasil, de vez que as lavouras nacionais assinalaram, em seu conjunto, um crescimento de 1,2%, para a quantidade produzida. E a situação quase estática de nossa agricultura é realçada pelo gráfico baixo.

Particularizando-se a análise, descendo-se às culturas, notamos que oito produtos ofereceram menores safras. Dessarte, o crescimento foi registado nas outras nove.

Mas, apreciemos o comportamento dos produtos-chaves. Com exceção do feijão e da mandioca, os demais apresentaram maiores volumes em 1951. O crescimento mais significativo foi o de café — aumento de 221 mil sacas de 60 quilogramos. Arroz, cana de açúcar e milho, majoraram suas produções de, respectivamente, 23 mil sacas, 4 mil toneladas e 84 mil sacas.

VALOR DA PRODUÇÃO

Mas, se o aumento do volume das safras espírito-santenses foi insignificante, conforme vimos atrás, o incremento sofrido pelo valor foi bem relevante, podendo-se mesmo dizer que foi treze vêzes superior àquela. Em verdade, a diferença assinalada, entre 1950 e 1951, montou a 13%, ou a 179 milhões de cruzeiros.

Responsabilizaram-se pelo acrescimo dez das dezessete culturas em foco. Deixaram de participar da elevação o arroz, as batatas doce e inglêza, o feijão, a laranja, a mamona e a mandioca.

Estado do Espírito Santo

PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Quantidade Produzida - 1947 / 51

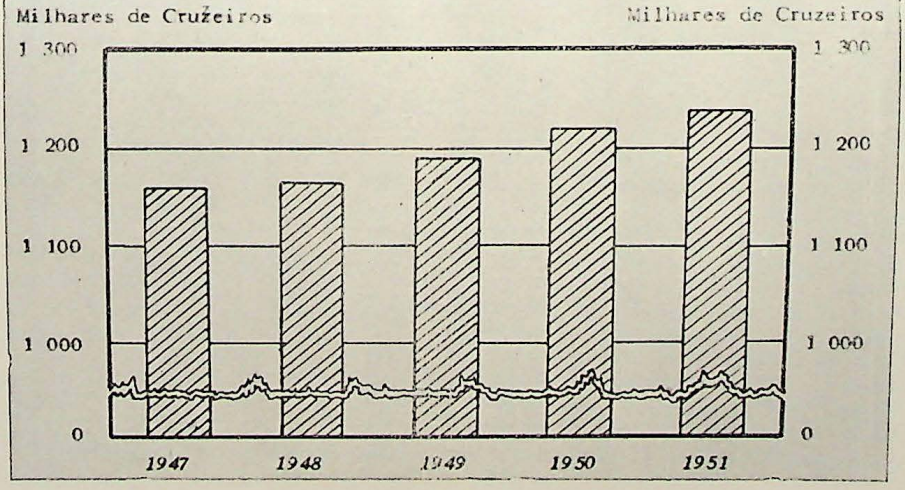


TABELA IV

PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO E. E. SANTO — 1947/51

Quantidade

PRODUTOS	Unidade	QUANTIDADE PRODUZIDA				
		1947	1948	1949	1950 (-|-)	1951 (-|--|-)
Abacaxí	fruto	523 600	518 480	558 550	646 680	665 350
Algodão em caroço	t	735	526	606	2 046	2 623
Arroz com casca	60 kg	309 298	363 723	440 142	443 327	466 512
Banana	cacho	6 732 100	7 161 760	7 733 100	8 761 560	8 544 172
Batata dôce	t	13 724	16 750	18 725	18 176	17 231
Batata inglêsa	60 kg	63 930	52 180	44 240	65 789	48 704
Cacau	"	28 400	45 103	45 970	55 667	55 739
Café	"	1 660 061	1 236 551	1 918 213	1 415 859	1 637 120
Cana de açúcar	t	443 740	430 263	437 330	450 720	454 619
Côco	cento	6 763	6 321	8 880	9 371	5 543
Feijão	60 kg	331 369	409 350	399 723	437 999	404 216
Fumo em fôlha	kg	141 680	122 055	140 055	191 315	207 720
Laranja	100	1 612 760	1 497 352	1 580 270	1 508 810	1 433 584
Mamona	kg	637 500	553 300	476 700	469 150	394 600
Mandioca	t	310 457	329 619	281 050	299 014	297 322
Milho	60 kg	896 387	1 061 198	1 188 500	1 255 640	1 339 386
Uva	kg	251 880	289 156	287 960	296 048	407 288
Outros	t	25 686	23 921	24 784	24 454	24 524
TOTAL	t	1 160 757	1 166 411	1 193 156	1 222 669	1 235 719

(-|-) Dados sujeitos a retificação.

(-|--|-) Previsão.

FONTE: Seção de Estatística Econômica e Financeira.

Assim sendo, de nossos produtos básicos, o café, a cana de açúcar e o milho tiveram suas produções mais valorizadas em 1951, referência a 1950.

Não será preciso dizer que a marcha ascencional foi liderada pelo "ouro verde", cuja safra teve para montante financeiro um bilhão de cruzeiros em 1951, contra 900 milhões no ano anterior.

Pelo exposto, deduz-se fàcilmente que foi o café — pela sua maior valorização — o determinador do maior rendimento monetário para as colheitas capixabas em 1951.

Através da Tabela V poderemos apreciar a participação de cada uma das culturas na formação do valor global da produção agrícola do Estado do Espírito Santo.

E o gráfico seguinte, assim como a tabela VI, ressaltam o domínio marcante das culturas-chaves (café, mandioca, milho, arroz, cana de açúcar e feijão) na formação do valor da produção agrícola espírito santense.

TABELA V

PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO E. E. SANTO — 1947/51

Valor da Produção

PRODUTOS	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$ 1 000)				
	1947	1948	1949	1950 (-|-)	1951 (-|--|-)
Algodão em caroço ...	2 024	1 850	2 243	8 537	10 987
Abacaxí	552	516	562	829	894
Arroz com casca	23 089	32 056	43 086	50 729	49 728
Banana	29 308	32 488	36 468	40 441	41 617
Batata doce	7 199	10 423	11 293	13 975	13 467
Batata inglêsa	6 518	6 526	5 650	9 412	7 310
Cacau	22 688	29 321	19 841	29 992	30 013
Café	290 878	261 054	737 429	914 583	1 084 730
Cana de açúcar	26 086	28 575	31 594	41 520	41 819
Côco	1 271	1 173	1 689	2 019	3 423
Feijão	30 920	56 003	55 581	47 001	45 300
Fumo em fôlha	323	319	421	728	797
Laranja	10 899	10 702	11 659	12 945	12 981
Mamona	561	484	436	701	603
Mandioca	65 369	80 712	79 727	100 044	98 684
Milho	58 840	72 646	77 411	84 777	93 273
Uva	927	1 101	1 157	1 377	1 847
Outros	10 753	11 185	14 705	16 652	17 960
TOTAL	588 205	637 134	1 130 952	1 376 262	1 555 372

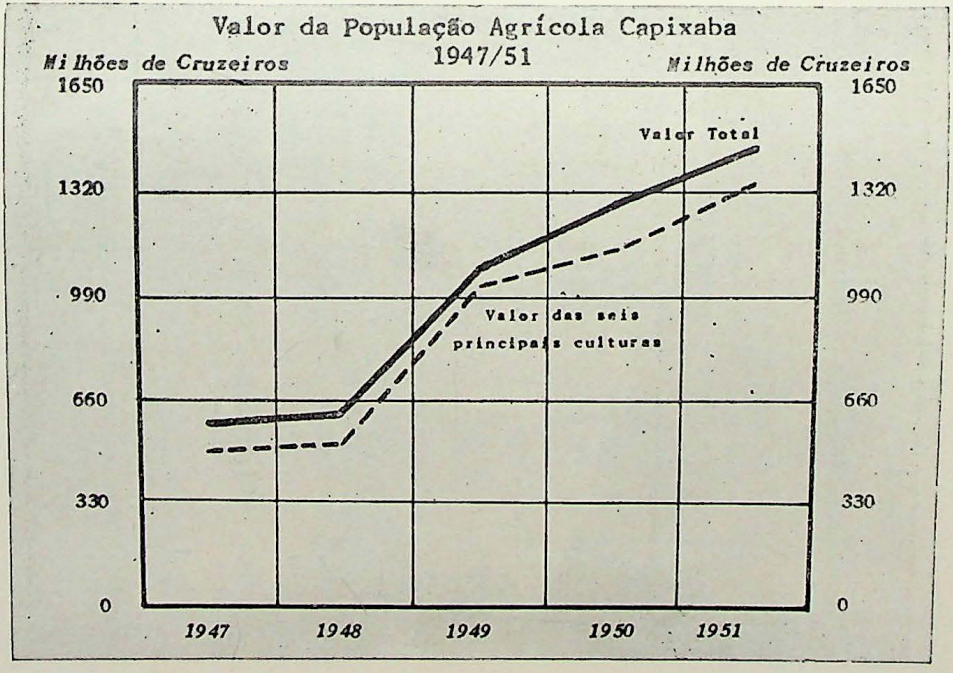

Valor da População Agrícola Capixaba
1947/51
Milhões de Cruzeiros
Milhões de Cruzeiros
1650
1320
990
660
330
0
Valor Total
Valor das seis principais culturas
1947
1948
1949
1950
1951

TABELA VI

VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA TOTAL E DAS PRINCIPAIS CULTURAS — 1947/51

ANOS	VALOR DA PRODUÇÃO		
	TOTAL	Dos seis principais produtos (-|-)	
		Números absolutos	
	(Cr$ 1000)	(Cr$ 1000)	
1947	588 205	495 182	84,18
1948	637 134	531 046	83,35
1949	1 130 952	1 024 828	90,63
1950 (-|--|-)	1 376 262	1 238 654	90,04
1951 (-|--|--|-)	1 555 372	1 413 533	90,93

Pecuária

As estimativas dos rebanhos estaduais dão o gado suíno o primeiro plano na pecuária espírito-santense, no que tange ao número de cabeças. Sobem elas a 711 milhares, enquanto que os bovinos registam 503 milhares e os asininos 817 cabeças, apenas. Os equinos totalizam 112 milhares e os muares 107 milhares.

Para o restante do gado menor a situação é a seguinte: ovinos, 26 mil cabeças e caprinos, 58 mil.

As aves elevam-se a dois milhões e meio de exemplares, onde se ressaltam os galináceos, com dois milhões e duzentos mil.

Relativamente ao valor, cumpre-nos dizer que o rebanho mais valorizado é o bovino. Nada menos que 440 milhões de cruzeiros referem-se ao gado vacum. Não muito distanciados dessa espécie animal estão os suínos, cujo valor monta a 310 milhões de cruzeiros. Seguem-se os muares (172 milhões) e os equinos (107 milhões) e os demais com valores inferiores a 5 milhões de cruzeiros.

A avicultura estadual registou para montante financeiro 43 milhões de cruzeiros.

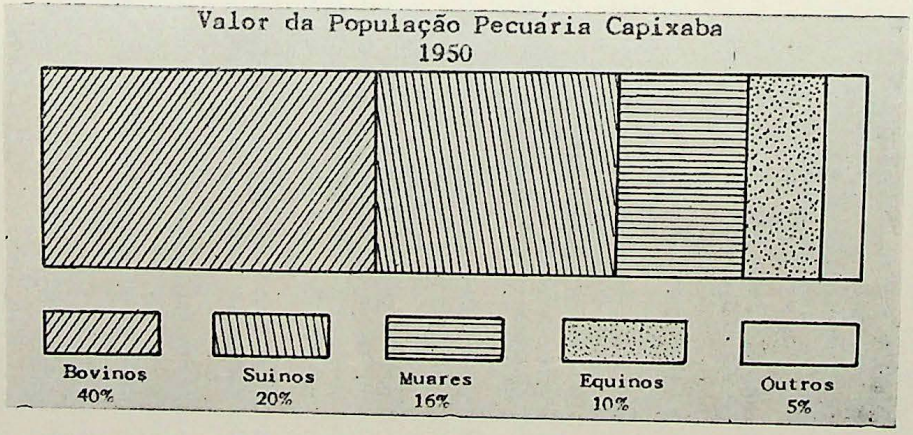
A tabela VII aclara o comportamento da pecuária espírito-santense no quatriênio 1947|50.

TABELA VII

POPULAÇÃO PECUÁRIA DO E. E. SANTO,

SEGUNDO AS ESPÉCIES — 1947/50

EXPECIFICAÇÃO	1947	1948	1949	1950
NÚMERO DE CABEÇAS				
Bovinos	421 695	452 630	485 192	502 590
Equinos	92 201	98 012	106 399	112 020
Asininos	914	835	861	871
Muares	78 305	86 078	95 977	106 830
Suínos	674 638	660 611	696 192	711 240
Ovinos	17 648	20 909	23 394	26 430
Caprinos	46 759	49 670	53 398	57 650
TOTAL	2 692 183	2 583 136	2 572 570	2 549 710
Aves				
Perús	80 763	77 492	77 208	76 570
Patos, Marrecos e Gansos	269 202	258 295	257 272	255 580
Galinhas	2 342 218	2 247 349	2 238 090	2 217 560
VALOR (Cr$ 1 000)				
Bovinos	302 150	335 995	392 733	440 426
Equinos	71 806	79 824	95 021	107 465
Asininos	1 559	1 556	1 652	1 735
Muares	101 006	2 119 702	140 769	172 261
Suínos	237 058	222 688	266 240	309 549
Ovinos	1 326	1 683	1 981	2 327
Caprinos	3 282	3 809	4 188	4 735
TOTAL	34 849	36 754	40 971	43 138
Aves				
Perús	3 606	3 692	4 060	4 615
Patos, Marrecos e Gansos	2 720	2 750	3 106	3 239
Galinhas	28 523	30 312	33 805	35 284


Valor da População Pecuária Capixaba
1950
Bovinos
40%
Suinos
20%
Muares
16%
Equinos
10%
Outros
5%

CONCLUSÃO

Sabidamente, o poderio, a grandeza de uma nação ou de um Estado resulta de sua economia. É o alicerce econômico da instituição, seja ela de índole pública ou privada, que possibilita a construção do edifício do progresso.

Por outro lado, ninguém ignora ser a população ativa, que, através de sua composição, nos diz do característico da economia estadual.

No Espírito Santo, consoante os resultados censitários, a população assalariada monta a 276 789 pessoas, representativas de 32% da população global. Tal dado, que se refere a 1950, apresenta a mão de obra rural, como sua principal parcela, responsável por 75% da população estadual remunerada. Quer isto dizer que três quartos daqueles que produzem econômicamente, neste Estado, o fazem em atividades rurais, onde a agricultura predomina acentuadamente.

Dessa forma, em cada vinte trabalhadores espírito-santenses, apenas cinco ficam livres para outras tarefas: indústrias, serviços públicos, etc. Portanto, a nossa economia é rural, é agrícola.

Não há negar que a agricultura é a base para o desenvolvimento industrial, porém, como bem ressalta Charles Brannan, da Secretaria de Agricultura dos Estados Unidos, a agricultura deve ser racional, porque sòmente assim será possível manter-se o equilíbrio entre a produção agrícola e a industrial, chegando-se dessarte, ao sucesso na batalha econômica.

Em verdade, a produtividade agrícola deve ser elevada a exigir um número mínimo de trabalhadores, a fim de que se possa deslocar a mão de obra para os outros setores de atividade.

Portanto é o campo, é a agricultura capixaba que deve merecer a maior e melhor parcela da atenção governamental, para que o enriquecimento estadual se faça em bases sólidas, sem desequilíbrios.

Mostrou-nos a apuração censitária que 77% da população espírito-santense reside na zona rural. Equivale a dizer que temos 667 mil pessoas, cujo padrão de vida se afasta substancialmente de um "standard" satisfatório.

De tal estado de coisas surge o fenômeno do êxodo rural, que em nosso País vem assumindo proporções calamitosas.

No Estado do Espírito Santo o problema da marcha para as cidades está também a exigir uma solução consentânea com a complexidade aqui verificada.

De fato, sem entrarmos em considerações relativas à urbanização verificada no último decênio, observemos apenas o comportamento da mão de obra — que é o que mais nos interessa do ponto de vista econômico em sua esfera rural e urbana.

Para tanto, reportemo-nos ao trabalho que o Departamento Estadual de Estatística divulgou em agôsto de 1949, intitulado "Mercado de Trabalho Capixaba" e onde se lê:

"É no campo que vamos encontrar a maior percentagem da população ativa do Estado do Espírito Santo. Tal afirmação se estriba no fato de que, na data do Censo, se empenhavam na agricultura, pecuária e silvicultura 204 568 pessoas, além de 3 020 que cuidavam de indústrias extrativas. Poderemos dizer assim que 207 588 trabalhadores espírito-santenses encontravam-se na zona rural, (mesmo se sabendo, conforme veremos adiante, que nas indústrias extrativas se alinhavam 1 281 pescadores). Porque, embora as atividades, acima especificadas, possam ter o seu raio de ação abrangendo áreas

urbanas, elas, de um modo geral, caracterizam a mão de obra rural. Por outro lado, é evidente que indivíduos, que operam em indústrias de transformação e de comércio de mercadorias possam estar também localizados fora das cidades e vilas, compensando-se assim possíveis diferenças na distribuição das mãos de obra rural e urbana.

De qualquer forma, o número de pessoas, cujas atividades entendiam com a agricultura, ou a pecuária, ou a silvicultura, ou com as indústrias extrativas no Estado do Espírito Santo, em 1.º de setembro de 1940 abrangia 27,67% da população global recenseada. Essa percentagem se eleva, a 41,00%, quando consideramos apenas a população de idade igual ou superior a dez anos. E acentua-se ainda mais, se tomarmos como base o número de indivíduos que recebem honorários, vencimentos, ordenados, salários, propinas ou qualquer outra forma de remuneração. Atinge então a mesma 68%."

Deixando-se 1940 para focalizar 1950, notaremos acentuada modificação no quadro de nossa população ativa. Dizemos acentuada porque um Estado de economia tìpicamente agrícola, como é o Espírito Santo, apresentou nos últimos dez anos um declínio de 1% no número de seus trabalhadores rurais. Em verdade, conforme vimos atrás, êles somavam 207 588 em 1940 e hoje baixaram para 206 282, reduzindo-se de 1 306 pessoas.

Mas, essa diminuição refletiu-se com bastante nitidez em nosso mercado de trabalho, tanto assim que a mão de obra rural, que montava a 41% da população com dez e mais anos de idade, iguala, agora, a apenas 35%, o que revela uma diferença para menos de 6%.

Analisemos, porém, essa diminuição absoluta e relativa. A distribuição da população por sexo mostrar-nos-á que foram as mulheres as responsáveis pelo declínio da mão de obra rural. De fato, em 1940, tínhamos 171 mil homens e 34 mil mulheres trabalhando nos campos. Em 1950, a situação passou a ser a seguinte: 184 mil homens e apenas 18 mil mulheres. Portanto, o fato de 16 mil mulheres terem abandonado os trabalhos agro-pastoris, por assim dizer, determinou a diminuição de nossa mão de obra rural, de vez que o êxodo feminino foi superior ao incremento experimentado pelo número de trabalhadores rurais masculinos.

E foram justamente as jovens de menos de vinte anos, que deixaram as lides campesinas para transferirem-se para as cidades, a procura de trabalho como domésticas, tanto assim que hoje aquelas mulheres representam 56% do contingente feminino empregado na agricultura, pecuária e silvicultura, ao passo que em 1940, a percentagem assinalada fôra igual a 64%. Para os demais grupos de idade nota-se um perfeito equilíbrio entre os percentis dos dois censos, o mesmo se verificando relativamente aos homens em tôdas as classes de idades.

Mas, os problemas referentes ao nosso mercado de trabalho não se resumem no que se expôs. Analisando-se a situação dos demais trabalhadores verificamos que seu número declinou entre os censos de 1940 e 1950. Há dez anos atrás 98 mil pessoas labutavam fora dos campos e hoje aquêle número desceu para 71 mil. Portanto, ao que tudo indica, o trabalhador espírito-santense, quer urbano, quer rural, está abandonando o Estado.

Sim, pelos resultados censitários conhecidos — relativos ao Distrito Federal, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte — notamos que as colônias capixabas nessas Unidades da Federação cresceram marcantemente nos últimos dez anos. Note-se que apenas a Capital Federal detém hoje 55 746 naturais dêste Estado, que representam população superior a de Vitória — cidade mais populosa da terra espírito-santense. E ressaltemos que em 1940 o número de filhos desta unidade localizados fora de seus limites territoriais somava apenas 59 mil.

Por outro lado, observa-se igualmente uma diminuição no número de nascidos em outras Unidades da Federação e que se acham no Espírito Santo.

É, por conseguinte, uma realidade a saída de habitantes do Espírito Santo, o que destroi completamente o falado "capixabismo" dos espírito-santenses.

E, em refôrço ao que se disse, relembremos que a população do Estado do Espírito Santo, foi a que o menor crescimento apresentou dentre tôdas as Unidades Federadas no período 1940-1950. Excetuado o Território de Fernando de Noronha, que teve seu contingente demográfico reduzido, todos os demais registaram aumentos superiores ao nosso em seu quadro demográfico. Crescemos sòmente 15%.

O êxodo rural, a atração exercida pelas grandes metrópoles, responsabilizam-se, inegàvelmente por essa menor dinamização da população capixaba.

E o abandono dos campos pelos trabalhadores encontra plena justificativa. Em verdade, analisemos os números que expressam os fenômenos nacionais e aclarar-se-ão perfeitamente as causas, que determinam os desequilíbrios provocando perturbações no desenvolvimento do país.

Através das palavras de Rafael Xavier — Presidente da Comissão Executiva da Associação Brasileira dos Municípios — constatamos que, em 1949, a arrecadação do imposto de renda no Brasil subiu a 4 756 milhões de cruzeiros. As Capitais dos Estados arrecadaram 3 661 milhões e os 1 775 Municípios do Interior, 1 095, ou, respectivamente 77% e 23%! Mais ainda. Os dois grandes centros do País, a Capital do Estado de São Paulo e o Distrito Federal, contribuíram, êles sòzinhos, com 2 964 milhões, ou se ja 62% do total arrecadado. Ainda mais. Se deduzirmos das receitas auferidas nas Capitais as das duas metrópoles aludidas, encontraremos para as restantes apenas a cifra de 697 milhões!

Como é sabido, é a receita proveniente do tributo sôbre a renda o melhor e mais expressivo índice para comprovar a existência das riquezas produzidas, representativo que é dos benefícios auferidos pelos que obtém rendas de suas atividades. Como se vê, a concentração de lucros está localizada nas duas maiores cidades do País, para elas atraindo, perigosamente, o esfôrço do trabalho nacional.

Outro índice, tomado, geralmente, como indicativo das condições industriais e de confôrto, é o consumo de energia elétrica. No boletim Estatístico, n.º 29, do I. B. G. E., página 146, vem o quadro do consumo médio mensal de energia elétrica das Capitais brasileiras, por onde se verifica que a São Paulo e Distrito Federal cabem 84,2% da energia gasta naquelas metrópoles.

Na mesma publicação, à página 148, o quadro da arrecadação do impôsto de vendas e consignações nos dá, em médias mensais, o movimento dos negócios efetuados nos maiores centros comerciais do País. Tiradas as percentagens, encontramos para São Paulo e Distrito Federal a seguinte relação quanto ás demais Capitais — 69%.

Na arrecadação da receita ordinária efetuada nas Capitais brasileiras, tocam ás duas citadas 81,7%, em confronto com as demais. Dos 161 841 automóveis particulares, existentes no País em janeiro de 1950, ao Estado de São Paulo e Distrito Federal cabiam 98 545, ou 60,7% do total. Se considerarmos apenas os veículos a motor nas duas cidades e compararmos o seu número com o total existente no resto do País, obteremos as seguintes percentagens, de acôrdo com os dados transcritos na Resenha Econômica do Banco do Brasil, maio de 1950: autos particulares, 49,5%: táxis, 47,1%: caminhões, 39,3%; ônibus, 30,1%."

Dessarte, é o centralismó exagerado, é a sucção dos rendimentos para as capitais, que tem criado o desajustamento na economia nacional. Pois que a fonte primária de riquezas, a zona rural, não tem merecido o amparo indispensável à continuidade da sua vida.

E o panorama estadual é, em miniatura, o panorama nacional.

Urge, consequentemente, a adoção de uma política visando o revigoramento municipal. No Estado do Espírito Santo, a clarividência administrativa de seu Governador levantou a bandeira que promoverá a interiorização do progresso.

A par de outras providências de carater sócio-econômicas, merece especial referência a mensagem dirigida pelo executivo capixaba ao Congresso Estadual, concernente à criação do Instituto de Bem Estar Espírito Santense. O mencionado organismo terá por finalidade proporcionar aos trabalhadores brasileiros, ou estrangeiros com mais de dez anos de residência no País, as condições necessárias ao seu perfeito bem estar físico e social, e, particularmente, a aquisição ou locação de casas higiênicas, em zona urbana ou rural, de modo a proteger os menos favorecidos contra os males da habitação insalubre e da promiscuidade da vida nas favelas; e ainda realizar em colaboração com organismos especializados da União, Estado ou Municípios um amplo programa de assistência médica e social às populações rurais.

Vemos assim, que se lançaram as bases para a fixação do homem ao campo. De vez que, encontrando em seu "habitat" todos aquêles fatores que fazem a delícia da vida citadina, o trabalhador rural terá neutralizada a atração exercida pelos grandes centros.

Porém, não bastam apenas estas providências, para que se promova a recuperação do interior. Paralelamente a essas medidas, devem-se também conceder ao trabalhador rural a assistência técnica e a financeira. Pois sòmente com o equacionamento do trinômio sócio-técnico-financeiro o homem rural deixará de ser um "desconhecido de cócoras."

E, então, o rurícola espírito-santense poderá emprestar todo o seu labor à batalha conclamada pelos técnicos, e que visa, com o aumento da produção de gêneros alimentícios, afastar a fome mundial, que, dia a dia, ameaça mais fortemente envolver a terra.

Sôbre o assunto, parece-nos oportuno repisar que êste Estado, conquanto seja quase que exclusivamente produtor de gêneros alimentícios — vimos que seis dêsses gêneros se responsabilizam por 94% da área cultivada estadual — as nossas safras não bastam ao consumo interno. Exceção feita ao café — produto típico da exportação — tôdas as demais mercadorias necessárias à alimentação devem ser compradas em outros mercados, a fim de se poder garantir a subsistência do povo capixaba.

INDÚSTRIA

A produção industrial espírito-santense conservou-se em seu rítmo, durante o ano de 1950. A manutenção dos mesmos estabelecimentos básicos, não permitiu, como era de esperar, dilatação marcante em seus volume e valor produzidos.

Portanto, as variações que se notam no valor global da produção oriunda de nossos estabelecimentos industriais decorrem mais da desvalorização do poder aquisitivo da moeda, que do aumento de volume fabricado. E assim tivemos 1 089 milhares de cruzeiros produzidos em 1950, contra 529 milhares em 1946.

Já mostrámos, mais de uma vez, que a indústria estadual é tipicamente primária. Nada menos que 66% de seu valor resulta do beneficiamento de café e arroz.

FERRO E CIMENTO

Mas, por outro lado, deve-se assinalar que, no Espírito Santo se erguem duas indústrias básicas: siderurgia e cimento. A primeira vem assinalando um andamento progressivo, tendo atingido 7 392 toneladas, em 1950. Vemos, assim que, em cinco anos, quase triplicou a produção estadual de ferro guza, que, em 1946, igualava a 2 500 toneladas. O valor da tonelada que naquela época era de mil cruzeiros passou hoje a mil e seiscentos cruzeiros.

A indústria do cimento, que vinha acompanhando o movimento descrito pela produção siderúrgica, apresentou um declínio em 1950, reduzindo-se para 13 milhões de quilogramos o volume saído de seus fornos, após haver fabricado 15 milhões em 1949. E seu valor também baixou de 11 milhões e 106 mil cruzeiros, para 10 milhões e seiscentos mil.

TABELA I

PRODUÇÃO ESPÍRITO-SANTENSE DE FERRO GUZA E DE CIMENTO
1946/50

ANOS	FERRO GUZA		CIMENTO	
	Quantidade (1000 t)	Valor (milhões Cr$)	Quantidade (1000 t)	Valor (milhões Cr$)
1946	3	3	9	5
1947	6	6	12	7
1948	6	6	15	12
1949	8	13	15	11
1950 (-|-)	7	12	13	11

FONTE: Serviço de Estatística Militar.

(-|-) Dados sujeitos a retificação.

Dentro de dezoito meses, porém, o Estado do Espírito Santo ocupará posição relevante no quadro dos produtores nacionais dessa indústria de transformação de minérios não metálicos, pois que, então, estará em pleno funcionamento mais uma fábrica de cimento em Cachoeiro de Itapemirim, com capacidade para a produção de dez mil sacas diárias.

BENEFICIAMENTO DE CAFÉ

O beneficiamento de café, que entende com a maior parcela da formação do valor da nossa produção industrial (65% do total) mantém sua tendência crescente, no que concerne ao valor, embora os volumes, conquanto oscilantes, indiquem um declínio, resultante das menores colheitas efetuadas. Em 1950, beneficiaram-se 54 mil toneladas, contra 81 mil, em 1946. O comportamento do valor foi o seguinte: 1946 — 284 milhões de cruzeiros; 1950 — 691 milhões.

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

BENEFICIAMENTO DE CAFÉ

1946/50

ANOS	Quantidade (t)	VALOR	
		Ns. absolutos (Cr$ 1000)	% sôbre o total
1946	80 978	283 747	53,69
1947	91 827	285 825	49,06
1948	62 704	232 882	41,24
1949	85 483	581 971	64,67
1950 (-|-)	54 486	690 553	63,45

NOTA: a percentagem refere-se ao valor global da produção industrial.
(-|-) Dados sujeitos a retificação.

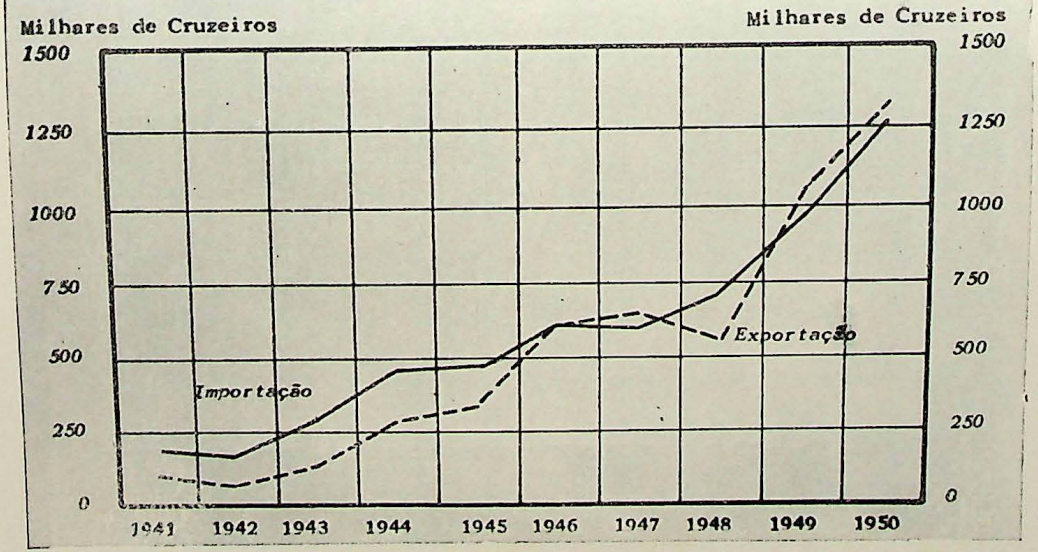
INTERCÂMBIO COMERCIAL

O intercâmbio comercial espírito-santense experimentou, em 1950, sua maior expressão quantitativa do último decênio. Seu total igualara a 2 milhões de toneladas. O valor fôra de 3 bilhões de cruzeiros. Tivemos, portanto, no ano mencionado, o maior montante financeiro do período em tela.

Estado do Espírito Santo

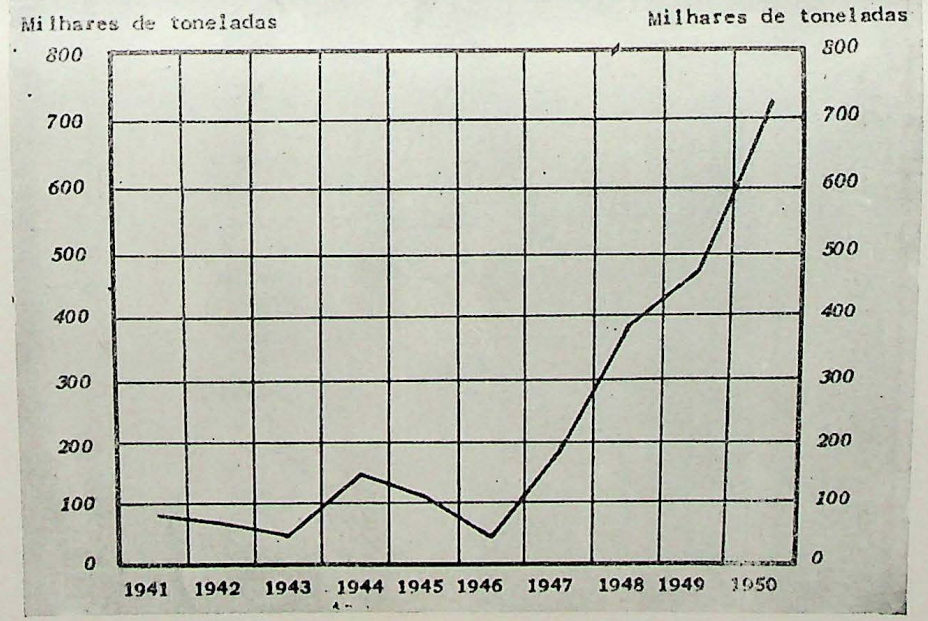
COMÉRCIO INTERESTADUAL

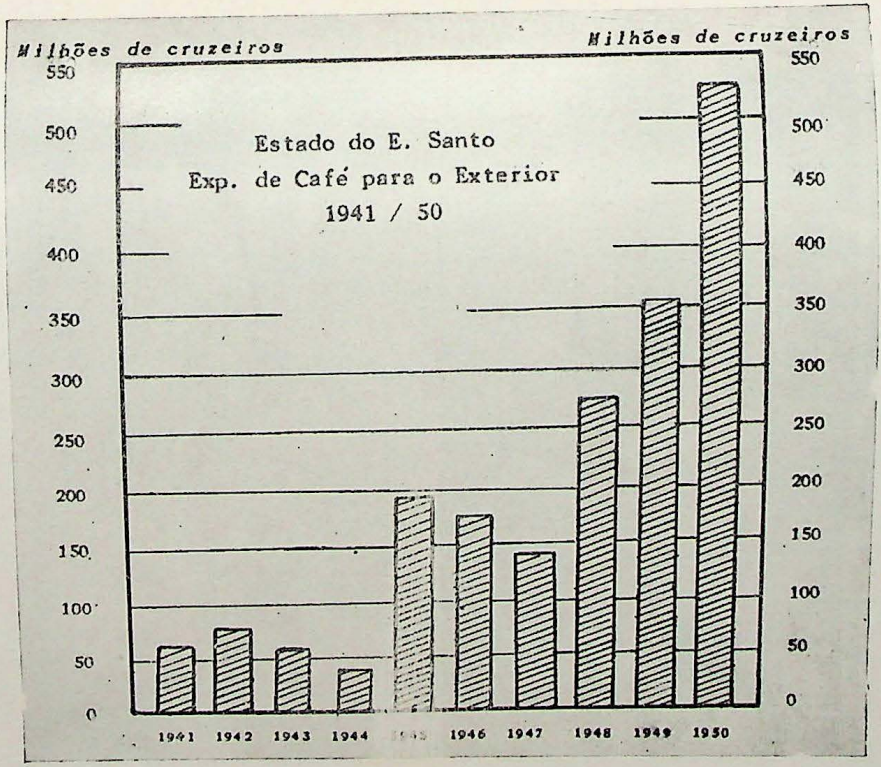
1941/50

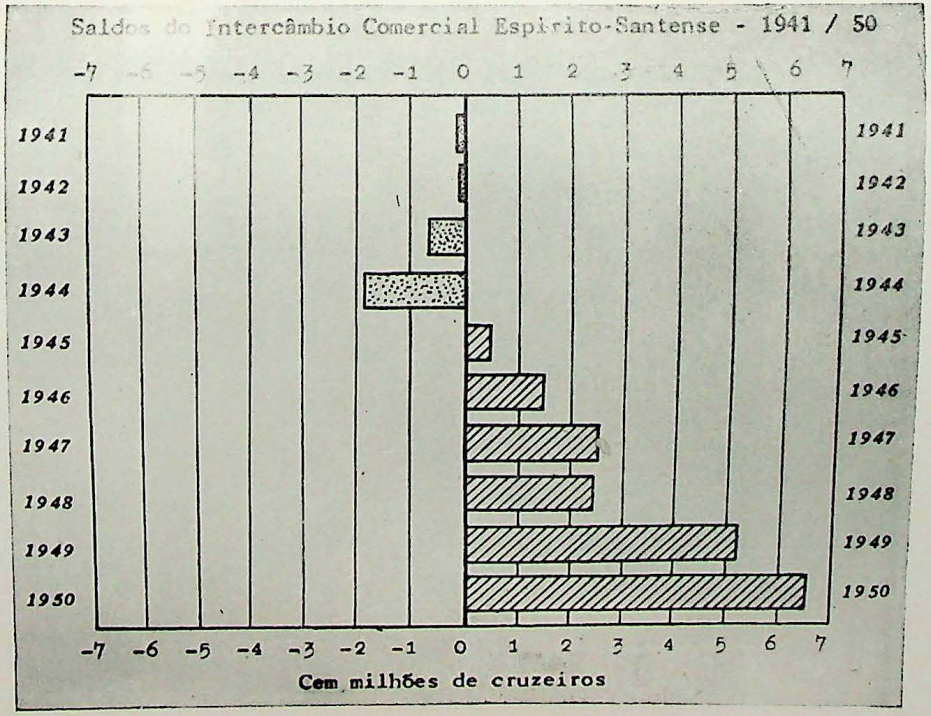


Estado do Espírito Santo

EXPORTAÇÃO DE MINÉRIO DE FERRO - 1941/50

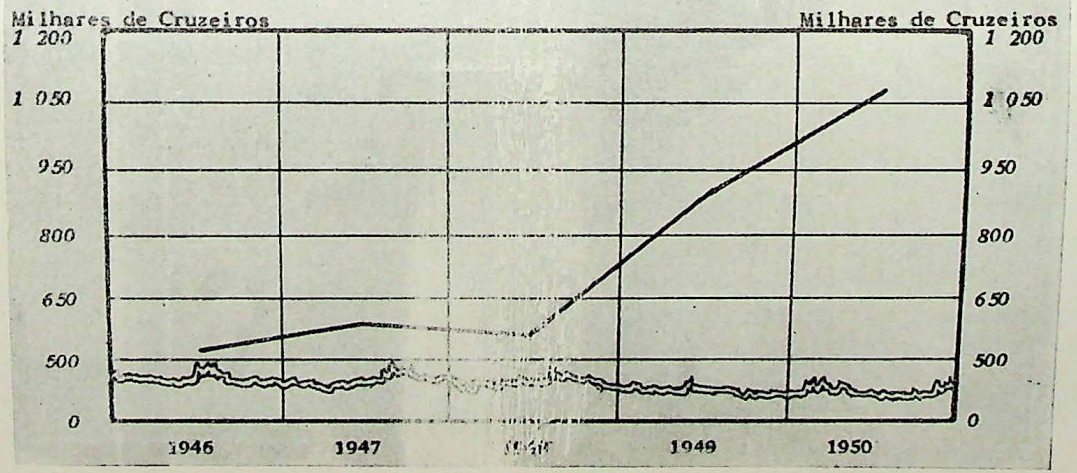



Milhões de cruzeiros
Milhões de cruzeiros
Estado do E. Santo
Exp. de Café para o Exterior
1941 / 50
550
500
450
400
350
300
250
200
150
100
50
0
1941
1942
1943
1944
1946
1947
1948
1949
1950


Saldos do Intercâmbio Comercial Espírito-Santense - 1941 / 50
-7 -6 -5 -4 -3 -2 -1 0 1 2 3 4 5 6 7
1941
1942
1943
1944
1945
1946
1947
1948
1949
1950
Cem milhões de cruzeiros

Estado do Espírito Santo

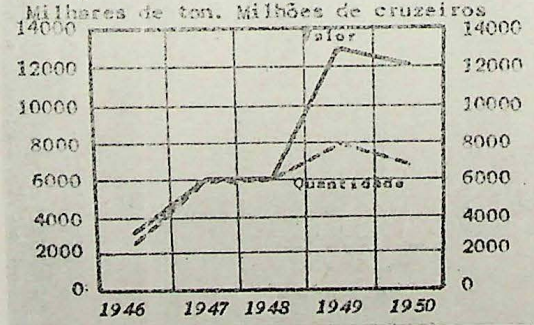
VALOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL - 1946/50



Estado do Espírito Santo

1946 / 50

PRODUÇÃO DE FERRO GUSA



PRODUÇÃO DE CIMENTO

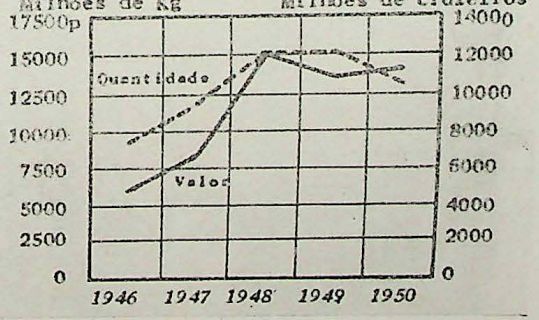


TABELA I

INTERCÂMBIO COMERCIAL DO ESTADO
(Exterior e Estados do Brasil)
1941/50

ANOS	QUANTIDADE (tonelada) TOTAL	Exportação	Importação	VALOR (Cr$ 1 000) TOTAL	Exportação	Importação
1941	467 191	289 206	177 983	391 821	191 701	200 120
1942	378 441	243 071	135 370	378 202	187 845	190 357
1943	342 902	196 061	146 841	492 820	214 862	277 958
1944	598 524	326 179	272 345	827 170	322 269	504 901
1945	541 995	317 070	224 925	971 710	507 809	463 901

TABELA I

INTERCAMBIO COMERCIAL DO ESTADO
(Exterior e Estados do Brasil)
1941 — 50

ANOS	TOTAL	Exportação	Importação	TOTAL	Exportação	Importação
1946 .	508 262	317 513	190 749	1 479 003	814 872	664 131
1947 ..	827 990	489 924	338 066	1 613 638	929 215	684 423
1948 ..	1 327 857	759 701	568 156	1 831 908	1 037 603	794 305
1949 ..	1 472 250	805 984	666 266	2 588 066	1 552 889	1 035 177
1950 ..	1 949 041	1 007 137	941 904	3 326 368	1 990 064	1 336 304

FONTE: — Seção de Intercâmbio Comercial do DEE.

O SUPERAVIT

Desdobrando-se o intercâmbio comercial estadual em suas duas grandes classes, verificaremos que, tanto em volume, quanto em valor, a exportação sobrepujou a importação. Fomos, dessarte, conduzidos a um superavit em nossa balança comercial, o que atingiu a 654 milhões de cruzeiros.

Conquanto até 1944, os saldos daquela balança nos fôssem desfavoráveis, — como resultantes do estado de guerra que então dominava os povos civilizados, — a partir de 1945, graças ao aumento do poderio bélico aliado e consequente êxitos concretizadores da vitória final, as nossas exportações cres-

ceram em rítmo acelerado que as importações. E os superavit foram se tornando maiores, ano a ano, — conforme bem reflete o gráfico retro — para atingir, em 1950, a expressiva cifra de quase 700 milhões de cruzeiros.

Tal situação decorreu, naturalmente, da acentuada valorização registrada pelo sustentáculo de nosso comércio — o café, e, por outro lado, pelas restrições impostas às atividades de importação, pela CEXIN.

COMÉRCIO INTERESTADUAL

As transações efetuadas entre o Espírito Santo e outras Unidades Federadas são as mais importantes do cenário comercial capixaba. Do volume total comerciado que, como vimos, ascendia a dois milhões de toneladas, o intercâmbio interno responsabilizou-se por 59%, ou um milhão e duzentas mil toneladas. Relativamente ao valor, a participação nacional foi ainda maior, pois chegou a 75%, ou dois bilhões e meio de cruzeiros.

Até 1946, as exportações para as praças indígenas não apresentaram um movimento uniforme. Marcaram períodos de crescimento e de retração. Porém, desde o citado 1946, a tonelagem cresceu ininterruptamente até 1950, quando, registrou um declínio, que reduziu o volume à marca de 1947, isto é a 226 mil toneladas.

Porém, feita a apreciação dêsse movimento de mercadorias, através do prisma do valor, a situação é bastante diferente. Iniciada a marcha ascencional em 1943, esta foi apenas interrompida em 1948, para intensificar-se nos anos seguintes, chegando a 1 287 milhões de cruzeiros, em 1950.

Quanto à importação, foi ela representada, até 1947, por uma linha ondulada. Nêsse ano, entretanto, iniciou-se a fase expansionista de compra de mercadorias, pelo Espírito Santo, e que encontrou seu ponto máximo em 1950, ao assinalarem-se a entrada de 931 mil toneladas.

TABELA II

INTERCAMBIO COMERCIAL DO ESTADO COM AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO, EM CONFRONTO COM O INTERCAMBIO EXTERIOR 1941/50

ANOS	TONELADAS MÉTRICAS			VALOR (Cr$ 1 000)		
	Exportação	Importação	TOTAL	Exportação	Importação	TOTAL
COMÉRCIO INTERESTADUAL						
1941	152 754	175 635	328 389	102 950	197 444	300 394
1942	145 003	135 269	280 272	96 329	190 116	286 445
1943	124 432	146 761	271 193	146 859	277 773	424 632
1944	163 638	264 745	428 383	263 214	456 026	719 240
1945	144 070	222 423	366 493	291 819	461 420	753 239
1946	211 026	178 662	389 688	602 208	609 434	1 211 642
1947	225 762	323 399	549 161	678 341	607 288	1 285 629
1949	231 050	555 733	786 783	592 911	712 945	1 305 856
1949	249 177	649 854	899 031	1 054 330	927 135	1 981 465
1950	226 391	930 502	1 156 893	1 287 424	1 217 372	2 504 796

1941	136 452	2 350	138 802	88 751	2 676	91 427
1942	98 068	101	98 169	91 516	241	91 757
1943	71 629	80	71 709	68 003	185	68 188
1944	162 541	7 600	170 141	59 055	48 875	107 930
1945	173 000	2 502	175 502	215 989	2 481	218 470
1946	106 487	12 087	118 574	212 664	54 696	267 360
1947	264 162	14 667	278 829	250 875	77 135	328 010
1948	528 651	12 424	541 075	444 692	81 360	526 052
1949	556 807	16 412	573 219	498 560	108 043	606 603
1950	780 745	11 401	792 146	702 640	118 932	821 572

FONTE: Seção de Intercâmbio Comercial do DEE.

Como aconteceu com a exportação, o valor da importação também se apresentou crescente desde 1943, sofrendo ligeira queda em 1947, mas reaginado posteriormente, para marcar seu "record" em 1950 (1 217 milhões de cruzeiros).

Evidencia-se pelo exposto o nosso saldo positivo conquistado na troca de mercadorias com o mercado interno nacional. Vendemos mais, tanto em volume quanto em valor.

COMPOSIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

O principal fator do superavit foi inegàvelmente as vendas de café a bom preço, de vez que, embora realizadas em menor escala que, em 1949, alcançaram elas, em 1950, a quantia de 900 milhões de cruzeiros, contra 764 milhões do ano anterior. Representara, então, a rubiácea 96,67% da exportação interna contra 96,95%, verificado para 1949.

As maiores remessas de café foram endereçadas ao Distrito Federal, com um valor superior a 65% do global, que é maior comprador do Estado do Espírito Santo. Suas aquisições subiram, em 1950, a 806 milhões de cruzeiros, dos quais 78% ou 630 milhões referentes aquele gênero alimentício. Em 1949 tivemos: compra total: 701 milhões de cruzeiros; café: 557 milhões.

Secundando aquela mercadoria líder, mas dela bastante distanciada deparamos com as madeiras. Sua exportação para o território nacional somou 60 153 milhares de cruzeiros, em 1950.

Além do Distrito Federal podem ser classificados como nossos principais mercados compradores, no Brasil: Minas Gerais (85 milhões de cruzeiros) e Estado do Rio de Janeiro (50 milhões de cruzeiros), que relativamente representam 7% e 4% do total.

COMÉRCIO EXTERIOR

O desenvolvimento de nosso comércio exterior é fato indiscutível. Não só relativamente ao volume, como também no que respeita ao valor, o nosso intercâmbio com as praças estrangeiras tem se mostrado crescente. Assim, a tonelagem iniciou o decênio em tela com futuações, para firmar-se no movimento ascencional a partir de 1947; e o montante financeiro após as oscilações iniciais — fruto como a outra do período de guerra — desenha uma curva nitidamente ascendente, desde 1944.

A exportação, que em 1941 atingiu a 136 mil toneladas, marcou em 1950 nada menos que 781 mil. Por outro lado o seu valor saltou de 89 milhões de cruzeiros para 703 milhões. (vide tabela II).

COMPOSIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

O crescimento macisso experimentado pelas nossas vendas ao exterior tem sua principal justificativa — ao considerarmos a quantidade — mas remessas de minério de ferro, que num crescendo se fazem para fora do país (vide gráfico adiante). E a dilação do valor em escala sem procedentes tem sua razão de ser nas altas cotações atingidas pelo café.

De fato, em 1950, canalizaram-se para o exterior 722 mil toneladas de minério de ferro contra 472 mil do ano anterior. Enquanto isso, as vendas de café que, em 1949, somavam 353 milhões de cruzeiros, montaram, no ano seguinte, a 529 milhões. O gráfico, que se estampa na página seguinte, patenteia estas afirmativas.

Temos, portanto, que o minério representa 92% do volume global exportado pelo Estado do Espírito Santo para as praças alienígenas, ao passo que a rubiácea equivale a 75% do valor total da mesma operação (dados de 1950).

Na pauta das exportações, seguem a "coffea arabia" o cacáu (48 milhões de cruzeiros) e as madeiras.

Entre 1949 e 1950, conquanto houvesse declinado o volume do café transacionado, (46 mil toneladas em 1949 e 39 mil em 1950) o valor cresceu de 353 milhões para 529 milhões de cruzeiros.

Relativamente ao cacáu, observaram-se aumentos tanto na quantidade, quanto no valor. Vejamos: 1949 — 3 mil toneladas e 20 milhões de cruzeiros; 1950 — 4 mil toneladas e 48 milhões de cruzeiros.

Quanto às madeiras, tivemos um decréscimo de cêrca de 50%. Pois, de um valor igual a 31 milhões de cruzeiros, registrado em 1949, passámos no ano seguinte a 15 milhões e meio.

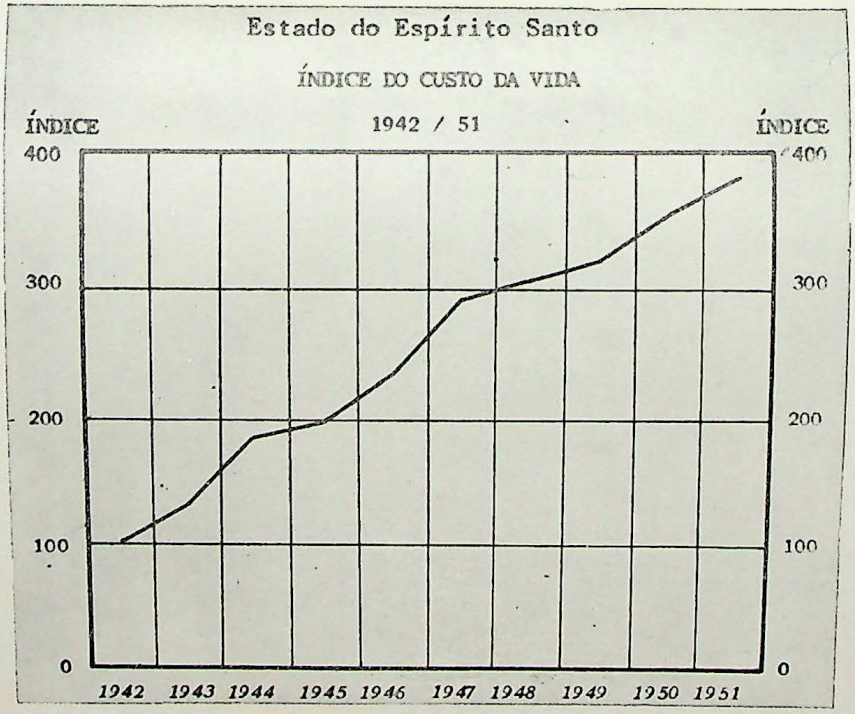
CUSTO DA VIDA E PREÇOS

Todos nós poderemos afirmar aprioristicamente que o custo da vida manteve sua marcha ascencional em 1951, revelando mesmo um rítmo mais acelerado. Pois que qualquer um dos setores, nos quais se processam as sondagens para a medida do custo da vida — alimentação, habitação, vestuário, etc. — mostraram preços mais elevados que os observados para os outros anos.

Dessarte, o levantamento efetuado pelo Departamento Estadual de Estatística e que entende com os preços dos dezoito gêneros que mais pesam em nosso regime alimentar, e verificados junto ao comércio varejistas, revelou que, entre 1942 e 1951, o custo da alimentação no Estado do Espírito Santo cresceu 281%. Portanto, o crescimento médio anual é da ordem dos 28%. Em 1951, registando-se sôbre 1950 uma elevação igual a 23%, a majoração, podemos dizer não foi das maiores do decênio.

De qualquer modo, porém, observa-se nêste Estado a tendência para a elevação do custo dos gêneros de primeira necessidade, que como sabemos responsabilizam-se pela maior parcela das despesas do orçamento doméstico.

Por conseguinte, poderemos tomar o índice do crescimento do custo da alimentação como o índice da elevação do custo da vida, e com bastante aproximação.


Estado do Espírito Santo
ÍNDICE DO CUSTO DA VIDA
ÍNDICE
1942 / 51
ÍNDICE
400
300
200
100
0
400
300
200
100
0
1942 1943 1944 1945 1946 1947 1948 1949 1950 1951

ÍNDICE DO CUSTO DA ALIMENTAÇÃO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO — 1942/51

ANOS	ÍNDICE
1942	100,00
1943	133,26
1944	185,03
1945	197,55
1946	235,89
1947	289,06
1948	308,41
1949	319,76
1950	357,48
1951 (-|-)	380,90

NOTA: adotou-se o índice aritmético simples relativo ao preço observado no comércio varejista dos seguintes gêneros alimentícios: açucar, arroz, banha, batata inglêsa, café em pó, carne verde, cebola, charque, farinha de mandioca, farinha de trigo, feijão preto, leite fresco, manteiga, milho, ovos, pão, sal, toucinho salgado.

(-|-) Média dos sete primeiros meses.

E assim, diremos, que o custo da vida no Espírito Santo tende a continuar descrevendo uma curva dirigida para cima, em consequência da subida dos preços, numa decorrência da elevação crescente dos meios de pagamento, agora altamente inflacionados com a fixação de novo nível de salário mínimo, com o aumento concedido ao funcionalismo público estadual, e, em breve, com o prometido reajustamento dos vencimentos dos servidores públicos federais.

O gráfico seguinte permite-nos uma visão bastante nítida da maneira como se tem comportado o índice do custo da vida nesta Unidade da Federação.

CRÉDITO BANCÁRIO

Sabidamente, a expansão monetária foi mantida durante o ano de 1951, no Brasil. Dessarte, em número absolutos, o total dos meios de pagamento passou de 60,5 milhões de cruzeiros, em 1.º de janeiro de 1950, a 81,5 milhões, em 31 de dezembro do mesmo, ano, e a 97,5 bilhões, em 31 de dezembro de 1951.

Tal situação na esfera da moeda determinou aumento da moeda escritural, fazendo com que os depósitos a vista se elevassem. No Estado do Espírito Santo aquêle tipo de depósito acusou um saldo de 542 milhões de cruzeiros, em 30 de setembro de 1951. Em igual data do ano anterior o saldo fôra de 501 milhões. Portanto, em doze meses registrou-se uma elevação de 41 milhões de cruzeiros, ou seja um aumento médio mensal de três milhões e seissentos mil cruzeiros. Em números relativos, a majoração foi de 8%. Os depósitos a prazo fixo dilataram-se de 3%, ou quatro milhões de cruzeiros. Quer isto dizer que êstes depósitos apresentaram um crescimento médio mensal de cêrca de 330 milhares de cruzeiros.

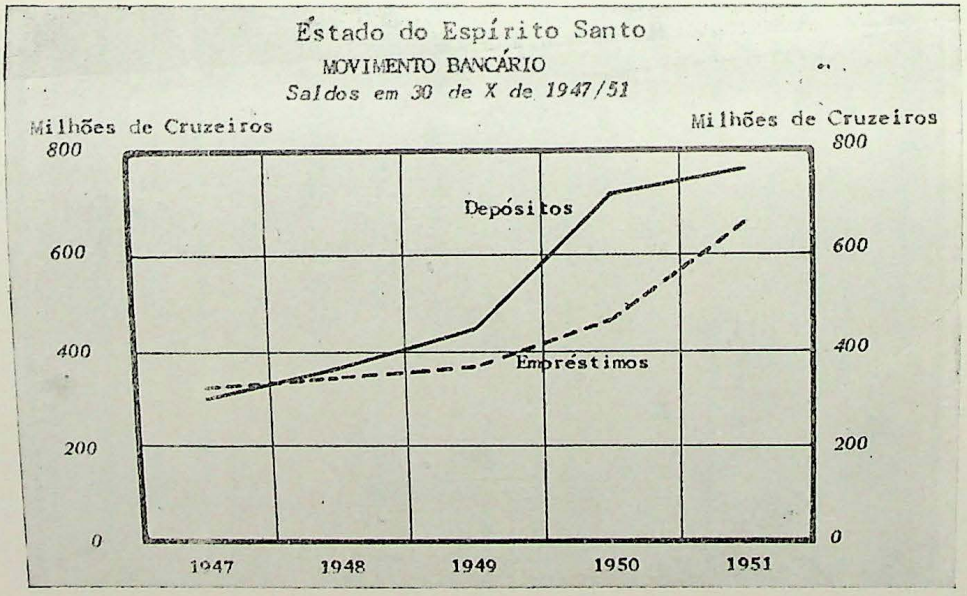
MOVIMENTO BANCÁRIO NO E. E. SANTO

RESUMO DOS BALANÇOS — 30 - IX - 1947/51

Principais Contas	SALDOS EM 30 — IX (Cr$ 1 000				
	1947	1948	1949	1950	1951
A T I V O					
Capital a realizar	—	—	30	7 442	6 835
Empréstimos	324 039	341 532	388 549	440 158	676 163
Em letras descontadas	166 498	158 265	176 870	248 770	359 386
Em contas correntes	157 541	183 267	211 679	191 388	316 777
Correspondente do exterior	31	—	2	—	638
Caixa em moeda corrente	29 712	32 597	40 969	55 311	64 658
Outras contas ...	899 051	1 016 845	1 159 636	1 386 106	1 734 361
TOTAL	1 252 813	1 390 974	1 589 186	1 889 017	2 482 645
P A S S I V O					
Capital subscrito	5 900	6 450	7 850	23 250	31 250
Fundo de reserva	2 568	3 065	3 788	4 729	6 723
Depósito	313 727	363 226	442 075	705 084	781 975
Depósito a vista .	199 037	227 463	295 580	501 167	542 1.0
C/ juros (c/mov.)	31 016	30 583	42 155	98 419	96 530
Limitados	31 472	34 143	39 637	81 118	137 35[illegible]
Populares	92 035	101 552	129 162	169 718	161 419
Sem juros	4 291	5 261	5 091	5. 639	6 456
De poderes públicos	19 897	28 412	51 093	81 423	91 095
Bancários	20 326	27 512	28 442	64 850	49 311
Depósitos a prazo fixo	77 900	94 304	101 014	130 036	133 873
Depósitos com aviso prévio	36 790	41 459	45 481	73 881	105 932
Correspondente no exterior	256	1 220	76	99	845
Outras contas ...	930 362	1 017 013	1 135 397	1 155 855	1 661 852
TOTAL	1 252 813	1 390 974	1 589 186	1 889 017	2 482 645

FONTE: Secção de Estatística Econômica e Financeira.

Êsse maior crescimento dos depósitos a vista em relação aos a prazo fixo nos diz da fase de expansão que vem sendo sentida pela economia espírito-santense, exigindo, portanto, maior soma de meios de pagamento. Assim, a retração, que havíamos assinalado em 1950 desapareceu completamente em 1951.


Estado do Espírito Santo
MOVIMENTO BANCÁRIO
Saldos em 30 de X de 1947/51
Milhões de Cruzeiros
Milhões de Cruzeiros
800
600
400
200
0
Depósitos
Empréstimos
1947
1948
1949
1950
1951

Como os depósitos bancários dependem em escala dos empréstimos, desnecessário se nos afigura ressaltar que as operações creditícias se ampliaram. Mas, anotemos os saldos registrados em 1951 e no ano anterior: contra os 676 milhões de 1951, tivemos, em 1950, apenas 440 milhões. Em doze meses cresceram, portanto, os depósitos de 236 milhões de cruzeiros, ou de 54%.

MERCADO IMOBILIÁRIO

Foram muito animados as operações imobiliárias, durante o ano de 1950, no Estado do Espírito Santo. As transcrições de transmissões da propriedade imóvel elevaram-se então a 9 435, ultrapassando de mais de 1 700 o número registrado no ano anterior. Êsse acréscimo de 22% revelou, contudo, um aumento de 58% no valor. Êste passou de 108 milhões de cruzeiros para 171 milhões, indicando um maior valor médio para as transações. De fato, em 1950, o valor médio do imóvel montava a 18 mil cruzeiros, ao passo que em 1949, aquêle índice igualara a 14 mil cruzeiros.

Temos, portanto, que a majoração verificada no valor das transações imobiliárias decorreu principalmente da dilatação experimentada pelos preços vigorantes no mercado dêsses bens de raiz.

No quinquênio 1946/1950, o maior número de transcrições foi verificado no início do período. Nada menos de 9 890 operações foram realizadas nesse ano. Porém, seu valor totalizou apenas 102 milhões de cruzeiros. Confrontando-se êsses registros com os de 1950, notamos que em um lustro as transmissões de imóveis diminuíram 5%, no tocante ao seu número e cresceram 68%, relativamente ao valor.

TRANSCRIÇÕES DE TRANSMISSÕES DA PROPRIEDADE IMÓVEL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

1946/50

ANOS	NÚMERO		VALOR	
	Absoluto	Relativo (1946-100)	Absoluto (Cr$ 1000	Relativo (1946-100)
1946	9 890	100	101 945	100
1947	6 172	62	76 993	76
1948	6 823	69	78 498	77
1949	7 714	78	107 976	106
1950	9 435	95	170 800	168

Se apreciarmos a marcha das transações da transmissões de imóveis, segundo as Comarcas, iremos constatar o reflexo da expansão econômica do norte do Estado nas compras e vendas de imóveis. A Comarca de Colatina, que, em 1946, registrara menor movimento que Cachoeiro de Itapemirim (a segunda Comarca do Estado, no setor considerado), avançou rápidamente durante o quinquênio para marcar 1 270 transcrições em 1950 enquanto Cachoeiro assinalava 723. Para Vitória tivemos, nessa época, 1 501 operações. Ainda em 1950, a posição do valor era a seguinte: 54 milhões para Vitória, 20 milhões para Colatina e 18 milhões de cruzeiros para Cachoeiro de Itapemirim.

Mas, apreciemos outro aspecto do mercado imobiliário. Aquêle referente às hipotecas. Embora os empréstimos bancários mantivessem sua marcha ascencional em 1950, o crédito com garantia de bens de raiz declinou no Estado do Espírito Santo.

Contra 182 hipotecas inscritas em 1949, tivemos 170 em 1950. Porém a êsse declínio de 7% na quantidade correspondeu uma diminuição de 17% no valor.

Cotejando-se entretanto os informes de 1950 com os de 1946, concluimos que nesse cinco anos o número de hipotecas aumentou 63% e o valor respectivo 400%.

INSCRIÇÕES HIPOTECARIAS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

1946/50

ANOS	NÚMERO		VALOR	
	Absoluto	Relativo (1946-100)	Absoluto (Cr$ 1000	Relativo (1946-100)
1946	104	100	5 457	100
1947	113	109	20 252	371
1948	118	113	7 556	138
1949	182	175	30 134	552
1950	170	163	24 828	455

TÍTULOS PROTESTADOS

O Movimento do protesto de títulos no Estado do Espírito Santo apresentou uma tendência decrescente no quinquênio 1946/50.

Iniciado o período com 1 018 títulos protestados, número êsse que ascendeu no ano seguinte a 2 352, tivemos a seguir u'a marcha descendente que se reduziu gradativamente até marcar 932 títulos, em 1950.

Dessarte, nos três últimos anos, reduziu-se acentuadamente o número de títulos, que foram levados a protesto nesta Unidade Federada.

No que tange ao valor dos títulos protestados, deve-se notar que, em 1950, êles somaram 5 milhões de cruzeiros contra 10 milhões registrados em 1947. Houve assim um declínio de 1 milhão por ano.

O cálculo do valor médio do título protestado porá a descoberto que, nos últimos milésimos, de um modo geral, as operações foram mais vultosas, que em épocas anteriores. Em verdade, para 1946, assinalou-se 3 500 cruzeiros, como valor médio, e para 1950 alteou-se o mesmo para 5 000 cruzeiros. Quer isto dizer que, em cinco anos, houve uma alteração de mil e quinhentos cruzeiros para o valor unitário daquela operação judicial.

TÍTULOS PROTESTADOS

1946/50

ANOS	NÚMERO		VALOR	
	Absoluto	Relativo (1946-100)	Absoluto (Cr$ 1000	Relativo (1946-100)
1946	1 018	100	3 544	100
1947	2 352	231	10 073	284
1948	2 098	206	10 142	286
1949	1 239	122	6 441	182
1950	932	92	4 711	133

A redução observada no quantitativo dos protestos, assim como a majoração constatada em seu valor médio, leva-nos à comprovação de que o volume de negócios no Estado do Espírito Santo está crescendo e que essa ampliação se processa em bases mais sólidas, nos últimos anos.

Sôbre o desenvolvimento das atividades mercantis em terras capixabas será interessante lembrarmos que as apurações referentes ao giro comercial vitoriense indicaram que entre 1949 e 1951 aquelas operações cresceram de 120% nesta praça.

Como nesse mesmo período o custo da vida alterou-se de 25%, vamos claramente que aquela dilatação registrada decorreu não apenas da desvalorização do poder aquisitivo da moeda,, mas também do maior rítmo experimentado pelas nossas atividades comerciais.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE SAÚDE

O Departamento Estadual de Saúde que desde junho de 1940 vem seguindo um programa de ação rígido e de alta eficiencia técnica viu, logo no início do atual govêrno, enormemente alargados os seus horizontes e acrescidas as suas responsabilidades com a criação e funcionamento em março de 1951, do Serviço Social. Iniciadas imediatamente as suas atividades no Centro de Saúde de Vitória, o êxito extraordinário da iniciativa, a primeira a realizar-se no país, já aconselha senão determina a sua generalização urgente às demais unidades sanitárias do Estado.

Em apenas 10 meses de trabalho foram atendidas 7 397 pessoas com as quais foram mantidas mais de 12 800 entrevistas, o que bem evidencia o interêsse, a receptividade e a compreensão que encontrou da parte do povo esta nova e promissora atividade de nosso Departamento de Saúde.

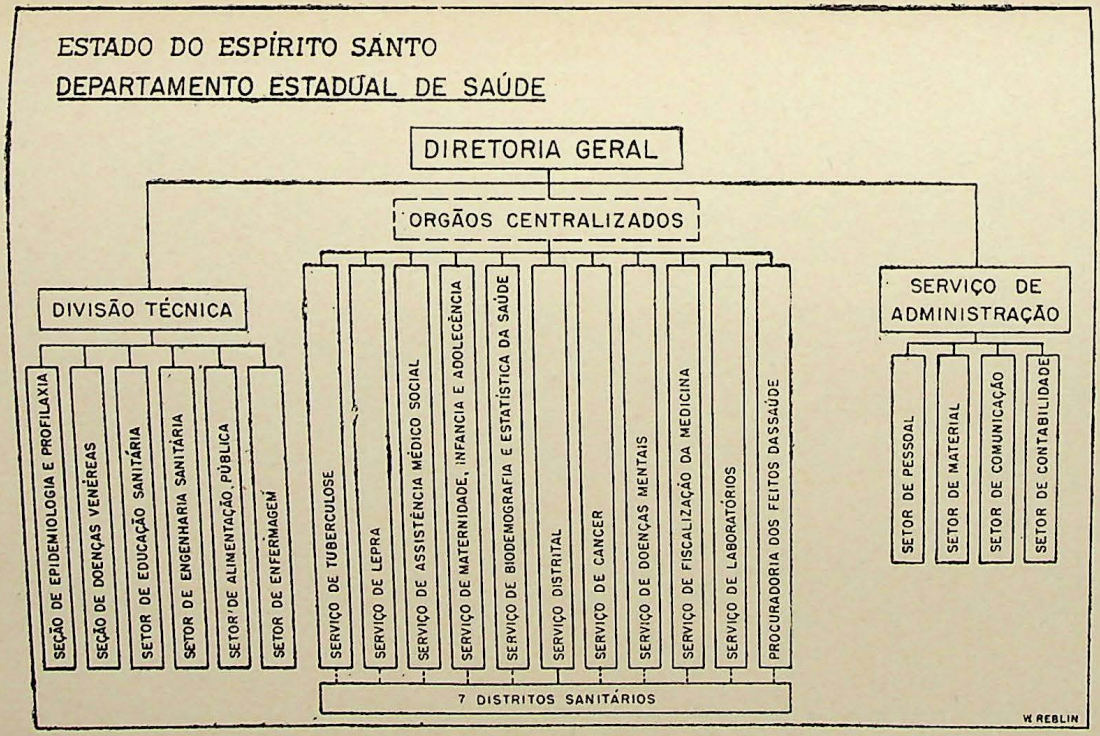
Afirmando mais uma vez as diretrizes eminentemente sociais que animam e conduzem a atual administração, foram concertadas com a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, através do Instituto Social, as bases primeiras de um Convênio, mediante o qual funcionará em Vitória, a partir de março de 1952, um curso de formação de Assistentes Sociais com a duração de 3 anos e perfeitamente equiparado ao que vem sendo realizado na Capital da República.

Assim, ao mesmo passo em que são abertas as portas de uma nova e dignificante atividade, para a mocidade estudiosa de nossa Terra, também poderá o Estado contar, mais tarde, com o apôio e o auxílio técnico desses mesmos elementos para os seus futuros cometimentos de carater social.

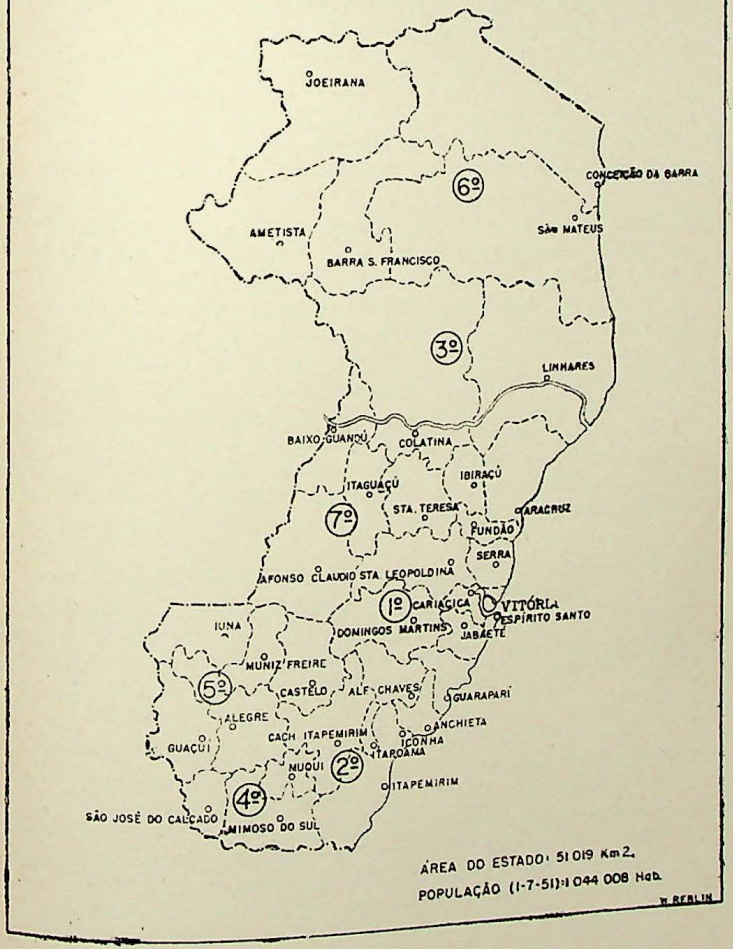
Apoiados no princípio unitário que caracteriza a estrutura de nossos serviços sanitários desde 1940, foram encerradas em março as atividades especializadas e exclusivas dos postos de assistência médica e de puericultura. Dentro de um programa técnicamente organizado e rigorosamente obedecido foram reformados e renovados os seus edifícios, ampliadas grandemente as suas instalações, acrescido e melhor preparado o seu pessoal em cursos intensivos realizados durante 3 meses no Centro de Saúde de Vitória, reajustados os seus vencimentos em bases mais favoráveis, e, enfim, reabertos no dia 15 de agôsto como unidades integrais de Saúde, diretamente subordinadas aos distritos sanitários correspondentes, os postos de Guaçuí, Iconha, Conceição da Barra, Muniz Freire, Castelo Muquí, São José do Calçado e Barra de Itapemirim. Fixada, assim, esta nova diretriz, já nos é possivel anunciar que, ao lado desses 8 postos de higiene de 2a. classe, se alinharão em 1952 cinco novas unidades em Santa Leopoldina, Aracruz, Itaguaçú, Domingos Martins e Santa Teresa e assim prosseguiremos até possuirmos um posto de saúde em cada município do Estado.

A fim de permitir melhor contrôle e mais efetiva assistência às nossas unidades sanitárias que tanto e tão rápidamente se multiplicam, foi reorganizado inteiramente o nosso "Serviço Distrital", contratando-se para dirigí-lo um sanitarista emérito, forrado de larga experiência, o que de antemão assegura maior êxito neste importante setor da administração sanitária do Estado.

Também no mesmo louvável intuito de permitir mais amplo desenvolvimento e assegurar melhor eficiência a um dos órgãos de maior importância em Saúde Pública, foi reestruturada a antiga Secção de Estatística Vital e Sanitária. A Lei n.º 532, de 26 de outubro de 1951, ampliou consideràvelmente êste órgão transformando-o no atual Serviço de Biodemografia e Estatística da Saúde. Uma de suas novas atribuições, e não das menores, é a organização e administração da Biblioteca do Departamento Estadual de Saúde. Perfeitamente instalada em sala propria,


ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE SAÚDE
DIRETORIA GERAL
ORGÃOS CENTRALIZADOS
DIVISÃO TÉCNICA
SEÇÃO DE EPIDEMIOLOGIA E PROFILAXIA
SEÇÃO DE DOENÇAS VENÉREAS
SETOR DE EDUCAÇÃO SANITÁRIA
SETOR DE ENGENHARIA SANITÁRIA
SETOR DE ALIMENTAÇÃO PÚBLICA
SETOR DE ENFERMAGEM
SERVIÇO DE TUBERCULOSE
SERVIÇO DE LEPRA
SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICO SOCIAL
SERVIÇO DE MATERNIDADE, INFANCIA E ADOLECÊNCIA
SERVIÇO DE BIODEMOGRAFIA E ESTATÍSTICA DA SAÚDE
SERVIÇO DISTRITAL
SERVIÇO DE CANCER
SERVIÇO DE DOENÇAS MENTAIS
SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DA MEDICINA
SERVIÇO DE LABORATÓRIOS
PROCURADORIA DOS FEITOS DASSAÚDE
7 DISTRITOS SANITÁRIOS
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE PESSOAL
SETOR DE MATERIAL
SETOR DE COMUNICAÇÃO
SETOR DE CONTABILIDADE
W. REBLIN

DISTRITOS SANITÁRIOS
DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



dotada das mais modernas instalações e acrescida de grande número de livros e de publicações técnicas, as suas obras estão sendo classificadas pelo código decimal de Melvil Dewey e catalogadas segundo as normas da Bibliotéca do Vaticano, considerada padrão universal.

Lançando-nos em mais outro campo de atividades até aqui ainda não enfrentado, apesar de sua alta gravidade, inauguramos, por ocasião dos festejos comemorativos do 4.º Centenário de nossa Capital, a primeira Clinica do Câncer do Estado. Dotada dos mais modernos dispositivos de diagnósticos e terapeutica e servida por técnicos habeis, um dos quais diretamente contratado na Italia para o serviço de anatomia patológica, esta clínica é, sem dúvida, uma das mais bem montadas do país.

A fim de completar-lhe o equipamento foram recentemente adquiridas na América do Norte, no Eldorado Mining, 200 miligramas de Radium e todos os acessórios necessários para o seu acondicionamento e aplicação regular.

Um outro setor de grande atividade foi o de Engenharia Sanitária. Tendo já inaugurado em 1950 os serviços de abastecimento dagua das localidades de São José das Torres e Serra Pelada, já em 1951 concluia e punha em funcionamento os de Guaçuí, Itarana e Barra do Jucú, além de deixar em fase de conclusão as obras de Alegre, Itaguaçu, e Timbuí. A par disto foram feitos os levantamentos topográficos e desenhadas as plantas cadastrais das localidades de Afonso Cláudio, Barra de São Francisco, Águia Branca, Laginha, São Domingos, Marilândia, Jacupemba, Bom Jesus do Norte, Celina, Irupí, Itacibá, Itanguá e Tucum, e concluídos os estudos e projetos de abastecimento dagua de Barra de São Francisco, Afonso Cláudio, Nova Almeida, Alfredo Chaves, Itacibá, Itanguá, Tucum, Irupí, Bom Jesus do Norte, Celina, Conceição da Barra e Santo Antonio de Muquí.

Sob orientação e contrôle desse mesmo setor foram efetuadas as obras finais de reparação da unidade sede do 4.º Distrito Sanitário, a edificação do nosso Biotério e a instalação, na propria sede do Departamento, de moderna e bem montada oficina de consêrto e conservação de carros e da maquinária em geral que vem funcionando a inteiro contento, regular e eficientemente.

No que diz respeito à parte assistencial propriamente dita, adquiriu o Estado pela importância total de Cr$ 323 000,00 a Casa de Saúde de Guaçuí, bem construida e inteiramente equipada, a fim de transformá-la em Hospital de Misericórdia para benefício da população pobre daquele rico Município; iniciou a construção do Hospital de Baixo Guandú e auxiliou o prosseguimento e conclusão da Maternidade de Muquí e do Hospital-Maternidade de São Mateus. Além disto e procurando solucionar definitivamente o problema hospitalar do Estado, entrou em entendimentos diretos com o Sr. Superintendente do Plano Salte, Dr. Arisio Viana, a fim de conseguir um auxilio substancial e generoso do Govêrno Federal para a construção do Hospital das Clínicas de Vitória com capacidade para 500 leitos. Em decorrência dessas "demarches" já foi autorizada pelo Snr. Presidente da República a abertura de um crédito de Cr$ .. ..

9 100 000,00 para inicio imediato dessa obra monumental que será o centro de todo o sistema hospitalar do Estado.

Graças à cooperação sempre solícita do Dr. Amilcar Barca Fellon, diretor da Divisão de Organização Sanitária do Departamento Nacional de Saúde, foi possivel efetuarem-se, no norte do Estado, os inquéritos preliminares e os primeiros ensaios terapêuticos para uma bem lançada campanha contra bouba e a leishmaniose, enfermidades que assolam com alguma intensidade aquela próspera região. Também é de assinalar-se o extraordinário alcance da Campanha contra as Helmintoses que, em cooperação com aquele órgão federal, vimos realizando nos municípios de Itaguaçú e Afonso Cláudio, bem expresso na distribuição de 37 080 "enseals" de Cristoides e 663 500 drágeas de protoxalato de ferro. A frequência, sòmente às 3 unidades especializadas existentes naqueles 2 municípios, foi de 22 274 pessôas, o número de injeções aplicadas de 19 933, e o número dos exames de laboratório superior a 35 000.

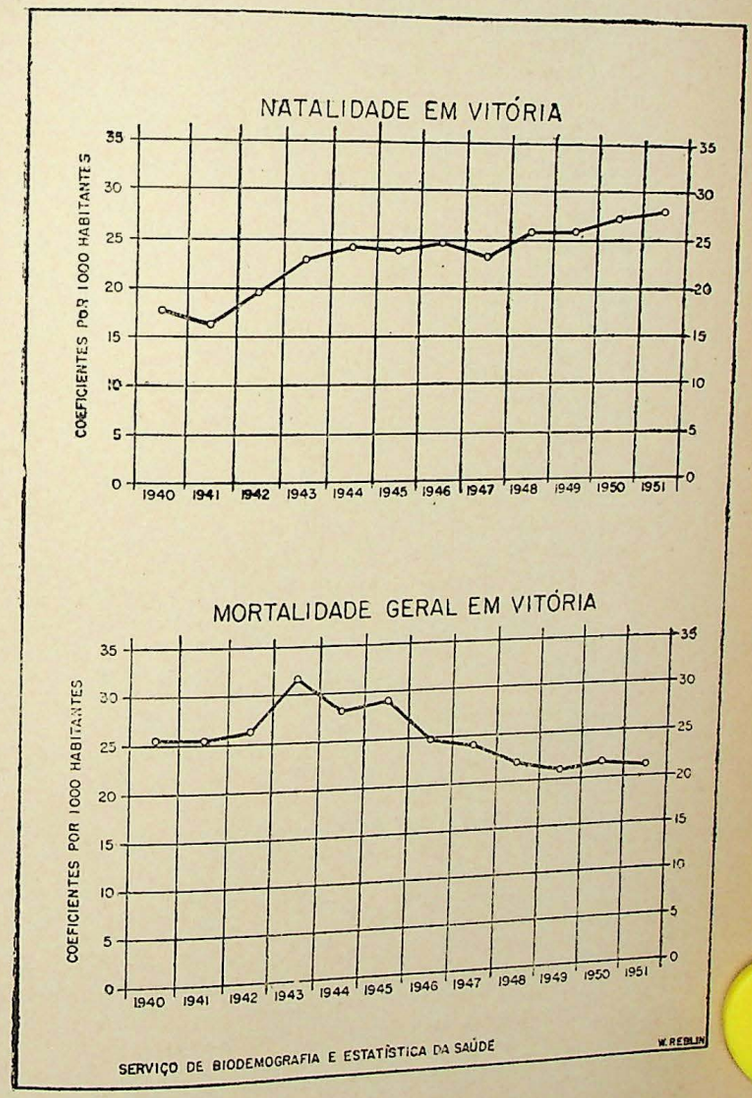
Mantivemos com o Serviço Nacional de Malária o acôrdo firmado no Govêrno do Dr. Carlos Lindenberg o que permitiu a dedetização de 45 144 edifícios e o funcionamento regular de 776 unidades distribuidoras de Aralen.

Ampliamos bastante a nossa cooperação com o Serviço Especial de Saúde Pública possibilitando o trabalho daquele Serviço nos municípios de Linhares e Ibiraçú, e a conclusão e instalação da unidade sanitária de Baixo Guandú e do seu modelar serviço de abastecimento dagua, bem como a extensão de idêntico serviço até a margem norte do Rio Doce, em Colatina. Em articulação com a população diligente e ativa de Marataízes e com a supervisão do SESP foi concluído o serviço de abastecimento dagua daquela localidade.

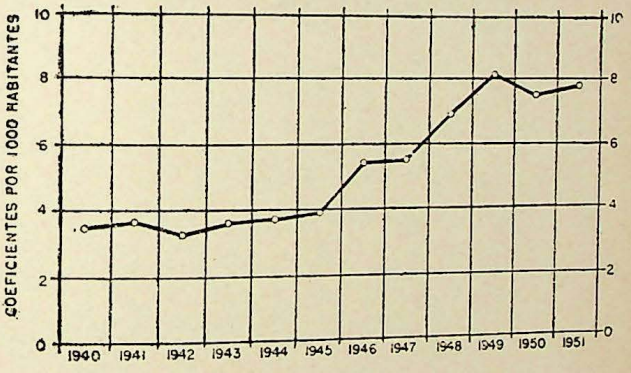
Prosseguimos o acôrdo com o Serviço Nacional de Tuberculose melhorando ainda mais as instalações do Sanatório Getúlio Vargas, sobretudo em sua aparelhagem de contrôle radiológico e intensificando a vacinação pelo BCG das crianças matriculadas no primeiro ano dos grupos escolares de Vitória e Cachoeiro de Itapemirim e de todos os alunos dos grupos escolares de São Mateus, Conceição da Barra, Linhares, Colatina, Afonso Cláudio, Itaguaçú, Barra de São Francisco, Alegre, Muniz Freire, Guaçuí, Iúna, Castelo, Itapemirim, Iconha, Mimoso do Sul, Muquí e São José do Calçado, totalizando 11 702 individuos vacinados ou revacinados, no que foram gastos 46 476 tubos de BCG.

Com verbas exclusivas do Estado, foram concluidas as obras de remodelação do pavilhão anexo à Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro de Itapemirim e adquiridas 3 novas equipes de abreugrafias para o cadastro toráxico de São Mateus, Afonso Cláudio e Mimoso do Sul. Aos nossos dispensários de tuberculose de Vitória e Cachoeiro de Itapemirim compareceram 30691 pessoas e foram batidas em todo o Estado mais de 35 000 abreugrafias. Por outro lado 13 165 infantes foram vacinados pelo BCG em 20 municípios do Estado.

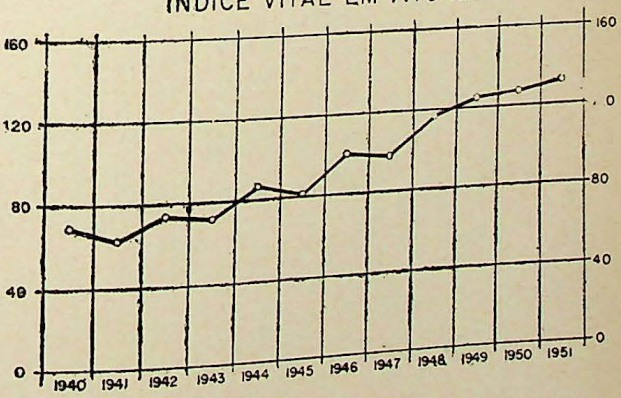
Como não poderia deixar de ser, nosso maior interêsse tem sido dedicado à infância em geral e a ela se dirige em particular a atenção vigilante de nossas unidades sanitárias. Bastará referir-se para ilustrar esta



NUPCIALIDADE EM VITÓRIA



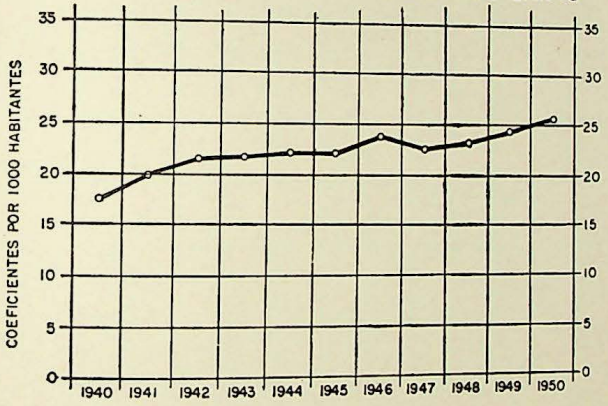
INDICE VITAL EM VITÓRIA



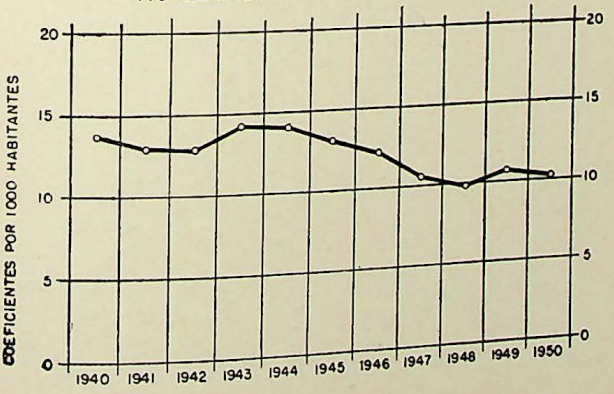
SERVIÇO DE BIODEMOGRAFIA E ESTATÍSTICA DA SAÚDE

W. REBLIN

NATALIDADE NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



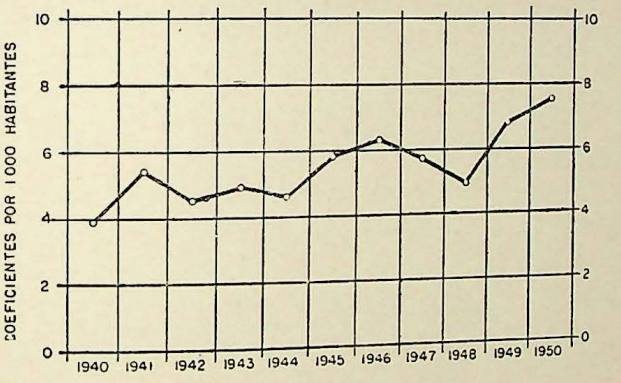
MORTALIDADE GERAL
NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO



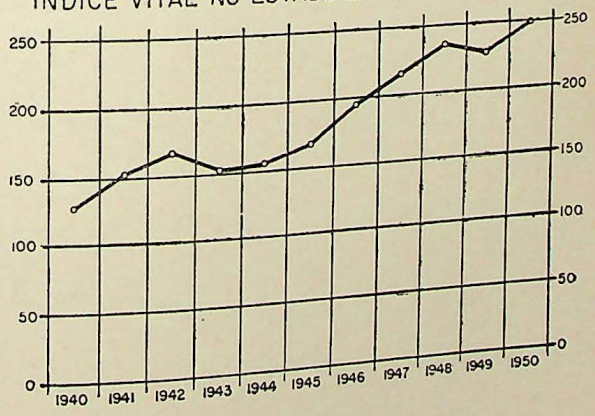
SERVIÇO DE BIODEMOGRAFIA E ESTATÍSTICA DA SAÚDE

W REBLIN

NUPCIALIDADE NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO

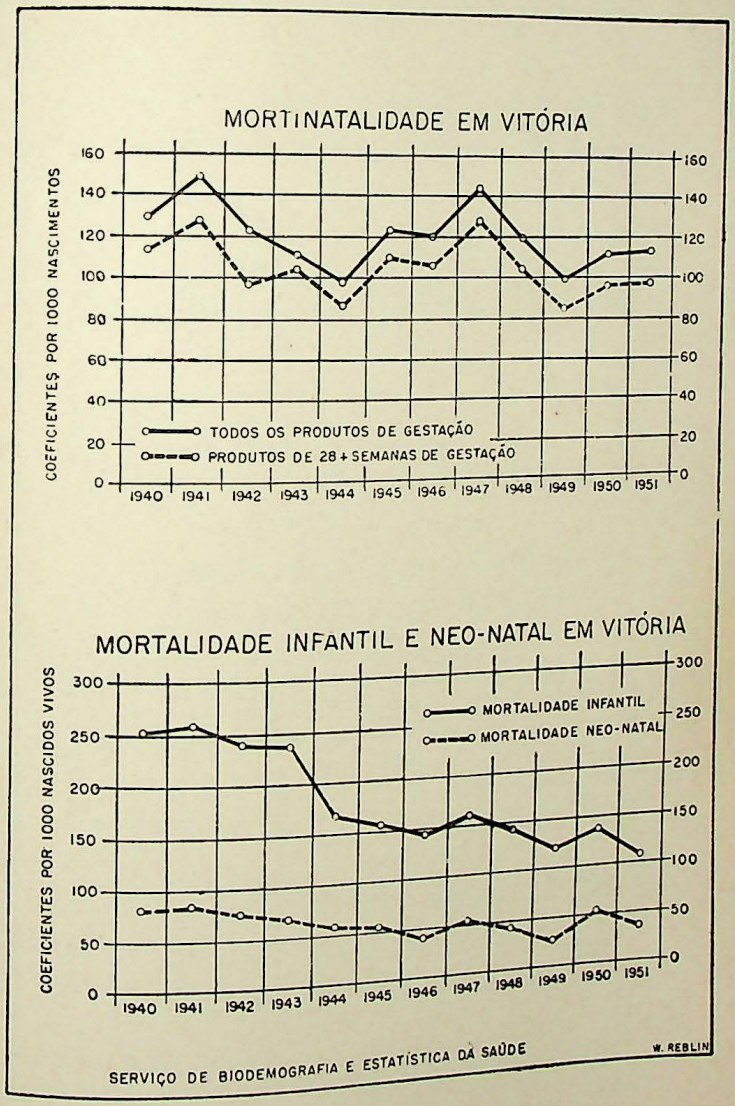


ÍNDICE VITAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

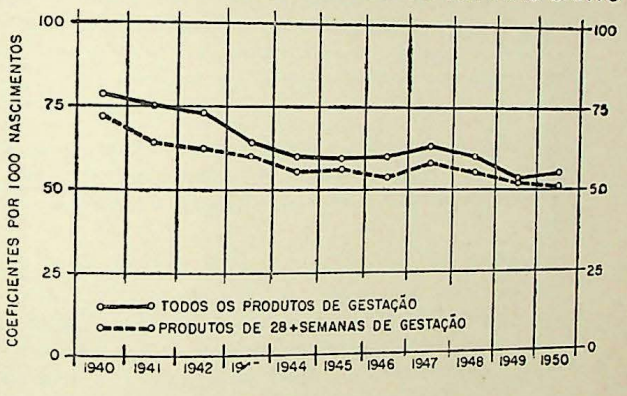


SERVIÇO DE BIODEMOGRAFIA E ESTATÍSTICA DA SAÚDE

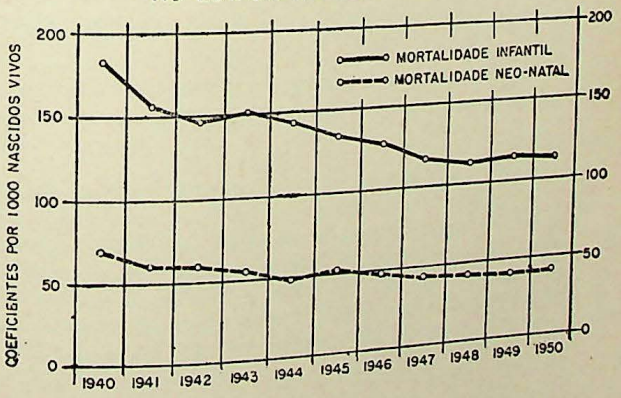
W. KEBLIN


MORTINATALIDADE EM VITÓRIA
COEFICIENTES POR 1000 NASCIMENTOS
160
140
120
100
80
60
40
20
0
TODOS OS PRODUTOS DE GESTAÇÃO
PRODUTOS DE 28 + SEMANAS DE GESTAÇÃO
1940 1941 1942 1943 1944 1945 1946 1947 1948 1949 1950 1951
MORTALIDADE INFANTIL E NEO-NATAL EM VITÓRIA
COEFICIENTES POR 1000 NASCIDOS VIVOS
300
250
200
150
100
50
0
MORTALIDADE INFANTIL
MORTALIDADE NEO-NATAL
1940 1941 1942 1943 1944 1945 1946 1947 1948 1949 1950 1951
SERVIÇO DE BIODEMOGRAFIA E ESTATÍSTICA DA SAÚDE
W. REBLIN

MORTINATALIDADE NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



MORTALIDADE INFANTIL E NEO-NATAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



SERVIÇO DE BIODEMOGRAFIA E ESTATÍSTICA DA SAÚDE

W. REBLIN

afirmativa, que nelas foram atendidas entre infantes, pré-escolares, escolares e gestantes 118 571 pessoas sem nelas se incluirem as que vieram para vacinações; 25 150 crianças compareceram aos gabinetes dentários; 2 088 gestantes frequentaram regularmente os nossos serviços pré-natais, às quais foram concedidas 10 483 consultas, e além disto distribuiram-se em nossos lactários 125 853 mamadeiras.

O Serviço de Enfermagem, distribuido por tôdas as nossas unidades desde os Centros de Saúde aos Postos de Higiene de 1a. classe e cuja fundamental importância por todos reconhecida manteve contacto domiciliar através de suas diligentes visitadoras com 41 233 pessôas, levando-lhes a segurança de seu apôio, do seu conselho oportuno e as noções básicas de uma boa educação sanitária.

Tambem digno de referência é o movimento do Serviço de Doenças Venéreas com o comparecimento de 31 212 pessoas e com um número de injeções aplicadas de arsênico, penicilina e bismuto superior a 20 500.

Na vasta e promissora região de Barra de São Francisco, cujo crescimento tumultuário é dificil disciplinar, mas cujas necessidades em matéria de saúde, por isto mesmo não se pode esquecer, foram atendidas nas unidades fixas e móveis que lá operaram, 34 672 pessoas às quais foram aplicadas 15 234 injeções e distribuidas 114 720 comprimidos anti-anêmicos.

Bem maior do que o observado nos anos anteriores foi o número de exames realizados pelos nossos laboratórios, que atingiu a elevada cifra de 88 862. A produção do nosso serviço industrial manteve-se equivalente ao do ano anterior, superando à casa dos 2 000 000 de unidades medicinais fabricadas.

O Serviço de Lepra conservou a sua eficiência anterior melhorando na parte referente à Colonia de Itanhenga após o contrato de técnico experimentado para dirigí-lo.

Com as providencias tomadas no melhor aparelhamento de nossas unidades e no apuro técnico do seu funcionalismo através de cursos intensivos de microscopia, atendentes, visitadoras e guardas sanitários nos é possivel referir que foram beneficiadas pelos nossos serviços em consultas e visitas acumuladas durante o correr de 1951 mais de 699 755 pessoas e foram vacinadas contra as febres tifóidicas, a varíola, a difteria, a coqueluche e a tuberculose 163 171 indivíduos ou sejam aproximadamente 20% da população do Estado.

Em parte, em decorrência da ativa vigilância e do extraordinário movimento de todos os setores do Departamento de Saúde e, em parte, em consequência do desenvolvimento social e econômico que se vem observando no Estado, prosseguem melhorando sensivelmente, de ano para ano, as nossas condições sanitárias conforme as tabelas e os gráficos anexos bem espelham.

SERVIÇO JURÍDICO

Por fôrça de dispositivo legal que entrou em vigor em 1951, o Serviço Jurídico passou sem redução de suas atribuições anteriores, a representar o Estado ativa e passivamente perante as diversas Varas da Comarca da Capital e o Egrégio Tribunal de Justiça, exonerando-se assim o Ministério Público de algumas atividades que desenvolvia anteriormente. Ficou êste, destarte, colocado apenas na sua nobre e alta função de fiscal e de defensor da Lei, pronunciando-se nos feitos apenas de direito.

A despeito de desfalcado o seu quadro de alguns advogados, que vêm servindo em outras repartições ou se encontram no desempenho de funções de confiança, desincumbiu-se o Serviço Jurídico, com diligência e zêlo dos árduos encargos que lhe estão cometidos. Em 1951, além de ter respondido ás consultas, de natureza jurídica, que lhe foram formuladas, de ter elaborado as minutas de contratos e de escrituras públicas de interêsse do Estado, emitiu o Serviço Jurídico, pelo seu competente Advogado Geral ou pelos seus eficientes advogados, 91 pareceres, tendo funcionado, ainda, na defesa dos interêsses do Estado, nos processos judiciais constantes, em resumo, da seguinte relação: —

Execução de sentença	2
Mandados de Segurança	16
Interpelação Judicial	1
Ações Ordinárias	60
Promoções	1
Ações Rescisórias	3
Vistorias	2
Carta Precatória	1
Vistoria "ad perpetuam"	1
Ação de Nunciação	1
Interdito Proibitório	1
Justificações	12
Apelações	2
Ação de despejo	1
Ação de desapropriação	1
Impugnação	1
Notificações Judiciais	50
Ação de Manutenção de posse	1
Ação de divisão e demarcação	1
Ação de reintegração de posse	1
Ação de acidente de trabalho	2

Não apenas a necessidade de ampliar as instalações materiais do Serviço, sobremodo modestas, como a de dar-se nova organização ao órgão, está nas cogitações do Executivo que já iniciou, quanto à segunda parte, os necessários estudos.

DADOS BIOESTATÍSTICOS ANUAIS DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA (*)

Fatos Vitais	ANOS											
	1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946	1947	1948	1949	1950	1951
População estimada para 1.º de julho	42 099	42 981	43 863	44 746	45 628	46 510	47 393	48 275	49 157	50 039	50 922	51 804
Casamentos	147	161	143	160	171	182	256	266	337	407	384	406
Nascidos Vivos (a)	742	695	856	1 025	1 107	1 109	1 179	1 131	1 276	1 300	1 392	1 450
Nascidos Mortos (todos os produtos de gestação) (b)	110	122	120	128	120	155	161	190	172	144	176	135
Nascidos Mortos (produtos de 28 e -|- semanas de gestação) (c)	95	102	92	119	106	137	139	166	148	119	148	155
óbitos de menores de 1 ano	187	180	205	243	185	173	170	182	184	156	191	157
óbitos de menores de - mês	60	58	65	70	64	61	47	60	55	35	72	52
Total de óbitos	1 078	1 098	1 156	1 416	1 274	1 355	1 180	1 157	1 096	1 048	1 094	1 097
óbitos por causas ligadas à gravidez, parto e puerpério	9	15	9	14	14	14	18	14	5	9	10	14
Coeficientes : —												
— de Nupcialidade (em 1 000 habitantes)	3,5	3,7	3,3	3,6	3,7	3,9	5,4	5,5	6,9	8,1	7,5	7,8
— de Natalidade (em 1 000 habitantes)	17,6	16,2	19,5	22,9	24,3	23,8	24,9	23,4	26,0	26,0	27,3	28,0
— de Mortinatalidade, todos os produtos de gestação (em 1 000 nascimentos) b x 1 000/a -|- b	129,1	149,3	123,0	111,0	97,8	122,6	120,1	143,8	118,8	99,7	112,2	113,2
— de Mortinatalidade, sòmente produtos de 28 e -|- semanas de gestação (em 1 000 nascimentos) e x 1 000/ a -|-e	113,5	128,0	97,0	104,0	87,4	110,0	105,5	128,0	103,9	83,9	96,1	96,6
— de Mortalidade Infantil (em 1 000 nascidos vivos)	252,0	259,0	239,5	237,1	167,1	156,0	144,2	160,9	144,2	120,0	137,2	108,3
— de Mortalidade Neo-natal (em 1 000 nascidos vivos)	80,9	83,5	75,9	68,3	57,8	55,0	39,9	53,1	43,1	26,9	51,7	35,9
— de Mortalidade Geral (em 1 000 habitantes	25,6	25,5	26,4	31,6	27,9	29,1	24,9	24,0	22,3	20,9	21,5	21,2
— de Mortalidade Materna (em 1 000 nascidos vivos)	12,1	21,6	10,5	13,7	12,6	12,6	15,3	12,4	3,9	6,9,	7,2	9,7
Índice Vital	68,8	63,3	74,0	72,4	86,9	81,8	99,9	97,8	113,4	124,0	127,2	132,2

(*) Os dados se referem ao atual território do município.

RÁDIO ESPÍRITO SANTO

A estação-emissora do Estado, que teve a sua potência aumentada para 10 KW, com a aquisição do novo transmissor inaugurado em 1950, em dia a dia vem firmando o seu prestígio nos meios radiofônicos e evidenciando que se tornará, em breve, o mais poderoso instrumento de propaganda existente no Estado e na região do Vale do Rio Doce e sul da Bahia.

Valiosa fôrça de educação do povo e de difusão da cultura e das atividades do Estado, os seus programas e serviços, mercê da eficiência de seu dinâmico Superintendente e dos seus dedicados auxiliares, têm sido paulatinamente aprimorados, através da assistência que lhe dedica a Secretaria do Govêrno.

Em 1951 foi adquirido, pelo Estado, para a Rádio Espírito Santo o veículo novo, devidamente equipado, que lhe permitiu a montagem e inauguração de sua estação movel, de frequência modulada, que tem prestado eficientes serviços nas irradiações externas de caráter cívico, religioso e desportivo. O número dessas irradiações que ascendeu a 107 (cento e sete), no período de setembro a dezembro, foi particularmente notável no mês do IV Centenário de Vitória, quando a Rádio Espírito Santo realizou, segundo a melhor técnica moderna, perfeita cobertura de todas as grandiosas festas realizadas.

Ainda no ano passado foram iniciadas as obras de construção do novo e amplo palco-auditório da Estação, festivamente inaugurado no início deste mês, tendo sido oferecida, assim, ainda que modesta, nova sala de espetáculos à população da cidade.

A despeito dos esforços desenvolvidos pelo Govêrno e pelo pessoal da Rádio e do sensível crescimento verificado na Receita, não logrou esta ainda nivelar-se à Despesa, que foi maior, em 1951, em decorrência das vultosas aquisições de material e de equipamentos feitos pela emissora.

Assim se expressam os números e dados relativos à Receita e à Despesa: —

A Receita : —

Janeiro	61 625,60
Fevereiro	28 423,70
Março	40 179,40
Abril	48 407,60
Maio	48 787,50
Junho	80 344,00
Julho	64 038,30
Agosto	53 208,60
Setembro	49 955,40
Outubro	105 663,90
Novembro	68 481,00
Dezembro	37 202,30
Total: —	736 317,30

A êsse quantum, deve acrescentar-se o valor de Cr$ 196 000,00 (cento e noventa e seis mil cruzeiros), de suprimentos do Govêrno do Estado, realizado durante o ano, somando o total de Cr$ 932 317,30 (novecentos e trinta e dois mil, trezentos e dezessete cruzeiros e trinta centavos).

A Despesa:

Janeiro	80 034,30
Fevereiro	14 612,30
Março	75 457,80
Abril	17 377,80
Maio	115 929 20
Junho	77 909,50
Julho	63 816,40
Agosto	115 051,70
Setembro	47 086,60
Outubro	108 159,40
Novembro	70 087,30
Dezembro	120 326,00
Total: —	906 348,80

Houve, portanto, um saldo de Cr$ 26 110,50, que passou para o exercício atual.

O total da Receita está sujeito a três classificações: — renda de Rio e São Paulo, Cr$ 165 975,50; renda da praça de Vitória, por meio de corretores, Cr$ 385 027,00 e renda de balcão, isto é, publicidade trazida pelos interessados diretamente à Emissora, Cr$ 185 314,80.

São auspiciosos os algarismos relativos ao nosso Estado, que evidenciam a crescente confiança do comércio e da industria locais, na Radio do Espírito Santo.

ÓRGÃOS DIRETAMENTE SUBORDINADOS AO GOVERNADOR E MUNICÍPIOS DE VITÓRIA E GUARAPARÍ

Não houve no correr do exercício nenhum fato que perturbasse a atividade do Ministério Público. Pelo contrário, houve alteração na sua estrutura, cujas condições se acham melhor estabelecidas na Lei n.º 462, de 30 de janeiro, não obstante necessitem ser retificados e esclarecidos alguns de seus dispositivos.

MINISTÉRIO PÚBLICO

Na Procuradoria Geral, preenchidos os cargos de Sub-Procurador no início de fevereiro, o serviço forense se processou sem anormalidades, conforme poderá ser verificado pelo quadro de processos entrados e que receberam parecer:

Natureza do Processo	*Entrada*	*Saída*
Ações Criminais	1	0
Apelações Criminais	108	128
Recursos Criminais	48	50
Revisões Criminais	21	25
Habeas Corpus	5	5
Apelações Civeis	158	177
Agravos de Petição	56	82
Agravo de Instrumento	34	36
Ações Rescisórias	8	8
Recursos de Revista	4	4
Conflitos de Jurisdição	7	9
Mandados de Segurança	19	19
Conselhos de Justiça	12	27
Pedidos de Desaforamento	1	1
Inquéritos Policiais	0	1
Precatórias	2	3
Processos Administrativos do Tribunal	23	21
Reclamações	2	2
Processos Administrativos	70	70
	578	664

As diversas ações propostas contra o Estado, em curso e em número de 68, em cuja defesa o Sub-Procurador Geral vinha desempenhando os melhores esforços, foram entregues ao Serviço Jurídico, órgão êsse ao qual a Lei n.º 462 confiou o encargo de defender os interêsses da Fazenda em Juizo.

Com a criação da carreira, possibilitando aos membros do Ministério Público o acesso a Comarcas melhores, tornou-se necessária a regulamentação do concurso para Promotores Substitutos, havendo sido aprovadas as respectivas instruções gerais reguladoras, baixadas pelo decreto n.º 553, de 5 de março de 1951.

Foram aprovados nesse concurso dezessete candidatos, tendo sido providas tôdas as Comarcas vagas de primeira entrância, de acôrdo com a ordem obtida na classificação, nomeados os promotores das comarcas de Alfredo Chaves, Aracruz, Anchieta, Baixo Guandú, Barra de São Francisco, Castelo, Conceição da Barra, Guaraparí, Itapemirim, Iúna, Muniz Freire, São José do Calçado e São Mateus e preenchidos dois lugares de promotores substitutos.

Além dessas atividades, empregou a Procuradoria Geral a colaboração ao exame e preparo dos ante-projetos de Lei sôbre o novo Regimento de Custas, sôbre a criação da Assessoria Técnico-Consultiva, e quanto ao projeto de Lei sôbre o processo de venda de terras do Estado.

Atualmente se encontram vagas as comarcas de Aracruz e São Mateus, devendo ser aproveitado como substituto o único habilitado, abrindo-se, em breve, novo concurso.

DEPARTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO

Criado em 9 de setembro de 1943, pelo decreto-lei n.º 14 943, e instalado solenemente a 28 de outubro de 1943, o D.S.P., órgão dirètamente subordinado ao Governador do Estado, tem sofrido várias transformações, ora tiran. do-lhe atribuições, ora dando-lhe nova organização.

Como o advento das leis 193 e 242, de 30 de dezembro de 1948 e 30 de agosto de 1949, respectivamente, nova organização e competência foram dadas ao D.S.P. e que são as seguintes:

a) — Organização:

1) — *Divisão do Pessoal* — compreendendo as Secções de Administração e Registros e Assentamentos;

2) — *Divisão de Organização* — compreendendo as Secções de Organização de Serviços e Seleção e Aperfeiçoamento;

3) — *Divisão de Material* — compreendendo as Secções de Compras e Secção de Orientação e Fiscalização;

4) — *Serviço de Administração* — compreendendo os setores de Comunicação, Documentação e Contabilidade.

b) — Competência:

Nos têrmos do Regimento aprovado pelo Decreto n. 226, de 18 de outubro de 1949, são as seguintes as atribuição do D.S.P.:

I) — estudar, permanentemente, a organização das repartições estaduais, sugerindo ao Governador do Estado a adotação de medidas necessárias à sua maior eficácia;

II) — estudar permanentemente, o quadro de funcionários e as séries funcionais de extranumerários e propor medidas que se relacionem com sua estrutura;

III) — selecionar candidatos a cargos públicos e as funções de extranumerários, excetuados os do Poder Legislativo, os do Poder Judiciário e os do Magistério;

IV) — promover a readaptação e aperfeiçoamento dos servidores do Estado;

V) — adquirir todo o material permanente e de consumo necessário aos serviços públicos estaduais;

VI) — estudar e fixar padrões e especificações de material;

VII) — estudar e propor normas para aquisição, requisição, guarda, abastecimento, distribuição, uso e recuperação do material, bem como para a venda do considerado imprestável ou inaproveitável;

VIII) — colaborar quando solicitado, no estudo e aperfeiçoamento dos serviços públicos municipais, bem como dos órgãos de administração indireta;

IX) — coligir dados estatísticos relativos aos serviços públicos estaduais;

X) — centralizar os serviços de assentamentos dos funcionários e extranumerários, mantendo-os rigorosamente em dia;

XI) — promover inspeções de saúde para efeito de nomeação, admissão, abono de faltas, licença, aposentadoria e outros a que forem sujeitos os servidores públicos estaduais;

XII) — processar o expediente relativo às promoções e melhorias de salários dos funcionários e extranumerários estaduais, excetuados os do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e do Magistério.

DEPARTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO
CURSOS REALIZADOS EM 1951

NOMES	PERÍODO	CONCLUIRAM
Administração de Pessoal	7,10,50 — 30,12,50	13
Inglês	5,11,50 — 23, 8,51	9
Taquigrafia	25, 9,50 — 25, 9,51	12
Português	20, 4 — 31,12	38
Visitadora Sanitária	..... —	Continúa em funcionamento
Estatística e Matemática	..... —	Continúa em funcionamento

CONCURSOS REALIZADOS EM 1951

	MÊS	N.º DE CANDIDATOS	APROVADOS N.º DE
Química Industrial ..	Fevereiro	1	1
Instrutor Sanitário ..	Março	1	1
Assistente Social	Maio	1	1
Visitadora Social	Agosto	23	21
Visitadora Sanitária ..	Junho	29	29

Total de candidatos 55
Total de habilitados 53

À Divisão de Organização foi conferida a atribuição da publicação da Revista do D. S. P., que tem por finalidade o debate construtivo de problemas relativos à administração pública, tendo sido publicados dois números em 1951.

No ano que findou, a Divisão do Material, que centraliza as compras para o Estado economizou para o Tesouro do Estado Cr$ 2 286 422,10, assim discriminados tomando-se por base pequena margem de lucro:

Descontos obtidos sôbre pagamentos à vista	Cr$	23 855,50
20% sôbre a compra de material nas fontes produtoras e por meio de coleta de preços		1 579 625,40
Saldo de dotações não aproveitados (êstes sujeitos à confirmação da Contadoria)		682 941,70
SOMA	Cr$	2 286 422,10

O movimento volumoso de compras pela D. M. em 1951, foi possível graças a solução dada pelo Govêrno no que diz respeito ao suprimento, elevando-o a Cr$ 1 000 000,00 para Cr$ 1 500 000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros).

Uma rápida demonstração diz bem claramente do movimento de compras do último quinquênio; adotado o crédito de desconto de 15 a 20% nas compras efetuadas mediante coleta de preços e feitas dirètamnte nas fontes produtoras e os saldos orçamentários não aplicados:

EXERCICIO	COMPRAS	ECONOMIA
1947	1 572 610,00	296 318,40
1948	3 126 405,20	582 190,40
1949	5 243 608,80	1 048 721,70
1950	4 433 758,00	621 981,80
1951	7 114 188,80	2 286 422,10

O estoque da D. M., em 31-12-951, era de Cr$ 783 938,40 (setecentos e oitenta e três mil, novecentos e trinta e oito cruzeiros e quarenta centavos).

LEGISLAÇÃO

A legislação administrativa do Estado ressente-se da falta de um diploma legal que dê organização à administração pública, definindo atribuições e responsabilidades, a par de normas para a ação dos órgãos de govêrno.

À última lei que regulou o assunto foi a 1 708, de 1929, que não mais se ajusta às necessidades atuais.

Sem tal diploma legal, a administração continuará a exercer suas funções de maneira empírica e de acôrdo com as conveniências, sendo lugar comum os debates sôbre se determinados atos estão certos, além da discussão aberta sôbre a competência dos órgãos.

Sòmente depois de sancionada uma lei de organização administrativa, regulando dispositivos constitucionais, seria possível o estudo de outras leis complementares e específicas, como é o caso do Estatuto dos Funcionários e o dos Extranumerários.

FUNCIONALISMO

Ao encerrar-se o exercício de 1951 haviam:

CARGOS	PROVIDOS	VAGOS	TOTAL
Isolados	583	72	655
Carreiras	2 180	153	2 333
	2 763	225	2 988

Funções Extranumerários	PROVIDAS	VAGAS	TOTAL
Mensalistas	672	27	699
Contratados	50	—	50
Diaristas	173	—	173

O zeloso e dedicado funcionalismo do Estado, ao qual o Executivo deve a maior parcela do êxito porventura alcançado pela administração de 1951, merece francos elogios pelo esfôrço comum realizado.

Suas aspirações legítimas receberam e continuarão recebendo, dos Poderes Executivo e Legislativo, a mais cuidadosa atenção, como o demonstram os inúmeros diplomas legais, de imediato interêsse para a classe, sancionados no ano anterior ou ainda objeto de estudos e cogitações.

Dentre êles é digno de destaque a Lei n.º 607, de 29 de Dezembro, pelo qual, mediante a ação harmônica do Executivo e da nobre Assembléia, foi assegurado a todos os servidores civis e militares, ativos ou inativos do Estado o maior aumento global de vencimentos jamais outorgado. Por igual, merece registro a fórmula consagradora na Lei n.º 561, de 18 do mesmo mês, que veio assegurar à denominada gratificação "natalina" sentido mais equativo e humano, beneficiando mais sensivelmente, ainda que atendendo a todos, os funcionários possuidores de famílias numerosas. O ato que transformou em Instituto de Previdência e Assistência "Jerônimo Monteiro" a antiga e benemérita "Caixa Beneficente" — que também tinha como nome tutelar o do insigne espirito-santense cuja memoria por todos é justamente exaltada — evidencia que os Poderes do Estado se preocuparam com a assistência e previdência em benefício de seus servidores e de sua família, modernizando as normas, desatualizadas que, a seu tempo, produziram magníficos resultados. A execução e o cumprimento da Lei n.º 615, de 31 de Dezembro de 1951, fornecerão, pela experiência, indicação aos Poderes do Estado, dos pontos em que ela vier a merecer alteração, afim de que o Instituto possa ràpidamente alcançar os altos destinos que inspiraram sua criação.

Além de inúmeros atos outros, de ressonância menos geral, mas que valorizaram grande parcela do funcionalismo, como ós relativos ao nobre professorado primário, êstes já sancionados, cogita o Executivo de propor na sessão legislativa que ora se inicia, a elaboração do novo Estatuto dos Funcionários, disciplinando-se as relações dêstes com o Estado, indicando precisamente os seus direitos que lhe devem ser conferidos.

A reestruturação geral do Quadro Único do Estado, já em adiantados estudos, deverá também ser, nos próximos meses, submetida a alta apreciação dessa colenda Assembléia.

DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES

Atuando, nos têrmos constitucionais, como simples órgão de assistência técnica às administrações municipais, prestada apenas quando estas a solicitam, o Departamento das Municipalidades, servido por direção geral capaz e corpo dedicado de auxiliares, tem dado bom cumprimento à tarefa restrita que lhe é reservada.

Fato auspicioso, que merece registro, foi o ocorrido em 1951, quando se constatou que 22 Prefeituras, expontâneamente, silicitaram ao Departamento das Municipalidades a colaboração da assistência técnica de que careciam. As nossas Comunas, felizmente, estão compreendendo que a autonomia municipal não fica siquer ameaçada, com o recebimento da cooperação técnica, especialmente relativa a assuntos econômico-financeiros e contábeis, que o Departamento está pronto a prestar-lhe. No que tange à elaboração da proposta orçamentária e à organização de ante-projéto de Códigos Tributários, observado o que dispõem a respeito a Constituição, as leis e normas codificadas vigentes, muito valiosa poderá ser a assistência técnica que o Departamento das Municipalidades se oferece a prestar às edilidades que a desejarem.

Para tanto, o corpo de servidores especializados do Departamento realiza constantes estudos, com o objetivo de estar aparelhado a fornecer modelos, prestar esclarecimentos e responder às consultas que lhe são dirigidas.

A compreensão, em têrmos exagerados, do que seja a autonomia municipal, infelizmente impede — porque tais dados não são regularmente fornecidos a qualquer órgão estadual, por diversos municípios — o Executivo de dar a conhecer à nobre Assembléia, em detalhe, a situação econômico-financeira de cada um dos municípios do Estado. De uma maneira geral, posso adiantar, porém, que o volume das arrecadações globais, bem como o da Despesa, dos municípios espirito-santenses, vem, nos últimos anos, demonstrando progressivo aumento. O Estado vem cumprindo o que determinam a Constituição e a Lei Orgânica dos Municípios, assegurando a êstes as fontes de receita que lhe são reservadas.

Prestando aos municípios auxílio e cooperação, ou mesmo realizando, em atenção a pedidos recebidos, obras e melhoramentos de caráter municipal, dá o Estado às suas progressistas Comunas a reafirmação de que é propósito do Executivo tudo fazer para que se acelere o seu desenvolvimento e possa o povo laborioso e bom do interior do Estado, responsável maior pelo progresso do Espírito Santo, fruir de maior confôrto e ter a vida livre e feliz a que faz jús.

A partir de janeiro de 1952, em virtude de Lei elaborada pela colenda Assembléia e que tive a satisfação de sancionar, ficaram os municípios desobrigados do encargo que passou ao Tesouro Estadual, relativo à manutenção dos presos pobres, recolhidos às cadeias do interior.

E' propósito do Executivo, relativamente a diversas iniciativas e problemas administrativos, que sòmente poderão receber solução ideal mediante ação conjugada do Estado e dos municípios, convidar as Prefeituras ao estudo da possibilidade de ser firmado convênio de caráter geral. Entre êsses assuntos, os da Educação e o do auxílio e cooperação mútua na fiscalização da arrecadação dos tributos municipais e estaduais — semelhante ao que o Ministério da Fazenda, o Estado e os Municípios já firmaram em algumas unidades da Federação — estão a merecer consideração imediata.

MUNICIPIO DE VITÓRIA

Para uma estimativa da receita de Cr$ 15 000 000,00, para 1951, a arrecadação do município foi de Cr$ 18 690 737,60, apresentando um superavit de Cr$ 3 690 737,60, no qual estão incluidos Cr$ 1 486 820,60 recebidos do Govêrno do Estado por conta da quantia de Cr$ 3 000 000,00 que, a título de auxílio, lhe foi concedida, com destino especial, por lei estadual.

A despesa fixada na lei orçamentária foi de Cr$ 15 526 800,00 e a realmente efetuada foi de Cr$ 18 142 039,30 maior do que a prevista em Cr$..... 2 615 239,30.

O ativo do município, segundo o balanço geral e conforme especifica o quadro do balanço patrimonial é de Cr$ 36 685 139,10, sem que nêle estejam incorporados os valores dos imóveis e utensílios sob a guarda da Secretaría da Câmara Municipal.

Esse ativo comparado com o de 1950, que era de Cr$ 34 035 045,20, mostra um aumento de Cr$ 2 650 093,90. O passivo do município, igual ao ativo, no montante de Cr$ 36 685 139,10, está constituído de Restos a Pagar, Depósitos Diversos, Dívida não Consolidada e Dívida Consolidada.

O orçamento de 1951 teve uma execução normal. A receita arrecadada de Cr$ 18 690 737,60 foi superior a Despesa realizada, no total de Cr$..... 18 142 039,30, evidenciando portanto, um "superavit" orçamentário de Cr$ 548 698,30.

No campo econômico, segundo demonstra a respectiva conta Patrimonial, verifica-se que as Variações Ativas montaram a Cr$ 23 592 066,60, contra as Variações Passivas num total de Cr$ 21 158 528,50, evidenciando, portanto, um "superavit" econômico de Cr$ 2 433 538,10.

A Dívida Flutuante foi apurada num total de Cr$ 5 610 439,30, com um pequeno aumento de Cr$ 211 185,20 sôbre a do exercício próximo passado, que foi de Cr$ 5 399 254,10, sendo: Restos a Pagar: — De 1946 — Cr$..... 6 159,30; de 1947 — 95 834,10; de 1948 — 56 855,30; de 1949 — 122 826,90; de 1950 — 489 959,00; de 1951 — 2 431 879,30. Total: 3 203 543,80. Depósitos de Diversas Origens — Cr$ 1 301 283,80. Depósitos para Fins Especiais — Cr$ 99 242,40. Fundo para Hospital Servidores — Cr$ 239 346,30 — Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo — C/Empréstimos — Cr$ 450 000,00; Juros de Apólices — Cr$ 133 140,10; Contas Correntes — Cr$ 80 786,20; Obrigações a Pagar — Cr$ 342 443,00.

A Dívida Consolidada do Município foi apurada no total de Cr$..... 2 179 100,00, proveniente de apólices em circulação, referente às seguintes leis: 243 — Cr$ 31 000,00; 315 — Cr$ 1 045 000,00; 161 — Cr$ 161 800,00; 27 — Cr$ 940 000,00; 137 — Cr$ 1 300,00. O saldo de apólices sorteadas a resgatar, atinge o valor de Cr$ 61 900,00.

O Govêrno do Estado continua com o crédito de Cr$ 2 650 000,00 que tem figurado desde o Balanço Geral de 1949. O saldo de empréstimo da Caixa Econômica Federal monta atualmente em Cr$ 4 414 304,10. Do valor integral do empréstimo de Cr$ 5 000 000,00, já foram pagas seis prestações num total de Cr$ 585 695,90, exclusive juros de móra.

A amortização geral da Dívida Consolidada, no Balanço Geral de 1951, foi de Cr$ 795 411,70; sendo: Apólices sorteadas — Cr$ 61 900,00; Juros de apólices — Cr$ 160 127,70. — Caixa Econômica: Amortização, Cr$..... 210 975,70; Juros — Cr$ 362 408,30 num total de Cr$ 573 384,00.

A Divida Ativa que em 1950 foi apurada num total de Cr$ 5 095 688,80, inclusive o resíduo anterior, no exercício que ora relato montou à cifra de Cr$ 6 435 881,00, com um aumento, portanto, de Cr$ 1 340 192,20. Houve, pois, um acrescimo sôbre a diferença do ano anterior, em Cr$ 194 050,50.

Em 1951, o Patrimônio do Município foi enriquecido com a incorporação de bens, num total de Cr$ 1 327 643,90 assim discriminados: — móveis e utensílios Cr$ 226 890,00; livros de bibliotéca Cr$ 4 000,00; maquinismos Cr$.... 14 000,00; veículos Cr$ 370 000,00. Imóveis: barragem de Duas Bocas Cr$... 638 536,60; Bacia Hidrográfica Cr$ 74 207,30. Total: — Cr$ 1 327 643,90.

Os maiores esforços da administração municipal durante o exercício anterior, foram consagrados ao preparo das grandiosas festividades que assinalaram o transcurso, no dia 8 de Setembro de 1951, do IV Centenário da fundação de Vitória.

Sem que os serviços normais da Prefeitura tivessem sofrido qualquer solução de continuidade, numa demonstração de capacidade de trabalho invulgar, os servidores municipais, tendo à frente a personalidade dinâmica do seu dedicado Prefeito, realizaram, na execução de trabalho constante em que todos os horários normais e extraordinários eram diàriamente ultrapassados, muito mais do que a cidade dêles poderia esperar. Contando com a patriótica e decidida colaboração do povo em geral e dos proprietários de imóveis em especial — fato que merece registro e reconhecimento dos Poderes Públicos — a Prefeitura apresentou a cidade, em Setembro, desde a pavimentação das ruas e calçadas até a pintura dos prédios e iluminação especial e ornamentação festiva dos logradouros, com aspecto novo, digno da metropole heróica que via transcorrer com orgulho a data dos seus primeiros 400 anos de glórias.

No período reservado às festas, além de ter oferecido ao público inumeráveis pequenos melhoramentos, introduzidos no centro da cidade, em todos os bairros e mesmo na pequena região rural do Município, teve a Prefeitura a satisfação de ver inaugurados a represa e o reservatório "Henrique de Novais", com a presença honrosa do Exmo. Sr. Presidente da República, o Açougue e a Delegacia de Polícia de Jucutuquara e as obras de reforma da rua São Simão, na Vila Rubim, serviço realizado em cooperação com o Estado.

Com a área edificável da cidade consideràvelmente aumentada em consequência das obras e aterros que o Estado vem realizando em Bento Ferreira, em Jucutuquara e na enseada da Capixaba; com ampla capacidade de desenvolvimento que lhe serão oferecidos pelo potencial elétrico de "Rio Bonito" e pelo crescente progresso e reaparelhamento do seu magnífico Pôrto — estou certo, senhores membros da nobre Assembléia Legislativa, de que a nossa Capital, com a sua zona de influência, em futuro, apresentará contôrnos precisos de grande metrópole, de vigoroso centro comercial e financeiro, de uma das principais cidades do Brasil e mesmo das Americas, com que virão a admirá-la aquêles que comemorarem o V Centenário de sua Fundação.

IV CENTENÁRIO DE VITÓRIA

1.º — A primeira reunião para deliberar-se a respeito das comemorações do IV Centenário de Vitória verificou-se no dia 20 de março de 1951, sob a presidência do Governador do Estado, com a presença dos Srs. Secretários, dirigentes de associações culturais e representantes dos órgãos da Imprensa, no salão nobre do Palácio Anchieta. Reunião preparatória destinada à programação dos festejos comemorativos.

Foi então constituida a seguinte Comissão de Honra: —

Presidente: Governador Jones dos Santos Neves
Vice-Presidentes: Senhor Bispo Diocesano;
Vice-Governador Cel. Francisco de Athayde;
Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça;
Des. Presidente do Tribunal Regional Eleitoral;
Presidente da Assembléia Legislativa;
Prefeito Municipal de Vitória;
Presidente da Câmara Municipal de Vitória;
Comandante da Guarnição Militar;
Senhores Senadores e Deputados Federais;
Dr. José Rodrigues Sette;
Inspetor de Estatística Municipal;
Comandante da Polícia Militar;
Foi também constituida a Comissão Executiva: —
Presidente: Secretário do Interior e Justiça
Vice-Presidentes: Presidente do Instituto Histórico;
Presidente da Academia de Letras;
Presidente da Associação Espírito-santense de Imprensa;
Secretário da Educação e Cultura;
Secretário da Agricultura e Viação;
Presidente da Associação Comercial.
Secretário Geral: Secretário do Govêrno.
Tesoureiro Geral: Secretário da Fazenda
Vogais: Dr. Jair Etienne Dessaune;
Dr. Guilherme Santos Neves
Dr. Nelson Goulart Monteiro;
Desembargador João Manoel de Carvalho
Representante do Touring Clube do Brasil.

2.º — A Comissão Executiva começou as suas reuniões regulares no dia 19 de abril de 1951. Na 1a. reunião foram constituidas 16 sub-comissões. Essa Comissão Executiva reuniu-se por 35 vêzes, para deliberar a respeito dos festejos, como consta das respectivas atas lavradas no livro competente, em dois tomos.

3.º — Para atender às despesas com as comemorações, foram concedidas duas verbas — uma estadual de Cr$ 2.000.000,00, e outra federal de Cr$ 5.000.000,00, autorizadas por lei.

4.º — Os festejos tiveram logar de 1.º a 30 de setembro de 1951 e culminaram no dia 8, data precisa da comemoração do IV Centenário, dentro da programação préviamente organizada e publicada. Contaram com a

presença do Exmo. Snr. Presidente da República; Ministros de Estado; Prefeito do Distrito Federal, Nuncio Apostólico, como representante especial de S. S. o Papa Pio XII; Cardeal D. Jayme Câmara; inúmeras autoridades e visitantes.

Transcorreram na mais perfeita ordem, a despeito de terem atraído a Vitória extraordinário número de visitantes, calculados em mais de 15.000 pessôas no dia 8.

5.º — Foram os seguintes os principais festejos e inaugurações, constantes do programa oficial, que não pôde registrar inúmeras outras solenidades e festividades promovidas por diversas entidades privadas:

FESTEJOS

Chegada do Fogo Simbólico — Acêso pelo Exmo. Sr. Presidente da República, no Palácio do Catete, transportado em avião até o aeroporto Salgado Filho (Goiabeiras), por alunas da Escola Nacional de Educação Física e Desportos; em revesamento conduzido ao Altar Cívico na Escadaria do Palácio por atletas estudantís, tendo se realizado em seguida a cerimônia do acendimento da Pira Simbólica dos Festejos do IV Centenário.

Abertura da grande Exposição Feira e inauguração do Parque de Diversões.

Sagração do Altar Mór da Catedral.

Demonstração de Educação Física pelos escolares. Mais de 1.500 escolares dos nossos estabelecimentos se exibiram em diversos números de ginástica musicada.

Abertura dos jogos escolares de 1951.

Sessão comemorativa do 30.º aniversário da Fundação da Academia Espírito-Santense de Letras.

Inauguração oficial do Colégio Salesiano "Nossa Senhora da Vitória.

Solene abertura do Congresso Mariano.

Demonstração de Ginástica Feminina educacional pela Escola Nacional de Educação Física e Desportos.

Festival da Ala Feminina Auxiliar da Liga contra a Tuberculose. Coroação de Miss Vitória 1951.

Grande desfile escolar, com a participação de escolares de todos os graus de ensino da Capital além de inúmeras delegações estudantís visitantes.

Recepção de S. Excia. Dom Carlos Chiarlo, Embaixador da Santa Sé e Delegado Pontifício, tendo sido saudado pelo Exmo. Sr. Prefeito da Cidade.

Chegada à Vitória da Histórica Imagem de NOSSA SENHORA DA PENHA conduzida pelo Navio Escola "Guanabara" escoltado por outras unidades da Marinha de Guerra e sob cobertura aérea da FAB.

Após a grandiosa procissão marítima foi prestada à Imagem de NOSSA SENHORA DA PENHA jamais vista e inolvidável recepção, dirigindo-se a seguir para o grandioso Altar Monumento na Praça da Catedral.

Sessão solene da Câmara e Prefeitura Municipais de Vitória comemorativa da fundação da Cidade.

Solene Missa Pontifical e coroação da Imagem de NOSSA SENHORA DA PENHA, oficiada por S. Eminência o Cardeal. Após o pontifical em nome de S. Santidade o Papa Pio XII, S. Excelência Senhor Nuncio Apostólico colocou sôbre a fronte da Imagem de Nossa Senhora da Penha e do Menino Jesus a riquíssima corôa oferecida pelo povo capixaba.

Recepção ao Exmo. Snr. Presidente da República.

Banquete oficial, oferecido pelo Prefeito e Câmara Municipal ao Exmo. Snr. Presidente da República, autoridades e visitantes.

Exibição pirotécnica.

Baile Oficial, oferecido pelo Govêrno do Estado.

Sessão Magna da Assembléia Legislativa.

Auto de Nossa Senhora da Vitória.

Grande desfile Militar, organizado pelo General Euclides Zenóbio da Costa, Cmte. da 1a. Região Militar e Zona Militar Leste. Participaram do desfile a Polícia do Exercito, Polícia Militar de São Paulo, Polícia Militar do Espírito Santo e 3.º B.C.

Encerramento da 2a. Exposição Estadual Agro-Pecuária.

Demonstração de Educação Física, com a participação da Escola de Educação Física do Exército e do 1.º Batalhão de Polícia do Exército e 3.º B.C. — Ginástica musicada, ginástica acrobática (cama elástica) e saltos acrobáticos.

Recondução ao Convento da Imagem de NOSSA SENHORA DA PENHA, e inauguração da estrada pavimentada do Convento. Grande cortejo de carros acompanhou a milagrosa Imagem até Vila Velha.

Abertura da Exposição de 50 anos de vida artística do pintor espírito-santense Levino Fânzeres.

Sessão Magna do Instituto Histórico.

"Balalaika" (Demonstração de ginástica realizada por soldados do Exército Nacional).

Regata Interestadual IV Centenário de Vitória.

Jogo Interestadual de Futeból.

Ciclo do Teatro Brasileiro pelo Teatro do Estudante Capixaba.

Bailes às classes operárias liberais, estudantís e comércio.

Festa Veneziana, fogos de artifícios.

INAUGURAÇÕES

Inauguração do Serviço de Rádio Patrulha.

Inauguração do Grupo Escolar "Irmã Maria Horta".

Inauguração de equipamento MULTILITH.

Inauguração da nova represa de abastecimento de água dos municípios de Vitória, Espírito Santo e Cariacica — Melhoramento Público realizado pelo Govêrno do Estado em colaboração com a Prefeitura Municipal de Vitória. Presidiu o ato S. Excia. o Sr. Presidente da República (Monumento em homenagem ao engenheiro Henrique de Novais).

Inauguração do Monumento do Expedicionário, mandado erigir pelo Govêrno e povo do Estado, em memória dos valorosos expedicionários mortos nos campos de batalha da Europa.

Ato inaugural dos melhoramentos da rua São Simão, na Vila Rubim.
Inauguração da rodovia asfaltada Vitória — Vila Velha.
Inauguração da 2.ª Exposição Estadual Agro-Pecuária, em Itacibá.

Inauguração do prédio da sub-delegacia de Polícia e do Açougue Municipal de Jucutuquara.

Inauguração do Ambulatório do IAPB.
Inauguração da Estação de Rádio Vitória.
Inauguração do Grupo Escolar "Souza Araujo".
Inauguração da Clínica do Câncer.
Ato inaugural da iluminação do Convento da Penha, instalação oferecida pelo comércio com a colaboração do Govêrno do Estado.

Inauguração do serviço de irradiação volante da Rádio Clube do Espírito Santo

Inauguração do novo Campo de Pouso do Aéreo Clube do Espírito Santo.

Inauguração das novas instalações da Imprensa Oficial.

6.º — A grande Exposição-Feira, de grande sucesso, fóra e dentro do Estado, esteve aberta de 1.º de setembro a 31 de dezembro, sempre com apreciável concorrência.

7.º — No dia 31 de dezembro de 1951 foi, por uma comissão especialmente designada pela Comissão Executiva, feito o julgamento dos "stands" e dos produtos nos mesmos expostos. Foram premiados com "Menção Honrosa" os seguintes organizadores de stands: — Antenor Guimarães & Cia. Ltda.; Automóveis de Vitória Ltda.; Cia. Central Brasileira de Fôrça Elétrica; Emprêsa Brasileira de Produtos e Pesca; Mesbla S. A.; Obras Pavonianas de Assistência; Orlando Guimarães & Cia. Ltda.; Philips S. A.; Foto Clube do Espírito Santo; Comissão de Folclore; A Buaiz & Cia.; Aerovias Brasil S. A.; Agro Pastoril; Casa Eletron; Tarquinio da Silva S. A.; H. M. Gomes; J. A. Ribeiro & Cia.; Luiz Gabeira & Cia.; Manoel Francisco Gonçalves; Carlos Larica; Cia. Vale do Rio Doce S. A.; Orquidário; Portuária S. A.; Wilson Sons & Cia.

Foram premiados com a "Primeira Medalha" os seguintes: — Companhia de Cigarros Souza Cruz; Cia. Brasileira de Charutos Daneman; Cia. Ferro e Aço de Vitória S. A.; Escola Técnica de Vitória; Fábrica Pios; Fábrica de Refrescos Poranga Ltda.; H. Meyerfreund & Cia.; Indústria R. F. Matarazzo; Instituto Pasteur do Espírito Santo; Metalurgia Abramo E. Besie S. A.; Mibra S. A.; Porcelana Real; Singer; Sociedade Vinícola Rio Grande Ltda.; Standard Oil Company of Brasil; Massas Apolo e Cortume Carioca S. A.

Foram premiados com a "Segunda Medalha": — Café Neptuno, Curso Mãos de Fada; Fábrica Itapemirim; Instituto Profissional Maria Ortiz; Salão Glória.

8.º — As despesas e receitas referentes aos festejos e comemorações constam discriminadamente dos livros e documentos da Comissão, sendo o seguinte o resumo do seu movimento, conforme apuração feita em 29 de Fevereiro próximo findo:

RECEITA

		CR$
Crédito aberto na forma da lei n.º 409, de 28 do mês de junho do ano de 1951		2.000.000,00
Auxílio do Govêrno Federal		5.000.000,00
Diversas, conforme relação anexo		
Aluguel de stands	421.300,00	
Entradas para o recinto	395.076,00	
Aluguel de salão para bailes e sobra verificada no Movimento	4.104,60	
Outras Receitas	38.905,90	
Cancelamento de despesas	2.649,20	
Descontos para o I. A. P. I.	16.187,70	
Salários não reclamados	160,00	878.383,40
		7.878.383,40
Material recuperado e entregue ao Govêrno do Estado, conforme demonstração		834.842,30
DESPESA — realizada conforme demonstração abaixo:		
Auxílios	388.074,00	
Diversas Despesas	44.258,60	
Conservação e funcionamento do Parque da Exposição	281.175,60	
Exposição	2.679.457,80	
Exposição Escolar	181.162,70	
Festejos Escolares	277.874,30	
Festejos Populares	279.760,00	
Festejos Religiosos	283.632,40	
Festas Desportivas	77.008,40	
Festa Veneziana e Regatas	80.125,20	
Gratificações	135.707,50	
Homenagem	275.000,00	
Hospedagem	359.090,60	
Instalação e Funcionamento da Secretaria da Comissão	117.264,50	
Ornamentação	157.340,10	
Propaganda	1.003.562,90	
Policiamento da Cidade	199.917,70	
Parada Escolar	100.417,80	
Recepções	641.468,50	
Teatro do Estudante	210.862,00	
Transporte	109.277,20	
Total geral	7.882.437,80	8.713.225,70

RESUMO GERAL

RECEITA:

Crédito Estadual	2.000.000,00	
Auxílio Federal	5.000.000,00	
Diversas	878.383,40	
Valor do Material recuperado e entregue ao Govêrno do Estado	834.842,30	8.713.225,70

DESPESA:

Diversas, conforme demonstração	7.882.437,80	
Depósito		
Débito para com o IAPI	16.187,70	
Salários não reclamados	160,00	
Saldo em depósito em Banco	179.576,00	
Saldo a favôr da Comissão	634.864,20	
Total Geral	8.713.225,70	8.713.225,70

ABASTECIMENTO E PREÇOS

Também sob a eficiente direção do Prefeito de Vitória, desenvolveram-se os esforços conjugados do Estado e do Município, relativos à política de preços e ao problema do abastecimento à população, de gêneros alimentícios e outros de primeira necessidade.

Na Capital, os serviços atuaram sob a supervisão da própria Comissão Estadual de Preços, tendo sido a direção das Comissões Municipais atribuida aos Prefeitos das respectivas Comunas.

A Prefeitura edificou, na Praça Costa Pereira, construção para o funcionamento, a título experimental, do Restaurante SAPS. Tal o êxito alcançado pela iniciativa, no mês das festas do IV Centenário, que a dinâmica direção geral do SAPS, em entendimentos com o Estado e a Prefeitura, resolveu manter o Restaurante, que vem prestando ótimos serviços à população operária, em atividade, até a montagem do Restaurante Popular, a ser instalado em prédio cuja construção está agora sendo iniciada, na Avenida Getúlio Vargas, esquina da Avenida da República.

Para servir aos Funcionários Públicos e aos Bancários foi organizada, com o apôio do Estado e entrou em funcionamento, a sua Cooperativa de Consumo, que vem sendo de grande utilidade para os seus associados.

Com o objetivo de promover o aumento da produção de verduras para o abastecimento de Vitória, com o barateamento dos respectivos preços, o Govêrno facilitou a vinda para o Estado e a localização de algumas famílias japonesas em "Sant'Ana", município de Cariacica, que imediatamente e nos termos de contrato firmado com a Secretaria da Agricultura, iniciaram o preparo de hortas cujos produtos estão sendo vendidos, em bancas especiais, nos nossos mercados. Iniciativa que tem o caráter de experiência, vem sendo ela atentamente acompanhada pela Divisão do Fomento, com o objetivo de propôr medidas definitivas com relação ao assunto.

Problema de âmbito nacional e mesmo universal, o Govêrno da República, organizando a COFAP e centralizando a política de preços e abastecimento, instalará, em breve, no Espírito Santo, o órgão de âmbito estadual competente, que substituirá a Comissão Estadual de Preços.

Não lhe faltarão o apôio e a sincera cooperação do Govêrno do Estado, preocupado, sinão em resolver, ao menos em atenuar as dificuldades de vida que torturam o povo.

MUNICÍPIO DE GUARAPARÍ

Continua em desenvolvimento a nossa principal cidade balneária, atraindo ás suas afamadas praias, especialmente nos meses de verão visitantes e enfermos de quase todos os Estados do País e mesmo do estrangeiro.

Não tem faltado ao Município a assistência constante do Estado, que já lhe traçou o Plano Urbanístico, cujo aprimoramento foi, em 1951, objeto de novos estudos, reformou os seus serviços de água e ampliou o seu potencial elétrico, além de estar construindo a monumental ponte que ligará a cidade à Muquiçaba.

No ano passado ficaram concluídas as obras do novo Grupo Escolar da cidade e foram iniciadas as da Cadeia Pública e da Delegacia de Polícia, já em fase de conclusão. As obras da Ponte e dos grandes aterros que permitirão sua ligação às rodovias, deverão estar concluídas em maio próximo. Também em fase de acabamento está o "Radium Hotel", que entrará em funcionamento ainda em 1952.

Fruto de iniciativa privada, foi montada e inaugurada a importante Usina de "Inaremo", localizada no Município e fiscalizada pelo Govêrno Federal, que se constitue na fábrica brasileira de maior capacidade para industrialização e aproveitamento de metais raros. Tambem fruto do trabalho pertinaz de um grupo de abnegados, está em construção a séde social do "Siribeira Clube", que mereceu auxílio do Estado, em lei votada pela nobre Assembléia e sancionada pelo Executivo.

O Município deu normal desenvolvimento às atividades que lhe são peculiares, tendo a Prefeitura arrecadado, em 1951, Cr$ 697 223,30, o que representa ter havido excesso de Cr$ 197 223,30 sôbre a estimativa orçamentária.

A despesa, prevista em Cr$ 500 000,00, elevou-se a Cr$ 563 186,10. Possuindo um passivo total de apenas Cr$ 371 605,10, tinha o Município, em saldos existentes em Caixa e em Bancos, em 31 de Dezembro último, Cr$ 193 324,50, o que evidencía ser boa, de maneira geral, a sua situação financeira.

Preocupado em fomentar o desenvolvimento do Município e da cidade, cogita o Estado de dar instalação mais condigna ao seu Forum e vem estudando plano de fomento da produção local, através de granjas mistas, localizadas nas proximidades de Guaraparí e destinadas a facilitar o abastecimento de sua população e dos visitantes.

No plano de pavimentação de rodovias está sendo objeto de estudo a inclusão da estrada que liga Muquiçaba à Rodovia "Jones dos Santos Neves". E prosseguem os entendimentos necessários para o início da construção do moderno campo de aviação em local próximo à cidade.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS E SANEAMENTO

Conforme tive a satisfação de anunciar, incluso nesta Mensagem, o texto do minucioso relatório que, ilustrado com farto material fotográfico e inúmeros quadros demonstrativos, o operoso Engenheiro-Chefe do Distrito do DNOS — Dr. Roberto Vianna — teve a gentileza de apresentar ao Executivo do Estado, documento que bem evidencia o muito de proveitoso que o referido órgão já realizou ou poderá executar em benefício do Estado.

"HISTÓRICO"

Creado pelo decreto-lei n.º 6 354 de 20 de Março de 1944 instalou-se a 19 de Abril do mesmo ano em solenidade promovida pelo Govêrno Estadual, o Distrito do Espírito Santo do Departamento Nacional de Obras de Saneamento.

O Distrito do Espírito Santo como órgão integrante do D.N.O.S., tem por finalidade, dentro dos limites de suas atribuições e de acôrdo com as instruções superiores, promover, orientar superintender, estudar, projetar, executar, fiscalizar e instruir todos os empreendimentos relativos à construção, melhoramento, conservação, modificação e exploração de obras de saneamento e defesa contra as inundações no Estado do Espírito Santo, conforme é claramente expresso no Decrto-lei n.º 8 847 de 24/1/46, art. 2.º; ou definindo de modo mais sucinto:

"Pelo exaguamento dos terrenos alagadiços e pela defesa contra as inundações, preparar o campo aos serviços médicos de combate à malária e outras endemias fornecendo ao mesmo tempo base econômica — pela recuperação do terreno arável ao fomento da produção agrícola e pecuária".

Em 1947 escrevíamos em relatório, parte do qual foi divulgado:

"No Estado do Espírito Santo com uma faixa litorânea de Norte a Sul alagadiça, pontilhada de pântanos e onde a malária é endêmica, em cêrca de 18 municípios, com um número enorme de empaludados, enormes extensões de terra deixam de ser aproveitadas em agriculturas ou pecuária.

As populações refugiam-se na zona serrana menos própria à lavoura mecânica, de acésso mais dificil, transportes mais onerosos para a produção. Os que se deixam ficar na baixada estagnam-se no círculo vicioso das regiões paludosas. Não produzem por que estão doentes, estão doentes porque não tem recursos para tratamento e condições higiênicas para defesa do organismo, não tem recurso porque não produzem."

Hoje o impaludismo foi erradicado graças ao DDT e aos novos métodos de tratamento numa campanha que honra a medicina brasileira.

O seu fantasma refugia-se talvez nalguma mata menos acessível.

A modo de cicatrizes, entretanto, ficaram marcadas as baixadas pelo abandono, pela falta de recurso de tôda a sorte.

As obras de saneamento, modificando rápidamente as condições naturais nas zonas pantanosas ou alagadiças, recuperando grandes tratos de terra, tornando econômico o aproveitamento agrícola dessas glebas atrai para elas novos habitantes, fixa-os, bem como melhora o "standard" das populações locais.

Convém notar que inicialmente, no decurso das obras, como geralmente são empregados nos primeiros trabalhos os próprios habitantes da região, já aparece indirétamente um socôrro financeiro a essa população, elevando-lhe o nível de vida, fornecendo-lhe recursos que não conseguiriam tirar inicialmente da lavoura. Poder-se-ia objetar que essa gente acostumada a novo gênero de trabalho abandonaria a terra para seguir êsses serviços. Tal porém não se dá, como temos tido ocasião de observar, e pelo contrário, êsses homens apegam-se ainda mais ao torrão que não tiveram coragem de abandonar para fugir à malária, quando começam a acreditar na possibilidade de uma lavoura remuneradora. Ao contrário de quase todos os grandes empreendimentos do Govêrno Federal, as Obras de Saneamento fixa o homem à terra.

TRABALHOS REALIZADOS

Até 1948 ficou limitada a atividade do Distrito a estudos e serviços preliminares de limpeza além de uma ou outra pequena obra manual, por falta absoluta de aparelhagem mecânica necessária.

Dêsde então temos adquirido, dentro das possibilidades das verbas anualmente atribuidas ao Distrito, as Drag-lines que atualmente estão em serviço. O preço dessas máquinas vem aumentando de cêrca de Cr$ ..... 600.000,00 até custar hoje mais de um milhão de cruzeiros.

Assim temos comprado uma ou duas máquinas por ano sòmente.

Atribuindo a uma Drag-line bem tratada a duração de 10 anos, comprando apenas uma por ano, não chegaremos a ter 10 máquinas em funcionamento, pois a décima comprada iria substituir a primeira já desgastada e assim sucessivamente.

Essas Drag-lines são escavadoras com caçamba de arrasto, locomovem-se sôbre esteiras de madeira para aumentar sua superfície de sustentação podem trabalhar em qualquer terreno, mesmo embrejado.

Na escavação de canais, o rendimento médio dessas drag-lines é de 600 m3 por dia de trabalho de 8 horas ou seja mais do que 100 trabalhadores de pá.

O preço da escavação mecânica, para os canais é cerca da quinta parte do mesmo serviço manual, além de ser possível efetuar escavação mais profunda.

Podemos classificar em dois grandes grupos os trabalhos realizados pelo D.N.O.S., no Espírito Santo.

a) Estudos e trabalhos preliminares
b) Projetos e Obras definitivas.

a) ESTUDOS E b) TRABALHOS PRELIMINARES

As obras de Saneamento, como qualquer outro empreendimento de engenharia, exigem acurados estudos, relativamente faceis para um órgão especializado como o D.N.O.S., mas que demandam tempo e exigem recursos financeiros e de aparelhamento.

Na Baixada Fluminense sòmente após quatro anos de trabalho foram iniciadas as obras definitivas, cujo resultado hoje podemos apreciar.

No Espírito Santo, graças à experiência já adquirida naqueles trabalhos, depois de ano e meio de estudos, poderíamos ter dado início em 1946 a algumas obras si pudessemos dispor do aparelhamento necessário.

Não encontramos aqui nenhum estudo anterior em que pudessemos nos informar, exceção talvez única, de um desvio do Muquí do Norte, afluente do Itapemirim sugerido por Herman Belo do qual tivemos notícia, e que verificamos mais tarde, através dos estudos na região, não ser conveniente.

Desde a instalação do Distrito em 19 de Abril de 1944, até 1948 trabalhou-se em limpeza e desobstrução de cursos dagua e estudos topo-hidrográficos e hidrológicos.

Consiste a limpeza, que é um serviço preliminar na retirada de vegetação e outras obstruções do leito do rio e roçada nas margens. O objetivo principal dêsse trabalho é permitir franco escoamento das aguas possibilitando o estudo do regimem do curso dagua e facilitando os levantamentos topo-hidrográficos necessários ao projeto de quaisquer obras definitivas.

Entretanto o rebaixamento do plano dagua decorrente do livre escoamento beneficia às regiões ribeirinhas pelo exaguamento parcial dos terrenos alagados. O alveo desimpedido possibilita a navegação em canôas ou pequenas embarcações. A meu ver essas consequências, por sí só, justificam a verba dispendida com êsses serviços.

Em muitos casos os beneficios hauridos pela população foram notáveis. Podemos citar o caso do Rio Novo do qual possuimos dados numéricos:

O primeiro serviço de limpeza custou ao D.N.O.S. a importância de Cr$ 530.000,00 em tôda a bacia hidrológica, que abrange os municípios de Itapoama e Iconha. Em consequência dêsse serviço intensificou-se o plantio de arroz e no primeiro ano arrecadou o Estado cêrca de Cr$ 400.000,00 de impostos sôbre o excesso de safra em relação aos anos anteriores.

ESTUDOS HIDROLÓGICOS

Como base para futuros estudos hidrológicos, foi instalada pelo Distrito, em cooperação com a Divisão de Aguas do Ministério da Agricultura uma rêde de pluviômetros abrangendo toda a área do Estado.

Mantemos em observação diária 52 pluviômetros.

Grande número de estações hidrométricas tem sido instaladas em vários cursos dagua, onde periodicamente são medidas descargas e diáriamente é observado o nível dagua.

Muitas outras terão que ser instaladas nos outros rios a medida que tenhamos recursos de verba e aparelhamento para tal fim.

Os elementos colhidos através dêsses pontos de observação sôbre as precipitações de chuva e seu escoamento serão de grande interêsse em futuro próximo, não só como subsídio ao estudo dos projetos e obras da nossa especialidade, como também para a informação agrícola, estudos sôbre a

erosão e conservação do sólo e as aguas, e também estudos para aproveitamento de energia hidro-elétrica.

Custa ao D. N. O . S., cêrca de Cr$ 300.000,00 por ano, a manutenção dêsse serviço incluídas tôdas as despesas de pessoal, material e transporte.

ESTUDOS TOPOGRÁFICOS

Dada a absoluta carência de bons mapas em escala adequada, somos obrigados a executar levantamentos topográficos de todos os rios do Estado afim de podermos sôbre as plantas assim obtidas estabelecer os projetos das obras a serem executadas visando o exaguamento de brejais ou a defesa contra as inundações em determinadas áreas.

A maior parte de nosso pessoal é empregada nesse serviço que por outro lado exige aparelhamento custoso.

Temos envidado esforços para conseguir o auxílio da aerofotogrametria em substituição a maior parte dêsses levantamentos. Até hoje por dificuldades várias, principalmente burocráticas, sómente pequenas áreas foram fotografadas.

b) — PROJETOS E OBRAS DEFINITIVAS

Embora desde 1946 dispuzessemos de alguns projetos calculados e desenhados, sómente em fins de 1948 — com a chegada das primeiras máquinas foi possível iniciar obras definitivas.

Em 1948 começamos a dragagem do rio Jucú e o endiqueamento de margem esquerda do dio Benevente de Jabaquara para jusante na extensão 5.600 metros.

Iniciamos a instalação de comportas automáticas no rio Aribirí, na antiga estrada para Vila Velha para exaguamento de extenso polder.

Em 1949 iniciamos a dragagem dos canais Santa Maria e São Miguel próximos a Vitória e do Rio Novo perto de Piuma.

Em 1950 foi iniciada a dragagem do rio Salinas e Jacarandá.

Em 1951 começou a dragagem do rio Timbuí em Santa Teresa e Muquí do Norte, ambas atendendo solicitação do Govêrno do Estado, e visando proteger aquelas duas cidades de inundações.

Foi também iniciada a construção do dique de margem esquerda do Jucú, que se propõe a evitar transbordamento daquele rio para Vila Velha.

Para o próximo ano está aprazado o início das dragagens do rio Santo Agostinho, que banha Jabaeté e Muquí do Norte próximo a Paineiras.

Estamos completando os projetos de dragagem do Rio Preto, afluente do Itabapoana e da defesa contra inundações de Guaçuí. Êstes dois serviços podem ainda ser começados em 1952 caso disponhamos de máquinas.

Nos quadros a seguir e nas plantas esquemáticas que anexamos estão assinalados os valores e as quantidades de serviços produzidos no Estado por êste Departamento.

Procuramos ilustrar com algumas fotografias vários aspectos dos serviços de dragagem e outros que nos pareceram característicos.

DISTRIBUIÇÃO DOS GASTOS A CONTA VERBA
DE OBRA ATÉ 31/12/51

ANO	OBRAS	PESSOAL	APARELHAGEM	TOTAL
1944	1.348.206,60	123.994,10	80.081,40	1.552.282,10
1945	2.342.626,80	257.373,20	—	2.600.000,00
1946	1.971.625,30	227.212,70	—	2.198.838,00
1947	563.518,10	473.730,90	249.987,00	1.287.236,00
1948	2.207.454,00	699.988,40	2.73.371,40	5.080.813,80
1949	3.626.421,10	847.638,30	—	4.474.059,40
1950	2.140.972,60	998.618,90	.839.000,00	4.978.591,50
1951	2.931.440,20	1.169.409,00	1.479.476,80	5.580.326,00
TOTAL	17.132.264,70	4.797.965,50	5.821.916,60	27.752.146,80

DESPESAS POR SERVIÇO DESDE 1944 ATÉ 31/12/51

SERVIÇO	DESPESA	PORCENTAGEM
Limpeza	7.754.901,40	27,943
Agr. drag. lines	5.793.129,80	20,874
Pessoal	4.797.965,30	17,288
Reg. manual	2.182.665,70	7,864
Dragagem	4.337.275,30	15,628
Diversos	564.220,10	2,033
Obras d'arte	326.831,40	1,177
Desm. de rocha	59.726,10	0,215
Diques	1.935.431,70	6,973
	27.752.146,80	

ou classificando de outra forma:

Obras preliminares	8.319.121,50
Obras definitivas:	8.841.930,20
Aquisição de aparelhagem:	5.793.129,80
Pessoal de fiscalização e estudos:	4.797.965,30
Total	27.752.146,80

Até o presente os trabalhos do D. N. O. S. no Espírito Santo desenvolveram-se em extensão, numa aparente dispersão de atividade por várias bacias hidrográficas.

Temos apenas uma obra em vias de conclusão: Dique Benevente.

Em tôdas as outras baixadas apenas foi dado início aos trabalhos com aparelhagem insuficiente em número para uma rápida conclusão das obras.

O que se pretende com essa distribuição de um[illegible] poucas máquinas por grande parte da área do Estado, foi lançar as bases para um plano de recuperação das varzeas alagadas em escala maior do que a prevista nos orçamentos até o presente.

Já possuimos farto material de estudo e muitos projetos de dragagem prontos. No entanto, temos 8 (oito) drag-lines para trabalhar uma área equivalente a da Baixada Fluminense, onde são empregadas 84 máquinas, fazem quinze anos.

Evidencia-se a conveniência de, nêste momento, optar por uma maior concentração de esforços em reduzidas áreas, ou aumentar em proporções convenientes o número de máquinas (drag-lines).

Os outros recursos do Distrito já comportam grande ampliação dos trabalhos.

A parcela de verba de obras para 1952 destinada a compra de máquinas comportaria o trabalho de mais de dez (10) drag-lines. Para os exercícios seguintes as verbas seriam ajustadas a nova situação como é de praxe.

Além do aumento do número de drag-lines outras providências governamentais se impõe no sentido de assegurar o aproveitamento das varzeas recuperadas.

Os serviços que poderiam ser intensificados são:
Dragagem do Santa Maria e Tauá.
Dragagem e endiqueamento do Jucú, Jacarandá e Santo Agostinho.
Dragagem e endiqueamento da margem direita do Benevente.
Dragagem dos rios Novo e Iconha.
Dragagem do Rio Preto no Itabapoana.
Defesa de Guaçuí contra inundações.

Dragagem do Rio Muquí do Norte e endiqueamento da margem direita do Itapemirim em Paineiras.

Ou outros julgados de maior prioridade após o tempo necessário para os estudos e projeto.

CONCLUSÕES

Do que foi exposto a propósito dos serviços do D. N. O. S. no Estado do Espírito Santo, permitimo-nos as seguintes conclusões:

a) — Não consideramos gastos, mas bem empregados os 27 milhões de cruzeiros que dispendeu o Departamento até o presente em vista da sua recuperação indiréta através de impostos e taxas, federais e estaduais, sôbre o incremento da produção; funcionando tais trabalhos como verdadeiro fomento de produção.

b) — Encerramos duas etapas de trabalho e pretendemos iniciar terceira, a saber:

1.ª ETAPA: — Trabalhos preliminares de limpeza de cursos dagua instalação dos estudos de regimem dos rios e precipitação.

2.ª ETAPA: — Primeiros serviços mecanizados, ainda com poucas máquinas dispersas pela vasta área de trabalho do Distrito.

3.ª ETAPA: — Que deve ser iniciada agora mediante uma nova planificação dos serviços, com mais aparelhamento mecânico concentrado nos pontos de prioridade a estabelecer mediante estudo econômico.

c) — O aparelhamento existente e as possibilidades imediatas de sua ampliação não condizem com a extensão dos problemas a resolver.

d) — É sobremodo desejável um entendimento entre os vários órgãos da administração Pública no sentido do aproveitamento dos terrenos recuperados, talvez criando restrições ao uso das propriedades beneficiadas combatendo o latifundio improdutivo ou cobrando taxas de melhoria, ou outra forma de assegurar um objetivo econômico ás obras realizadas.

REGISTROS DIVERSOS

VISITA DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

No dia 8 de Setembro, teve o Espirito Santo a satisfação de receber a honrosa visita do Exmo. Snr. Presidente da República, Dr. Getulio Dornelles Vargas que, acompanhado de brilhante comitiva integrada inclusive por 3 Ministros de Estado, veio comungar das alegrias do povo capixaba pelas comemorações do IV Centenário de Vitória.

Recebendo verdadeira consagração popular em sua recepção, essas demonstrações de júbilo do povo e das autoridades do Espírito Santo acompanharam o eminente Chefe da Nação durante tôdas as solenidades e festividades que se dignou presidir e realizadas no dia de sua chegada e a 9 de Setembro, quando regressou á Capital da República.

VISITANTES ILUSTRES

Quando das festas do IV Centenário de Vitória, nossa Capital, entre tantos outros ilustres visitantes contou com a desvanecedora presença dos Exmos. Senhores Ministros da Justiça e Negocios Interiores, da Agricultura, e da Viação e Obras Públicas, de Sua Excelencia o Senhor Núncio Apostólico, Delegado Especial de Sua Santidade o Papa Pio XII, do Cardial Dom Jayme de Barros Camara, do Exmo. Senhor Prefeito do Distrito Federal, do Senhor Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e outras altas autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da República.

Em outras oportunidades recebeu o Estado a visita dos titulares da pasta do Trabalho, Industria e Comercio, Ministros Danton Coelho e Segadas Vianna, que se fizeram acompanhar de dignos Presidentes de Institutos e outras autarquias federais.

Teve tambem a extraordinária satisfação de receber a insigne visita dos iminentes Ministro Laudo de Camargo, então Presidente do Supremo Tribunal Federal, do Ministro Edgard Costa, atual Presidente do Tribunal Superior Eleitoral e do Dr. Plinio de Freitas Travassos, Procurador Geral da República, que se fizeram acompanhar de outros ilustres juristas.

Foram das mais brilhantes e muito concorreram para o brilho do IV Centenário de Vitória as representações das nossas Forças Armadas, o que mais ainda aproximou o coração dos capixabas do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.

Também a Igreja católica, na ocasião das grandes festas quadri-centenárias, aqui esteve representada por brilhantissimos titulares, doutos Arcebispos e Bispos que foram cercados pelas atenções da população católica de

Vitória, a cuja frente avultava a personalidade bonissima de Dom Luiz Scortegagna, amado IV Bispo do Espírito Santo, cujo prematuro desaparecimento constituiu grande perda para a nossa terra.

RELAÇOES COM O GOVÊRNO FEDERAL

Têm sido as mais estreitas as relações do Govêrno do Estado com o Federal, através os trabalhos em sistema de cooperação ou de acôrdo realisado com os diferentes Ministérios, Departamentos e Autarquias da União. Não obstante a politica financeira posta em pratica em 1951 pelo Ministério da Fazenda, em consequencia da qual o Estado viu adiado o pagamento de diversos auxilios e subvenções, destinados ao Tesouro Estadual ou a instituições particulares, foi ponderavel, em ritmo crescente, a colaboração recebida pela administração estadual do Govêrno da União. Especialmente com o Ministério da Educação, e Departamento Nacional de Saúde, através da Divisão de Organização Sanitária, Serviço Nacional da Malária, SESP, Ministério da Agricultura, Departamentos Nacionais de Estradas de Rodagem, de Pôrtos Rios e Canais, de Obras e Saneamentos, Departamento Administrativo do Serviço Público, Administração Geral do "Plano SALTE", Serviço de Alimentação de Previdência Social, Estrada de Ferro Leopoldina, Companhia Vale do Rio Doce S.A., Ministérios da Guerra, Marinha e Aeronáutica, Conselho Nacional de Goegrafia e muitas outras entidades, foi mais perfeita a articulação de esforços do Estado com a União em beneficio da realização de obras e empreendimentos de interesse comum. O grande número de acôrdos e convênios firmados pelo Estado em 1951, do conhecimento dessa colenda Assembléia, por que submetidos ao seu douto **referendum** comprovem o acerto dessa afirmação.

RELAÇOES COM OS DEMAIS PODERES

Tem o Executivo procurado manter e aprimorar o magnífico clima de harmonia e equilibrio entre os Poderes do Estado que, felizmente, sempre reinou no Espírito Santo, como galhardão de gloria das tendências e educação democraticas de seu povo.

No âmbito de suas atribuições constitucionais, agindo cada um com perfeita independencia, sem prejuizo da desejada harmonia, têm, os 3 Poderes do Estado, procurado corresponder á confiança que neles deposita o povo capixaba.

Essa nobre Assembléia, estuário onde se reunem as mais variadas gemas da opinião pública capixaba, órgão sensível aos reclamos e aspirações populares, pelo volumoso, util e patriótico trabalho desenvolvido na anterior sessão legislativa, se fez credôra da gratidão do Estado.

O Egrégio Poder Judiciário do Estado cuja sabedoria e serenidade são reconhecidas até fora de nossas fronteiras, mantém o alto conceito em que sempre foi tido, desincumbindo-se com dedicação e grande amor a Justiça, da importante e árdua tarefa que a Carta Magna lhe reservou.

Com o Egrégio Tribunal Regional Eleitoral, prestigiando suas doutas decisões — como a tôdas as demais emanadas do Poder Judiciário, imediatamente cumpridas e acatadas — tem o Poder Executivo mantido as melhores relações. Não lhe tem faltado o necessário apóio solicitado no Estado, o que lhe permitiu presidir, com pleno êxito, delicados pleitos eleitorais nos municípios de Iúna, Espirito Santo e Barra de São Francisco, apontados como dos mais livres e ordeiros, já realizados no país. Rejubila-se o Poder

Executivo em ter concorrido para que, como por todos foi reconhecido, o regime democrático se fortalecesse, processando-se eleições em que, mais que os resultados, interessasse ao govêrno a absoluta liberdade e a plena garantia para a manifestação do voto.

BANCO DE CRÉDITO AGRÍCOLA DO ESPIRITO SANTO S/A

Estabelecimento de crédito criado pelo Estado e do qual o Tesouro retém a maioria absoluta das ações, tem sido praxe fazer-se a referência, nas mensagens anuais dirigidas ao Poder Legislativo, à situação do Banco de Crédito Agricola do Espirito Santo S/A.

Seria ocioso repetir-se o conceito já consagrado, que afirma ser o Banco do Estado um dos maiores propugnadores pelo progresso do comércio, da lavoura e da industria de nosso Estado. A crescente confiança nele depositada pelo público, prêmio ao trabalho pertinaz e patriótico dos seus dedicados dirigentes e brilhante corpo de funcionários, afirma-se pelos números que evidenciam a solidez do Banco e a sua crescente prosperidade, constantes do quadro seguinte:

Anos	*Cart. Comercial*	*Crédito Agricola*	*Depósitos*	Títulos em Cobrança
1944	18 859 787,30	11 209 684,20	32 900 521,80	18 844 954,80
1945	16 832 320,90	16 860 548,10	34 802 601,90	24 760 246,00
1946	24 281 725,70	18 642 500,00	41 306 505,30	29 241 723,10
1947	25 328 116,10	12 530 418,90	36 390 577,90	31 486 514,20
1948	37 921 964,20	13 862 078,50	50 393 324,70	42 829 251,30
1949	42 590 763,50	15 401 469,50	96 986 375,50	52 156 488,10
1950	75 125 323,90	17 300 277,10	113 196 666,10	69 834 060,40
1951	105 000 448,80	32 667 999,40	145 449 919,70	100 870 706,10

Os líquidos auferidos em 1951, permitiram-lhe distribuir dividendos aos seus acionistas na base de 12% ao ano relativamente ao 1.º Semestre e de 15% ao ano relativamente ao segundo semestre. O volume global do lucro líquido atingiu a cifra de Cr$ 6 356 469,50, distribuido pelas parcelas de Cr$ 2 643 806,90 e de Cr$ 3 712 662,60, referentes ao 1.º e 2.º semestre, respectivamente.

OUTRAS CONSIDERAÇOES

Por muito extensa que seja esta Mensagem, na qual procurei oferecer ao Povo do Espirito Santo, tão dignamente representado nessa Casa, uma visão panorâmica, das principais atividades e ocorrências do ano passado, não se comportaria nela a discrição, em detalhe, de muitos fatos e realizações de 1951, que nela são omitidos ou mereceram referência sucinta.

O Executivo adotou e poz em prática a divulgação periòdica de suas atividades e realizações, mediante a publicação, pela Imprensa, das respectivas "súmulas bi-mensais", pelo que os nobres senhores deputados e o povo em geral puderam acompanhar de perto os trabalhos e dificuldades enfrentados pelo Govêrno, no exercício anterior.

Fruto do trabalho de uma equipe reunida semanalmente, nas "Reuniões do Secretariado", instituidas dêsde os primeiros dias do atual Govêrno, que retomou tradição interrompida em 1945, a ação governamental diréta ou auxiliando e prestigiando a iniciativa particular útil, desenvolveu-se sob os mais variados aspectos e em diversos setôres, muitos dos quais não se enquadrariam em qualquer dos capítulos ou sub-títulos desta Mensagem.

Por êsse motivo, registro aqui o auspicioso fato de já estar o nosso Estado evidenciando possuir vitalidade e capacidade financeiras e a franca tendência do nosso povo orientada no sentido de reter em nossas fronteiras, em benefíco giro reprodutivo, as suas reservas de capital. Demonstração exuberante dessa tese se encontra na rapidez com que foi totalmente subscrito o aumento do capital da Companhia Telefônica do Espírito Santo — que permitirá a instalação, em breve, de perfeito serviço telefônico — e na avidez com que foi totalmente subscrito, em rápido lapso de tempo, o capital da Companhia "Espirito Santo de Seguros", entidade que a economia do Estado há muito reclamava e que foi auspiciosamente instalada em Janeiro último. Em ambos os casos, a ação governamental restringiu-se a simpatia e ao apôio moral com que estimulou os empreendimentos, que tão benéficos resultados poderão produzir.

Registro ainda, o interêsse que as comemorações do IV Centenário de Vitória suscitaram pelo estudo da história do Estado e a oportunidade que se ofereceu aos nossos homens de letras para a divulgação de livros sôbre diversos assuntos. Dentre êstes, merece assinalada a obra "História do Estado do Espírito Santo", da autoria do Sr. José Teixeira de Oliveira, cuja primeira edição foi feita sob o patrocínio do Estado, que se colocou, assim, como vanguardeiro entre as Unidades da Federação empenhadas na divulgação de obra completa sôbre o seu passado.

Contando com a alta receptividade dessa Assembléia para a compreensão das aspirações e problemas do povo, bem como da necessidade de prontamente resolvê-los, tive a satisfação de sugerir e de ver aprovados por essa nobre Casa inúmeros atos legislativos, recebidos pelo povo com a maior simpatia. Dentre êles, anoto as leis que permitiram ao Executivo a abertura do crédito necessário a dotar a cidade de Vitória de duas novas e modernas ambulâncias para o Serviço de Pronto Socorro, e a conceder auxílios, de Cr$ 500.000,00, a cada um dos tradicionais Sindicatos da "Estiva" e das "Docas", destinados à construção de seus edifícios-séde, ambos já em adiantado andamento.

CONCLUSÕES

Senhores Membros do Poder Legislativo:

Tenho por fielmente cumpridas as minhas obrigações constitucionais de prestar-vos, nesta oportunidade, em Mensagem, para conhecimento público, o resumo das atividades do Poder Executivo, no decorrer do exercício expirante.

Desincumbí-me dessa nobre missão, com intensa alegria, relatando-vos sucinta e lealmente, os meus percalços e as minhas esperanças, no Govêrno. Não tenho, como vos disse, a veleidade de supor que de minha atuação, sòzinha, possa resultar um período de fastígio e prosperidade para o nosso Estado. Se encontro ânimo para acometer emprêsas ousadas, certamente não será porque confie em minhas próprias energias criadoras. Muito ao contrário, sou o primeiro a confessar de público a minha humildade e mesmo o meu desalento, no julgar a própria tibieza, frente à grandiosa tarefa que de mim esperam os nossos conterrâneos.

Estou, porém, sinceramente certo e seguro de que o nosso Estado ingressou afinal, na róta fulgurante de sua definitiva emancipação econômica.

Que o Santuário da Penha, agora iluminado pelos magníficos clarões da luz artificial, seja o luzeiro prodigioso a guiar para a Eternidade, os excelsos destinos do nosso Espírito Santo.

Vitória, 15 de março de 1952.

JONES DOS SANTOS NEVES
Governador do Estado.

LEIS DO ANO DE 1951

EMENTÁRIO

Lei n. 443 de 11-1-51 (D. O. de 14-1-51) —

Concede à pianista Carmen Vitis Adnet uma bolsa de estudo até a importância de Cr$ 50 000,00 anuais, e pelo prazo de dois anos, para aperfeiçoamento de seus estudos em país estrangeiro.

Lei n. 444 de 11-1-51 (D. O. de 14-1-51) —

Concede à Conferência de Nossa Senhora da Penha, da Sociedade de São Vicente de Paula, sediada em Alegre, um auxílio de Cr$ 150 000,00, para a construção de seu abrigo para pobres e velhos. Concede o auxílio de Cr$ 50 000,00 à Sociedade São Vicente de Paula, de Colatina. Concede auxílio de Cr$ 100 000,00 para ajudar a manutenção do Hospital Infantil de Vitória. Abre o crédito especial de Cr$ 300 000,00 para atender às despesas decorrentes da execução desta lei, o qual terá sua vigência dilatada ao exercício financeiro de 1951.

Lei n. 445 de 11-1-51 (D. O. de 14-1-51) —

Concede o auxílio de Cr$ 50 000,00 à Paróquia da cidade de Aracruz para a reforma e conservação da Igreja Matriz e autoriza a abertura do crédito necessário.

Lei n. 446 de 11-1-51 (D. O. de 14-1-51) —

Concede o auxílio de Cr$ 30 000,00 ao Ambulatório "Dias da Cruz" que funciona junto à Federação Espírita do Est. do Esp. Santo e autoriza a abertura do crédito necessário ao cumprimento da presente Lei.

Lei n. 447 de 11-1-51 (D. O. de 14-1-51) —

Obriga o Poder Executivo a incluir na proposta orçamentária de cada ano financeiro, sob a rubrica "auxílios e subvenções", uma dotação de Cr$ 200 000,00 destinada a cada uma das Caixas Escolares do Estado, devidamente organizadas, e a ser aplicada de acôrdo com o Dec. — lei n. 16-471 de 24-2-47.

Lei n. 448 de 11-1-51 (D. O. de 14-1-51) —

Aprova o acôrdo firmado entre o Est. do Esp. Santo e a Sociedade Amparo de Menores de Cachoeiro de Itapemirim, para a qual é transferida a administração do Patronato Agrícola de Monte Líbano.

Lei n. 449 de 9- 1-51 (D. O. de 16-1-51) —

Eleva a subvenção da Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro de Itapemirim para Cr$ 240 000,00, anuais.

Lei n. 450 de 11-1-51 (D. O. de 16-1-51) —

Isenta do imposto de transmissão a doação que a Prefeitura Municipal de Vitória faz à Associação Metodista, de terrenos situados no Município de Cariacica, no lugar "Goiamum", em condomínio com o Estado.

Lei n. 451 de 30-12-50 (D. O. de 19-1-51) —

Dá nova redação ao § 1.º do art. 171 da lei n. 260 de 18-10-49, fixando novo quadro de funcionários da Secretaria da Assembléia Legislativa.

Lei n. 452 de 15-1-51 (D. O. de 23-1-51) —

Cria e inclui na Tabela n. 1 da P.P. do Q.U. do Estado os seguintes cargos de Assistente Técnico: 6 padrão "N", 6 padrão "O" e 1 padrão "P" — Reclassifica no padrão "P" o cargo de Inspetor Geral de Fazenda da Contadoria Geral do Estado e no padrão "O" os de Superintendente e Assistente do Serviço de Defesa do Café da Secretaria da Fazenda. — Reclassifica no padrão "O" os 5 cargos de Assistente Técnico, padrão "N".

Lei n. 453 de 15-1-51 (D. O. de 20-1-51) —

Classifica os vencimentos dos Escrivães do Crime, Júri e Execuções Criminais do Estado e concede aos escrivães do crime que não percebem vencimentos e ao Escrivão de Menores uma gratificação mensal de Cr$.... 500,00.

Lei n. 454 de 15-1-51 (D. O. de 20-1-51) —

Reclassifica os padrões de vencimentos dos funcionários da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado, integrantes da P. E. do Q.U. do Estado. Cria e inclui na referida P. E. os seguintes cargos e funções gratificadas: 1 cargo de 1.º Oficial Judiciário, padrão "J". 1 cargo de 2.º Oficial Judiciário, padrão "I"; 1 cargo de Contínuo, padrão "F"; uma função de Chefe de Portaria, com a gratificação mensal de Cr$ 300,00 e uma função de Encarregado do Serviço de Empenho, com a gratificação mensal de Cr$ 300,00 — Extingue um cargo isolado de Porteiro do Tribunal.

Lei n. 455 de 18-1-51 (D. O. de 20-1-51) —

Concede à viúvas daqueles que tenham exercido ou vierem a exercer o Govêrno do Estado a pensão de Cr$ 4 000,00 enquanto perdurar a viuvez.

Lei n. 456 de 13-1-51 (D. O. de 21-1-51) —

Autoriza o Executivo a doar ao Rio Branco Atlético Clube terreno de sua propriedade ou que venha a adquirir até a importância de Cr$ .... 300 000,00 e abre o crédito especial de igual quantia para ocorrer às despesas desta lei.

Lei n. 457 de 13-1-51 (D. O. de 21-1-51) —

Concede uma pensão mensal de Cr$ 600,00 a D. Hymirena de Castro e abre o crédito especial necessário para ocorrer à despesa desta lei.

Lei n. 458 de 20-1-51 (D. O. de 21-1-51) —

Transfere para a Tabela n. 1 da P.P. do Q. U. do Estado os cargos do Secretário do Col. Est. do Espírito Santo, Col. Est. Muniz Freire e Escola Normal Pedro II, cargos êsses de provimento efetivo, independente de concurso.

Lei n. 459 de 25-1-51 (D. O. de 26-1-51) —

Cria na Tabela n. 3 da P. P. do Q. U. do Estado uma carreira de Visitadora Social —Cria e inclui na Tabela n. 1 da P. P. do Q. U. do Estado um cargo isolado de Assistente Social, padrão "M".

Lei n. 460 de 26-1-51 (D. O. de 30-1-51) —

Cria e inclui na P. E. do Q. U. do Estado um cargo de Servente, padrão "A", a ser lotado na comarca de St.ª Leopoldina.

Lei n. 461 de 26-1-51 (D. O. de 30-1-51) —

Cria e inclui na P. P. do Q. U. do Estado um cargo de Tesoureiro, padrão "J", de provimento efetivo, a ser lotado na SAVOP — Cria e inclui, igualmente um cargo de Fiscal Classificador de Defesa do Café, padrão "L", de provimento efetivo, a ser lotado na Secretaria da Fazenda — Reclassifica no padrão "Q" o vencimento de Tesoureiro Geral do Estado a partir do segundo semestre do ano de 1950.

Lei n. 462 de 30-1-51 (D. O. de 3-2-51) —

Regulamenta o Ministério Público.

Lei n. 463 de 30-1-51 (D. O. de 8--2-51) —

Cria na Comarca de Vitória a Quinta Vara e regulamenta seus serviços — Cria a Comarca de Conceição da Barra — Cria os seguintes cargos: 1 de Juiz de Direito de 3.ª entrância, na Comarca da Capital; 1 de Juiz de 1.ª entrância na Comarca de Conceição da Barra — Revoga os artigos ns. 39, 417 e 418 do Dec. — Lei n. 16 051 de 26-1-46.

Lei n. 464 de 30-1-51 (D. O. de 3-2-51) —

Concede o auxílio de Cr$ 100 000,00 à Prefeitura de Afonso Cláudio para construção da rodovia que partindo do Km. 18 da estrada tronco Florentino Avidos vá atingir a sede do distrito de Laranja da Terra. — Concede ao Aéro Clube de São Mateus um auxílio de Cr$ 100 000,00, para construção de um angar. — Abre crédito necessário para ocorrer às despesas desta lei.

Lei n. 465 de 30-1-51 (D. O. de 3-2-51) —

Cria e localiza nos distritos judiciários de Ribeirãozinho, Comercinho e Taquaras uma zona rezervada às atividades da pecuária, podendo essas terras ser requeridas.

Lei n. 466 de 30-1-51 (D. O. de 9-2-51) —

Concede o auxílio de Cr$ 200 000,00 à Igreja Metodista para construção de pavilhões para patronato — Concede igual auxílio ao Orfanato Cristo Rei de Vitória e a Associação de Damas de Caridade, para ampliação de suas obras de Assistência Social.

Lei n. 467 de 31-1-51 (D. O. de 10-2-51) —

Dá a denominação de "Professor de Ensino Secundário" aos 17 cargos de "Professor de Ensino Normal", lotados na Escola Normal "Pedro II" — Cria e inclui na Tab. n. 1 da P. P. do Q. U. do Estado 9 cargos isolados, de provimento efetivo, de "Professor de Ensino Secundário", padrão "L" — Cria e inclui na Tab. n. 3 da P. P. do Q. U. do Estado a carreira de "Inspetor Regional de Ensino, e dá a sua estrutura — Reclassifica no padrão "M" os atuais cargos isolados de "Inspetor Regional", dispondo sôbre sua extinção — Reclassifica no padrão "M" os cargos de "Inspetor de Educação Física", da Tab. n. 1 da P. P. e no padrão "O" o de "Diretor", lotado no Serv. de Educ. Física, da Tab. n. 2 da P. P., todos do Q. U. do Estado.

Lei n. 468 de 16-2-51 (D. O. de 21-2-51) —

Autoriza o Poder Executivo a conceder ao Vitória Futebol Clube, desta Capital, a importância de Cr$ 600 000,00, para construção de sua praça de esportes.

Lei n. 469 de 21-2-51 (D. O. de 22-2-51) —

Concede o auxílio de Cr$ 150 000,00 à Prefeitura de Afonso Cláudio, para prosseguimento da rodovia que ligando a sede no distrito de Joatuba à estrada tronco Florentino Avidos, no Km. 42, tenha seu prolongamento até o povoado de Cinco Pontes — Abre o crédito necessário para ocorrer às despesas desta lei.

Lei n. 470 de 21-2-51 (D. O. de 22-2-51) —

Fixa o número de vereadores para o período de 1951 a 1955 em 15 para a Câmara de Vitória, 11 para as de Cachoeiro de Itapemirim, Alegre, Colatina e Mimoso do Sul e de 9 para as demais Câmaras dos municípios do Estado.

Lei n. 471 de 24-2-51 (D. O. de 25-2-51) —

Autoriza o Poder Executivo a dispender a quantia de Cr$ ..... 3 000 000,00 para a construção do edifício do Col. Est. do Espírito Santo.

Lei n. 472 de 8-3-51 (D. O. de 10-3-51) —

Eleva à categoria de 2.ª entrância as Comarcas de Barra de São Francisco, Baixo Guandu e Afonso Cláudio, dispondo sôbre seu provimento — Suprime 3 cargos de Juiz substituto, à proporção que se forem vagando.

Lei n. 473 de 8-3-51 (D. O. de 10-3-51) —

Concede ao professor Adolpho de Oliveira uma pensão mensal de Cr$ 2 000,00.

Lei n. 474 de 3-3-51 (D. O. de 10-3-51) —

Autoriza o Poder Executivo a conceder Cr$ 100 000,00 ao Clube Esportivo "Ordem e Progresso", de Bom Jesus do Norte, destinado a melhoramentos do Estádio Carlos Firme.

Lei n. 475 de 3-3-51 (D. O. de 10-3-51) —

Autoriza o Poder Executivo a conceder o auxílio de Cr$ 300 000,00 à Igreja Matriz da Paróquia de São José do Calçado, destinado à reconstrução e ampliação do referido Templo.

Lei n. 476 de 3-3-51 (D. O. de 10-3-51) —

Autoriza o Poder Executivo a reconstruir a estrada de rodagem que liga a cidade de Calçado à de Alegre, podendo dispender até a importância de Cr$ 2 000 000,00.

Lei n. 477 de 9-3-51 (D. O. de 13-3-51) —

Concede ao ex-Presidente do Estado, Dr. Florentino Avidos, uma pensão de Cr$ 5 000,00 mensais.

Lei n. 478 de 14-3-51 (D. O. de 17-3-51) —

Cria diversas funções gratificadas na Tab. n. 4 da P. P. do Q. U. do Estado — Determina as gratificações que perceberão os ocupantes das funções gratificadas ora criadas — Classifica os Grupos Escolares de acôrdo com a média anual de frequência — Suprime 28 funções gratificadas de Diretor de Grupo Escolar de Cr$ 400,00 na Tab. n. 4 da P. P. do Q. U. do Estado — Dispensa o interstício de dois anos aos habilitados no Concurso de Especialização para Diretor para o curso de especialização de educação pré-primário — Concede a gratificação mensal Pró-Labore de Cr$ 200,00 aos Diretores de Grupos Escolares que funcionam em mais de um turno.

Lei n. 479 de 14-3-51 (D. O. de 17-3-51) —

Concede a pensão de Cr$ 500,00 mensais à Dona Carmelina do Sacramento Coutinho.

Lei n. 480 de 16-3-51 (D. O. de 20-3-51) —

Eleva para 60 o número de cargos da classe "C" da carreira de Professor de Concurso, da P. S. do Q. U. do Estado.

Lei n. 481 de 16-3-51 (D. O. de 20-3-51) —

Concede ao "Foto-Club do Espírito Santo" o auxílio de Cr$ ..... 60 000,00 — Abre o necessário crédito para atender às despesas decorrentes desta lei.

Lei n. 482 de 15-3-51 (D. O. de 20-3-51) —

Retifica o crédito extraordinário da quantia de Cr$ 315 224,00 aberto pelo Dec. n. 448 de 2-12-50.

Lei n. 483 de 17-3-51 (D. O. de 21-3-51) —

Concede o auxílio de Cr$ 3 000 000,00 ao Ginásio São Vicente de Paulo, desta Capital, para construção ou aquisição e reconstrução do prédio para sua sede definitiva e ronovação do seu material escolar e didático, conservando o Estado a nua propriedade dos bens adquiridos com os recursos desta lei e instituindo usufruto dos mesmos em favor do Ginásio.

Lei n. 484 de 17-5-51 (D. O. de 20-5-51) —

Regula as condições de provimento e vacância dos cargos públicos, os direitos e vantagens e os deveres e responsabilidades dos funcionários civis do Estado.

Lei n. 485 de 28-3-51 (D. O. de 8-4-51) —

Concede o auxílio de Cr$ 25 000,00 ao "Itanguaense Foot Ball Club", com sede em Itanguá, Município de Cariacica, para atender às suas urgências necessidades — Abre o crédito necessário para a execusão desta lei.

Lei n. 486 de 20-4-51 (D. O. de 24-4-51) —

Cria na Comarca de Baixo Guandu um Cartório de Crime do Júri - Cria e inclui na P. E. do Q. U. do Estado 1 cargo de Escrivão do Crime, Júri e Execuções criminais, padrão "L".

Lei n. 487 de 20-4-51 (D. O. de 24-4-51) —

Autoriza o Govêrno do Estado a transferir para o patrimônio da União os bens e direitos da Faculdade de Direito do Espírito Santo.

Lei n. 488 de 30-4-51 (D. O. de 1.º-5-51) —

Concede ao Governador do Estado 90 dias de licença para se ausentar do Estado, podendo gozá-los parcelada ou ininterruptamente, quando e onde lhe convier.

Lei n. 489 de 2-5-51 (D. O. de 3-5-51) —

Autoriza o Executivo a construir um hospital em Baixo Guandu, sendo que o projeto de construção, execução das obras e instalação do hospital ficarão a cargo do DES — Abre o crédito especial de Cr$ 1 000 000,00 para atender às despesas com início das obras — Determina a inclusão da dotação de Cr$ 1 000 000,00 para conclusão das obras e instalação do hospital.

Lei n. 490 de 8-5-51 (D. O. de 9-5-51) —

Concede o auxílio de Cr$ 80 000,00 ao Iate Clube do Espírito Santo, com sede em Vitória, para completar a construção de sua sede — Abre crédito especial de igual quantia para execução desta lei.

Lei n. 491 de 15-5-51 (D. O. de 17-5-51) —

Dispõe sôbre a discussão e votação dos projetos de lei vetados pelo Governador do Estado.

Lei n. 492 de 17-5-51 (D.O. de 20-5-51) —

Dispõe sôbre compromissos e posses do Governador e Vice-Governador do Estado.

Lei n. 493 de 29-5-51 (D. O. de 30-5-51) —

Eleva ao padrão "P" o cargo de Escrivão do Tribunal de Justiça, padrão "M", da P.E. do Q.U. do Estado.

Lei n. 494 de 31-5-51 (D. O. de 2-6-51) —

Concede ao antigo servidor do Estado, João Fonseca da Silva, uma pensão de Cr$ 600,00 mensais.

Lei n. 495 de 5-6-51 (D. O. de 6-6-51) —

Cria, na Sec. do Interior e Justiça, a Assessoria Técnico-Consultiva, e dá suas atribuições — Cria e inclui na Tab. n. 2 da P.P. do Q.U. do Estado 1 cargo de "Assessor-Chefe", padrão "R-1", de provimento em comissão e na Tab. n. 4, quatro funções de "Assessor" com a gratificação mensal de Cr$ 1 200,00.

Lei n. 496 de 28-6-51 (D. O. de 3-7-51) —

Eleva para Cr$ 800,00 mensais a pensão concedida a Dona Esther Penna Gomes pela Lei n. 114, de 25-10-48.

Lei n. 497 de 28-6-51 (D. O. de 3-7-51) —

Equipara aos de Comissário de Polícia, padrão "G", da P.P. do Q.U. do Estado, os vencimentos do cargo de Comissário de Vigilância de Menores, da P.E. do Q.U. do Estado.

Lei n. 498 de 28-6-51 (D. O. de 3-7-51) —

Cria e inclui na P.E. do Q.U. do Estado 1 cargo de Servente, padrão "A", a ser lotado na Comarca de Itapemirim.

Lei n. 499 de 28-6-51 (D. O. de 3-7-51) —

Abre o crédito especial de Cr$ 2 000.000,00 para atender às despesas no corrente exercício, com os festejos comemorativos do 4.º Centenário da Fundação de Vitória.

Lei n. 500 de 2-7-51 (D. O. de 5-7-51) —

Dispõe sôbre a percepção de estipêndio sob sistema de remuneração, e determina os funcionários participantes em serviço direto de arrecadação e fiscalização de rendas — Extingue a função gratificada de Chefe da Recebedoria da Capital — Cria, diretamente subordinada à Sec. da Fazenda, a Procuradoria Fiscal do Estado, no Rio de Janeiro — Transforma os cargos componentes das carreiras de Coletor e Fiscal de Rendas, da P.P. e S. do Q.U. do Estado, à medida que se vagarem, em cargos isolados, de provimento em comissão, padrão "E" — Extingue, à medida que se vagarem, os cargos da carreira de Agente Fiscal — Extingue o Posto de Fiscalização, no Rio de Janeiro, criado pela Lei n. 62 de 30-12-47 — Cria na Sec. da Fazenda, e inclui na Tab. n. 2 da P.P. do Q.U. do Estado diversos cargos, em comissão.

Lei n. 501 de 4-7-51 (D. O. de 7-7-51) —

Eleva ao padrão "P" o cargo de Chefe de Serviço, padrão "L", lotado no Serviço de Fiscalização de Medicina do DES, integrante da Tab. n. 2 da P.P. do Q.U. do Estado.

Lei n. 502 de 6-7-51 (D. O. de 7-7-51) —

Dispõe sôbre o imposto sôbre vendas e consignações que incidir sôbre o café em grão — Eleva para Cr$ 20,00 por saca de 60 quilos a "Taxa de Serviço do Estado" — Prevê multas para os casos de contrabando — Abre o crédito especial de Cr$ 2 400 000,00 para atender ao pagamento dos prêmios aos cafeicultores de que trata esta lei. — Revoga a alínea "c" do art. 1.º da Lei n. 197 de 31-12-36, alínea "f" do art. 4.º do livro I do Código de Impostos e Taxas vigentes e a alínea "c" do art. 1.º do Dec.-lei n. 16 264 de 7-10-46.

Lei n. 503 de 6-7-51 (D. O. de 11-7-51) —

Cria e inclui na Tab. n. 2 da P.P. do Q.U. do Estado um cargo isolado de Diretor, padrão "O", lotado no DES, Serviço de Tuberculose.

Lei n. 504 de 6-7-51 (D. O. de 13-7-51) —

Concede o empréstimo de Cr$ 700 000,00 à Empresa de Fôrça de luz Santa Maria, de Colatina, com cláusula hipotecária, a ser aplicado na construção da usina hidro-elétrica de 300 cavalos, para o abastecimento de energia do Vale do Canaan, abrangendo a Escola Agrotécnica do Estado. Autoriza a abertura do crédito necessário para ocorrer às despesas desta lei.

Lei n. 505 de 6-7-51 (D. O. de 12-7-51) —

Transforma os sete cargos de Auxiliar de Engenheiro, padrão "M", e os cargos de Auxiliar de Engenharia, padrão "M", de provimento em comissão, da Tab. n. 2 da P. P. do Q. U. do Estado em nove cargos de Auxiliar de Engenheiro, padrão "M", de provimento efetivo e incluídos na Tab. n. 1 da P. P. do Q. U. do Estado — Cria três cargos de Auxiliar de Engenheiro, padrão "M", isolados e de provimento efetivo, e incluídos na Tab. n. 1 da P. P. do Q. U. do Estado. — Extingue os cargos de Auxiliar Regional, padrão "D" e o cargo de Mestre de Obras, padrão "G", da Tab. n. 2 da P. S. do Q. U. do Estado — Assegura os direitos prescritos no art. 20 do dec.-lei federal n. 8 620 de 10-1-46 aos que, naquela data, ocupam os cargos de Auxiliar Regional, padrão "H" e Mestre de Obras, padrão "G". — Mantém nos novos cargos os atuais ocupantes dos cargos de Auxiliar de Engenheiro, padrão "M", Auxiliar de Engenharia, padrão "M", Mestre de Obras, padrão "G" e Auxiliar Regional, padrão "G".

Lei n. 506 de 10-7-51 (D. O. de 11-7-51) —

Aprova o aditamento ao Convênio de 22 de abril de 1926 entre os Estados do Espírito Santo e da Bahia, celebrado em 11-4-51, cujo texto acompanha a presente lei.

Lei n. 507 de 11-7-51 (D. O. de 12-7-51) —

Concede o auxílio de 500 000,00 ao Sindicato de Estivadores de Vitória, destinado à construção de sua sede, nesta cidade — Autoriza a abertura do crédito necessário para ocorrer às despesas desta lei.

Lei n. 508 de 11-7-51 (D. O. de 12-7-51) —

Autoriza o Poder Executivo a concorrer com a quantia de Cr$ ..... 1 000 000,00 para a construção, nesta Capital, do edifício em que funcionará um restaurante popular a ser instalado pelo SAPS.

Lei n. 509 de 11-7-51 (D. O. de 12-7-51) —

Concede o auxílio de Cr$ 500 000,00 ao Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Armazenador do Est. do Esp. Santo, destinado à construção de sua sede, nesta Capital — Abre o crédito necessário para ocorrer às despesas desta lei.

Lei n. 510 de 11-7-51 (D. O. de 12-7-51) —

Preceitua que, salvo disposição contrária, as leis do Estado entram em vigor na data de sua publicação na Capital, e três dias depois de publicadas, nos demais pontos de seu território.

Lei n. 511 de 16-7-51 (D. O. de 18-7-51) —

Dá a denominação de Secretaria da Viação e Obras Públicas à Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas, ficando a seu cargo as questões de transporte, comunicação e obras públicas em geral, energia elétrica, geografia, mineralogia e geologia — Cria a Secretaria da Agricultura, Terras e Colonização e assistência ao trabalho — Transforma a Divisão de Fomento e Organização da Produção em Divisão do Fomento — Cria uma Delegacia de Terras em Conceição da Barra — Cria e inclui na P. P. do Q. U. do Estado um cargo de Secretário de Estado, padrão "S" — Cria e inclui na P. P. do Q. U. do Estado: um cargo de Delegado de Terras, padrão "P", um cargo de Diretor, padrão "P"; um cargo de Diretor, padrão "O", de provimento em comissão; um cargo de Tesoureiro, padrão "J", de provimento efetivo e 10 funções gratificadas de Chefe de Seção, com a gratificação de Cr$ 550,00, todos lotados na SATC. — Abre o crédito de Cr$ 6 000 000,00 para atender às dspesas desta lei — Torna sem efeito a Lei n. 422 de 30-11-50.

Lei n. 512 de 27-7-51 (D. O. de 31-7-51) —

Autoriza o Poder Executivo a construir, pela SVOP uma rodovia unindo a estrada tronco Santa Teresa — Santa Leopoldina à estrada de Três Barras — Fundão, passando pelas localidades de Onze Voltas e Carneiros — Autoriza a abertura do crédito necessário para ocorrer às despesas desta lei.

Lei n. 513 de 4-8-51 (D. O. de 9-8-51) —

Autoriza o Executivo a abrir o crédito de Cr$ 175 000,00 para a aquisição de um automóvel para a Assembléia Legislativa.

Lei n. 514 de 10-8-51 (D. O. de 7-8-51) —

Dispõe sôbre a publicação do "Diário do Poder Legislativo".

Lei n. 515 de 18-8-51 (D. O. de 19-8-51) —

Autoriza o Executivo a abrir o crédito especial de Cr$ 650 000,00 para o pagamento da aquisição do prédio sito à Avenida Presidente Florentino Avidos, n. 87, nesta Capital.

Lei n. 516 de 4-9-51 (D. O. de 5-9-51) —

Reclassifica no padrão "P" o cargo de Escrivão de Menores, da P. E. do Q. U. do Estado — Revoga o art. 2.º da Lei n. 453, de 15-1-51, na parte em que concede uma gratificação mensal de Cr$ 500,00 ao Escrivão de Menores.

Lei n. 517 de 6-9-51 (D. O. de 7-9-51) —

Declara feriado em todo o território do Estado o dia 8-9-51, consagrado ao IV Centenário da Fundação de Vitória.

Lei n. 518 de 6-9-51 (D. O. de 7-9-51) —

Autoriza o Executivo a criar, subordinada à Sec. da Educação e Cultura, uma Escola de Belas Artes — Autoriza a abertura do crédito especial de Cr$ 150 000,00 para as despesas de instalação e contrato do pessoal necessário ao funcionamento do estabelecimento a que se refere está lei.

Lei n. 519 de 6-9-51 (D. O. de 7-9-51) —

Autoriza o Executivo a conceder o auxílio de Cr$ 3 000 000,00 à Prefeitura Municipal de Vitória, para execução de serviços de calçamento, prolongamento de rêdes de água, extensão das rêdes de energia elétrica nos bairros proletários e outras obras que se fizerem necessárias — Autoriza a abertura do crédito necessário ao cumprimento desta lei.

Lei n. 520 de 6-9-51 (D. O. de 7-9-51) —

Cria, com sede nesta Capital, a Escola Politécnica do Espírito Santo, destinada ao ensino de Engenharia em seus diversos ramos, à formação de técnicos altamente habilitados para o exercício da atividade profissional e à difusão e progresso da cultura técnicológica e suas especializações — Cria nas tabelas próprias do Q. U. do Estado doze cargos de Professor de Ensino Superior, padrão "L", uma função gratificada de Diretor, de Cr$ .. 1 200,00 mensais e um cargo de Secretário, padrão "J".

Lei n. 521 de 15-9-51 (D. O. de 18-9-51) —

Autoriza o Executivo a conceder à Comissão Encarregada da Construção do Monumento do Imigrante de Santa Leopoldina um auxílio de Cr$ 50 000,00, para conclusão da referida obra — Autoriza igualmente a abertura do crédito especial necessário para o atendimento desta despesa.

Lei n. 522 de 20-9-51 (D. O. de 22-9-51) —

Autoriza o Executivo a conceder à Escola de Música "Manoel Vicente de Castro", de Muqui, um auxílio de Cr$ 24 000,00 — Autoriza a inclusão anual no orçamento do Estado de uma subvenção de igual quantia à mesma Escola — Autoriza a abertura do crédito especial de Cr$ 24 000,00.

Lei n. 523 de 20-9-51 (D. O. de 22-9-51) —

Fixa em Cr$ 550,00 a gratificação de função pela Lei n. 412, de 30-12-50.

Lei n. 524 de 13-9-51 (D. O. de 27-9-51) —

Autoriza o Executivo a abrir o crédito especial de Cr$ 109 200,00 para atender ao pagamento da diferença de vencimentos de vinte Primeiros Sargentos Músicos da Polícia Militar do Estado, no período de 1946 a 1950, inclusive — Assegura aos Primeiros Sargentos Músicos reformados no período referido o direito à percepção da diferença mencionada.

Lei n. 525 de 2-10-51 (D. O. de 3-10-51) —

Autoriza o Executivo a conceder aos Ginásios São Geraldo e Irmãos Carneiro S. A., da cidade de Guaçuí, dêste Estado, o auxílio de Cr$ ..... 100 000,00 dividido igualmente entre êles — Autoriza o Executivo a abrir o crédito especial necessário à execução desta lei.

Lei n. 526 de 2-10-51 (D. O. de 3-10-51) —

Autoriza a Caixa Beneficente "Jerônimo Monteiro" a conceder a diversas Senhoras uma pensão mensal de Cr$ 2 000,00.

Lei n. 527 de 2-10-51 (D. O. de 3-10-51) —

Autoriza o Executivo a contrair um empréstimo interno no montante de Cr$ 150 000 000,00 que se aplicará em estudos, projetos e início de execução de um plano de desenvolvimento econômico do Estado do Espírito Santo, discriminando o meio do lançamento do empréstimo, sua duração e outras aplicações.

Lei n. 528 de 2-10-51 (D. O. de 3-10-51) —

Cria o Conselho Consultivo de Administração, dirètamente subordinado ao Governador do Estado, incumbindo de proceder nos estudos e opinar sôbre todos os assuntos relacionados com a administração pública estadual, sugerindo sugestões e preconizando a adoção de medidas legislativas ou administrativas — Constitui o Conselho de oito conselheiros, nomeados pelo Governador, entre pessoas especializadas nos assuntos mencionados nesta lei — Dispõe sôbre as atribuições do Conselho e diz a respeito de sua instalação — Autoriza a abertura de um crédito especial de Cr$ 6 000,00 para a manutenção do Conselho Consultivo de Administração.

Lei n. 529 de 6-10-51 (D. O. de 9-10-51) —

Reclassifica os atuais oficiais administrativos da Caixa Beneficente "Jerônimo Monteiro", padrões "C", "D", "E", e "G" nos padrões "D", "E", "F" e "H", respectivamente — Suprime os cargos vagos do padrão "C".

Lei n. 530 de 8-10-51 (D. O. de 9-10-51) —

Autoriza o Executivo a construir a rodovia que, partindo de Bom Jesus do Norte, do Mun. de São José do Calçado, vá alcançar as sedes dos distritos de Iuru, Apiacá e Ponte de Itabapoana, no Mun. de Mimoso do Sul, reconstrução da rodovia Itabapoana Limeira e construção do trecho Limeira até alcançar a rodovia Jonas Santos Neves — Autoriza a abrir o crédito especial de Cr$ 600 000,00 para execução da presente lei.

Lei n. 531 de 8-10-51 (D. O. de 9-10-51) —

Reconhece de utilidade pública o Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários e Anexos do Est. do Esp. Santo.

Dec. n. 532 de 26-10-51 (D. O. de 28-10-51) —

Dá a denominação de Serviço de Biodemografia e Estatística da Saúde à Seção de Estatística Vital e Sanitária da Divisão Técnica do DES, ficando diretamente subordinada ao Diretor Geral — Cria na P. P. do Q. U. do Estado dois cargos isolados de Biodemógrafo-Auxiliar, padrão "H", de provimento efetivo — Reclassifica no padrão "P", o cargo isolado de Biodemógrafo, padrão "L", da P. P.

Lei n. 533 de 5-11-51 (D. O. de 7-11-51) —

Aprova o Convênio celebrado em 28-6-51 entre o Govêrno do Estado e o SESP.

Lei n. 534 de 9-11-51 (D. O. de 17-11-51) —

Autoriza o Executivo a abrir um crédito especial de Cr$ 1 522 574,60 para o pagamento de diversas despesas do "exercício findo".

Lei n. 535 de 14-11-51 (D. O. de 17-11-51) —

Autoriza o Executivo a construir uma escola de pesca, no Mun. de Aracruz, sob a denominação de "Escola de Pesca Caboclo Bernardo" — Autoriza a abertura do crédito especial necessário ao cumprimento desta lei.

Lei n. 536 de 27-11-51 (D. O. de 29-11-51) —

Abre o crédito suplementar de Cr$ 780 660,00 para reforço de diversas verbas do orçamento vigente — Abre o crédito especial de Cr$ 25 000,00 para preparo e instalação da galeria dos ex-Presidentes da Assembléia Legislativa.

Lei n. 537 de 27-11-51 (D. O. de 29-11-51) —

Concede ao Instituto Pasteur do Esp. Santo, com sede em Vitória, a partir de 1.º de janeiro de 1951, isenção de impostos estaduais, exclusive taxas, pelo prazo de cinco anos, para produção e venda de vacinas anti-rábicas.

Lei n. 538 de 27-11-51 (D. O. de 29-11-51) —

Autoriza o Executivo a abrir o crédito suplementar de Cr$ ..... 2 000,00, ao Tribunal de Justiça, para reforço da dotação da Tab. n.º 2 — 8013/402.

Lei n. 539 de 21-11-51 (D. O. de 30-11-51) —

Orça a Receita do Estado em Cr$ 417 032 000,00 e a despesa em Cr$ 417 017 150,00.

Lei n. 540 de 28-11-51 (D. O. de 1.º-12-51) —

Autoriza o Executivo a abrir, ao Tribunal de Justiça o crédito suplementar de Cr$ 25 000,00 para reforço da dotação da Tab. n. 2, códigos 8014/506.

Lei n. 541 de 29-11-51 (D. O. de 30-11-51) —

Dá nova redação ao art. 3.º da Lei n. 345, de 29 de novembro de 1950, preceituando que os deputados perceberão mensalmente Cr$ 4 000,00, além do subsídio e da quota, e o Presidente Cr$ 1 000,00.

Lei n. 541 de 28-11-51 (D. O. de 1.º-12-51) —

Autoriza ao Executivo a conceder à Prefeitura Municipal de Muqui o auxílio de Cr$ 117 301,10, para ocorrer às despesas com a inundação de novembro de 1950 — Autoriza o Executivo a abrir o crédito especial necessário.

Lei n. 542 de 28-11-51 (D. O. de 1.º-12-51) —

Autoriza o Executivo a abrir o crédito especial de Cr$ 900 000,00 para atendimento de despesas relacionadas com a questão de limites com o Estado de Minas Gerais.

Lei n. 543 de 27-11-51 (D. O. de 1.º-12-51) —

Autoriza o Executivo a conceder o auxílio de Cr$ 250 000,00 à Prefeitura de Colatina, para a construção de uma rodovia que, partindo de "Liberdade", atingirá Patrimônio Governador Lindenberg.

Lei n. 544 (Não foi publicada)

Lei n. 545 de 29-11-51 (D. O. de 1.º-12-51) —

Estende aos oficiais e praças da Polícia Militar os favores de que tratam o art. 166 e seus parágrafos da Lei n. 484, de 19-3-51.

Lei n. 546 de 29-11-51 (D. O. de 1.º-12-51) —

Cria e inclui na Tab. n. 2 da P. P. do Q. U. do Estado um cargo de Diretor de Serviço, padrão "O", de provimento em comissão, lotado no Serv. Distrital do DES.

Lei n. 547 de 4-12-51 (D. O. de 6-12-51) —

Autoriza o Executivo a promover, pelo órgão técnico do DES, a reforma do serviço de abastecimento dágua à cidade de Mimoso do Sul — Autoriza o Executivo a abrir o crédito especial de Cr$ 1 000 000,00 para a execução da presente lei.

Lei n. 548 de 4-12-51 (D. O. de 6-12-51) —

Reclassifica no padrão "G" o cargo isolado de Mecânico, padrão "E", da P. S. do Q. U. do Estado.

Lei n. 549 de 7-12-51 (D. O. de 13-12-51) —

Classifica em cinco entrâncias os estabelecimentos de ensino primário — Dá a denominação de Escolas Singulares às atuais Escolas Isoladas — Institui o Concurso de Remoção de Professôres de Ensino Primário — Fixa em 1 500 o número de cargos de "Professor Primário" da Tab. n. 3 da P. S. do Q. U. do Estado — Institui o Concurso Anual de Ingresso e Reingresso no Magistério Primário — Extingue os cargos de "Professor Primário" da Tab. n. 3 da P. S. do Q. U. do Estado — Eleva aos da classe "I" os vencimentos dos cargos de Diretor de Grupo Escolar da Tab. n. 3 da P. P. do Q. U. do Estado.

Lei n. 550 de 7-12-51 (D. O. de 11-12-51) —

Cria, com sede nesta Capital, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Espírito Santo — Cria nas Tabelas próprias da P. P. do Q. U. do Estado vinte cargos de Professor de Ensino Superior, padrão "L", uma função gratificada de Diretor, de Cr$ 1 200,00 e um cargo de Secretário, padrão "J" — Autoriza o Executivo a abrir crédito necessário para execução da presente lei.

Lei n. 551 de 11-12-51 (D. O. de 14-12-51) —

Prorroga até 21 de dezembro os trabalhos correspondentes à 1.ª Sessão Ordinária da 2.ª Legislatura da Assembléia Legislativa.

Lei n. 552 de 11-12-51 (D. O. de 14-12-51) —

Concede auxílios a diversos estabelecimentos de ensino na importância de Cr$ 127 000,00, para o que é autorizado à abertura do crédito correspondente.

Lei n. 553 de 14-12-51 (D. O. de 15-12-51) —

Concede ao Consulado dos EE. UU. da América do Norte, desta Capital, isenção do impôsto de transmissão "intervivos", para a aquisição de um prédio e respectivo terreno, nesta Capital, destinado à residência oficial do Cônsul.

Lei n. 554 de 14-12-51 (D. O. de 15-12-51) —

Autoriza o Executivo a incluir, no plano de obras do DER a retificação da estrada Muqui-Mimoso, passando pela usina Aparecida.

Lei n. 555 de 12-12-51 (D. O. de 18-12-51) —

Aprova o convênio celebrado entre o Govêrno do Estado e o IBGE, para elaboração de um novo mapa corográfico do Estado.

Lei n. 556 de 15-12-51 (D. O. de 18-12-51) —

Autoriza o Executivo fixar em Cr$ 10 000,00 os vencimentos de Secretário de Estado e de Desembargador do Tribunal de Justiça.

Lei n. 557 de 15-12-51 (D. O. de 18-12-51) —

Revoga o art. 6.º da Lei n. 112 de 12-10-48.

Lei n. 558 de 15-12-51 (D. O. de 18-12-51) —

Anula diversas verbas constantes da Tab. n. 57, Faculdade de Direito.

Lei n. 559 de 15-12-51 (D. O. de 18-12-51) —

Abre o crédito especial de Cr$ 875 000,00 destinado ao pagamento de serviços técnicos na elaboração dos estudos de aproveitamento do potencial hidráulico da região do planalto de Santa Maria, para a construção da usina Rio Bonito e aproveitamento posterior das cachoeiras da Fumaça e Suíça.

Lei n. 560 de 15-12-51 (D. O. de 18-12-51) —

Abre o crédito especial de Cr$ 720 000,00, destinado a atender ao pagamento de serviços técnicos para a conclusão dos estudos referentes ao Plano de Remodelação, Extensão e Embelezamento da cidade de Vitória.

Lei n. 561 de 18-12-51 (D. O. de 19-12-51) —

Concede no corrente mês uma gratificação de Cr$ 500,00, acrescida três vêzes o valor do salário família aos servidores públicos estaduais — Autoriza o Executivo a abrir o crédito especial de Cr$ 5 100 000,00 para atender a esta lei.

Lei n. 562 de 18-12-51 (D. O. de 20-12-51) —

Concede o auxílio de Cr$ 250 000,00 à Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e Infância de Cachoeiro de Itapemirim, para a conclusão de seu Jardim de Infância e Parque Infantil — Abre o crédito especial correspondente.

Lei n. 563 de 18-12-51 (D. O. de 20-12-51) —

Dispõe sôbre os trabalhos a que se refere o art. 116 da Lei n. 484 de 19-3-51.

Lei n. 546 de 18-12-51 (D. O. de 20-12-51) —

Abre o crédito especial de Cr$ 149 246,80 para o pagamento à firma Antenor Guimarães & Cia. Ltda., por saldo de suas contas relativas ao contrato assinado com o Estado em 21-1-43, para o desmonte do morro do Forte de São João e atêrro dos mangues entre o almoxarifado da Prefeitura de Vitória, o mar, a ilha de Santa Maria e a estrada de cimento armado que dá acesso às praias da Capital.

Lei n. 565 de 20-12-51 (D. O. de 23-12-51) —

Abre o crédito suplementar de Cr$ 2 202 950,00 para refôrço de diversas verbas, cuja relação descreve.

Lei n. 566 de 20-12-51 (D. O. de 22-12-51) —

Autoriza o Executivo a pagar os juros e taxas devidos por operações de crédito realizadas entre agricultores e a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil S/A., Banco Crédito Agrícola do Espírito Santo S/A., respectivamente, e dá outras providências.

Lei n. 567 de 21-12-51 (D. O. de 22-12-51) —

Autoriza o Executivo a abrir o crédito especial de Cr$ 1 698 556,10 para pagamento do saldo das quotas dos anos de 1948 e 1949, reguladas pela Lei Estadual de novembro de 1947, n. 20, a diversas Prefeituras.

Lei n. 568 de 21-12-51 (D. O. de 22-12-51) —

Concede ao "Siribeira Clube" da cidade de Guarapari, a quantia de Cr$ 150 000,00, a título de auxílio, para a construção de sua sede social — Autoriza o Executivo a abrir o crédito especial necessário ao cumprimento desta lei.

Lei n. 569 de 21-12-51 (D. O. de 22-12-51) —

Autoriza o Executivo a elevar para Cr$ 2 000,00 a pensão mensal à Sra. Evelina Azambuja Costa Pereira, filha do ex-Presidente do Esp. Santo, Costa Pereira.

Lei n. 570 de 21-12-51 (D. O. de 23-12-51) —

Autoriza o Executivo a doar ao Estrêla do Norte Futebol Clube, de Cachoeiro de Itapemirim, um terreno situado no bairro do Mercado, onde está sendo construída a sua praça de esportes.

Lei n. 571- de 21-12-51 (D. O. de 23-12-51) —

Autoriza o Executivo a conceder um auxílio de Cr$ 30 000,00 à comissão encarregada da construção do monumento do ex-Presidente do Estado, Coronel Nestor Gomes, na cidade de Guaçuí. Autoriza igualmente, à execução desta lei, a abertura do crédito especial necessário.

Lei n. 572 de 21-12-51 (D. O. de 23-12-51) —

Autoriza o Executivo a anular, totalmente, na Tab. n. 3, Juizado de Direito, a verba 8011/218, no valor de Cr$ 10 000,00, e parcialmente, na quantia de Cr$ 5 000,00, a verba 8014/508 — Autoriza igualmente a abertura de um crédito suplementar de Cr$ 15 000,00 para refôrço da verba 80113219, da mesma tabela.

Lei n. 573 de 21-12-51 (D. O. de 23-12-51) —

Autoriza o Executivo a abrir um crédito especial de Cr$ 100 000,00 para a aquisição de uma caminhonete destinada aos serviços da Imprensa Oficial do Estado.

Lei n. 574 de 22-12-51 (D. O. de 27-12-51) —

Abre o crédito especial de Cr$ 642 575,60 para atender a diversas despesas previstas no orçamento vigente, cuja relação descreve.

Lei n. 575 de 22-12-51 (D. O. de 27-12-51) —

Dispõe sôbre a revenda de sêlos estaduais.

Lei n. 576 de 22-12-51 (D. O. de 27-12-51) —

Autoriza o Executivo a abrir o crédito especial de Cr$ 8 939 010,00 para atender a diversas despesas, cuja relação descreve.

Lei n. 577 de 21-12-51 (D. O. de 27-12-51) —

Autoriza o Executivo a conceder à Prefeitura de Colatina o auxílio de Cr$ 150 000,00 para construção de uma rodovia que, partindo de Alto Patrão-Mor, atinja Palmas.

Lei n. 578 de 26-12-51 (D. O. de 27-12-51) —

Concede ao pintor espírito-santense Levino Fânzeres o prêmio de Cr$ 100 000,00 pelo trabalho que vem realizando em 50 anos de atividade intensa pelo desenvolvimento e perfeição da arte da pintura no Brasil e propagando as belezas naturais do Espírito Santo — Autoriza o executivo a abrir o necessário crédito especial para execução desta lei.

Lei n. 579 de 26-12-51 (D. O. de 27-12-51) —

Abre o crédito especial de Cr$ 256 000,00 para atender à despesa resultante da Lei n. 544, de 30-11-51.

Lei n. 580 de 26-12-51 (D. O. de 27-12-51) —

Concede ao Governador do Estado 90 dias de licença, no decorrer de 1952, podendo gozá-la seguida ou interruptamente, quando e onde lhe convier.

Lei n. 581 de 26-12-51 (D. O. de 29-12-51) —

Dispõe sôbre o preenchimento dos cargos de Governador e Vice-Governador, quando ocorrida a sua vacância.

Lei n. 582 de 28-12-51 (D. O. de 29-12 51) —

Autoriza o Executivo a promover, por intermédio da SVOP, a conclusão das obras de construção do Hospital da cidade de Alegre — Autoriza o Executivo a dispender nas referidas obras a quantia de Cr$ 1 000,00, para o que abrirá o crédito especial necessário.

Lei n. 583 de 28-12-51 (D. O. de 29-12-51) —

Autoriza o Executivo a abrir o crédito especial de Cr$ 8 920 501,00 para atender a diversas despesas, cuja relação descreve.

Lei n. 584 de 28-12-51 (D. O. de 29-12-51) —

Cria e inclui na P. E. do Q. U. do Estado um cargo de Servente, padrão "A", a ser lotado na Comarca de Guarapari.

Lei n. 585 de 28-12-51 (D. O. de 29-12-51) —

Autoriza o Executivo a conceder o auxílio de Cr$ 500 000,00 à Prefeitura Municipal de Muqui, para execução das obras de defesa da cidade contra as inundações, de acôrdo com o plano e orientação técnica do D. N. O. S. — Igualmente autoriza o Executivo a abrir o necessário crédito especial devido para atendimento desta lei.

Lei n. 586 de 28-12-51 (D. O. de 29-12-51) —

Autoriza o Executivo a conceder o auxílio de Cr$ 500 000,00 à Prefeitura Municipal de Muqui, para execução das obras de defesa da cidade contra as inundações — Igualmente, autoriza a abertura do crédito necessário à execução desta lei.

Lei n. 587 de 28-12-51 (D. O. de 29-12-51) —

Autoriza o Executivo a abrir um crédito especial de Cr$ 329 837,40 para pagamento de despesas efetuadas em exercícios anteriores, conforme relação que faz parte integrante desta lei.

Lei n. 588 de 28-12-51 (D. O. de 29-12-51) —

Considera decênio, para efeitos do art. 279, da Lei n. 484, de 19-3-51, o tempo de serviço prestado exclusivamente em cargo isolado, estadual, de provimento efetivo.

Lei n. 589 de 28-12-51 (D. O. de 29-12-51) —

Autoriza o Executivo a adquirir, pelo preço de Cr$ 323 000,00 a Casa de Saúde e Hospital "Getúlio Vargas", da cidade de Guaçuí, neste Estado — Para atendimento das despesas desta lei, autoriza a abertura do crédito especial necessário, e Cr$ 200 000,00 para atender às despesas com o funcionamento dêsse Hospital no ano de 1952.

Lei n. 590 de 28-12-51 (D. O. de 29-12-51) —

Autoriza o Executivo a abrir o crédito especial de Cr$ 12 000 000,00 para diversos empreendimentos, cuja relação descreve.

Lei n. 591 de 28-12-51 (D. O. de 30-12-51) —

Autoriza o Executivo a abrir um crédito suplementar de Cr$ ..... 12 048 870,00 destinado ao refôrço de diversas dotações, cuja relação descreve.

Lei n. 592 de 28-12-51 (D. O. de 30-12-51) —

Autoriza o Executivo a abrir o crédito especial de Cr$ 473 756,60 para a regularização de diversas despesas efetuadas pela SAVOP, no exercício de 1950, as quais deixaram de ser empenhadas naquela época, por insuficiências de dotações.

Lei n. 593 de 28-12-51 (D. O. de 30-12-51) —

Autoriza o Executivo a conceder à Santa Casa de Misericórdia um auxílio de Cr$ 1 800 000,00, para cobertura dos "deficits" entre a Receita e a Despesa daquela Instituição, do Serviço de Pronto Socorro e da Obra Social Santa Luiza, no período de julho de 1951 a dezembro de 1952.

Lei n. 594 de 28-12-51 (D. O. de 30-12-51) —

Eleva, para Cr$ 1 200,00, a gratificação atribuída à função de Diretor da Faculdade de Odontologia do Esp. Santo, criada pela Lei n. 304, de 20-12-49.

Lei n. 595 de 28-12-51 (D. O. de 30-12-51) —

Autoriza o Executivo a abrir o crédito suplementar de Cr$ ..... 3 306 010,70 para refôrço de diversas verbas da Tab. n. 29, Imprensa Oficial, cuja relação descreve.

Lei n. 596 de 28-12-51 (D. O. de 30-12-51) —

Autoriza o Executivo a abrir um crédito especial de Cr$ 18 076 473,20 destinado à regularização de diversas despesas efetuadas e pagas em anos anteriores pela Administração do Pôrto de Vitória, Estrada de Ferro Itapemirim, Navegação do Rio Doce e Rádio Esp. Santo.

Lei n. 597 de 28-12-51 (D. O. de 30-12-51) —

Dispõe sôbre a despesa com a alimentação, vestuário e saúde dos infratores da lei penal.

Lei n. 598 de 28-12-51 (D. O. de 30-12-51) —

Institui a Contribuição de Melhoria Prevista no Art. 62 da Constituição Estadual, que recairá sôbre os móveis de propriedade particular, em consequência de obras do Estado.

Lei n. 599 de 28-12-51 (D. O. de 30-12-51) —

Dispõe sôbre os vencimentos, etapas e gratificações aos efetivos da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Polícia Especial.

Lei n. 600 de 28-12-51 (D. O. de 31-12-51) —

Dá a denominação de Departamento de Imprensa Oficial à atual Imprensa Oficial, órgão subordinado à Sec. do Interior e Justiça, e dispõe sôbre suas atribuições — Extingue o cargo de "Diretor", padrão "O", da Imprensa Oficial — Cria e inclui na P. P. do Q. U. do Estado os cargos isolados a serem lotados no DIO: Diretor Geral, padrão "Q", Gerente, padrão "N", Assistente Administrativo, padrão "N" e Tesoureiro, padrão "K" — Cria Diversas funções gratificadas e dispõe sôbre a extinção, na vacância, de diversos cargos e funções de extranumerários — Autoriza o DIO a editar o órgão de publicidade "Diário da Manhã", sem ônus para o Estado, e independente do "Diário Oficial".

Lei n. 601 de 28-12-51 (D. O. de 31-12-51) —

Autoriza o Executivo a abrir o crédito Suplementar de Cr$ ..... 27 771 215,00, destinado ao refôrço de diversas verbas, cuja relação descreve.

Lei n. 602 de 28-12-51 (D. O. de 31-12-51) —

Autoriza o Executivo a construir uma ponte de cimento armado sôbre o rio Muqui do Sul, na cidade de Mimoso do Sul, por intermédio da SVOP.

Lei n. 603 de 28-12-51 (D. O. de 31-12-51) —

Reclassifica os vencimentos dos funcionários da Secretaria da Assembléia Legislativa.

Lei n. 604 de 28-12-51 (D. O. de 31-12-51) —

Autoriza a Secretaria da Assembléia Legislativa a mandar preparar, para os automóveis particulares dos Srs. Deputados, placas brancas numeradas de 1 a 32.

Lei n. 605 de 29-12-51 (D. O. de 31-12-51) —

Cria na cidade de Colatina um estabelecimento de ensino secundário e normal com a denominação de Colégio Estadual e Escola Normal "Conde de Linhares" — Autoriza o Executivo a adquirir o terreno e edificações em que funciona o estabelecimento particular "Colégio Conde de Linhares", e bem assim os seus móveis e equipamentos, para instalação do novo estabelecimento — Cria nas tabelas próprias do Q. U. do Estado e P. P., 15 cargos de Professor de ensino secundário, padrão "L", 1 função gratificada de Diretor, de Cr$ 1 200,00 e 1 cargo de Secretário, padrão "J" — Autoriza o Executivo abrir o crédito especial de Cr$ 2 400 000,00 para atender às despesas desta lei.

Lei n. 606 de 29-12-51 (D. O. de 31-12-51) —

Cria, na Secretaria da Fazenda, a Divisão do Patrimônio, destinada a superintender e executar os serviços relativos aos bens patrimoniais do Estado, e dá suas atribuições — Cria e inclui na Tab. n. 2 da P. P. do Q. U. do Estado um cargo de Diretor, padrão "O", de provimento em comissão — Autoriza o Executivo a abrir o crédito especial de Cr$ 20 000,00, para execução desta lei.

Lei n. 607 de 29-12-51 (D. O. de 31-12-51) —

Eleva os vencimentos dos servidores do Estado.

Lei n. 608 de 29-12-51 (D. O. de 31-12-51) —

Autoriza o Executivo a erigir o monumento em homenagem a D. Luiz Scortegagna, Bispo do Espírito Santo, no plano de obras da Catedral de Vitória — Autoriza igualmente a abertura do crédito especial de Cr$ ..... 2 500 000,00 para atender às despesas desta lei, incluindo, nessas despesas, o término do referido templo.

Lei n. 609 de 31-12-51 (D. O. de 5-1-52) —

Modifica e regulamenta a legislação tributária do Estado.

Lei n. 610 de 31-12-51 (D. O. de 6-1-52) —

Dispõe sôbre a Escola de Belas Artes do Espírito Santo — Cria nas Tabelas próprias da P. P. do Q. U. do Estado, e lotados na escola recem criada, uma função de Diretor de Cr$ 1 200,00; seis cargos de Professor de Ensino Superior, padrão "L" e um cargo de Secretário, padrão "J".

Lei n. 611 de 31-12-51 (D. O. de 6-1-52) —

Regulamenta vantagens aos oficiais, subtenentes e sargentos da Polícia Militar do Estado.

Lei n. 612 de 31-12-51 (D. O. de 6-1-52) —

Institui a Junta de Recursos Fiscais, para regular as relações entre o Fisco e os contribuintes, composta de 6 membros, nomeados, em comissão, pelo Governador.

Lei n. 613 de 31-12-51 (D. O. de 6-1-52) —

Dispõe sôbre as formas de cooperação financeira do Estado com as entidades privadas, discriminando as intituições que podem receber subvenção e o processo de sua concessão.

Lei n. 614 de 31-12-51 (D. O. de 8-1-52) —

Autoriza o Estado a garantir o empréstimo, que sob forma de financiamento, Barbará & Cia Ltda. pretende contrair com o Banco do Brasil S. A., dispondo sôbre as condições para que se possam tornar efetivas as garantias do Estado.

Lei n. 615 de 31-12-51 (D. O. de 16-1-52) —

Cria o Instituto de Previdência e Assistência Jerônimo Monteiro, com autonomia administrativa, personalidade jurídica e financeira e sede e fôro na Capital do Estado e dispõe sôbre sua finalidade.

Lei n. 616 de 9-1-51 (D. O. de 11-1-52) —

Autoriza o Executivo a dispender, anualmente, para a concessão de matrículas gratuitas, a importância de Cr$ 500 000,00, destinados ao pagamento de matrículas e de anuidades do curso secundário, em ginásios, escolas de comércio e colégios sitos no território do Estado, com alunos reconhecidamente pobres, cuja forma estabelece — Autoriza ainda o Executivo a abrir o necessário crédito para atendimento desta lei.

Lei n. 617 de 31-12-51 (D. O. de 22-1-52) —

Dispõe sôbre as terras devolutas do Estado.

'Elaborado pela Divisão de Organização".

DECRETOS DO ANO DE 1951

EMENTÁRIO

Dec. n. 492 de 5-1-51 (D. O. de 5-1-51) —

Considera ponto facultativo o dia 6 (seis) do corrente, consagrado aos Reis Magos, excluídos os serviços industriais e a Contadoria Geral.

Dec. n. 510 de 12-1-51 (D. O. de 18-1-51) —

Transforma em Escolas Reunidas as escolas de Goiabeiras, no município da Capital.

Dec. n. 511 de 12-1-51 (D. O. de 18-1-51) —

Estabelece o funcionamento do ano de 1951 para o curso primário.

Dec. n. 512 de 12-1-51 (D. O. de 18-1-51) —

Dá a denominação de "Professôra Alípia Fraga" às Escolas Reunidas de Goiabeiras, município da Capital.

Dec. n. 513 de 12-1-51 (D. O. de 18-1-51) —

Institui uma função de Despachante, ref. "V", na Tabela de Funções Isoladas, anexa ao Dec. 15 876, de 24-5-45.

Dec. n. 514 de 12-1-51 (D. O. de 18-1-51) —

Cria e inclui na T. N. M. n. 49 da Sec. da Educação e Cultura uma função de Despachante ref. "V".

Dec. n. 515 de 12-1-51 (D. O. de 18-1-51) —

Cria e inclui na T. N. M. n. 49 da Sec. da Educação e Cultura duas funções de Auxiliar de Escritório, ref. "V".

Dec. n. 516 de 12-1-51 (D. O. de 18-1-51) —

Suprime na T. N. M. n. 49 da Sec. da Educação e Cultura duas funções de Auxiliar de Escritório, ref. "IV" e uma de Despachante, ref. "III".

Dec. n. 517 de 12-1-51 (D. O. de 18-1-51) —

Cria e inclui na Tabela n. 63 — S. A. SAVOP uma função de Contínuo, ref. "III".

Dec. n. 518 de 12-1-51 (D. O. de 18-1-51) —

Extingue a Tabela n. 3 da P. S. do Q. U. do Estado, um cargo de Contínuo classe "B" do S. A. da SAVOP em virtude do falecimento de seu ocupante.

Dec. n. 519 de 12-1-51 (D. O. de 18-1-51) —

Institue uma função de Operador Cinematográfico ref. "V" na Tabela de Funções Isoladas, anexa ao Dec. n. 15 876, de 24-5-45.

Dec. n. 520 de 16-1-51 (D. O. de 18-1-51) —

Autoriza o exercício do Contador, padrão "I" Manoel Figueiredo de Andrade — da Administração do Pôrto de Vitória, na Divisão do Fomento da Produção da SAVOP, até 31 de dezembro de 1951, para auxiliar a contabilidade.

Dec. n. 521 de 16-1-51 (D. O. de 18-1-51) —

Autoriza o exercício do Veterinário, padrão "O", Tuffy Nader, do DES, na Divisão do Fomento e Organização da Produção, da SAVOP, a partir de 1.º-1 até 31-12-51.

Dec. n. 522 de 16-1-51 (D. O. de 18-1-51) —

Prorroga até 31-12-51 o exercício na Secretaria da Educação e Cultura para o fim de organizar os Clubes Agrícolas Escolares, o Técnico Rural "J" Henrique Rimolo, lotado na SAVOP, a partir de 1.º-1-51.

Dec. n. 523 de 16-1-51 (D. O. de 19-1-51) —

Suprime na Tab. n. 2 da P. S. do Q. U. do Estado o cargo de Mestre de Ofício, padrão "C", vago em virtude do falecimento do seu ocupante — Suprime na Tab. n. 3 da P. S. do Q. U. do Estado os seguintes cargos: 7 de Agente Fiscal, classe "D"; 1 de Coletor, classe "D"; 1 de Contador, classe "G"; 1 de Desenhista, classe "H"; 1 de Inspetor de Trânsito, classe "C"; 1 de Motorista, classe "E"; 2 de Oficial Administrativo, classe "D"; 2 de Professor de Concurso, classe "B" e 1 de Professor Primário, classe "B". Suprime na Tab. n. 4 da P. S. do Q. U. do Estado o cargo de Secretário, padrão "E".

Dec n. 524 de 18-1-51 (D. O. de 19-1-51) —

Suprime na T. N. M. n. 52 da Secretaria da Educação e Cultura 1 função de Carpinteiro, ref. "IV".

Dec. n. 525 de 18-1-51 (D. O. de 19-1-51) —

Cria e inclui na T. N. M. n. 52 da Secretaria da Educação e Cultura uma função de Motorista, ref. "IV".

Dec. n. 526 de 12-1-51 (D. O. de 19-1-51) —

Cria e inclui na T. N. M. n. 54 da Secretaria da Educação e Cultura uma função de Contínuo, ref. "II" — Cria e inclui na T. N. M. n. 58 da Sec. da Educação e Cultura uma função de Contínuo, ref. "IV".

Dec. n. 527 de 19-1-51 (D. O. de 20-1-51) —

Tranfere da T. N. M. do D. S. P. para a de n. 11 do D. E. S. uma função de Assistente de Administração, ref. "VII", continuando preenchida pelo seu atual ocupante.

Dec. n. 528 de 19-1-51 (D. O. de 20-1-51) —

Suprime na Tab. n. 3 da P. S. do Q. U. do Estado 1 cargo de Contínuo, classe "B", vago em virtude da promoção de seu ocupante.

Dec. n. 529 de 19-1-51 (D. O. de 20-1-51) —

Cria e inclui na T. N. M. n. 26 do Instituto de Identificação e Técnica Policial uma função de Mensageiro, ref. "I".

Dec. n 530 de 19-1-51 (D. O. de 20-1-51) —

Cria e inclui na T. N. M. n. 52 da Secretaria da Educação e Cultura uma função de Motorista, ref. "VII".

Dec. n. 531 de 25-1-51 (D. O. de 30-1-51) —

Incumbe a SAVOP de cadastrar as terras compreendidas no contrato de concessão firmado com a Cia. Industrial de Madeiras de Barra de São Mateus.

Dec. n. 532 de 25-1-51 (D. O. de 26-1-51) —

Abre o crédito especial de Cr$ 480 000,00 para o atendimento da despesa autorizada no item "I" da Lei n. 374 de 16-12-50.

Dec. n. 533 de 26-1-51 (D. O. de 30-1-51) —

Transforma as Escolas Reunidas de Campo Grande em Grupo Escolar, com a denominação de "Stelida Dias".

Dec. n. 534 de 26-1-51 (D. O. de 30-1-51) —

Dá a denominação de "Bibiana Costa" às Escolas Reunidas de Aracruz.

Dec. n. 535 de 26-1-51 (D. O. de 30-1-51) —

Transforma as Escolas de Glória, município do Esp. Santo, em Escolas Reunidas, com a denominação de "Naydes Brandão".

Dec. n. 536 de 26-1-51 (D. O. de 30-1-51) —

Transforma em Grupo Escolar as Escolas Reunidas de Pôrto de Cariacica, com a denominação de "Eulália Moreira".

Dec. n. 537 de 26-1-51 (D. O. de 30-1-51) —

Transforma as escolas de Mulembá em Escolas Reunidas, com a denominação de "Marieta Escobar".

Dec. n. 538 de 27-1-51 (D. O. de 30-1-51) —

Suprime na T. N. M. n. 63 da SAVOP uma função de Protocolista, ref. "VI" — Cria e inclui na T. N. M. n. 63 da SAVOP uma função de Protocolista ref. "X".

Dec. n. 539 de 27-1-51 (D. O. de 30-1-51) —

Suprime na T. N. M. n. 67 da SAVOP uma função de Motorista, ref. "IV".

Dec. n. 540 de 29-1-51 (D. O. de 30-1-51) —

Suprime na T. N. M.: do DEE uma função de Assistente, referência "XI".

Dec. n. 541 de 27-1-51 (D. O. de 30-1-51) —

Suprime na T. N. M. n. 63 da SAVOP cinco funções de Motorista, ref. "V" e uma, ref. "IV".

Dec. n. 542 de 29-1-51 (D. O. de 30-1-51) —

Abre o crédito especial de Cr$ 100 000,00 para o atendimento da despesa a que se refere a Lei n. 382, de 28-12-50.

Dec. n. 543 de 27-1-51 (D. O. de 30-1-51) —

Suprime na T. N. M. n. 69 da SAVOP uma função de Motorista ref. "V".

Dec. n. 544 de 27-1-51 (D. O. de 30-1-51) —

Suprime na T. N. M. n. 72 da SAVOP quatro funções de Motorista, ref. "V".

Dec. n. 545 de 27-1-51 (D. O. de 30-1-51) —

Cria e inclui na T. N. M. n. 67 da SAVOP uma função de Motorista, ref. "VI".

Dec. n. 546 de 27-1-51 (D. O. de 30-1-51) —

Cria e inclui na T. N. M. n. 68 da SAVOP uma função de Motorista, ref. "VI".

Dec. n. 547 de 27-1-51 (D. O. de 30-1-51) —

Cria e inclui na T. N. M. n. 69 da SAVOP uma função de Motorista, ref. "VI".

Dec. n. 548 de 27-1-51 (D. O. de 30-1-51) —

Cria e inclui na T. N. M. n. 72 da SAVOP quatro funções de Motorista, ref. "IV".

Dec. n. 549 de 30-1-51 (D. O. de 13-2-51) —

Suprime na T. N. M. n. 6 do Ministério Público duas funções provisórias de Auxiliar de Escritório, ref. "IV" — Cria e inclui na T. N. M. n. 6 do Ministério Público duas funções de Auxiliar de Escritório, ref. "V".

Dec. n. 550 de 12-2-51 (D. O. de 13-2-51) —

Incumbe novos deveres ao advogado criado pela lei n. 356 de 9-12-50.

Dec. n. 551 de 15-2-51 (D. O. de 17-2-51) —

Aprova a T. N. M. da Caixa Beneficente "Jerônimo Monteiro".

Dec. n. 552 de 27-2-51 (D. O. de 28-2-51) —

Cria e inclui na T. N. M. da Caixa Beneficente "Jerônimo Monteiro" uma função de Auxiliar de Escritório, ref. "IV" e uma de Contínuo, ref. "III" — Extingue na mesma T. N. M. uma função de Contínuo, ref. "I".

Dec. n. 553 de 5-3-51 (D. O. de 6-3-51) —

Aprova as instruções gerais reguladoras do concurso para Promotor Substituto.

Dec. n. 554 de 7-3-51 (D. O. de 5-3-51) —

Cria e inclui na T. N. M. da Caixa Beneficente "Jerônimo Monteiro" uma função provisória de Mensageiro, ref. "I", e dispõe sôbre sua extinção.

Dec n. 555 de 8-3-51 (D. O. de 5-4-51) —

Aprova a T. N. M. dos órgãos da Administração Estadual.

Dec. n. 555 de 8-3-51 (D. O. de 5-4-51) —

Aprova o regulamento para a Faculdade de Odontologia do Espírito Santo.

Dec. n. 556-A de 9-3-51 (D. O. de 20-3-51) —

Cria e inclui na T. N. M. n. 44 da Procuradoria da Fazenda Estadual uma função provisória de Mensageiro, ref. "I", e dispõe sôbre sua extinção.

Dec. n. 557 de 13-3-51 (D. O. de 16-3-51) —

Aprova o Dec. n. 2 158 de 26-2-32.

Dec. n. 558 de 17-3-51 (D. O. de 18-3-51) —

Abre o crédito especial de Cr$ 100 000,00 para o pagamento do auxílio concedido à Sociedade de Amparo à Maternidade e à Infância, de Muqui, autorizado na Lei n. 424, de 30-12-50.

Dec. n. 559 de 21-3-51 (D. O. de 22-3-51) —

Transforma em Escolas Reúnidas as Escolas de S. Domingos, de Colatina.

Dec. n. 560 de 21-3-51 (D. O. de 21-3-51) —

Transfere da T. N. M. n. 49 da Sec. da Educação e Cultura uma função de Motorista, ref. "V", para a T. N. M. n. 23 da Sec. do Interior e Justiça.

Dec. n. 561 de 26-3-51 (D. O. de 28-3-51) —

Aprova a Pauta de Valores n. IX, organizada para cobrança do imposto sôbre Exportação e Taxa do Fomento da Produção Agrícola e Industrial.

Dec. n. 562 de 29-3-51 (D. O. de 30-3-51) —

Transfere da T. N. M. n. 66 — S. A. — para a de n. 60 — Serv. Geográfico e Geológico da SAVOP, uma função de Contínuo, ref. "III".

Dec. n. 564 de 11-4-51 (D. O. de 12-4-51) —

Cria e inclui na T. N. M. n. 22 — Rádio Espírito Santo — uma função provisória de Locutor, ref. "IV", e dispõe sôbre sua extinção.

Dec. n. 565 de 11-4-51 (D. O. de 12-4-51) —

Transfere da T. N. M. n. 22 — Rádio Espírito Santo — para a de n. 29 — Imprensa Oficial, uma função de Redator, ref. "VI".

Dec. n. 566 de 11-4-51 (D. O. de 12-4-51) —

Transfere da função de Linotipista-Auxiliar, ref. "V", para a de Linotipista, ref. "VI" o extranumerário mensalista Alexandre Gomes, da T. N. M. n. 30 da Imprensa Oficial.

Dec. n. 567 de 12-4-51 (D. O. de 13-4-51) —

Torna sem efeito o Dec. n. 529 de 19-1-51 que criou e incluiu na T. N. M. n. 26 do Instituto de Identificação e Técnica Policial uma função de Mensageiro, ref. "I".

Dec. n. 568 de 12-4-51 (D. O. de 14-4-51) —

Cria e inclui na T. N. M. n. 26 do Instituto de Identificação e Técnica Policial uma função de Contínuo, ref. "IV".

Dec. n. 569 de 19-4-51 (D. O. de 21-4-51) —

Determina que a T. N. M. n. 5 do D. S. P., aprovada pelo Dec. n. 555 de 8-3-51, vigorará até a ref. "VI" — Cria e inclui na aludida T. N. M. uma função de Guarda-Livros, ref. "IV", instituída na Tabela de Funções Isoladas anexa ao Dec. n. 15 876 de 24-5-45.

Dec. n. 570 de 20-4-51 (D. O. de 21-4-51) —

Institui uma função de Protocolista, ref. "X", na Tab. de Funções Isoladas, anexa ao Dec. n. 15 876 de 24-5-51.

Dec n. 571 de 30-4-51 (D. O. de 3-5-51) —

Abre o crédito especial de Cr$ 300 000,00 para pagamento do auxílio concedido à Escola Brasileira de Educação e Ensino, com sede em Vitória, para construção do prédio próprio, autorizado pela Lei n. 436 de 30-12-50.

Dec. n. 572 de 20-4-51 (D. O. de 6-5-51) —

Concede o dia 26 de maio corrente para a instalação da Comarca de Conceição da Barra, criada pela Lei n. 463 de 30-1-51.

Dec n. 573 de 10-5-51 (D. O. de 11-5-51) —

Cri e inclui na T. N. M. n. 58 — Faculdade de Odontologia do Espírito Santo — uma função de Auxiliar de Escritório, ref. "III" — Transfere da sub-consignação 201 para a de n. 202 da Tab. referida a importância de Cr$ 7 200,00.

Dec. n. 574 de 16-5-51 (D. O. de 17-5-51) —

Transfere da Tab. n. 5 do D. S. P. para a Tab. n. 24 da Sec. do Interior e Justiça um cargo da classe "F" da carreira de Oficial Administrativo da P. P. do Q. U. do Estado.

Dec. n. 575 de 19-5-51 (D. O. de 23-5-51) —

Abre o crédito especial de Cr$ 100 000,00 para atender ao pagamento ao Clube Náutico Brasil do auxílio autorizado na Lei n. 384 de 28-12-50.

Dec. n. 576 de 1.º-6-51 (D. O. de 2-6-51) —

Abre o crédito especil de Cr$ 200 000,00 para o pagamento do auxílio concedido à Campanha de Alfabetização e Assistência Social, autorizado na Lei n. 419, de 30-12-50.

Dec. n. 577 de 2-6-51 (D. O. de 3-6-51) —

Concede subvenção para o corrente ano às seguintes instituições: Comissão Espírito-Santense de Folclore Cr$ 30 000,00; Instituto Anchieta Cr$ 6 000,00; União Espírito-Santense de Estudantes — Colatina Cr$ ..... 3 000,00; Escola "Therezinha de Jesus" Cr$ 2 400,00; Escola "Sagrado Coração de Jesus" Cr$ 2 400,00; Obra das Vocações Sacerdotais Cr$ 6 000,00; Vida Capixaba Cr$ 6 000,00 e Casa do Estudante Capixaba Cr$ 10 000,00.

Dec. n. 578 de 7-6-51 (D. O. de 8-6-51) —

Cria e inclui na T. N. M. n. cinco do D. S. P. uma função de Desenhista-Auxiliar, ref. "IV".

Dec. n. 579 de 11-6-51 (D. O. de 14-6-51) —

Transfere ao Instituto Histórico e Geográfico do Estado a Superintendência do Museu Capixaba.

Dec. n. 580 de 13-6-51 (D. O. de 14-6-51) —

Cria e inclui na T. N. M. n. 9 do DEE uma função de Auxiliar de Apuração, ref. "III".

Dec. n. 581 de 14-6-51 (D. O. de 15-6-51) —

Cria e inclui na T. N. M. n. 58 — Faculdade de Odontologia — uma função de Contínuo, ref. "I".

Dec. n. 582 de 15-6-51 (D. O. de 16-6-51) —

Regula Guia de Transporte de café no Estado.

Dec. n. 583 de 16-6-51 (D. O. de 17-6-51) —

Concede à firma Buaiz S. A., desta Capital, isenção de impostos estaduais, exclusive taxas, pelo prazo de cinco anos, para a fabricação de fertaduras, na forma do disposto do art. 4.º da Lei n. 67, de 31-12-47, revigoradas pela Lei n. 407, de 30-12-50.

Dec. n. 584 de 19-6-51 (D. O. de 20-6-51) —

Suprime na Tab. n. 2 da P. S. do Q. U. do Estado o cargo de Auxiliar de Radiologista, padrão "E", vago em virtude de nomeação de seu ocupante para outro cargo público.

Dec. n. 585 de 19-6-51 (D. O. de 20-6-51) —

Institui na Tab. de Funções Isoladas, anexa ao Dec. n. 15 876, de 24-5-45 e inclui na T. N. M. n. 18 do DES uma função de Auxiliar de Radiologista, padrão "E".

Dec. n. 586 de 19-6-51 (D. O. de 20-6-51) —

Cria e inclui na T. N. M. n. 42 da Divisão da Receita, da Sec. da Fazenda, a partir de 1.º-3-51, 35 funções de Auxiliar de Arrecadação.

Dec. n. 586-A de 19-6-51 (D. O. de 28-6-51) —

Declara de utilidade pública, para desapropriação, a fim de ampliar as instalações do Asilo da Velhice Desamparada, as benfeitorias existentes nos terrenos do mesmo Asilo, feitas por Arquilino Lara.

Dec n. 587 de 21-6-51 (D. O. de 23-6-51) —

Suprime na Tab. n. 1 da P. S. do Q. U. do Estado o cargo de Agrimensor, padrão "J", vago em virtude da aposentadoria do seu ocupante.

Dec. n. 588 de 23-6-51 (D. O. de 24-6-51) —

Abre o crédito especial de Cr$ 80 000,00 destinado ao pagamento do auxílio concedido pela Lei n. 490 de 8-5-51 ao Iate Clube do Espírito Santo.

Dec. n. 589 de 27-6-51 (D. O. de 28-6-51) —

Determina facultativo o ponto no dia 29 de junho corrente, consagrado a São Pedro, para as repartições subordinadas ao Poder Executivo.

Dec. n. 590 de 27-6-51 (D. O. de 28-6-51) —

Cria e inclui na T. N. M. n. 8 — Secretaria do Govêrno uma função de Contínuo, ref. "IV".

Dec. n. 591 de 4-7-51 (D. O. de 7-7-51) —

Suprime na T. N. M. n. 55 Escola Normal "Pedro II" uma função de Contínuo, ref. "III" — Cria e inclui na T. N. M. n. 55 Escola Normal "Pedro II" uma função de Auxiliar de Escritório, ref. "III".

Dec. n. 592 de 6-7-51 (D. O. de 7-7-51) —

Abre o crédito especial de Cr$ 2 000 000,00 para atender às despesas com os festejos comemorativos do 4.º Centenário da Fundação de Vitória, autorizado pela Lei n. 499 de 28-6-51.

Dec. n. 593 de 6-7-51 (D. O. de 8-7-51) —

Transfere à firma Indústrias Reunidas "Vitória" Ltda. os favores concedidos pelo Dec. n. 200 de 23-7-49 à firma Rodrigues & Simões.

Dec. n. 594 de 9-7-51 (D. O. de 10-7-51) —

Cria e inclui na T. N. M. n. 63 da SAVOP uma função de Assistente, ref. "XI".

Dec. n. 595 de 9-7-51 (D. O. de 10-7-51) —

Cria e inclui na T. N. M. número 66 da SAVOP uma função de Assistente de Administração, ref. "VII".

Dec. n. 596 de 9-7-51 (D. O. de 10-7-51) —

Suprime na Tab. n. 3 da P. S. do Q. U. do Estado 67 cargos de Professor de Concurso, classe "B", sendo 60 em virtude de diversas promoções.

Dec. n. 597 (Não foi publicado)

Dec n. 598 de 18-7-51 (D. O. de 19-7-51) —

Abre o crédito especial de Cr$ 700 000,00 para o pagamento do empréstimo com cláusula hipotecária concedido à Emprêsa de Fôrça e Luz Santa Maria, autorizado na Lei n. 504, de 6-7-51.

Dec. n. 599 de 27-7-51 (D. O. de 28-7-51) —

Abre crédito especial de Cr$ 50 000,00 por conta do auxílio à Paróquia da Cidade de Muniz Freire, para reconstrução da Igreja do Espírito Santo na mesma cidade, autorizado na Lei n. 372, de 14-12-50.

Dec. n. 600 de 2-8-51 (D. O. de 10-8-51) —

Abre o crédito especial de Cr$ 150 000,00 para atender às despesas com auxílios às Igrejas Católicas de Ponte de Itabapoana, Conceição de Muqui e Apiacá, no Munic. de Mimoso do Sul, de Cr$ 50 000,00 cada uma, autorizados na Lei n. 413 de 30-12-50.

Dec. n. 601 de 9-8-51 (D. O. de 10-8-51) —

Abre o crédito especial de Cr$ 1 000 000,00 para atender, no corrente ano, às despesas com o início da construção de um hospital no Munic. de Baixo Guandu, autorizado pela Lei n. 489 de 2-5-51.

Dec. n. 602 de 10-8-51 (D. O. de 11-8-51) —

Dá a denominação de Professôra "Inah Werneck" às Escolas Reunidas de Aquidaban, da cidade de Cachoeiro de Itapemirim.

Dec. n. 603 de 10-8-51 (D. O. de 11-8-51) —

Transforma as escolas isoladas do distrito de Burarama, Mun. de Cachoeiro de Itapemirim em Grupo Escolar, com a denominação de "Professor Waldemar Mendes de Andrade".

Dec. n. 604 de 10-8-51 (D. O. de 11-8-51) —

Abre o crédito especial de Cr$ 200 000,00 para o pagamento do auxílio concedido à Campanha Nacional de Educandários Gratuitos -- Secção do Espírito Santo — pela Lei n. 401, de 30-12-50.

Dec. n. 605 de 11-8-51 (D. O. de 14-8-51) —

Considera facultativo o ponto no dia 15 do corrente, consagrado à Assunção de Nossa Senhora, nas repartições subordinadas ao Poder Executivo.

Dec. n. 606 de 14-8-51 (D. O. de 15-8-51) —

Abre o crédito especial de Cr$ 100 000,00 para o pagamento do auxílio concedido ao Hospital Infantil de Muqui, autorizado na Lei n. 424, de 30-12-50.

Dec. n. 607 de 14-8-51 (D. O. de 15-8-51) —

Transfere da Tab. n. 14 do DES para a Tab. n. 18 do mesmo Departamento dois cargos da classe "D" da carreira de Visitador Sanitário do Q. U. do Estado.

Dec. n. 608 de 20-8-51 (D. O. de 21-8-51) —

Autoriza a Secretaria da Educação e Cultura a propor, no próximo mês de setembro, promoções de professôres primários para provimento de claros existentes nas clases superiores da carreira.

Dec. n. 609 de 20-8-51 (D. O. de 21-8-51) —

Transforma as escolas do Preventório "Alzira Bley" em escolas Reunidas com a denominação de "Professor Dr. Souza Araújo".

Dec. n. 610 de 21-8-51 (D. O. de 22-8-51) —

Transfere da T. N. M. n. 38 — Contadoria Geral do Estado — para a T. N. M. n. 41 da Divisão da Receita, ambas da Secretaria da Fazenda, uma função de Auxiliar de Escritório, ref. "IV".

Dec. n. 611 de 21-8-51 (D. O. de 22-8-51) —

Institui na Tab. de Funções Isoladas, anexa ao Dec. n. 13 976 de 24-5-45, uma função de Arador, ref. "V" — Cria e inclui na T. N. M. n. 64 da SATC uma função de Arador, ref. "V".

Dec. n. 613 de 25-8-51 (D. O. de 26-8-51) —

Transfere a quantia de Cr$ 50 000,00 da subconsignação 8 692/304 para a sub-consignação 8 692/306, ambas da Tab. n. 29 — Imprensa Oficial.

Dec. n. 614 de 27-8-51 (D. O. de 31-8-51) —

Aprova o Regulamento da Segunda Exposição Estadual de Pecuária e Produtos Derivados.

Dec. n. 615 de 28-8-51 (D. O. de 29-8-51) —

Fixa a data de 26 de setembro próximo vindouro para a instalação do distrito de Goiabeira, Comarca da Capital, criado pelo Dec.-lei n. 15 177 de 31-12-43.

Dec. n. 616 de 29-8-51 (D. O. de 30-8-51) —

Abre o crédito especial de Cr$ 50 000,00 para atender ao pagamento do auxílio à Igreja de Itapemirim, autorizado na Lei n. 413, de 30-12-50.

Dec. n. 617 de 29-8-51 (D. O. de 30-8-51) —

Abre o crédito especial de Cr$ 650 000,00 para atender ao pagamento da aquisição do prédio n. 87, situado na Av. Presidente Florentino Avidos, nesta Capital, autorizado na Lei n. 515 de 8-8-51.

Dec. n. 618 de 29-8-51 (D. O. de 1.º-9-51) —

Abre o crédito especial de Cr$ 60 000,00 para o pagamento do auxílio concedido ao Foto-Clube do Espírito Santo, autorizado na Lei n.481 de 16-3-51.

Dec. n. 619 de 1.º-9-51 (D. O. de 2-9-51) —

Decreta luto oficial pelo prazo de três dias, por motivo do falecimento do Dr. Aristeu Borges de Aguiar, ex-Presidente do Estado.

Dec. n. 620 de 3-9-51 (D. O. de 4-9-51) —

Cria um Grupo Escolar em São Silvano, Mun. de Colatina, com a denominação de "Prof.ª Carolina Pichler".

Dec. n. 621 de 3-9-51 (D. O. de 4-9-51) —

Transforma em classes de Grupo Escolar "Prof.ª Carolina Pichler", de São Silvano, mun. de Colatina, as escolas, da mesma localidade, regidas pelas professôras que menciona.

Dec. n. 622 de 3-9-51 (D. O. de 5-9-51) —

Revoga os §§ 2.º e 4.º do art. 113 do Dec. n. 16 481, de 1-3-47, que dispõe sôbre o Regulamento da Secretaria da Educação e Cultura.

Dec. n. 623 de 6-9-51 (D. O. de 7-9-51) —

Autoriza o D. S. P. a cancelar na ficha funcional dos servidores do Estado as penas de repreensão e de suspensão até 30 dias que porventura tenha sido aplicadas, até 31 de agôsto p. passado.

Dec. n. 624 de 6-9-51 (D. O. de 7-9-51) —

Suprime na T. N. M. n. 45 do Serviço de Defesa do Café da Sec. da Fazenda uma função de Fiscal Classificador, ref. "VIII" e uma função de Auxiliar de Escritório, ref. "IV" — Cria e inclui na T. N. M. referida uma função de Auxiliar de Escritório, ref. "VI" e uma função de Contínuo, ref. "III".

Dec. n. 625 de 14-9-51 (D. O. de 15-9-51) —

Extingue na Tab. n. 3 da P. S. um cargo de Contínuo, da classe "B", do DES;

Dec. n. 626 de 14-9-51 (D. O. de 15-9-51) —

Cria e inclui na T. N. M. n. 18 do DES uma função de Servente, ref. "I".

Dec. n. 627 de 14-9-51 (D. O. de 19-9-51) —

Institui na Tab. de funções Isoladas, anexa ao Dec.-lei n. 15 876, de 24-5-45, as funções de Operador-Patrulhador, ref. "VI"; Telefonista, ref. "VI" e Operador da Estação Central, ref. "VIII". Cria e inclui na T. N. M. n. 25 da Sec. do Interior e Justiça doze funções de Motorista, ref. "VI"; vinte e quatro de Operador-Patrulhador, ref. "VI", quatro de Operador da Estação Central, ref. "VIII" e seis de Telefonista, ref. "VI".

Dec. n. 628 de 17-9-51 (D. O. de 19-9-51) —

Autoriza a Polícia Militar, Polícia Especial e Corpo de Bombeiros do Estado a cancelar nos assentamentos todos os seus componentes, da ativa, as penas disciplinares, de detenção e repreensão que porventura tenham sido aplicadas até 31-8 p. passado, como recompensa aos serviços prestados em comemoração ao 4.º Centenário da Fundação da cidade de Vitória.

Dec. n. 629 de 21-9-51 (D. O. de 22-9-51) —

Cria e inclui na T. N. M. n. 54 — Colégio Muniz Freire da Sec. da Educação e Cultura, uma função de Auxiliar de Escritório, ref. "III".

Dec. n. 630 de 24-9-51 (D. O. de 29-9-51) —

Determina a subordinação da Escola Politécnica do Espírito Santo, criada pela Lei n. 520, à Secretaria da Educação e Cultura.

Dec. n. 631 de 25-9-51 (D. O. de 5-10-51) —

Suprime, a partir de 1.º-9-51, na T. N. M. n. 14, Serviço de Lepra, duas funções de Auxiliar de Escritório, refs. "IV" e "III" — Cria e inclui, na mesma data, na T. N. M. n. 14, Serviço da Lepra, duas funções de Auxiliar de Escritório, refs. "V" e "VI".

Dec. n. 632 de 27-9-51 (D. O. de 29-9-51) —

Declara de utilidade pública, para desapropriação, a fim de ser construído um estabelecimento educacional, a área situada na Av. Maruípe, na Quadra n. 1, do loteamento feito pela Prefeitura Municipal de Vitória.

Dec. n. 633 de 28-9-51 (D. O. de 29-9-51) —

Determina a subordinação da Escola Politécnica do Espírito Santo, criada pela Lei n. 520, à Secretaria da Educação e Cultura.

Dec. n. 634 de 29-9-51 (D. O. de 3-10-51) —

Concede à Prefeitura Municipal de Vitória o auxílio de Cr$ ..... 3 000 000,00, autorizado na Lei n. 519, de 7 do corrente mês — Abre o crédito especial de Cr$ 1 500 000,00 para atender, em parte, a execução dêste auxílio.

Dec. n. 635 de 2-10-51 (D. O. de 3-10-51) —

Abre o crédito especial de Cr$ 175 000,00 autorizado na Lei n. 513 de 4-6-51, para aquisição de automóvel para a Assembléia Legislativa.

Dec. n. 636 de 2-10-51 (D. O. de 3-10-51) —

Concede à Comissão Encarregada da Construção do Monumento ao Imigrante de Santa Leopoldina o auxílio de Cr$ 50 000,00, autorizado na Lei n. 521 de 15-9-51 — Abre o crédito especial de Cr$ 50 000,00 para atender a essa despesa.

Dec. n. 637 de 3-10-51 (D. O. de 4-10-51) —

Dá nova redação ao artigo n. 26 do Dec. n. 16 de 26-3-48.

Dec. n. 638 de 6-10-51 (D. O. de 7-10-51) —

Prorroga para o quarto trimestre do corrente ano a vigência da Pauta de Valores n. IX, organizada para cobrança do imposto sôbre Exportação e Taxa de Fomento da Produção Agrícola e Industrial, com a seguinte alteração: Cacáu em grão (quilo) Cr$ 8,00 e Taxa 5%.

Dec. n. 639 de 8-10-51 (D. O. de 9-10-51) —

Transfere da sub-consignação 202 para sub-consignação 201, ambas da Tab. n. 58, a importância de Cr$ 3 000,00.

Dec. n. 640 de 8-10-51 (D. O. de 9-10-51) —

Transfere da sub-consignação 219, para a sub-consignação 209, ambas da Tab. n. 53, a importância de Cr$ 4 300,00.

Dec. n. 641 de 8-10-51 (D. O. de 9-10-51) —

Transfere da Sub-consignação 209 para a 203, ambas da Tab. n. 60, a importância de Cr$ 1 560,00.

Dec. n. 642 de 8-10-51 (D. O. de 9-10-51) —

Transfere da sub-consignação 203 para a sub-consignação 212, ambas da Tab. n. 49, a importância de Cr$ 3 500,00.

Dec. n. 643 de 8-10-51 (D. O. de 10-10-51) —

Abre o crédito suplementar de Cr$ 100 000,00 para a verba sob os códigos 8414/553, item II da Tab. n. 19, Serv. Médico de Assistência Social, destinando-se essa quantia ao pagamento da majoração de recursos concedida pela Lei n. 444, de 11-1-51.

Dec. n. 644 de 8-10-51 (D. O. de 10-10-51) —

Cria e inclui na T. N. M. n. 9 do DEE uma função de Auxiliar de Apuração, ref. "III", a partir de 9-5-51.

Dec. n. 645 de 9-10-51 (D. O. de 10-10-51) —

Transfere da sub-consignação 404 para a de n. 31, Instituto de Maruípe, sob o código 8 293, a importância de Cr$ 3 600,00.

Dec. n. 646 de 11-10-51 (D. O. de 13-10-51) —

Transfere a quantia de Cr$ 300,00 da sub-consignação 8073-400/401 para a sub-consignação 8073-400/407, ambas da Tab. n. 30, Arquivo Público.

Dec. n. 647 de 11-10-51 (D. O. de 13-10-51) —

Regula o Curso Intensivo das Missões Pedagógicas Itinerantes.

Dec. n. 648 de 11-10-51 (D. O. de 18-10-51) —

Aprova a relação anexa, organizada pela Secretaria da Educação e Cultura, das escolas e classes mantidas pelo Estado, e que devem ser consideradas existentes a partir do início do ano letivo de 1952.

Dec. n. 649 de 13-10-51 (D. O. de 14-10-51) —

Transfere da sub-consignação 202, Mensalistas, para a de n. 218, Diárias, ambas da Tab. n. 7 do Dept.º das Municipalidades, a importância de Cr$ 12 000,00.

Dec. n. 650 de 16-10-51 (D. O. de 17-10-51) —

Transfere da sub-consignação 411 para a de n. 405, ambas pertencentes à verba 8493 da Tab. n. 18 do DES, a importância de Cr$ 155 815,00.

Dec. n. 651 de 24-10-51 (D. O. de 26-10-51) —

Concede à firma Dinah Boa Nova Rodrigues, estabelecida na cidade de Alegre, neste Estado, isenção de impostos estaduais exclusive taxas, pelo prazo de 5 anos, para a fabricação de Guarda-chuvas e Sombrinhas, na forma da Lei n. 67 de 31-12-47, revigorada pela Lei n. 407, de 30-12-50.

Dec. n. 652 de 24-10-51 (D. O. de 26-10-51) —

Abre o crédito especial de Cr$ 50 000,00 para atender às despesas com o auxílio concedido à Prefeitura Municipal de Guaraparí, autorizado na Lei n. 436 de 30-12-50.

Dec. n. 653 de 27-10-51 (D. O. de 4-11-51) —

Extingue na Tab. n. 3 da P. P. do Q. U. do Estado, um cargo de Contínuo, "B", lotado no Serv. Jurídico da Sec. do Govêrno.

Dec. n. 654 de 27-10-51 (D. O. de 4-11-51) —

Transfere da Tab. n. 6, Ministério Público, para a Tab. n. 10, Serv. Jurídico da Sec. do Govêrno, para a Tab. n. 6 do Ministério Público, um cargo de Contínuo, Classe "C".

Dec. n. 655 de 27-10-51 (D. O. de 28-10-51) —

Abre o crédito especial de Cr$ 500 000,00 para atender às despesas com as obras iniciais da construção da usina hidroelétrica de 1 300 HP, em João Neiva, Mun. de Ibiraçu, autorizado na Lei n. 375 de 18-12-50.

Dec. n. 656 de 29-10-51 (D. O. de 30-10-51) —

Considera facultativo o ponto nos dias 1.º e 2 de novembro, para as repartições subordinadas ao Poder Executivo, com excessão da Recebedoria da Capital e dos serviços industriais.

Dec. n. 657 de 30-10-51 (D. O. de 1.º-11-51) —

Abre um crédito especial na Caixa Beneficente "Jerônimo Monteiro" de Cr$ 11 742,00 para ocorrer às despesas instituídas na Lei n. 526, de 2-10-51.

Dec. n. 658 de 31- 10-51 (D. O. de 1.º-11-51) —

Nomeia os integrantes da Comissão Estadual de Preços.

Dec. n. 659 de 3-11-51 (D. O. de 4-11-51) —

Desdobra a dotação de Cr$ 21 000,00 sob os códigos 8091/214, da Tab. n. 40.

Dec. n. 660 de 7-11-51 (D. O. de 9-11-51) —

Abre o crédito especial de Cr$ 500 000,00 para o pagamento do auxílio ao Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Armazenador do Esp. Santo, autorizado na Lei n. 509, de 11-7-51.

Dec. n. 661 de 9-11-51 (D. O. de 10-11-51) —

Cria e inclui na T. N. M. n. 10, Serviço Jurídico da Sec. do Govêrno, uma função de Contínuo, ref. "III".

Dec. n. 662 de 10-11-51 (D. O. de 11-11-51) —

Abre o crédito especial de Cr$ 150 000,00, autorizado na Lei n. 518, de 6-9-51, para instalação e funcionamento, neste ano, da Escola de Belas Artes do Esp. Santo.

Dec. n. 663 de 10-11-51 (D. O. de 11-11-51) —

Cria, com sede nesta Capital, e subordina à Sec. da Educ. e Cultura, a Escola de Belas Artes do Esp. Santo, destinada ao ensino técnico superior das artes, que têm por fundamento o Desenho.

Dec. n. 664 de 12-11-51 (D. O. de 13-11-51) —

Extingue na Tab. n. 3, P. S. do Q. U. do Estado, um cargo de Inspetor de Alunos, classe "B".

Dec. n. 665 de 12-11-51 (D. O. de 13-11-51) —

Cria e inclui na T. N. M. n. 55, Escola Normal "Pedro II", uma função de Inspetor de Alunos. ref. "II".

Dec. n. 666 de 12-11-51 (D. O. de 13-11-51) —

Cria e inclui na T. N. M. da Caixa Beneficente "Jerônimo Monteiro", uma função de Correntista, ref. "IV".

Dec. n. 667 de 13-11-51 (D. O. de 14-11-51) —

Transfere das sub-consignações 217 e 218, ambas da Tab. n. 25, da importância de Cr$ 1 000,00 cada, para a sub-consignação 203, da mesma Tabela.

Dec. n. 668 de 13-11-51 (D. O. de 14-11-51) —

Cria e inclui na T. N. M. n. 25, Assistência Policial, da Sec. do Interior e Justiça, uma função de Carcereiro, ref. "I".

Dec. n. 669 de 16-11-51 (D. O. de 17-11-51) —

Abre o crédito especial de Cr$ 150 000,00 para atender ao auxílio à Prefeitura Municipal de Afonso Cláudio, autorizado na Lei n. 469, de 21-2-51.

Dec. n. 670 de 16-11-51 (D. O. de 17-11-51) —

Abre o crédito especial de Cr$ 100 000,00 para atender às despesas da construção da rodovia que partindo do km. 18 da estrada tronco "Florentino Avidos", passando pela Serra Perdida, vá atingir a sede do distrito de Laranja da Terra, autorizado na Lei n. 464, de 30-1-51.

Dec. n. 671 de 16-11-51 (D. O. de 17-11-51) —

Abre o crédito especial de Cr$ 500 000,00 destinados ao pagamento do auxílio concedido pela Lei n. 507, de 11-7-51, para a construção da sede do Sindicato dos Estivadores de Vitória.

Dec. n. 672 de 16-11-51 (D. O. de 17-11-51) —

Declara de utilidade pública, para desapropriação, o prédio e respectiva área de terreno, situados na Avenida Presidente Florentino Avidos, n. 87 e ladeira Nestor Gomes, nesta Capital, ao preço de Cr$ 650 000,00.

Dec. n. 673 de 19-11-51 (D. O. de 19-11-51) —

Abre o crédito especial de Cr$ 1 522 574,70 para o pagamento de diversas despesas de "exercícios findos" conforme relação anexa à lei n. 534, de 9 do corrente mês.

Dec. n. 674 de 28-11-51 (D. O. de 29-11-51) —

Cria o distrito policial de Montanha, no Mun. e Comarca de Conceição da Barra, e dá os seus limites.

Dec. n. 675 de 29-11-51 (D. O. de 1.º-12-51) —

Autoriza a Caixa Beneficente "Jerônimo Monteiro" a descontar dos vencimentos e salários de janeiro a dezembro de 1952, dos servidores devedores por empréstimos a prazo curto, os saldos que forem apurados em 30-12-51, acrescidos dos juros regulamentares pelo desdobramento do débito nas doze prestações mencionadas.

Dec. n. 676 de 30-11-51 (D. O. de 1.º-12-51) —

Abre um crédito especial de Cr$ 1 828 030,00 e um crédito suplementar de Cr$ 573 934,20, destinando-se o especial para ocorrer às despesas da SATC, criada pela Lei n. 511 de 16-7-51.

Dec. n. 677 de 30-11-51 (D. O. de 1.º-12-51) —

Concede à firma Irmãos Sessa, do Mun. de St.ª Tereza, isenção de impostos, exclusive taxas, pelo prazo de cinco anos, para a fabricação de carrosseria para auto-ônibus, caminhonetes e similares, na forma do disposto no art. 1.º da Lei n. 67, de 31-12-47, revigorada pela Lei n. 407, de 30-12-50.

Dec. n. 678 de 1.º-12-51 (D. O. de 2-12-51) —

Decreta luto oficial pelo prazo de oito dias, a partir desta data, considerando que o infausto falecimento do Revmo. Bispo do Espírito Santo, D. Luiz Scortegagna, constitui grande perda para o Estado e a sociedade capixaba.

Dec. n. 679 de 1.º-12-51 (D. O. de 5-12-51) —

Dispensa, no corrente ano, a exigência a que se refere o § 2.º do art. 168, do Dec. n. 16 461, de 1.º-3-47 (Regulamento da Secretaria da Educação e Cultura), e determina que as promoções se processem nos têrmos do art. 177 do referido decreto, excluído o § 1.º.

Dec. n. 680 de 6-12-51 (D. O. de 7-12-51) —

Considera facultativo o ponto no dia 8 do corrente, consagrado à Conceição de Nossa Senhora, para as repartições subordinadas ao Poder Executivo, excluídos os serviços industriais do Estado.

Dec. n. 680-A de 7-12-51 (D. O. de 8-12-51) —

Abre o crédito especial de Cr$ 117 301,10 para atender ao auxílio concedido à Prefeitura Municipal de Muqui, autorizado na Lei n. 541, de 28 de novembro de 1951.

Dec. n. 681 de 14-12-51 (D. O. de 15-12-51) —

Abre o crédito especial de Cr$ 900 000,00, autorizado na Lei n. 542, de 28-11-51, para atender às despesas relacionadas com a questão de limites com o Estado de Minas Gerais.

Dec. n. 682 de 17-12-51 (D. O. de 18-12-51) —

Abre o crédito especial de Cr$ 50 000,00 por saldo do auxílio à Paróquia da cidade de Muniz Freire, autorizado na Lei n. 372, de 14-12-50.

Dec. n. 683 de 17-12-51 (D. O. de 19-12-51) —

Transfere, da Tab. n. 37 da Sec. da Fazenda para a Tab. n. 69 da SVOP, um cargo de Oficial Administrativo, classe "F", removendo o seu ocupante.

Dec. n. 684 de 21-12-51 (D. O. de 23-12-51) —

Aprova o Regulamento para realização do Concurso Anual de Remoção de Professôres de Ensino Primário.

Dec. n. 685 de 21-12-51 (D. O. de 22-12-51) —

Transfere da sub-consignação 219 para a de n. 217, ambas da Tab. 23, a importância de Cr$ 5 000,00.

Dec. n. 686 de 21-12-51 (D. O. de 22-12-51) —

Transfere das sub-consignações 505, 508 e 518, da Tab. n. 23, as importâncias de Cr$ 2 000,00, Cr$ 3 000,00 e Cr$ 300,00 para a sub-consignação 536, da mesma tabela.

Dec. n. 687 de 21-12-51 (D. O. de 22-12-51) —

Transfere da sub-consignação 405 para a sub-consignação 404 a quantia de Cr$ 5 000,00 — Da sub-consignação 408 para a sub-consignação 404, Cr$ 10 000,00 da Tab. n. 33.

Dec. n. 688 de 26-12-51 (D. O. de 27-12-51) —

Considera facultativo o ponto do dia 27 do corrente, consagrado a São Benedito do Rosário, para as repartições subordinadas ao Poder Executivo.

Dec. n. 689 de 28-12-51 (D. O. de 29-12-51) —

Abre o crédito especial de Cr$ 200 000,00 para atender às despesas com a aquisição de terrenos para a construção do Estádio do Rio Branco Atlético Clube, autorizado na Lei n. 456, de 13-1-51.

Dec. n. 690 de 28-12-51 (D. O. de 29-12-51) —

Transfere da sub-consignação 201 para a 209, da Tab. n. 55 a importância de Cr$ 500,00.

Dec. n. 691 de 28-12-51 (D. O. de 29-12-51) —

Transfere da sub-consignação 212 para a 209, ambas da Tab. n. 49, a importância de Cr$ 500,00.

Dec. n. 692 de 28-12-51 (D. O. de 29-12-51) —

Concede à firma Ramiro S. A. Indústria e Comércio, do Mun. do Espírito Santo, neste Estado, isenção de impostos estaduais, exclusive taxas, pelo prazo de cinco anos, para a fabricação de biscoitos, na forma da Lei n. 67, de 31-12-47, revigorada pela Lei n. 407, de 30-12-50.

Dec. n. 693 de 28-12-51 (D. O. de 29-12-51) —

Abre o crédito especial de Cr$ 100 000,00 para atender às despesas com auxílio à Maternidade São Mateus, para conclusão de suas obras e instalação da sala de operação, autorizado na Lei n. 424, de 30-12-50.

Dec. n. 694 de 29-12-51 (D. O. de 30-12-51) —

Exclui os requisitos exigidos no art. 203 do Regulamento Geral da Polícia Militar, baixado com o Dec. n. 15 091, de 2-7-45, os candidatos ao preenchimento dos claros verificados na "Banda de Música", uma vez que se trata de músico apto.

Dec. n. 695 de 29-12-51 (D. O. de 30-12-51) —

Abre o crédito especial de Cr$ 8 939 010,00, autorizado na Lei n. 576, de 22-12-51, para o pagamento das obras de que trata a mencionada lei.

Dec. n. 696 de 29-12-51 (D. O. de 30-12-51) —

Abre o crédito especial de Cr$ 523 000,00, autorizado na Lei n. 589, de 28-12-51, para atender às despesas com a aquisição do Hospital "Getúlio Vargas", da cidade de Guaçuí, e o seu funcionamento no exercício de 1952.

Dec. n. 697 de 29-12-51 (D. O. de 30-12-51) —

Abre o crédito especial de Cr$ 8 920 501,50 autorizado na Lei n. 583 de 28-12-51, para atender às despesas com as obras, serviços e encargos mencionados na citada lei.

Dec. n. 698 de 29-12-51 D. O. de 30-12-51) —

Abre o crédito especial de Cr$ 1 698 556,10, para o pagamento do saldo das quotas dos anos de 1948 e 1949, conforme discriminação no art. 1.º da Lei 567 de 21-12-51.

Dec. n. 699 de 29-12-51 (D. O. de 30-12-51) —

Abre o crédito especial de 100 000,00, para atender ao auxílio concedido para a reconstrução da Igreja na sede do Mun. de Iconha, autorizado na Lei n. 436, de 30-12-51.

Dec. n. 700 de 29-12-51 (D. O. de 30-12-51) —

Abre o crédito especial de Cr$ 329 837,40, para pagamento das despesas autorizadas na Lei n. 587, de 28-12-51.

Dec. n. 701 de 29-12-51 (D. O. de 30-12-51) —

Anula totalmente a verba 8011/218, de Cr$ 15 000,00, da Tab. n. 3, Juizado de Direito e, parcialmente, na quantia de Cr$ 5 000,00, a verba 8014/508, da mesma tabela, na conformidade da Lei n. 572, de 21-12-51 — Abre o crédito suplementar de Cr$ 15 000,00 para reforço da verba 8011/219, da Tab. n. 3, Juizado de Direito.

Dec. n. 702 de 29-12-51 (D. O. de 30-12-51) —

Abre o crédito especial de Cr$ 100 000,00, para aquisição de uma caminhonete destinada aos Serviços da Imprensa Oficial, conforme a Lei n. 573 de 21-12-51.

Dec. n. 703 de 29-12-51 (D. O. de 31-12-51) —

Aprova o regulamento para realização do Concurso de Ingresso e Reingresso no Magistério Primário.

Dec. n. 704 de 31-12-51 (D. O. de 31-12-51) —

Abre o crédito suplementar de Cr$ 3 306 010,70, autorizado na Lei n. 595, de 28-12-51, destinado ao reforço das dotações 8692/300, 8692/304 e 8693/400 da Tab. n. 29, Imprensa Oficial do Estado.

Dec. n. 705 de 31-12-51 (D. O. de 31-12-51) —

Abre o crédito especial de Cr$ 473 756,60, autorizado na Lei n. 592, de 28-12-51, aplicável na regularização de várias despesas de exercícios findos, conforme relação constante da referida lei.

Dec. n. 706 de 31-12-51 (D. O. de 31-12-51) —

Abre o crédito suplementar de Cr$ 27 000,00 para o reforço das dotações 8013, 402 e 8014, autorizado nas Leis números 538 e 540 de 27 e 28-11-51, dotações estas pertencentes ao Tribunal de Justiça.

Dec n. 707 de 31-12-51 (D. O. de 31-12-51) —

Abre o crédito especial de Cr$ 18 076 473,20, autorizado na Lei n. 596, de (28-12-51), para regularização de despesas efetuadas em exercícios anteriores pela Administração do Pôrto de Vitória, Estrada de Ferro Itapemirim, Navegação do Rio Doce e Rádio Espírito Santo.

Dec. n. 708-A de 31-12-51 (D. O. de 4-1-52) —

Abre o crédito especial de Cr$ 5 100 000,00 para o pagamento da "Gratificação de Natal" concedida aos servidores do Estado, de acôrdo com a Lei n. 561, de 28-12-51.

Dec. n. 708-B de 31-12-51 (D. O. de 4-1-52) —

Abre o crédito suplementar de Cr$ 27 771 215,00 autorizado na Lei n. 601, de 28-12-51, para reforço de dotações orçamentárias de diversas Secretarias.

Lei n. 708-C de 31-12-51 (D. O. de 5-1-52) —

Fixa a Receita da Caixa Beneficente "Jerônimo Monteiro" em Cr$ 2 550 000,00 e a despesa em Cr$ 1 982 500,00.

Dec. n. 708-D de 31-12-51 (D. O. de 5-1-52) —

Abre o crédito especial de Cr$ 500 000,00, autorizado na Lei n. 586, de 29-12-51, para o pagamento do auxílio à Prefeitura de Muqui, destinado às obras de defesa contra as inundações da cidade.

Dec. n. 708-E de 31-12-51 (D. O. de 5-1-52) —

Abre o crédito suplementar de Cr$ 66 150,00, no orçamento da Caixa Beneficente "Jerônimo Monteiro", destinado ao reforço de diversas verbas, cuja relação descreve.

Dec. n. 708-F de 31-12-51 (D. O. de 5-1-52) —

Abre, no orçamento da Caixa Beneficente "Jerônimo Monteiro", um crédito especial de Cr$ 13 450,00, destinado ao pagamento da despesa com o abono de Natal, instituído pela Lei n. 561 de 18-12-51.

Dec. n. 708-G de 31-12-51 (D. O. de 5-1-52) —

Abre o crédito especial de Cr$ 300 000,00 para ocorrer às despesas com a instalação do Serviço de Abreugrafia nos Mun. de Mimoso do Sul e Afonso Cláudio, com autorização na Lei n. 516, de 18-8-51.

Dec. n. 708-H de 31-12-51 (D. O. de 5-1-52) —

Abre o crédito especial de Cr$ 750 000,00 para atender ao Colégio Estadual do Esp. Santo, obra autorizada pela Lei n. 471, de 24-2-51.

Dec. n. 708-I de 31-12-51 (D. O. de 5-1-52) —

Abre o crédito especial de Cr$ 500 000,00, autorizado na Lei n. 419, de 30-12-50, para ocorrer às despesas com a construção do prédio destinado ao Forum da Comarca de São Mateus.

Dec. n. 708-J de 31-12-51 (D. O. de 5-1-52) —

Abre o crédito especial de Cr$ 12 000 000,00 para ocorrer às despesas com a execução das obras autorizadas pela Lei n. 590, de 28-12-51.

Dec. n. 708-K de 31-12-51 (D. O. de 5-1-52) —

Transfere da sub-consignação 537 "II" para a de n. 537 "I", Cr$ .. 900 000,00 e da sub-consignação 537 "II" para a de n. 520, Cr$ 100 000,00.

Dec. n. 708-L de 31-12-51 (D. O. de 5-1-52) —

Faz diversas transferências entre sub-consignações do orçamento vigente, sem modificações das respectivas dotações globais, cuja relação descreve.

Dec. n. 708-M de 31-12-51 (D. O. de 8-1-52) —

Aprova a T. N. M. da Caixa Beneficente "Jerônimo Monteiro", anexa a êste Decreto.

Dec. n. 708-M de 31-12-51 (D. O. de 10-1-52) —

Abre o crédito especial de Cr$ 1 000 000,00, previsto na Lei n. 508, de 11-7-51, e destinado ao pagamento da contribuição do edifício, nesta Capital, em que será instalado pelo SAPS um restaurante popular.

Dec. n. 708-N de 31-12-51 (D. O. de 11-1-52) —

Eleva os vencimentos dos funcionários da Caixa Beneficente "Jerônimo Monteiro".

"Elaborado pela Divisão de Organização"